



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Raíssa Jeanine Nothaft

**Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas  
relações com serviços para autores de violência**

Florianópolis  
2020

Raíssa Jeanine Nothaft

**Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas  
relações com serviços para autores de violência**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de  
Doutora em Ciências Humanas  
Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Teresa Kleba Lisboa  
Coorientador: Prof. Dr. Adriano Beiras

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nothaft, Raíssa Jeanine

Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência / Raíssa Jeanine Nothaft ; orientadora, Teresa Kleba Lisboa, coorientador, Adriano Beiras, 2020.

232 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Experiências de mulheres. 3. Violência doméstica e familiar. 4. Serviços para autores de violência.. I. Lisboa, Teresa Kleba. II. Beiras, Adriano. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Raíssa Jeanine Nothaft

**Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Carmen Hein de Campos  
Universidade UniRitter

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa  
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Às mulheres de minha vida

Às pessoas e profissionais que promovem justiça social  
cotidianamente

## AGRADECIMENTOS

Hoje, olhando para trás, esses quatro anos de doutorado parecem uma vida. Eles envolveram muitas mudanças e quilômetros percorridos, muitos encontros e desencontros, inclusive comigo mesma. É difícil saber quem somos quando deixamos de ter um ponto de referência, uma casa para voltar. Cada chegada era também uma partida. Por onde passava ia deixando algumas partes de mim e transformando minha forma de ver o mundo.

Para sobreviver tantas territorialidades meu lar passou a ser as pessoas, entre elas, eu mesma. E foi preciso muito afeto, o que tive, tanto da família que deixei em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, e que passei a amar à distância, quanto das pessoas que encontrei pelo caminho e me acompanham até hoje no coração e na memória. Não tenho como agradecer todas as pessoas que tornaram esse projeto possível, nem palavras pra descrever todo o afeto que recebi, mas vou ensaiar traduzir sentimentos em algumas linhas:

Agradeço à minha companheira Hayane, que viveu todas as etapas desse doutorado, desde o processo seletivo, quando descobrimos que passaríamos a morar quase 500 km de distância uma da outra, até o dia da entrega da versão final da tese. Obrigada por essa construção conjunta, por me proporcionar descobrir uma versão melhor de mim, por me restaurar as forças com o teu amor e carinho quando eu já não conseguia andar sozinha, e por estar ao meu lado, mesmo quando eu precisei estar longe;

Aos meus pais pelo exemplo de humildade e persistência, por me mostrarem desde cedo a importância da política, da democracia, da busca por justiça social e do pensamento crítico. Tenho muito orgulho do percurso de vocês e da resistência que fazem dentro do contexto conservador que vivem. À minha mãe pela criação autônoma e responsiva, e por ter me dado condições de me tornar a mulher que sou e trilhar meu próprio caminho.

À minha irmã Mahara, pela amizade, carinho, sensibilidade, por, mesmo que de longe, me permitir fazer parte da tua construção e acompanhar a mulher sensacional que tens te tornado;

À minha orientadora, Professora Teresa Kleba Lisboa, por ter me acolhido com tanto carinho e respeito. Eu aprendi muito nesse percurso e fico muito grata pelo apoio que encontrei na sua orientação.

Ao meu coorientador, Adriano Beiras, por me introduzir no estudos latino-americanos sobre masculinidades e me desafiar a pensar o lugar das mulheres nas discussões sobre serviços para autores de violência;

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de estudos no período integral deste curso de Doutorado.

Às colegas e amigas que fiz no doutorado, por ter compartilhado essa trajetória comigo, com todas as angústias, risadas, dificuldades e revoltas. Meu carinho especial à Emilly, Fernanda, Virgínia e Ana.

Ao Ricardo Bortolli por acreditar nessa pesquisa e ter me recebido em Blumenau de braços abertos e à Coordenadora do CREAS I pelo acolhimento e auxílio em tantos momentos da pesquisa;

A todas e todos profissionais dos NAFAVD, em especial dos Núcleos Samambaia, Plano Piloto, Planaltina e Brazlândia pelo acolhimento e pelo tempo que dedicaram à realização dessa pesquisa e, não posso deixar de mencionar, pelas caronas que possibilitaram o campo em Brazlândia e a entrevista em Planaltina. Gostaria de agradecê-los nominalmente, só não o faço aqui para manter a confidencialidade e anonimato das entrevistas. Se não fossem vocês, essa pesquisa não teria sido possível;

À Camila Vasconcellos, por ter me acolhido e me amparado nos meus momentos mais difíceis enquanto pesquisadora. Nossa amizade é o acaso mais bonito que a ida ao DF me proporcionou;

À Maylla Chaveiro e Marielly por me proporcionarem colocar aquilo que eu acredito em prática. Vocês me inspiram diariamente a me repensar e a fazer mais. O simples fato de vocês existirem me faz acreditar que um mundo melhor é possível;

À Natércia Bambirra pela amizade, companheirismo, leitura generosa, críticas reflexivas e diálogos acalentadores. Conhecimento não se constrói sozinha, obrigada por compartilhar esse percurso comigo;

A todas integrantes do NUSSERGE e MARGENS pelas trocas de afetos, discussões de textos e aprendizados nesse processo;

Às Professoras Carmen Campos, Luciana Zucco e Luzinete Simões por terem aceito participar da minha banca mesmo em um contexto tão sensível e difícil, suas contribuições foram valiosas. A banca, mesmo com a distância, foi extremamente calorosa e cheia de afetos, minha tese foi minuciosamente analisada e discutida por professoras que respeito e admiro muito. Me emocionei em vários momentos e estou extremamente grata por ter vivido e concluído essa etapa com vocês.

À Ana Paula pelo carinho, cuidado e escuta durante o difícil processo da escrita;

À Brenda e Henrique pela leitura sensível e olhar atento para aquilo que meus olhos não conseguiam mais ver. Ao Caio por estar ao meu lado nas horas difíceis da revisão de entrega

para a banca. À Luisa e Maciel, pelas palavras de carinho e motivação. Ao Douglas, pelo apoio e cuidado nessa etapa final de correção da tese;

Às amigas e amigos queridos, por tornar esse percurso mais leve;

À todas pessoas que me acolheram nesses anos de andarilha e de alguma forma tornaram esse projeto possível.

Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.

(KILOMBA, 2016, p. 8)

Não se tem o direito de dizer que alguém não tem voz, quando nós é que somos surdos.

(VILANOVA, 1994, p. 51)

O verdadeiro foco da mudança revolucionária não está nunca meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós.

(LORDE, 1984, p. 123)

## RESUMO

Nesta pesquisa busco compreender como as experiências de mulheres no enfrentamento às violências domésticas e familiares se relacionam com a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência. Esses serviços são políticas públicas desenvolvidas para combater situações de violência doméstica e familiar a partir do trabalho com seus autores e estão previstas nos artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340) de 2006. Foram selecionados os serviços pioneiros ainda em funcionamento no Brasil: os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal e o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPVCDI) da Prefeitura de Blumenau-SC, criados em 2003 e 2004, respectivamente. Essa pesquisa interdisciplinar, baseada metodologicamente na história oral, envolveu conhecer a estrutura e funcionamento dos dois serviços através de pesquisa documental, da observação-participante de atividades e grupos, de entrevistas com profissionais e da construção de diários de campo. E teve, como foco principal, a realização de entrevistas de história oral com duas mulheres em Blumenau/SC e seis mulheres no Distrito Federal que tinham em comum a participação de seus companheiros nesses serviços. A partir dessa abordagem pude unir uma análise interseccional da aplicação da Lei Maria da Penha com a discussão sobre as intervenções com autores de violência. Lançar, assim, um olhar sobre a experiência de mulheres nesse debate. De acordo com as entrevistas, a maioria das mulheres buscou outras formas de enfrentar sua situação de violência antes de recorrer a uma intervenção estatal. A situação que levou seus companheiros a participar dos serviços não foi a primeira do relacionamento e envolveu violência física. As experiências de enfrentamento às violências domésticas e familiares das participantes da pesquisa não contaram com uma atuação articulada de instituições e serviços, nem com uma aplicação interseccional da Lei Maria da Penha. Essas limitações, contudo, não invalidam a importância da Lei em suas experiências. Dentre os serviços acessados por elas, o PPVCDI e os NAFAVD são os que as mulheres entrevistadas creditam maior importância. Apesar de profissionais desses serviços buscarem ouvir as mulheres e homens na construção de políticas mais condizentes com suas necessidades, não há uma abordagem interseccional institucionalizada. Ambos oferecem acompanhamento para as duas partes da relação, o que é valorizado pelas mulheres que participaram (6 das 8 entrevistadas). Nos grupos de mulheres, elas puderam nomear e reconstruir o que compreendem enquanto violência, assim como as estratégias utilizadas para evitá-las. Em relação ao atendimento de seus companheiros em grupos para autores de violência, as entrevistadas expressam um antes e um depois em seus relatos. Algumas identificaram mudanças mais profundas que outras, não obstante, todas veem como positivo a participação dos companheiros nos serviços. Essas mudanças, na maioria dos casos, vão além do âmbito do relacionamento conjugal, alcançando a relação deles com os filhos e demais integrantes da família, o que torna esses serviços um importante investimento no combate às violências domésticas e familiares.

**Palavras-chave:** Experiências de mulheres. Violência doméstica e familiar. Serviços para autores de violência.

## ABSTRACT

In this research I seek to understand how the experiences of women in confronting domestic and family violence are related to the participation of their partners in intervention programs for perpetrators of violence. These programs are public policies that are developed to combat situations of domestic and family violence through the work with the offenders and are provided for in articles 35 and 45 of the Law 11.340/2006. The pioneer services still operating in Brazil were selected: the NFAVD of the Federal District and the PPVCDI from Blumenau City, created in 2003 and 2004, respectively. This interdisciplinary research is based methodologically on oral history. It involved knowing the structure and functioning of the two services through documentary research, participant observation of activities and groups, interviews with professionals and the construction of field diaries. And it had, as main focus, the accomplishment of interviews of oral history with two women in Blumenau / SC and six women in the Federal District that had in common the participation of their companions in these services. From this approach, I was able to combine an intersectional analysis of the enforcement of the Maria da Penha Law with the discussion of interventions with perpetrators of violence. Thus, to take a look at the experience of women in this debate. The interviews showed that the majority of the women attending to the research searched other forms of preventing the situation of violence before resorting to the state intervention. The situation of violence that brought their partners to the services was not the first attempt in the relationship, and it involved Physical Violence. The research participants' experiences of coping with domestic and family violence did not rely on the articulation of institutions and services, nor on the intersectional application of the Maria da Penha Law. These limitations, however, do not invalidate the importance of the Law in your experiences. Among the services accessed by them, the PPVCDI and the NFAVD are the ones whose interviewed women believe most important to their experiences for facing violence. Although professionals from these services seek to listen to women and men in the construction of policies more consistent with their needs, there is no institutionalized intersectional approach. Both offer support to all parts in the relationship, which is valuable according to the women who participated (6 out of 8). In women's groups, they were able to name and reconstruct what they understand as violence, as well as the strategies used to prevent them. Speaking of the support to their partners, it is possible to understand a transition expressed in the report of the research participants. Some women identified more profound changes than others, however, all see the inclusion of the partners in the intervention programs as positive. These changes, in most cases, they go beyond the scope of marital relationship, reaching up to their relation with children and relatives, which makes these services an important investment in combating domestic and family violence.

**Keywords:** Women's experiences. Domestic and family violence. Intervention programs for perpetrators of violence.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa Racial do Distrito Federal e localização dos NFAVD .....	73
Figura 2 – Mapa da distribuição territorial dos NFAVD no Distrito Federal .....	88
Figura 3 – Crimes de Violência Doméstica por Região Administrativa – 2017/18 .....	89

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento de serviços para autores de violência com atuação relacional.....	66
Quadro 2 – Profissionais dos NAFAVD .....	76
Quadro 3 – Estrutura e metodologia dos NAFAVD .....	93
Quadro 4 – Estrutura dos serviços frequentados pelos companheiros das participantes da pesquisa .....	175
Quadro 5 – Formas de encaminhamento .....	192

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Municípios, total, com serviço de Responsabilização do Agressor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação em 2018.....	33
Tabela 2 – População, índice de violência e encaminhamentos por região administrativa em 2018 .....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS AD Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas  
CAPSi Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil  
CEAM Centro Especializado de Atendimento à Mulher  
CPMI Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  
CRAM Centro de Referência e Atendimento à Mulher  
CREAS Centros de Referência Especializados de Assistência Social  
DEAM Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher  
DPCAMI Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso  
HAV Homens autores de violência  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
JECRIM Juizado Especial Criminal  
MPDFT Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
NAFAVD Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica  
NERAV Núcleo de Assessoramento em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher  
NIAM Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência  
NIEM Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher  
NUSSERGE Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero  
PAEFI Serviço de Proteção e atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PPVCDI Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar  
PROVID Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar  
RA Região Administrativa  
SEDESMIDH Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos  
SEMUDES Secretaria de Desenvolvimento Social  
SPM Secretaria de Política para Mulheres  
STF Supremo Tribunal Federal  
STJ Superior Tribunal de Justiça  
SUAS Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 O QUE SÃO SERVIÇOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR? CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS AINDA POUCO CONHECIDAS .....</b>	<b>27</b>
2.1 HISTÓRICO BRASILEIRO E PANORAMA DOS SERVIÇOS EXISTENTES .....	28
2.2 NORMATIVAS E DIRETRIZES .....	35
<b>3 MÉTODO COMO CAMINHO: NA BUSCA DE UMA PRÁTICA DE PESQUISA DESCOLONIAL .....</b>	<b>45</b>
3.1 INTERDISCIPLINARIDADE E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS .....	45
3.2 HISTÓRIA ORAL E A INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA .....	62
3.3 PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR .....	78
3.4 NÚCLEO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	86
<b>4 EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR .....</b>	<b>100</b>
4.1 HISTÓRIA ORAL E DIÁLOGOS ENTRE MULHERES .....	102
4.1.1 Estela .....	110
4.1.2 Deise .....	111
4.1.3 Ana .....	113
4.1.4 Gabriela .....	115
4.1.5 Maria .....	117
4.1.6 Carla .....	119
4.1.7 Monique .....	121
4.1.8 Aninha .....	122
4.1.9 Interseccionando as experiências das participantes da pesquisa .....	123
4.2 “VIVER O QUE A GENTE TÁ VIVENDO ALI DENTRO, NINGUÉM VIVE, SÓ A GENTE QUE SABE”: SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO .....	134
4.2.1 Políticas públicas de enfrentamento à violência e acesso à rede de atendimento ...	154
4.2.2 Os sentidos da Lei Maria da Penha nas experiências das mulheres .....	169

<b>5 SERVIÇOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR .....</b>	<b>174</b>
5.1 O QUE DIZEM AS MULHERES .....	177
5.2 PUNIÇÃO X RESPONSABILIZAÇÃO: DISCUTINDO FORMAS DE INGRESSO E VINCULAÇÃO .....	190
<b>6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA .....</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO A - Roteiro da Entrevista de História Oral .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO B - Ficha de Informações NFAVD .....</b>	<b>227</b>
<b>ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Participantes da Pesquisa) .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais) .....</b>	<b>231</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese é o resultado da trajetória intelectual e política que iniciei na metade da Graduação. A partir dela, amadureço e aprofundo, de forma provisória, diversos questionamentos que têm me acompanhado, como acredito que deva ser esse exercício constante que é a construção de conhecimento. Essa trajetória iniciou-se pela minha formação em Direito, quando o tratamento jurídico dado às situações de violência começou a me incomodar. Naquele momento, a partir de indicações do professor Salo de Carvalho, comecei a ler a obra de Elena Larrauri (1992; 2008) e me aproximei do que Carmen Campos (2011) chama de Teoria Feminista do Direito<sup>1</sup> – pensamento crítico que desmascara os dualismos generificados e hierarquizados que embasaram o pensamento jurídico na modernidade europeia e seus reflexos na atualidade. Essa teoria questiona a suposta neutralidade das Leis e dos operadores do Direito, e suas consequências, como a reprodução de discursos androcêntricos.

Na época não havia muita abertura para essas discussões no Direito. A Lei Maria da Penha, publicada dois anos antes de eu ingressar no ensino superior, sequer era trabalhada em sala de aula. Por isso busquei conhecer os Núcleos de estudos de gênero existentes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e me deparei com apenas três: o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (NIEM) na Ciência Política, o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) na Psicologia e o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) na Educação. Passei a integrar o NIEM e aprofundei meu contato com os estudos feministas no campo das Ciências Sociais e suas discussões sobre violências de gênero, tendo em vista que o NIEM fazia parte do Observe – Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha<sup>2</sup>.

A Lei Maria da Penha criou novas situações jurídicas ao entrecruzar, numa mesma legislação, aspectos de direito penal e direito civil, transcendendo os limites da dogmática jurídica, o que não foi recebido sem resistência pelos operadores do Direito dessas áreas. Apesar de seu caráter integral – conjugando medidas assistenciais, de prevenção e contenção da violência, além do vínculo da esfera jurídica com os serviços de assistência em rede –, os

---

<sup>1</sup> Essa teoria não necessariamente questiona a perpetuação do eurocentrismo e da colonialidade, contudo pode nos ajudar a pensar seus reflexos em territórios invadidos e colonizados como o Brasil.

<sup>2</sup> Projeto criado em 2007 pela extinta Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com o propósito de monitorar a implementação e aplicação da Lei Maria da Penha. O Observe é formado por um consórcio de doze entidades não governamentais e núcleos de pesquisa de universidades que vem produzindo e divulgando informações com o intuito de subsidiar políticas públicas e ações políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres (PAZINATO, 2011; SILVA, LACERDA, TAVARES, 2016).

debates, nos anos que se seguiram a sua promulgação, centravam-se na contestação de sua constitucionalidade e na aplicação de medidas criminais, levando a uma tradução restrita da lei (CAMPOS; CARVALHO, 2011; PASINATO, 2015; SANTOS, 2010). Essas disputas despertaram meu interesse em estudar o julgamento do Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 4424, que modificava a jurisprudência quanto à aplicação da Lei Maria da Penha e sua influência na autonomia das mulheres<sup>3</sup>.

No desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, tive acesso às discussões de criminologia crítica e criminologia feminista que problematizam a utilização do sistema penal para combater violências que esse próprio sistema produz e reproduz (ZAFFARONI, 1992; ANDRADE, 1997); e questionam mecanismos que, no intuito de proteger certos grupos de pessoas, acabam por tutelá-los, tratando-os como menos capazes de tomar decisões por si próprios (KARAM, 2006; LARRAURI, 2008). Contudo, nem sempre a criminologia crítica brasileira dialoga com a criminologia feminista. No âmbito da lei, as maiores divergências se relacionam com os aumentos de penas e a obstrução de alguns institutos (composição civil, transação penal e suspensão condicional do processo) (CAMPOS; CARVALHO, 2011).

Atuando no limiar dessas tensões, algumas pesquisadoras questionavam a forma como a Lei Maria da Penha vinha sendo aplicada. Apesar da discussão de elaboração da lei ter aderido à expressão “mulheres em situação de violência”, abrindo-se à discussão de autoras feministas que vinham pensando a violência como um fenômeno relacional (SANTOS; PASINATO, 2005; SOARES, 2012), sua aplicação ainda mantinha dualidades como mulher-vítima, homem-agressor (SANTOS, 2010). Ao se pautar em papéis e identidades cristalizadas, as práticas de agentes do Estado ignoravam as experiências de violência vastamente diferenciadas, tanto na forma, quanto nos contextos, significados e impactos que produzem, e privilegiavam certos tipos de intervenção, inviabilizando a articulação de outras respostas (SOARES, 2012).

A partir de pesquisas de Barbara Musumeci Soares (2004, 2012), tive contato com um tipo de política pública que, de certa forma, compatibilizava as pautas político-criminais da criminologia crítica e de algumas vertentes da criminologia feminista e oferecia outras possibilidades de pensar o enfrentamento às violências domésticas e familiares<sup>4</sup>: intervenções

---

<sup>3</sup> Essa discussão, envolvendo os aspectos legais, a aplicação da Lei 9.099/95 e as contestações de constitucionalidade da Lei Maria da Penha está disponível em: NOTHAFT, R. J. A autonomia da mulher na Lei Maria da Penha: uma análise da ação declaratória de inconstitucionalidade 4424 do Supremo Tribunal Federal. 2012. 76 f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

<sup>4</sup> Utilizo a expressão “violência doméstica e familiar” por abarcarem os tipos de violência de gênero tipificadas na Lei Maria da Penha, sabendo, contudo, que existem distinções entre violência doméstica e violência familiar. Essas distinções já foram exploradas em trabalhos anteriores (NOTHAFT, 2012; 2016).

com autores de violência. A criação dessas iniciativas no Brasil, no final dos anos 1990, se pautou no questionamento de como seria possível combater e prevenir violências sem trabalhar com seus autores, ao mesmo tempo que politizou a aplicação da Lei 9.099/95 vigente à época, que tratava esse tipo de violência como infração de menor potencial ofensivo.

Não vendo espaço para discutir políticas públicas e aplicação da Lei Maria da Penha na Pós-Graduação de Direito<sup>5</sup> da UFRGS, voltei meus esforços para ingressar no mestrado em Ciência Política. Percebendo a ausência de discussões nessa disciplina sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar – expressão que abarca as experiências desenvolvidas no Brasil desde antes da promulgação da Lei Maria da Penha – decidi pesquisar a produção acadêmica nacional e “me deparei com material escasso – duas teses e onze dissertações –, porém rico em abordagens tanto temáticas quanto metodológicas” (NOTHAFT, 2016, p. 52). A produção acadêmica se mostrou multidisciplinar<sup>6</sup>, mas bastante desarticulada entre as disciplinas (NOTHAFT, 2016). As pesquisas sobre as intervenções são, em geral, bastante recentes no Brasil, tendo havido um aumento significativo de teses e dissertações após a promulgação da Lei Maria da Penha. As principais lacunas nas pesquisas existentes se referiam ao formato e metodologia dos serviços, à formação dos facilitadores e à avaliação. No âmbito da avaliação, não havia pesquisas que envolvessem, sistematicamente, as companheiras dos autores de violência em sua análise (NOTHAFT, BEIRAS, 2019).

Simultaneamente ao desenvolvimento do mestrado, ingressei como advogada voluntária no G8-generalizando<sup>7</sup> – Direitos Sexuais e de Gênero, do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS), onde acolhíamos mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente aquelas em situação de violência, e a população LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, pessoas não binárias, intersexuais) que sofre com a lesbo-homo-bi-transfobia e outras formas de violências cotidianas. O G8-G é composto por estudantes e profissionais das mais diversas áreas, compondo um grupo autogestionado interdisciplinar que atua junto à comunidade de forma judicial, extrajudicial e na promoção de debates, oficinas e construções de redes de serviços na

---

<sup>5</sup> Em janeiro de 2013, quando concluí minha graduação, não havia docentes no Direito da UFRGS abertos às discussões teóricas feministas, nem às pesquisas sobre a aplicação da Lei Maria da Penha. O Departamento de Direito Penal era formado exclusivamente por homens cisheterossexuais brancos.

<sup>6</sup> Os Programas de Pós-Graduação onde foram desenvolvidas as teses e dissertações são: Antropologia Social, Sociologia e Antropologia, Estudos Interdisciplinares, Medicina Social, Psicologia e Cultura, Psicologia Social, Psicologia, Sociologia e Saúde Coletiva. Entre eles, as três últimas disciplinas concentram mais da metade dos trabalhos.

<sup>7</sup> Mais informações sobre o grupo nas páginas <<http://www.ufrgs.br/saju/grupos/g8-generalizando>> e <<http://g8generalizando.blogspot.com.br/p/sobre-o-g8-generalizando.html>>.

cidade de Porto Alegre. O grupo, ao trabalhar de forma empática e reflexiva as violências que perpassavam tanto os nossos corpos – integrantes do G8 – quanto das pessoas que acolhíamos, tornou-se, para mim, um local privilegiado para pensar as violências e intervir de forma interseccional<sup>8</sup>.

Essas experiências foram fundamentais para construir o embasamento teórico-político interdisciplinar que passei a desenvolver quando ingressei no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa interdisciplinar, ao ampliar o leque de possibilidades epistêmicas, permite compatibilizar pressuposições ontológicas diversas e aprender a “sentir” diferentes “mundos”. Nesse sentido, ao desaprender as amarras disciplinares, para reaprender na prática de pesquisa em construção (LEIS, 2005), a pesquisa interdisciplinar se torna um campo privilegiado para questionar a própria construção do conhecimento e sua história. Esse questionamento que começou, para mim, no âmbito dos estudos feministas, acabou transbordando para perspectivas teóricas e pesquisas que apresentam em comum a criticidade frente à modernidade e à colonialidade. Senti a necessidade de me aprofundar nas críticas de pessoas pesquisadoras que desvelam as violências epistêmicas (SPIVAK, 2010) causadas pelo eurocentrismo<sup>9</sup> – forma hegemônica de manutenção de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de construir conhecimento (QUIJANO, 2002; 2005), que ainda marca a academia brasileira.

Pesquisas em África e América Latina me levaram a culturalizar minha visão de mundo e refletir sobre os apagamentos e exclusões na história desse território, do qual faço parte, hoje chamado Brasil. Os estudos descoloniais me fizeram atentar para a geopolítica do conhecimento; entretanto, conforme me aprofundava nessas leituras, fui percebendo algumas contradições: os cânones latino-americanos que estavam sendo criados eram, em sua maioria, homens brancos cisheterossexuais, ou seja, reproduziam os regimes de autorização discursiva instituídos pela colonialidade.

---

<sup>8</sup> Essa experiência, juntamente com a obra de Lisboa (2014), foram as bases para construir o conceito de violência de gênero utilizado em minha dissertação: “violência de gênero acaba assumindo uma posição “guarda-chuva”. Ela engloba diversas formas de violência, como a doméstica, familiar ou intrafamiliar, contra a mulher, psicológica, patrimonial, laboral, política, sexual, o tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição, assédio sexual (LISBOA, 2014), a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, entre outras. Serve, nesse sentido, para abarcar as diversas formas de violações que se tornam possíveis a partir da forma como socialmente e culturalmente nós “generificamos” as normas de inteligibilidade de seres humanos” (NOTHAFT, 2016, p. 18)

<sup>9</sup> Perspectiva de conhecimento elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, expressão das experiências de colonialismo, do capitalismo e da eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Foi mundialmente imposto e admitido nos séculos seguintes como a única racionalidade legítima (QUIJANO, 2002; 2005).

Dentro dos estudos feministas brasileiros, torna-se cada vez mais consenso que o saber é localizado e parcial (HARAWAY, 1995), contudo, apenas a partir da sua intersecção com outras lutas – contra o racismo, a colonialidade e a LGBTTQIfobia (MIÑOSO, 2014) – que se tem questionado qual o significado dessa afirmação para a prática de pesquisa. Nesse sentido, não só a escolha do problema e dos objetivos revelam a posição da pessoa pesquisadora, mas também sua epistemologia, pressupostos, metodologia, abordagem teórica e, principalmente, quais autoras(es) foram lidas(os) para embasar a análise – ou essas escolhas fazem sentido entre si e a trajetória da pessoa que pesquisa, ou são apenas caminhos já trilhados, opções apressadas, heranças de núcleos de pesquisa. Se todas as escolhas importam, é necessário discuti-las de forma reflexiva no texto, para que nos tornemos responsáveis, frente a pessoa que lê, pelo que, a partir das nossas escolhas, aprendemos a ver (HARAWAY, 1995; LADSON-BILLINGS, 2006).

Nesse processo de aprender a ver, ao longo do doutorado busquei ouvir vozes que questionam o sistema e suas facetas eurocêntricas, capitalistas, racistas, androcêntricas, patriarcais, sexistas, cisheteronormativas, capacitistas<sup>10</sup> e punitivistas (GONZALEZ, 1982; VERGUEIRO, 2015; MIÑOSO, 2016; DAVIS, 2018a; 2018b; BORGES, 2018; ALMEIDA, 2019), desestabilizando e desacomodando minha subjetividade e experiência também marcadas por ele e suas desigualdades. Essa escuta me fez refletir sobre meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), buscando me tornar mais consciente das opressões e privilégios que perpassam meu corpo, e as implicações que minha experiência enquanto mulher cis<sup>11</sup> branca lésbica pode ter na minha capacidade de escuta e interpretação.

No desenvolvimento do Doutorado fui confrontada por disciplinas até então distantes da minha trajetória acadêmica: o Serviço Social e a Psicologia, formação de minha orientadora e coorientador, respectivamente. Ingressei no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero – NUSSERGE, onde tive contato com uma atuação em que os três eixos da Universidade Pública andam de mãos dadas – ensino, pesquisa e extensão. Assim, nesse fazer interdisciplinar, pude me aprofundar em discussões sobre práticas interventivas, executá-las em projetos de extensão com adolescentes e jovens e analisá-

---

<sup>10</sup> Segundo Anahi Mello (2015, p. 56), “o que se chama de concepção capacitista está intimamente ligada à corponormatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais”. Com base no capacitismo hierarquiza-se sujeitos “em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (p. 54), e discrimina-se pessoas com deficiência.

<sup>11</sup> Cis, abreviação de cisgênera: pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento (JESUS, 2012; VERGUEIRO, 2015).

las em pesquisas-ação. A partir da coorientação tive acesso a um panorama internacional sobre experiências de enfrentamento à violência e serviços<sup>12</sup> para autores de violência doméstica e familiares. Também participei, junto com pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (MARGENS) de discussões sobre masculinidades. Elas me fizeram perceber que existe uma ampla gama de estudos sobre masculinidades, alguns bastante distantes de perspectivas feministas, e, às vezes, inclusive opostas a elas. Essas experiências me possibilitaram revisitar minha pesquisa de mestrado e inquietações do passado com outro olhar, assim como compreender que uma das principais lacunas na execução dos serviços para autores de violência doméstica e familiar no Brasil é sua avaliação e monitoramento (LIMA; BUCHELE, 2011; TONELI et al, 2010; CEPIA, 2016; AMADO, 2017). Algumas pesquisas nacionais, a fim de suprir essa falta, buscaram analisar os alcances e limites dos serviços no combate à violência doméstica e familiar (LIMA, 2008; AGUIAR, 2009; MORAES; RIBEIRO, 2011; OLIVEIRA, 2012; PRATES, 2013; CEPIA, 2016; SILVA, 2016; BILLAND, 2016; OLIVEIRA, 2016; MISTURA; ANDRADE, 2017; SILVA; COELHO, 2017; OLIVEIRA, 2018; SOARES, 2019), enfocando dinâmicas grupais e suas metodologias, os discursos dos profissionais e/ou dos homens participantes. Essas pesquisas são extremamente relevantes e tem avançado substancialmente nos últimos anos; entretanto, elas têm deixado de lado a perspectiva das pessoas foco da proteção da Lei: as mulheres. A única pesquisa nacional encontrada<sup>13</sup> com intuito de analisar os serviços que ouviu companheiras dos participantes foi desenvolvida por Anne Caroline Luz Grüdner da Silva (2015), paralelamente a sua pesquisa doutoral no NFAVD/DF. Entretanto, a pesquisadora conseguiu entrevistar somente 2 mulheres e utilizou-se de um questionário estadunidense, que a partir dos pressupostos teóricos-epistemológicos em que amparo minha pesquisa, considero pouco adaptável à realidade cultural brasileira.

Em 2018, a Lei Maria da Penha completava doze anos. Nesse contexto, eu me questionava se a profusão de iniciativas, pesquisas e discussões, assim como o investimento feito pelo Governo Federal em conscientização, formação e construção de políticas públicas durante os anos de existência da Secretaria de Políticas para Mulheres<sup>14</sup>, tinha levado a institucionalização de uma abordagem interseccional frente a aplicação da Lei Maria da Penha.

---

<sup>12</sup> Existe uma diversidade de nomenclaturas que são exploradas no próximo capítulo, contudo utilizo o termo serviço de acordo com as Diretrizes editadas em 2008 pela Secretaria de Política para mulheres (SPM).

<sup>13</sup> Levantamento realizado até 2018, ano que realizei a pesquisa de campo presencial.

<sup>14</sup> A SPM foi fundada em 2003. Ela possuiu status de Ministério até outubro de 2015.

Em outras palavras, a rede de atendimento<sup>15</sup> estava sendo implementada de forma a considerar as intersecções que influem nas experiências de enfrentamento às violências? Quando falo em experiências de enfrentamento me refiro aos acessos, ou falta deles, à rede de atendimento, no sentido de possibilitar às participantes<sup>16</sup> da pesquisa influir na resolução de seus próprios conflitos. Dentre esses questionamentos, eu buscava focar na relação dessas experiências com os serviços para autores de violência doméstica e familiar. Ângulo não explorado diretamente na longa trajetória de estudos feministas sobre violência contra a mulher, violência conjugal, violência doméstica, violência familiar, violência intrafamiliar e/ou violência de gênero – citando algumas das formas que essa violência já foi nomeada nos estudos brasileiros<sup>17</sup> – nem nas pesquisas já feitas sobre esses serviços no Brasil.

Em resumo, o objetivo dessa pesquisa foi compreender como as experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar se relacionam com a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência. Experiência aqui é compreendida em suas três dimensões – psicológica, política e epistemológica – e foi construída a partir da metodologia de história oral (ALBERTI, 2008). Os serviços para autores de violência são políticas públicas desenvolvidas para combater situações de violência doméstica e familiar a partir do trabalho com seus autores. Os formatos desses serviços são variados, e podem prever acompanhamentos individuais e/ou grupais de pessoas encaminhadas via decisão judicial ou a partir de demanda voluntária. Os serviços enfocados nessa pesquisa priorizam ações grupais.

Para desenvolver a pesquisa, parti de serviços para autores de violência doméstica e familiar que ofereciam atendimento tanto para homens como para mulheres em situação de violência e selecionei os serviços pioneiros ainda em funcionamento no Brasil. Esses critérios foram relevantes tanto por permitir pesquisar serviços melhor estruturados, quanto por ter acesso a mulheres que tinham em comum a participação de seus companheiros nos serviços. Assim, os serviços selecionados foram o Programa de Prevenção e Combate à Violência

---

<sup>15</sup> Entendida aqui como conjunto de serviços especializados – tais como Delegacias da Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência, Serviços para autores de violência, etc. – e não especializados que garantem atendimento integral às mulheres em situação de violência, conforme previsto na Lei Maria da Penha e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra mulheres, lançado pela Presidência da República em 2007.

<sup>16</sup> Uso o termo “participante” para ressaltar o caráter co-construído e dialógico do conhecimento.

<sup>17</sup> “Violência contra a mulher (noção criada pelo movimento feminista a partir da década de 1960), violência conjugal (outra noção que especifica a violência contra a mulher no contexto das relações de conjugalidade), violência doméstica (incluindo manifestações de violência entre outros membros ou posições no núcleo doméstico – e que passou a estar em evidência nos anos de 1990), violência familiar (noção empregada atualmente no âmbito da atuação judiciária e consagrada pela recente Lei “Maria da Penha” como violência doméstica e familiar contra a mulher) ou violência de gênero (conceito mais recente empregado por feministas)” (GREGORI; DEBERT, 2008, p. 167).

Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) da Prefeitura de Blumenau, Santa Catarina, e os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal. Ambas iniciativas são anteriores à promulgação da Lei Maria da Penha. O PPCVDI é o primeiro serviço que deriva de uma lei municipal. Já o NAFAVD surge da parceria de diversos órgãos públicos (Defensoria Pública, Ministério Público e Governo do Distrito Federal) e foi se ampliando territorialmente ao longo dos anos, configurando possivelmente o serviço público para autores de violência de cunho estadual de maior porte no contexto nacional atual.

A maior parte da pesquisa de campo foi realizada entre fevereiro e outubro de 2018. Envolveu, primeiramente, conhecer a estrutura e funcionamento dos serviços através de documentos referentes a sua criação, da observação-participante de atividades e grupos desenvolvidos nos serviços, de entrevistas com profissionais e da construção de diários de campo. E teve, como foco principal, a realização de entrevistas de história oral com duas mulheres em Blumenau/SC e seis mulheres no Distrito Federal. Esses procedimentos, contudo, foram adaptados aos diferentes contextos e são melhor detalhados nos capítulos três e quatro.

Buscando aplicar as influências epistemológicas dessa tese, aprofundadas no capítulo terceiro, desenvolvi, ao longo dessa caminhada o que chamo de *prática de pesquisa descolonial*. Enquanto prática, ela atravessou todo o desenvolvimento da pesquisa, desde a construção dos problemas e objetivos, perpassando a forma que me relacionei com a pesquisa de campo e as pessoas que conheci e entrevistei, até o tratamento das entrevistas, construção dos diários de campo e a análise e desenvolvimento da escrita. Essa prática é: *interdisciplinar* – uma vez que disciplinas são ficções coloniais, hoje exacerbadas pela organização capitalista do trabalho; *interseccional e antirracista* (como prática cotidiana) – qualquer pesquisa nas ciências humanas que desconsidera raça distorce a realidade brasileira<sup>18</sup>; nega a possibilidade de neutralidade ou objetividade e trabalha a partir da ideia de *honestidade intelectual* – explicar o mais detalhadamente possível as implicações da pesquisa para a pesquisadora (subjetividade) torna a construção do conhecimento mais aberta à reflexão crítica coletiva; o que só é possível a partir de uma *linguagem reflexiva que parte do lugar de fala da pesquisadora* – trabalha reflexivamente as escolhas da pesquisa e não omite a própria voz. Para tanto, me vi envolta no desafio de reinventar a linguagem aprendida durante a graduação em Direito – técnica, sem sujeito – e coerente com a crença na neutralidade, ainda predominante naquela formação. Essa crença desresponsabiliza a pessoa que pesquisa pelas suas escolhas, reforça privilégios e

---

<sup>18</sup> Essa reflexão foi inspirada na fala proferida por Luana Pereira, advogada e debatedora na mesa Criminologia e Questão Racial do I Simpósio de Criminologias Contemporâneas realizado na UFRGS em 7 de novembro de 2018.

permite que violências epistêmicas e leituras que sustentam opressões sociais sejam disfarçadas como “pensamento científico”.

Ainda em relação a escrita dessa tese, é importante ressaltar que a língua tem “uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). Através das suas terminologias ela nos informa constantemente quem é considerado “normal” e “humano”. Quando falamos da língua portuguesa, nos deparamos com "uma profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais" (KILOMBA, 2019, p. 14). Por esse motivo, ao longo da tese, algumas palavras que perpetuam relações de poder e violência são discutidas e explicadas em notas de rodapé. Nesse sentido, busquei também escrever de forma não sexista e binária de gênero a partir do uso da palavra *pessoa(s)* e da não utilização do masculino como universal ou neutro.

Enquanto conhecimento localizado e parcial, baseado metodologicamente na história oral, considerei coerente organizar o sumário de forma a retratar o meu percurso enquanto pesquisadora. Em outras palavras, a história da pesquisa é o fio condutor da tese. Dessa forma, o capítulo dois parte de uma reflexão iniciada no mestrado e maturada durante a escrita dessa tese e está organizado em forma de estado da arte sobre os serviços para autores de violência doméstica e familiar no Brasil. A partir dessa contextualização, no capítulo três, narro a história dessa pesquisa, aprofundo a discussão sobre interdisciplinaridade e epistemologias feministas e os pressupostos que guiaram a construção do projeto e minhas escolhas metodológicas. Nos subcapítulos seguintes contextualizo o local, a criação, institucionalização e seus desafios, e analiso brevemente a estrutura e a metodologia dos dois serviços pesquisados. No capítulo quatro, discuto as três dimensões do conceito de experiência, apresento o acesso às participantes da pesquisa e uma breve história de vida de cada uma delas. Em seguida, parto da experiência em sua dimensão política e do conceito de interseccionalidade para analisar as experiências de enfrentamento às violências domésticas e familiares. No quinto capítulo, analiso os serviços para autores de violência a partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, e as formas de ingresso e vinculação desses serviços. Nas considerações sobre a pesquisa retomo seu desenvolvimento para refletir sobre o caminho percorrido. Por fim, apresento as referências bibliográficas utilizadas na tese, e, em anexo, o roteiro de entrevista de história oral, a ficha de informações dos NAFVD e os modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foram utilizados.

## 2 O QUE SÃO SERVIÇOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR? CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS AINDA POUCO CONHECIDAS

Existem diversas nomenclaturas para o que chamo aqui de “serviços para autores de violência”. Em pesquisa anterior (NOTHAFT, 2016; NOTHAFT; BEIRAS, 2019) trabalhei com a expressão abrangente “intervenções com autores de violência doméstica e familiar”, pois se tratam de práticas interventivas desenvolvidas em variados formatos (BEIRAS, 2014) para combater situações de violência doméstica e familiar a partir do trabalho com seus autores. As iniciativas brasileiras são mais frequentemente chamadas de Programas, Serviços, Núcleos, Grupos de reflexão, ou Grupos reflexivos, sendo que as duas últimas expressões também definem o formato da política. Para efeito dessa pesquisa, os termos “intervenções” e “políticas” são utilizados como sinônimos para abranger todas essas possibilidades, e “serviços” para designar políticas de Estado, como as duas estudadas nessa tese, de acordo com as *Diretrizes para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores*, editadas em 2008 pela Secretaria de Política para mulheres (SPM). No entanto, assumo a expressão “autores de violência”, me opondo ao termo “agressor” utilizado tanto nas Diretrizes, como na Lei Maria da Penha.

De modo geral, a literatura especializada sobre o tema tem utilizado as expressões “autor(es) de violência” ou “homem(ns) autor(es) de violência”, ou ainda, a sigla HAV (ACOSTA et al., 2004; TONELI, BEIRAS, CLÍMACO E LAGO, 2010; SOARES, 2012; BEIRAS E CANTERA, 2014; ANDRADE, 2014; OLIVEIRA, 2016; BILLAND, 2016; SOARES, 2018; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019) de forma a destacar a violência enquanto prática social, questionando o discurso por trás da palavra “agressor” que afirma que “locus da violência são os próprios homens” (SOARES, 2012, p. 202). A Lei e as Diretrizes, ao utilizar a palavra agressor, contrariam inclusive o discurso de legislações penais, como o Código Penal, que utiliza o termo agente, na maioria de seus artigos, para nomear o autor do fato.

A adoção da expressão “autor de violência” implica que é possível facilitar processos reflexivos que resultem na mudança de comportamentos violentos, assim como transformações nas relações desiguais de gênero. Ainda dentro dessa discussão, cabe diferenciar as expressões “autores de violência” e “homens autores de violência”. No título dessa tese e quando falo das intervenções de forma geral, trabalho com a primeira expressão, no masculino. Faço isso para

marcar que na maioria dos casos, no Brasil, são homens, mais especificamente homens cis, que cometem violências domésticas e familiares. Já no último capítulo da tese utilizo “homens autores de violência” para marcar a especificidade da pesquisa de campo, uma vez que todos os companheiros das mulheres entrevistadas eram homens cis, e os grupos para autores de violências em ambos serviços eram, no período da pesquisa, formados apenas por homens cis.

## 2.1 HISTÓRICO BRASILEIRO E PANORAMA DOS SERVIÇOS EXISTENTES

O deslocamento da discussão sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar para os autores de violência é um eixo de abordagem relativamente recente no Brasil, principalmente no que se refere às estratégias de políticas públicas. Ele partiu da constatação de que mesmo com a vigência de legislações que “garantiam tanto a prisão do homem autor de violência como a existência de programas de assistência e proteção para as mulheres em situação de violência e seus filhos” (VELOSO, NATIVIDADE, 2014, p. 45), os índices de violências permaneciam alarmantes.

No âmbito internacional, esse deslocamento se iniciou no final dos anos 1970 nos Estados Unidos e já apresenta trabalhos consolidados na América Latina (ANTEZANA, 2012; TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). As primeiras intervenções com autores de violência doméstica e familiar documentadas no Brasil começaram a ser executadas nos anos 1990. Entre as iniciativas pioneiras temos a da organização não governamental paulista PRÓ-Mulher, Família e Cidadania, que desenvolvia mediação familiar nos casos julgados no âmbito da Lei 9099/95 e, em 1993, passou a oferecer grupos de reflexão para mulheres em situação de violência e homens envolvidos nas denúncias (MUSZKAT, 2006; LIMA; BÜCHELE, 2011; CEPIA, 2016) e a do Instituto Noos, que inicialmente não tinha relação com a violência doméstica, mas com a demanda de homens em terapia, dando origem a grupos de reflexão sobre masculinidades. A metodologia<sup>19</sup> do Instituto Noos foi construída a partir de grupos de gênero realizados com homens de diversos contextos, faixas etárias, raças/etnias e camadas sociais da população da cidade do Rio de Janeiro, “dentre eles: meninos e ex-meninos de rua, estudantes da rede pública e privada, policiais militares, moradores, líderes e agentes sociais de comunidades empobrecidas, universitários, profissionais de nível superior e autores de

---

<sup>19</sup> Para saber mais sobre a metodologia do Instituto Noos ver as publicações: ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004 e BEIRAS; BRONZ, 2016.

violência doméstica e de gênero” (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004, p. 12). No final dos anos 1990, essa metodologia passou a ser utilizada com autores de violência doméstica e familiar num projeto com a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (BEIRAS; BRONZ, 2016). Outras ações pioneiras foram o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD), criado em 2003 no Distrito Federal; o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI), da Prefeitura de Blumenau-SC, que iniciou as intervenções com homens em 2004 e o Programa Albam, ONG de Belo Horizonte, que começou suas intervenções em 2005 (AGUIAR, 2009; BEIRAS, 2014).

As intervenções começaram a ser desenvolvidas sob o marco legal da Lei 9.099 de 1995. Essa Lei, que surgiu no intuito de desafogar o Poder Judiciário, criou os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) para processar crimes com pena privativa de liberdade de até um ano, por ela definidos como crimes de menor potencial ofensivo. Esses Juizados operavam principalmente a partir de formas alternativas de resolução de conflitos, como a conciliação, transação penal e suspensão condicional do processo. “Embora o propósito da lei não fosse tratar especificamente da violência doméstica, estima-se que cerca de 60% dos crimes que chegavam aos Juizados Especiais Criminais – JECRIMs eram de lesão corporal leve e ameaça, cometidos em relações conjugais” (SOARES, 2018, p. 18). Segundo Sinhoretto e Tonche (2019), os estudos sobre o impacto das inovações informalizantes trazidas pela Lei 9.009 de 1995 aos casos de violência doméstica, apontaram o aumento no acesso à justiça e da publicização dos conflitos domésticos, tendo em vista que o número de casos reportados aumentou. Algumas autoras também creditam à Lei um aumento do protagonismo das mulheres, devido ao uso de formas alternativas de administração de conflitos e possibilidade de discutir reparação de danos e subverter as relações de poder (IZUMINO, 2002). Por outro lado, conforme os anos foram passando, os Juizados foram perdendo sua celeridade inicial, e se burocratizando. Os juízes e os promotores, ao adotar métodos tipificados para atender os casos, transformaram os juizados em “uma espécie de linha de montagem” (BATITUCCI et al, 2010).

#### A burocratização

[...] terminou por sufocar a capacidade dos juizados em ser um espaço equilibrado de negociação dos interesses das vítimas. Em parte, isto foi atribuído à mentalidade conservadora dos operadores jurídicos, que passaram a aplicar penas consideradas inócuas ou ineficientes para a reeducação dos agressores (SINHORETTO; TONCHE, 2019, p. 3).

Essas penas eram majoritariamente multas ou pagamento de cestas básicas (SEGATO, 2003). Além das penas alternativas, outro instituto criticado era a conciliação. Segundo Lima e Büchele (2013, p. 20), “a centralidade da conciliação e o despreparo de parte dos operadores do Direito conduzia ao alto número de conciliações indesejadas (ou coagidas) e ao arquivamento de processos”. A aplicação desse instituto, centrada nos princípios da informalidade e celeridade, agia em prol da preservação da família, reificando as relações violentas e desqualificando os seus impactos na vida das mulheres (SANTOS, 2010). Essa aplicação da Lei 9.099/95 levou correntes do movimento de mulheres a reivindicar a prisão como “a única punição adequada aos conflitos de gênero, fazendo eco a um movimento de endurecimento penal que se intensificou no Brasil” (SINHORETTO; TONCHE, 2019, p. 3)<sup>20</sup>.

Nesse contexto, as primeiras intervenções com homens autores de violência foram pensadas como alternativas ao encarceramento e às penas pecuniárias, e como medidas que poderiam gerar transformações nas relações de gênero e violências decorrentes delas. Contudo, não foram recebidas sem resistência pelos juízes responsáveis pelos casos, ainda imersos em uma lógica de privatização dos conflitos domésticos, e sem capacitação para lidar com esse tipo de violência (SOARES, 2004).

A Lei 11.340/2006 trouxe previsão legal para essas iniciativas nos seus artigos 35 e 45. Essa Lei, nomeada Lei Maria da Penha em homenagem à Maria da Penha Fernandes<sup>21</sup> – brasileira que obteve a condenação do Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos pelo descaso do judiciário no julgamento das duas tentativas de assassinato que sofreu de seu marido e a deixaram paraplégica – representa a consolidação de mais de 30 anos de lutas dos movimentos feministas e de mulheres.

Desde o final dos anos 70, a violência se tornou uma das principais pautas dos movimentos feministas – violência política e sexual contra prisioneiras políticas, doméstica, policial contra trabalhadoras sexuais, racial contra mulheres, assassinatos de mulheres com absolvição dos assassinos baseados na tese de “legítima defesa da honra”, entre outras (SANTOS, 2010). Sua elaboração decorreu de um longo processo de discussão nacional, que envolveu a formação de um Consórcio de organizações não governamentais feministas em 2002

---

<sup>20</sup> De 2000 a 2017 houve um aumento de 212% no número de pessoas encarceradas no Brasil, resultando em 726.354 pessoas presas, sendo que 32,4% delas estão presas provisoriamente, ou seja, ainda não foram julgadas (FBSP, 2019). Além disso houve um investimento massivo em construção de unidades prisionais no país a partir de 2006 (BORGES, 2018).

<sup>21</sup> Mais informações sobre o caso e a condenação do Estado brasileiro podem ser encontradas no Relatório N. 54/01 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, disponível em: <[http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299\\_Relat%20n.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf)>. Acesso em outubro de 2017.

com o intuito de apresentar uma proposta de anteprojeto de lei, a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República em 2003 (PAZINATO, 2016) e muita pressão ao governo para sua promulgação.

A Lei Maria da Penha reflete uma articulação estreita entre o governo e os movimentos feministas e de mulheres no reconhecimento da violência doméstica e familiar como um problema de políticas públicas (PRÁ, 2010; SANTOS, 2010; PAZINATO, 2015). Sua abrangência a torna uma política ampla de enfrentamento à violência, sendo dessa forma, necessária para sua implementação a intervenção articulada dos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – nos três níveis de governo federal, estadual e municipal (PAZINATO, 2015). Ela rompe com uma visão meramente punitivista e incorpora perspectivas de prevenção e proteção (CAMPOS, 2015). No entanto, “quer no domínio da formulação/adoção, quer no da implementação, ocorrem variadas formas de absorção/tradução que restringem e ampliam, transformam e traem os significados e os escopos imprimidos pelas feministas aos textos legais e às políticas públicas” (SANTOS, 2010, p. 167), e o caso dessa lei não é diferente.

Pesquisas nos últimos quatorze anos vem ressaltando os inúmeros obstáculos para a sua plena implementação e efetivação, como a resistência dos operadores do direito (SANTOS, 2010; CAMPOS, 2015; PAZINATO, 2015); a falta de capacitação dos profissionais, o que têm contribuído para a permanência de atendimentos discriminatórios e prejudiciais às mulheres (PAZINATO, 2015); a insuficiência da rede especializada de serviços e a falta de orçamento para sua criação e manutenção (CAMPOS, 2015), entre outros. Circunstâncias que resultam na

[...] não universalização do acesso à justiça e em direitos para mulheres que terminam, muitas vezes, com um boletim de ocorrência em uma das mãos e uma medida de proteção na outra, sem que, para além desses papéis, existam políticas que deem mais efetividade à sua proteção e condições para que saiam da situação de violência (PAZINATO, 2015, p. 535).

Cabe ressaltar que o próprio texto legal, apesar de seus avanços, apresenta limitações ao excluir as manifestações de violência de gênero fora do ambiente doméstico e não perpetrada por familiares (PAZO, 2013). Essas violências são muito comuns no Brasil e estão fora do escopo de qualquer legislação preventiva, protetiva e punitiva, como os casos de assédio que não configuram estupro, por exemplo. Tem se discutido cada vez mais os casos de assédio nas mídias em geral, muitos documentários<sup>22</sup> e campanhas têm sido realizados, contudo esses

---

<sup>22</sup> *Chega de Fiu Fiu* (2018), *Precisamos falar sobre assédio* (2016), *Repense o elogio* (2017), somente para citar algumas produções brasileiras recentes.

esforços não têm sido suficientes para diminuir as violências que mulheres, principalmente jovens, sofrem no espaço público. A escolha por esse enquadramento,

[...] ao invés de violência de gênero, como é definida na Espanha por exemplo, foi uma decisão política com o objetivo de dar maior visibilidade a esse fenômeno específico. Com essa escolha, exclui-se uma discussão mais ampla sobre a questão de gênero pois um enquadramento mais flexível resultaria na possibilidade de inclusão de outros grupos lesados, como, por exemplo, as vítimas de crimes homofóbicos (AMADO, 2017, p. 234).

Além de seu escopo reduzido, a Lei Maria da Penha protege apenas as pessoas dentro do guarda-chuva identitário mulher (NOTHAFT, 2016; 2019). Esse fato exclui os homens trans e pessoas não binárias<sup>23</sup>, que, muitas vezes, sofrem violências dentro de suas próprias casas e/ou cometidas por familiares devido a não aceitação de suas identidades de gênero. Isso no país que mais mata LGBTTQIs no mundo e não possui nenhuma legislação protetiva ou que declare seus direitos<sup>24</sup>.

Desde as primeiras iniciativas até os dias atuais, as intervenções estão muito mais difundidas. Após a criação da Lei Maria da Penha cresceu, principalmente, o número de intervenções governamentais (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). Em 2014, o “Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro” mapeou 25 programas em diferentes estados brasileiros, obtendo informações mais detalhadas sobre 19 deles. Esse relatório, publicado pelo Instituto Noos, foi o primeiro mapeamento que buscou conhecer, de forma exploratória e descritiva, as experiências nacionais de serviços de atenção a homens autores de violência doméstica e familiar. Dentre esses dezenove, um está localizado no Acre, dois no Distrito Federal, um no Espírito Santo, dois em Minas Gerais, um no Mato Grosso, dois no Paraná, três no Rio de Janeiro, um em Santa Catarina e seis em São Paulo. Em 2019, o Núcleo Margens em parceria

<sup>23</sup> Apesar de não haver dados governamentais sobre a população de travestis e transexuais, as autoras do Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil, trabalha com a estimativa de que 1,9% da população mundial seja não-cisgênera, “sendo 1,1% da população pertencente ao gênero feminino (travestis e mulheres transexuais); e 0,8% pertencentes ao gênero masculino (homens trans e transmasculinos)” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 28) ou seja, deixa sem proteção aproximadamente 1,7 milhões de pessoas no Brasil.

<sup>24</sup> Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é crime no Brasil, a ser punido de acordo com a Lei de Racismo (7716/89). Essa decisão foi questionada pelos movimentos sociais e intelectuais críticos ao sistema penal por seu caráter meramente punitivo, que reforça o encarceramento em massa da população negra e pobre. Além disso, não protege a população LGBTTQI+ mais vulnerável, que são as mulheres trans e travestis negras trabalhadoras sexuais, frequentemente alvo da hostilidade policial e da seletividade penal (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

com o Instituto Noos publicou uma ampliação dessa pesquisa onde identificou pelo menos 41 iniciativas em todo país (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

Em 2016, a organização não governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) publicou o Relatório de Pesquisa “Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência”. Esse relatório mapeou os serviços existentes nas capitais brasileiras. Das 27 capitais, apenas em 14 foi verificada a existência de iniciativa vigente direcionada para autores de violência: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). Em Maceió (AL), Salvador (BA), Palmas (TO) e Aracaju (SE) as iniciativas são fruto de parcerias com universidades públicas e estão em fase de implementação (CEPIA, 2016). Em 6 capitais não foram identificadas iniciativas: Macapá (AP), Boa Vista (RR), João Pessoa (PB), Teresina (PI), Goiânia (GO) e Campo Grande (MS); em 3 capitais não houve retorno das instituições – Cuiabá (MT), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC); e em 4 capitais as iniciativas foram extintas: Rio Branco (AC), Manaus (AM), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

Em 2018, o IBGE lançou a Pesquisa de Informações Básicas Municipais<sup>25</sup> – MUNIC com um de seus capítulos destinados às Políticas para mulheres. No levantamento da quantidade de municípios com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres, um tipo pesquisado foi: *Serviço de Responsabilização do Agressor*. Essa política foi encontrada em 113 municípios brasileiros, distribuídos em todas as regiões do país, conforme é possível verificar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Total de municípios com serviço de Responsabilização do Agressor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação 2018

<i><b>Grandes Regiões e Unidades da Federação</b></i>	<i>Total Municípios</i>	<i>Serviço de Responsabilização do Agressor</i>
<b>Brasil</b>	<b>5 570</b>	<b>113</b>
<b>Norte</b>	<b>450</b>	<b>7</b>
Rondônia	52	1
Acre	22	1
Amazonas	62	1

<sup>25</sup> “Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal” (IBGE, 2019, p. 9).

Roraima	15	-
Pará	144	3
Amapá	16	1
Tocantins	139	-
<b>Nordeste</b>	<b>1 794</b>	<b>35</b>
Maranhão	217	5
Piauí	224	3
Ceará	184	5
Rio Grande do Norte	167	4
Paraíba	223	3
Pernambuco	185	6
Alagoas	102	-
Sergipe	75	2
Bahia	417	7
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>27</b>
Minas Gerais	853	6
Espírito Santo	78	3
Rio de Janeiro	92	8
São Paulo	645	10
<b>Sul</b>	<b>1 191</b>	<b>30</b>
Paraná	399	14
Santa Catarina	295	2
Rio Grande do Sul	497	14
<b>Centro-Oeste</b>	<b>467</b>	<b>14</b>
Mato Grosso do Sul	79	6
Mato Grosso	141	3
Goiás	246	4
Distrito Federal	1	1

Fonte: Adaptado do Perfil dos municípios brasileiros 2018 (IBGE, 2019)

Dentre os municípios, 37 estão localizados na região Nordeste, 30 na região Sul, 27 na região Sudeste, 14 na região Centro-Oeste e 7 na região Norte. Os estados em que não foram encontrados serviços em desenvolvimento, em 2018, foram Roraima, Alagoas e Tocantins (IBGE, 2019). Se comparamos esses dados com o número de municípios brasileiros, em 2018, apenas 2% deles contaram com esse tipo de política.

Cruzando as informações dos três relatórios com os dados da MUNIC (IGBE, 2019), as teses e dissertações analisadas em pesquisa anterior (NOTHAFT, 2016) e a pesquisa exploratória que realizei durante o Doutorado é possível afirmar que, ao menos, 115 cidades brasileiras já tiveram alguma experiência de intervenção com autores de violência doméstica e familiar. Em uma perspectiva cronológica, percebemos um grande avanço na implementação de serviços para autores de violência doméstica e familiar nos últimos 6 anos, quando o primeiro mapeamento foi feito, contudo essa quantidade de iniciativas está muito aquém da necessidade do Brasil, dadas suas proporções territoriais. Dentre os estados brasileiros, apenas em Roraima não foram documentadas atividades. A partir desse histórico brasileiro, passamos a discutir as diretrizes e normativas que existem sobre essas políticas.

## 2.2 NORMATIVAS E DIRETRIZES

A primeira tentativa internacional de identificar e descrever programas para autores de violência foi o Relatório “*Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: a Global Perspective*” lançado em 2003 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses programas, em sua maioria, apresentavam “como elemento principal da violência a diferença de poder entre homens e mulheres e, como orientação teórica, as perspectivas feministas de gênero” (MISTURA; ANDRADE, 2017, p. 243). Nesse ponto, as iniciativas latino-americanas se mostram diferenciadas dos modelos europeus, onde há o predomínio da perspectiva cognitiva, patologizante e individualizante (BEIRAS, 2012).

Há, em alguns países, instrumentos que regulam e determinam aspectos mínimos que deveriam ser seguidos<sup>26</sup>. Coincidem, entre outros aspectos, na necessidade de trabalhar com perspectiva de gênero e em rede com políticas para as mulheres e serviços de enfrentamento à violência doméstica e familiar; de formação continuada para os facilitadores dos programas; e de processos de avaliação e controle, de modo a garantir seu funcionamento e estabelecer resultados (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019).

---

<sup>26</sup> Ver MONTEIRO, Andrés; BONINO, Luis. Criterios de calidad para intervenciones con varones que ejercen violencia en la pareja (HEVPA). Cuadernos para el debate – Grupo 25. Espanha, 2006; WWP – WORK WITH PERPETRATORS OF DOMESTIC VIOLENCE IN EUROPE. Guidelines to develop standards for programmes working with male perpetrators of domestic violence. Berlin, 2008; HÍJAR, M.; VALDÉZ-SANTIAGO, R. Programa de reeducación para víctimas y agresores de violencia de pareja: manual para responsables de programa. Cuernavaca: Instituto Nacional de Salud Pública, 2010.

No Brasil, a Lei 11.340/2006 trouxe amparo legal antes inexistente para as intervenções (TONELI, 2007; LIMA, 2008; NOTHAFT, 2016), mais precisamente nos seus artigos 35 e 45 que preveem a criação de “centros de educação e de reabilitação para os agressores” e “o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (BRASIL, 2006), respectivamente. Essas diferentes denominações presentes no texto da Lei Maria da Penha implicam em diferentes objetivos, métodos e perspectivas teórico-epistemológicas (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). Os termos reeducação, reabilitação e recuperação trazem embutidas, no prefixo “re”, a ideia de que existe uma educação e sociedade igualitária de gênero à qual os autores de violência deveriam ser reinseridos. Contudo, não há nada a ser recuperado, nada que já tenha existido e tenha sido perdido (ANDRADE, 2014). São necessárias mudanças estruturais e culturais que permitam a construção de relações de gênero, raciais e sociais mais equitativas.

Além da Lei Maria da Penha, temos as *Diretrizes para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores*, editadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2008, com vistas a apresentar conceitos, atribuições e objetivos desses serviços à luz da Lei 11.340/2006, conforme previsto nos artigos 35 e 45; e o *Manual de Gestão para alternativas penais: medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres*, produto de uma Consultoria Nacional Especializada para Formulação de Modelo de Gestão para as Alternativas Penais, projeto BRA/011/2014 – Fortalecimento da Gestão do Sistema Prisional Brasileiro, parceria entre Departamento Penitenciário Nacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lançado em 2016.

As *Diretrizes* constituem “o resultado de discussões realizadas por diferentes Ministérios e representantes da sociedade civil no workshop “Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor”, realizado no Rio de Janeiro em julho de 2008” (BRASIL, 2008, p. 1). Elas estão divididas em cinco capítulos – conceituação, objetivos do trabalho a ser desenvolvido, pressupostos, organização dos serviços e atribuições, recursos humanos –, além de uma apresentação inicial. Na sua construção privilegiou-se a previsão do art. 45 da Lei, definindo como objetivo dessas políticas a promoção de atividades pedagógicas e educativas, e o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente. Como o próprio nome das diretrizes indica, os termos recuperação/reabilitação/reeducação, utilizados na Lei Maria da Penha, foram substituídos por educação e responsabilização, e “refere-se genericamente como “agressor” ao(a) autor(a) de violência” (SOARES, 2018, p. 21).

Segundo as diretrizes, o serviço deve ter caráter obrigatório e pedagógico com base em uma perspectiva feminista de gênero, e não de ‘tratamento’ (seja psicológico, social ou jurídico). Ou seja, descarta fatores como alcoolismo, uso de drogas e desemprego como causadores do problema. E objetiva

[...] a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização desses pela violência cometida. Juntamente com demais atividades preventivas - tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares - o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades (BRASIL, 2008, p. 2).

Antezana (2012), ao refletir sobre os pressupostos teóricos tácitos dos programas dominantes de intervenção para homens autores de violência, em âmbito internacional, enumera quatro principais modelos ou enfoques: o psicopatológico – distúrbios da personalidade: “este enfoque, desenvolvido por psicólogos, considera que os homens que praticam violência repetidamente são portadores de distúrbios da personalidade” (p. 12), explica, assim, a violência de forma individual sem levar em consideração seu contexto sociocultural; o psicoeducativo pró-feminista – “propõe uma leitura de gênero sobre a violência, reposicionando o problema como uma questão tipicamente social, mais do que individual” (ANTEZANA, 2012, p. 13), ou seja, no âmbito das relações de poder entre homens e mulheres. À essa leitura se soma a Filosofia educativa de Paulo Freire, que considera as pessoas capazes de questionar de maneira crítica suas realidades e, a partir da reflexão, modificar a si mesmo; o cognitivo-comportamental – esse enfoque considera a violência apenas no nível individual e concentra-se em modificar, mediante técnicas de reestruturação cognitiva e controle da ira, “as concepções incorretas da realidade, que se traduzem em déficits no autocontrole das emoções ou em baixas capacidades de negociação ou solução de conflitos” (ANTEZANA, 2011, p. 14); o construtivista-narrativista com perspectiva de gênero (CNPG) – considera, ao mesmo tempo, o contexto sociocultural e político próprio dos enfoques pró-feministas e das teorias de gênero e as colaborações psicoterapêuticas, buscando assim estabelecer um “diálogo com os homens no que diz respeito às suas próprias experiências, vivências, sentimentos, significados e intenções” (ANTEZANA, 2011, p. 15).

As *Diretrizes* consideram a violência doméstica e familiar como um fenômeno social que se funda em desigualdade de poder. E os serviços são pensados para contribuir com “a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos

de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade”, e “devem buscar o questionamento das relações de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores” (BRASIL, 2008, p. 3). Isto posto, pode-se dizer que estão muito próximas ao segundo modelo descrito por Antezana (2012), contudo também abrem a possibilidade de desenvolvimento do quarto. Por outro lado, descartam, expressamente, serviços fundamentados no primeiro modelo, pois os autores de violência são vistos não como doentes ou com transtornos de personalidade, e sim como seres inseridos em contextos socioculturais sexistas e machistas que naturalizam tais violências. Algumas intervenções brasileiras, apesar de fundamentações teóricas pautadas em princípios do segundo ou quarto modelo, acabam, no cotidiano dos grupos, se restringindo a aplicação do modelo cognitivo-comportamental (BERNARDES; MAYORGA, 2017). É a partir disso que discussões sobre a formação de facilitadores se tornam tão importantes. As diretrizes definem que:

1. A equipe multidisciplinar deverá ter atuação interdisciplinar e ser composta por, no mínimo: 1 coordenador; 1 profissional de Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia e/ou Serviço Social com experiência na condução de grupos e capacitados nas questões de gênero, feminismo e masculinidades; 2 estagiários (Direito, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais e/ou Serviço Social); equipe de apoio técnico (1 auxiliar administrativo, 1 recepcionista); 1 motorista e profissionais de segurança.
2. A equipe deverá participar, ao ingressar no serviço, por um curso de capacitação, com carga horária mínima de 60 horas, nas questões de violência contra as mulheres, gênero e masculinidades (segundo o conteúdo mínimo das capacitações previsto no Termo de Referência do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres).
3. A agenda de funcionamento do Centro deve prever reuniões da equipe para estudos de casos, formação e atualização dos profissionais e outros procedimentos que se façam necessários;
4. A prática interdisciplinar é indispensável, devendo orientar-se, prioritariamente, para atividades pedagógicas e educativas com o agressor, a partir de uma abordagem responsabilizante e de uma perspectiva feminista de gênero.
5. Deverá ser realizada avaliação periódica das atividades desenvolvidas pelo serviço, por meio de reuniões de equipe, supervisão técnica e mecanismos de controle social. (BRASIL, 2008, p. 5)

Em relação à capacitação inicial e formação periódicas, entre os serviços entrevistados no relatório do Instituto Noos, 84,2% declararam realizá-las (BEIRAS, 2014). Já o relatório CEPIA (2016) identificou que a maior parte dos profissionais não passou por nenhuma atividade anterior de formação e capacitação para o trabalho com os grupos. Nas entrevistas

[...] se percebe que o conhecimento é buscado individualmente, no desenvolvimento dos trabalhos. Apenas em São Paulo e Belo Horizonte, onde se encontram grupos pioneiros no trabalho com agressores, se identifica também a preocupação com a

qualificação acadêmica para o exercício da atividade com homens” (CEPIA, 2016, p. 49)

Segundo esse mesmo relatório, a maior parte das iniciativas em capitais são conduzidas pelas equipes multidisciplinares que atendem nos órgãos da justiça – juizados/varas de violência doméstica e familiar ou promotorias especializadas, havendo também, uma parcela de profissionais voluntários e estagiários. Nesses casos, os grupos com homens autores de violência se tornam uma atividade a mais, para a qual poucos profissionais são realmente capacitados para trabalhar (CEPIA, 2016).

Além da falta de formação para as diferentes metodologias utilizadas nas intervenções estatais no país, cabe questionar o tipo de formação e sua fundamentação teórica quando existente (ANTEZANA, 2012; BILLAND, 2016; AMADO, 2017). A fundamentação teórica utilizada para o trabalho é um dos aspectos mais importantes para refletir sobre a adequação entre a metodologia e o que se busca alcançar. Conforme o relatório da CEPIA,

[...] ainda que a diversidade de experiências desses Centros possa ser benéfica se for considerada a necessidade de adequar a implementação da Lei às realidades locais, recursos humanos e financeiros disponíveis, e o próprio perfil do público atendido, por outro lado, a padronização conceitual e metodológica é fundamental para garantir que se atinja o fim social previsto na Lei Maria da Penha, de erradicar a violência baseada no gênero (CEPIA, 2016, p. 11)

Se, segundo as diretrizes, as intervenções com autores de violência têm como objetivo “provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e de masculinidade hegemônica” (ANDRADE, 2014, p. 181), não só as capacitações são necessárias, mas também um constante exercício crítico das pessoas facilitadoras. Para poder desenvolver contextos que promovam a reflexão e a desconstrução de gênero nos grupos, quem facilita grupos precisa se implicar e revisar suas práticas cotidianas que reificam desigualdade de gênero e violência (BEIRAS; BRONZ, 2016). Pois o trabalho de intervenção é arriscado, “sempre no limite da reprodução dos preconceitos que se pretende combater” (BILLAND, 2016, p. 123).

Quanto às questões organizacionais, cabe ressaltar que as diretrizes determinam que o serviço

[...] deverá possuir sede própria ou estar vinculado diretamente ao sistema de justiça. Sob nenhuma hipótese, o equipamento poderá funcionar nos serviços especializados de atendimento à mulher, tais como: Casas-Abrigo, Centros de Referência, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas da Mulher e Núcleos de Gênero dos Ministérios Públicos (BRASIL, 2008, p. 4)

O sistema de justiça é entendido em sentido amplo, englobando o Poder Judiciário Secretarias de Justiça Estadual e/ou Municipal e administração penitenciária (CEPIA, 2016). “Há iniciativas em tribunais de justiça, central de penas e medidas alternativas, Centros de referência especializados de assistência social (CREAS), presídios, ONGs, entre outros” (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017, p. 187). Existem discussões sobre qual seria o melhor local para a realização desses serviços no contexto brasileiro. Não é possível, contudo, desvincular essa discussão da finalidade do serviço – punição, responsabilização e/ou educação.

Independentemente do local onde for desenvolvido, o serviço é previsto como parte das ações de enfrentamento à violência, e como tal, integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, devendo atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde). Essa obrigatoriedade está vinculada a compreensão da violência de gênero como um fenômeno social complexo e multifacetado, e como tal, requer a ação articulada de diversas áreas para seu enfrentamento.

As diretrizes brasileiras não preveem tempo de participação ou número de encontros. Em pesquisa latino-americana, Toneli et. al. (2010) identificam que a maioria dos serviços de caráter grupal analisados se reúnem de forma semanal por no mínimo um ano. No Brasil, o número de sessões é bem mais variável. O relatório de 2014 identificou formatos que previam entre 3 e 20 encontros. Dos 19 serviços analisados, 6 deles não definia um número fixo de encontros. Alguns serviços justificam essa indeterminação pela compreensão de que as pessoas têm necessidades e subjetividades distintas que devem ser respeitadas no desenvolvimento desse tipo de trabalho (BEIRAS, 2014). Já os serviços analisados pela CEPIA (2016), a maioria ocorre em formato de grupos de 10 a 15 homens, em média, com número de encontros variando de 6 a 19 sessões, semanais ou quinzenais.

O tempo de acompanhamento influencia o nível de reflexão dos participantes e a possibilidade de estes serem afetados pela intervenção (SILVA; COELHO, 2017; AMADO, 2017). Existem estudos nacionais que indicam que um trabalho inferior a seis meses será superficial e não contribuirá para o fim desse tipo de violência (VELOSO; NATIVIDADE, 2013). Já a literatura internacional “demonstra que o caráter reflexivo do trabalho pode ser alcançado com, no mínimo, 10 encontros” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 13). Em intervenções

muito curtas, corre-se o risco de apropriação instrumental de discursos, sem que nenhum processo de transformação tenha sido iniciado (CEPIA, 2016). No caso específico da metodologia do Instituto Noos, “o que se constatou é que não ocorre grandes prejuízos nos efeitos benéficos propiciados pelo trabalho, contanto que se siga a recomendação de sempre debater um tema por encontro” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 13). Contudo, em grupos com menos de 12 encontros torna-se difícil a inclusão de questões individuais, bem como o aprofundamento dos temas debatidos (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Outra discussão relevante se refere à forma de ingresso e vinculação. Segundo o Relatório do Instituto Noos (BEIRAS, 2014), os serviços podem ser voluntários, obrigatórios via decisão judicial, ou conjugar as duas possibilidades. As duas primeiras formas de ingresso estavam distribuídas de forma equitativa no universo dessa pesquisa, com 30,8% cada. Diversas pesquisas ressaltam a resistência inicial dos participantes quando sua vinculação nos grupos decorre de determinação judicial (SILVA; COELHO, 2017; SANTOS, 2012). Contudo, essa resistência pode ser quebrada quando bem trabalhada pelos facilitadores (BEIRAS, 2014).

Os serviços que conjugam as duas possibilidades criam interessantes espaços de trocas entre participantes de vinculação obrigatória e voluntária – alguns exemplos são o PPCVDI de Blumenau/SC, o NAFVD do Distrito Federal e o ISER do Rio de Janeiro (NOOS, 2014). Esses serviços recebem tanto a “demanda espontânea de homens que procuram atendimento por estímulo das companheiras, ou porque conheceram o trabalho e sentem que poderiam ser ajudado por ele” (CEPIA, 2016, p. 43), quanto homens encaminhados por determinação judicial, pela rede de enfrentamento à violência da cidade, Conselho Tutelar, entre outros.

Já nos serviços completamente voluntários, o maior desafio é a não continuidade dos participantes (LIMA, 2008, OLIVEIRA, 2012; SANTOS, 2012; AMADO, 2017). Nesses casos, as taxas de desistência precisam ser consideradas na avaliação e investigadas, pois pouco se sabe sobre os efeitos que essas intervenções podem ter naqueles que não completaram o ciclo do programa (AMADO, 2017).

A avaliação é um processo de aprendizagem que pode subsidiar pessoas e organizações em escolhas mais consistentes em relação aos rumos das intervenções (MINAYO, 2005). A inserção de processo de monitoramento e avaliação do trabalho em paralelo à sua realização não é somente importante para a equipe, como também para os participantes, que poderão refletir sobre os efeitos e a relevância do grupo para a própria vida (BEIRAS; BRONZ, 2016). Contudo, é no âmbito dos processos avaliativos que se encontra uma das principais lacunas dos

serviços, já que as iniciativas nesse sentido ainda são bastante rudimentares, quando não inexistentes (TONELI et al, 2010; ANTEZANA, 2012; CEPIA, 2016; AMADO, 2017).

Segundo o Relatório CEPIA (2016),

[...] a ausência de instrumentos para registro dos atendimentos e qualquer forma de avaliação sobre esses serviços faz com que as respostas sejam produzidas e reproduzidas sem que haja resultados para análise dos efeitos alcançados. Nesse cenário, não é possível saber quanto e como essas iniciativas analisadas contribuem para a mudança esperada ou o que seria necessário para aprimorar estas experiências e torna-las mais exitosas. É fundamental que os profissionais que elaboram esses projetos e buscam sua implementação sejam convidados a refletir sobre os resultados que desejam alcançar e se os meios utilizados estão sendo compatíveis com esses propósitos (p. 61).

Alguns serviços se utilizam de índices oficiais de reincidência, nos quais é medido a diminuição ou ausência de novas denúncias como indicador de resultado. Contudo há problemas sérios de subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar no país, que pode ser explicada por diversos motivos: tanto pelo sentimento de impunidade decorrente do descaso de operadores jurídicos na aplicação da Lei Maria da Penha; pela revitimização operada pela falta de serviços de acolhimento; quanto por ameaças por parte de companheiros que não querem ser novamente processados pela Lei. Ou seja, tanto pela precariedade de políticas públicas, quanto pela própria dinâmica da violência doméstica e familiar. Além disso, a verificação de reincidência abarca somente as violências passíveis de sanção penal, ignorando outras dimensões que também podem causar danos (GONÇALVES, 2015). Nesse sentido, esse indicador, embora importante, é bastante frágil e limitado, tanto por reduzir a violência à crimes passíveis de denúncia, quanto por desconsiderar a subnotificação e outras possibilidades “que não a mudança de comportamento dos participantes da intervenção – para não ter havido novas denúncias contra eles” (SOARES, 2019, p. 29).

Alguns serviços se utilizam de questionários aplicados aos participantes antes e depois (ou no último encontro) do ciclo de intervenção (MISTURA; ANDRADE, 2017; SOARES, 2019). São raras as iniciativas que mantém contato com os participantes após o período de intervenção, o que inviabiliza avaliação sobre os alcances das modificações ocorridas (AMADO, 2017).

As diretrizes de 2008 definem que:

[...] ainda que as intervenções sejam produzidas por diferentes metodologias é preciso definir indicadores de processo e de resultado que permita ao Estado e a sociedade civil acompanhar os resultados e efeitos do serviço, da rede e da política no que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher (BRASIL, 2008, p. 5).

Desse modo, a avaliação é parte integrante da intervenção, e “deve estar baseada em informações qualitativas e quantitativas, coletadas a partir da mulher, do homem e dos demais atores envolvidos” (BRASIL, 2008, p. 5). Mesmo com essa diretriz de 2008, as mulheres não têm sido ouvidas nos incipientes processos avaliativos. O único serviço encontrado que faz menção às mulheres é o Projeto Dialogar desenvolvido pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Estado de Minas Gerais, que realiza contatos telefônicos com as ex-companheiras dos participantes dos grupos (BERNARDES; MAYORGA, 2017).

Passando agora para o documento mais recente: *Manual de Gestão para alternativas penais: medidas protetivas de urgência e demais serviços de responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres*, ele apresenta o

[...] mapeamento dos atores, processos de trabalho, descrição de procedimentos, proteção social e encaminhamentos às redes de apoio especializado em álcool e drogas, assistência social e profissionalização, fluxogramas e descrição de rotinas, delimitando um modelo de gestão para as medidas protetivas de urgência e demais ações de responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres no Brasil, considerando as boas práticas em curso, como os Grupos Reflexivos a partir da iniciativa de instituições especialistas em gênero, com o foco na responsabilização dos homens e ruptura com os ciclos de violências (LEITE, 2016, p. 7-8).

Se partimos das Diretrizes de 2008, podemos considerar a edição desse documento um avanço em termos de sistematização das intervenções no âmbito do artigo 45 da Lei, pois ele “propõe uma metodologia para a estruturação de um serviço de acompanhamento às medidas protetivas e demais ações de responsabilização para homens, no contexto da Lei Maria da Penha, a ser estruturado junto à Central Integrada de Acompanhamento às Alternativas Penais” (LEITE, 2016, p. 39). E tem como objetivo consolidar um modelo de gestão que possibilite ao Departamento Penitenciário Nacional e aos “estados e municípios fomentarem a implantação, o gerenciamento e acompanhamento das medidas protetivas e demais serviços de responsabilização para homens, previstas na Lei Maria da Penha” (LEITE, 2016, p. 8).

Além disso, esse manual avança substancialmente em termos de alinhamento metodológico e político para os serviços destinados aos autores de violências doméstica e familiar. Ao juntar a discussão dos serviços com o acompanhamento das alternativas penais, estrutura uma de forma de encaminhamento e controle das atividades integrada a execução penal e dentro de uma perspectiva de segurança pública que prioriza a responsabilização e não o encarceramento. Esse manual será fonte para discussão do subcapítulo sobre as formas de encaminhamento.

Após essa contextualização, que é de onde parti para construir o problema desta pesquisa, aprofundarei a discussão epistemológica e metodológica que amparou seu desenvolvimento e as análises dos capítulos seguintes.

### 3 MÉTODO COMO CAMINHO: NA BUSCA DE UMA PRÁTICA DE PESQUISA DESCOLONIAL

Nesse capítulo desenvolvo a história dessa pesquisa: minhas escolhas epistemológicas e metodológicas, inserção no campo de pesquisa e contextualização dos serviços selecionados. Início esse percurso com minhas inquietações sobre a interdisciplinaridade e como ela foi construída nessa pesquisa: a partir de suas relações com as epistemologias feministas. As discussões epistemológicas que perpassam a construção dessa tese me levaram a refletir sobre o que chamo de prática de pesquisa descolonial. Os pressupostos dessa prática, brevemente exposta na introdução, também são desenvolvidos no próximo subcapítulo.

#### 3.1 INTERDISCIPLINARIDADE E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

*O que uma pesquisa interdisciplinar tem de diferente de uma pesquisa disciplinar? Quais suas especificidades?* Essas são as principais perguntas que perpassaram os primeiros dois anos de minha formação doutoral, e que se tornaram ainda mais latentes na estruturação do projeto dessa pesquisa. Segundo Héctor Leis (2005), os programas interdisciplinares são radicalmente distintos dos disciplinares: “enquanto os programas disciplinares são fenômenos derivados da realidade existente, os interdisciplinares produzem a realidade que os contextualiza (em outras palavras, eles se autoproduzem enquanto programas interdisciplinares)” (LEIS, 2005, p. 6). No *Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina*, “a pesquisa interdisciplinar foi uma experiência vivida na prática” (PEDRO; SHEIBE, 2011, p. 427). O foco sempre foi resolver problemas concretos, ao invés de discutir teoricamente o que seria a interdisciplinaridade (PEDRO; SHEIBE, 2011), o que é perceptível ainda hoje para quem cursa o Programa, e que gera algumas dúvidas e tensões para as pesquisadoras e pesquisadores em formação. Contudo, não deixa de ser uma forma muito rica de construção de conhecimento. Na concepção de egressos do PPGICH, a pesquisa interdisciplinar é ainda um desafio para pesquisadores, pois “requer abertura ao diálogo, curiosidade epistemológica”, “trabalho coletivo”, mas que é possível porque as ficcionais “linhas fronteiriças entre as diferentes disciplinas estão, hoje em dia, cada vez mais intersectadas, mescladas, ou justapostas e/ou, ainda, deslocadas” (PEDRO; SHEIBE, 2011, p. 439).

Mas, buscando responder às perguntas iniciais, considero necessário discutir como a interdisciplinaridade e outros termos assemelhados veem sendo compreendidos. Iniciando pelo caminho mais fácil, quando nos aventuramos a compreender conceitos complexos, que é a definição pela negativa, a interdisciplinaridade não deve ser confundida com a multidisciplinaridade, nem com a transdisciplinaridade (LEIS, 2011). A multidisciplinariedade é muito utilizada em trabalhos conjuntos de profissionais de diversas disciplinas (PIRES, 1998) e conseqüentemente não implica em integração, mas superposição (LEIS, 2011) ou justaposição (PIRES, 1998). Isso não invalida seus esforços e pode representar um passo rumo à interdisciplinaridade, contudo não provoca uma “integração totalizadora, que traga um novo insight sobre o problema ou tema abordado” (LEIS, 2011, p. 109). Por outro lado, a transdisciplinaridade busca transcender as disciplinas na busca de conceitos e teorias comuns a todos os campos. Enquanto a abordagem multidisciplinar privilegia a dimensão empírica, a transdisciplinar privilegia a teórica. Segundo Leis (2011), a pesquisa interdisciplinar demanda uma equidistância tanto da multidisciplinaridade quanto da transdisciplinaridade.

As concepções de interdisciplinaridade são variadas, mas, existe consenso sobre algumas de suas características. A abordagem mais comum tende a compreendê-la como um processo de resolução de problemas complexos, uma integração de visões disciplinares diversas, construindo uma perspectiva mais abrangente. Indo um pouco além, alguns autores reivindicam que “a interdisciplinaridade reside na capacidade de integrar modos de pensar de várias disciplinas para produzir um avanço ou salto do conhecimento a um patamar que seria impossível de ascender por meios disciplinares” (LEIS, 2011, p. 107-108). Conforme o autor, embora esses aspectos estejam presentes na maioria dos trabalhos interdisciplinares, dificilmente eles aparecem em equilíbrio. Nesse sentido,

[...] a prática da interdisciplinaridade não supõe uma negação das bases epistemológicas das disciplinas, como no caso da transdisciplinaridade, mas também não pretende deixar intacto o monopólio epistemológico das disciplinas como no caso da multidisciplinaridade (LEIS, 2011, p. 110).

Para algumas professoras do PPGICH/UFSC, não há uma metodologia interdisciplinar, e sim diferentes projetos teórico-metodológicos. E a interdisciplinaridade propõe a articulação desses diferentes projetos para pensar temas que exige reflexões oriundas de variadas disciplinas. Ou seja, é o problema de pesquisa que exige essa articulação, o que alguns autores vão chamar de primazia do “objeto” na pesquisa (PEDRO, SHEIBE, 2011). Nesse contexto, os estudos de gênero consistem num campo intrinsecamente interdisciplinar (LAGO et al., 2004),

“em que pesquisadores com diferentes formações encontram um *locus* privilegiado de produção do conhecimento” (FERNANDES; CARLOS, 2009, p. 92).

Tanto os problemas quanto os temas que envolvem essa pesquisa – Lei Maria da Penha, violências e, mais especificamente, violência doméstica e familiar – me levaram à interdisciplinaridade ainda durante minha graduação, quando passei a integrar o Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre a mulher (NIEM/UFRGS). Na minha pesquisa de dissertação identifiquei que a produção acadêmica sobre intervenções com autores de violência doméstica no Brasil é multidisciplinar<sup>27</sup> e desarticulada entre as disciplinas, o que tornou a interdisciplinaridade uma ferramenta indispensável para compreender as pesquisas já realizadas e avançar nesse campo. Assim, minha trajetória não é diferente da maioria dos alunos da área de concentração Estudos de Gênero do PPGICH, que “começa a circular na interdisciplinaridade anteriormente ao doutorado” (FERNANDES; CARLOS, 2009, p. 91-92); diferentemente de seus docentes, que possuem aderência disciplinar, com formações e pesquisas muito relacionadas a apenas uma área do conhecimento (FERNANDES; CARLOS, 2009).

Nesse contexto, refletir sobre a interdisciplinaridade, tanto por ser uma prática de pesquisa em construção (LEIS, 2005) quanto pela falta de docentes de atuação interdisciplinar para buscar inspiração, foi uma tarefa árdua e confusa para a pesquisadora em formação. Diversas influências teóricas que carregamos são eminentemente disciplinares e têm uma história dentro dessa disciplina. Disputas teóricas que fazem muito sentido dentro de uma tradição disciplinar podem, na pesquisa interdisciplinar, parecer supérfluas. Assim, a pessoa pesquisadora precisa assumir esse papel híbrido e admitir que lida com “realidades” discutíveis (MACHADO, 2013).

Além dos desafios da pesquisa em si, o fazer interdisciplinar costuma ser recebido com preconceito, desconhecimento ou desinteresse por parte de comunidades acadêmicas disciplinares. “Um obstáculo sério para entender o sentido da atividade interdisciplinar reside no fato de que os pesquisadores e docentes estão envolvidos em idiosincrasias, das quais eles não são totalmente conscientes, entrando em debates intermináveis sobre um tema que é polissêmico” (LEIS, 2011, p. 112). E circular nesses meandros, não tendo uma disciplina base para se voltar, me fez refletir sobre a conjugação de todas essas influências de forma incessante.

---

<sup>27</sup> Os Programas de Pós-Graduação onde foram desenvolvidas pesquisas são: Antropologia Social, Sociologia e Antropologia, Estudos Interdisciplinares, Medicina Social, Psicologia e Cultura, Psicologia Social, Psicologia, Sociologia e Saúde Coletiva. Entre eles, as três últimas disciplinas concentram mais da metade dos trabalhos.

Enquanto as disciplinas possuem uma tradição epistemológica consolidada, no campo dos estudos interdisciplinares não existem regras predeterminadas. “Nesse campo, o valor acadêmico de uma pesquisa deriva, precisamente, de sua capacidade de inovar e contradizer marcos epistemológicos consagradas na abordagem de determinados problemas” (LEIS, 2011, p. 112). Ao contrário das disciplinas, que congelam o conhecimento alcançado em determinado momento histórico, a interdisciplinaridade é sempre uma reação às abordagens disciplinares normalizadas e "normatizadas, ou seja, ela é livre das disputas e das caixas disciplinares. Porém essa liberdade pressupõe falar de um “não-lugar” epistêmico. Segundo Nelson Maldonado-Torres (2016), aos pesquisadores interdisciplinares, ao mesmo tempo que se possibilita

[...] usar várias disciplinas para entender uma área ou um problema; por outro, são questionados por não apresentarem um método específico. Como o método tem sido a marca definidora da racionalidade científica, a aparente ausência do mesmo faz com que os espaços interdisciplinares sejam concebidos como espaços menos racionais e rigorosos que os fornecidos pelas disciplinas (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 75).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é cercada de incompreensão, mesmo entre aqueles que dizem aplicá-la. Ela fica perceptível no desconforto das pessoas em geral quando respondo a área de meu doutorado e na sempre subsequente pergunta: “*Mas você é formado em que?*”. Provavelmente por essa necessidade constante de me explicar, que compreender meu lugar enquanto pesquisadora tomou tanto tempo e estudo durante os primeiros anos do Doutorado, culminando com a escrita desse texto. Hoje percebo que o problema não é a abertura da pesquisa interdisciplinar e sim o encerramento das pesquisas disciplinares. Entendo a importância que a delimitação de campos teve para a legitimação de disciplinas antes questionadas, mas a necessidade capitalista de reserva de mercado aprofunda essas disputas e causa interferências na forma como construímos o conhecimento.

A interdisciplinaridade também envolve uma questão de linguagem, uma vez que as disciplinas são monopólios de linguagem em disputa. Atuar entre monopólios é, ao mesmo tempo, falar para todos e falar para ninguém. Ao abdicarmos da linguagem disciplinar e construirmos pontes entre as disciplinas, durante a execução da pesquisa estamos também criando uma nova linguagem, que será única. Nesse sentido, o grande paradoxo da pesquisa interdisciplinar é que ela corre o risco de se tornar ininteligível. Em outras palavras: na busca de romper barreiras entre disciplinas, acabar criando uma linguagem que comunica ainda menos que a linguagem disciplinar. *E como é possível não recair nisso?* É a pergunta que me acompanha na escrita desta tese. Por mais que minhas análises e reflexões estejam em constante

construção, o texto escrito é definitivo, ao mesmo tempo que aberto à interpretação. Ou seja, não é possível adaptar-se às distintas pessoas interlocutoras e seus lugares de fala, nem a contextos específicos de discussão. Assim, dialogo reflexivamente entre linguagens disciplinares, buscando torná-las mais acessíveis e conseqüentemente menos acadêmicas e técnicas.

Os estudos feministas se constroem historicamente enquanto um campo interdisciplinar por excelência. Mesmo sem, muitas vezes, trabalhar com a ideia de interdisciplinaridade, pesquisadoras de diversas disciplinas tiveram que romper barreiras disciplinares e se influenciaram entre si na construção de um conhecimento compartilhado. Conhecimento que, ao mesmo tempo que buscava ocupar os espaços vazios deixados pelas disciplinas, criava novos conceitos para lidar com “realidades” antes ignoradas e as inseria enquanto problemas de pesquisa acadêmica. Ou seja, centram sua atenção em compreender, explicar, interpretar e questionar os conhecimentos que sustentaram o androcêntrismo e diversas outras desigualdades (SALGADO, 2008). Segundo Angela Davis (2018),

[...] o feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levaram além das categorias “mulher” e “gênero”. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (p. 99).

Ao longo da história, feministas argumentaram que as epistemologias tradicionais excluíram sistematicamente a possibilidade de que mulheres fossem sujeitos ou agentes de conhecimento, e que, dessa forma, a ciência, a história e a própria linguagem foram construídas desde o ponto de vista de homens de raça e classe dominante (HARDING, 2002). Em outras palavras, elas perceberam que “o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas incapazes de pensar a diferença” (RAGO, 1998, p. 4). Os conceitos acadêmicos se mostravam estreitos demais, e assim, precisavam ser transformados, abandonados, questionados, refeitos. Todo esse processo não ocorreu sem rupturas e desestabilizações das bases epistemológicas disciplinares, a despeito de muitas permanências – que os feminismos negros, interseccionais, trans, lésbicos, pós e descoloniais questionaram e continuam questionando – e permitiu que hoje possamos pensar em epistemologias feministas interdisciplinares.

Se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de construção do conhecimento, a maneira como estabelecemos relações, o campo conceitual e a representação de conhecimento enquanto “verdade” a partir dos quais operamos, “deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista” (RAGO, 1998, p. 3). Gloria Ladson-Billings (2006, p. 259) afirma que epistemologia é mais que “uma forma de conhecer”, é “um “sistema de conhecer” que possui uma lógica interna e uma validade externa”. Assim, ela está simbioticamente ligada à visão de mundo da pessoa que pesquisa:

[...] o modo como o indivíduo observa o mundo é influenciado pelo conhecimento que possui, e o conhecimento que esse indivíduo é capaz de possuir é profundamente influenciado por sua visão de mundo. Dessa forma, as condições nas quais as pessoas vivem e aprendem influenciam tanto seu conhecimento quanto suas visões de mundo. O processo de desenvolvimento de uma visão de mundo que seja diferente daquela dominante requer um trabalho intelectual ativo por parte do conhecedor (...) (LADSON-BILLINGS, 2006, p. 260)

Ou seja, enquanto pessoas que pesquisam e constroem conhecimento somos também responsáveis pelo que aprendemos a ver. Cabe, assim, apresentar o que aprendi a ver no decorrer desses anos de pesquisa e que são, desse modo, pressupostos dessa tese:

1. A pesquisa feminista não se limita à construção de conhecimento, mas se trata de uma prática diretamente política e discursiva que “resiste ao imperativo totalizador dos corpos de conhecimento legítimos ou científicos estabelecidos através dos séculos” (MOHANTY, 2008, p. 2). Nesse sentido, não existe pesquisa apolítica, objetiva ou neutra, assim, essa pesquisa está enredada em relações de poder, às quais resiste, enfrenta e, inclusive, respalda implicitamente (MOHANTY, 2008). E para compreender essas relações de poder é necessário refletirmos sobre nosso lugar de fala. Esse termo, de origem imprecisa, foi aprofundado e largamente difundido no Brasil a partir da obra *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro, publicada em 2017. A autora atribui seu surgimento às discussões sobre feminismo do ponto de vista (*stand point*), teoria racial crítica, pensamento descolonial e diversidade (RIBEIRO, 2017).

O debate sobre lugares de fala é, antes de tudo, um debate estrutural sobre relações de poder e condições sociais que possibilitam ou restringem oportunidades e direitos. Para compreender esse conceito,

[...] seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos ao invés de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos (RIBEIRO, 2017, p. 61).

Esses elementos da estrutura social criam lugares sociais e moldam experiências comuns. Essa teorização, ao refutar interpretações universais, reivindica que homens brancos se racializem (RIBEIRO, 2017) e generifiquem. Grada Kilomba, em entrevista concedida à Djamila Ribeiro, explora essa questão. Segundo ela,

[...] as pessoas brancas não se veem como brancas, se veem como pessoas. E é exatamente essa equação, “sou branca e por isso sou uma pessoa” e esse ser pessoa é a norma, que mantém a estrutura colonial e o racismo. E essa centralidade do homem branco não é marcada. E o que esses movimentos como o Critical Whiteness e o que eu faço no meu trabalho, é justamente começar a marcar. E o que quer dizer marcar? Quer dizer também falar sobre diferenças. Por exemplo, como pessoas negras, muitas vezes, somos referidos como diferentes. E eu coloco a questão: diferente de quem? Quem é diferente? Tu és diferente de mim ou eu sou diferente de ti? Pra dizer a verdade nós somos reciprocamente diferentes. Então a diferença vem de onde? Eu só me torno diferente se a pessoa branca se vê como ponto de referência, como a norma da qual eu difiro. (...) muitas vezes nos dizem que nós fomos discriminados, insultados, violentados porque nós somos diferentes. Esse é um mito que precisa acabar. Eu não sou discriminada porque eu sou diferente, eu me torno diferente através da discriminação. É no momento da discriminação que eu sou apontada como diferente. Desconstruir o racismo é descolonizar o conhecimento. Às vezes podem soar apenas como palavras, mas possuem uma construção teórica imensa.<sup>28</sup>

Essa crítica também é válida para outros lugares sociais que não costumam ser marcados, como a cisgeneridade e a heterossexualidade, uma vez que são tidas, pela cultura ocidental, como naturais, normais e biológicas (VERGUEIRO, 2015). Por mais que as pessoas que se veem como a norma insistam em não marcar o seu lugar é importante frisar: “todo mundo tem lugar de fala” (RIBEIRO, 2017, p. 81).

O conceito de lugar de fala também nos faz pensar sobre autorização discursiva. Nesse ponto, cabe citar na integralidade um trecho do artigo *Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala*<sup>29</sup>, de Jota Mombaça, pois rebate uma das críticas mais comuns ao conceito:

[...] muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de

<sup>28</sup> Trecho de entrevista de Grada Kilomba, realizada por Djamila Ribeiro, publicada na Carta Capital em março de 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/2016-co-racismo-e-uma-problemativa-branca2016-uma-conversa-com-grada-kilomba>>. Acesso em novembro de 2019.

<sup>29</sup> Texto publicado em julho de 2017. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>>. Acesso em janeiro de 2020.

autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta.

Ou seja, o conceito de lugar de fala, quando rompe com o regime de autorização discursiva vigente, reivindica que “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar” (RIBEIRO, 2017, p. 78). Mas isso não significa que ele pode ser usado como desculpa para se omitir diante de opressões:

[...] numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Cada pessoa se engaja em lutas contra opressões a partir de seu lugar de fala. Para tanto, é preciso se tornar consciente desse lugar social e seus privilégios. E isso não é possível sem conhecer a própria história e a história do território que ocupamos – maior investimento em conhecimento que fiz durante o Doutorado e que resumo brevemente no segundo pressuposto desta tese.

A minha história começa em uma cidade de colonização alemã de mais ou menos cem mil habitantes no centro do estado do Rio Grande do Sul. Meus pais, de ascendência pomerana e alemã cresceram na agricultura familiar de produção de “fumo” (tabaco) e foram os primeiros de ambas famílias a acessar à universidade, ao saírem da zona rural de suas cidades natais para trabalhar em uma indústria de processamento de fumo.

Nascida em 1989, sou filha da democracia, da constituição cidadã. Cresci entre os livros e Códigos legais de minha mãe, com os quais disputava atenção até sua formatura em Direito, quando eu tinha 6 anos. Escutei desde criança a importância da educação pública, na qual cursei meu ensino fundamental e médio, e das universidades públicas que meus pais não tiveram a oportunidade de acessar. Cresci em meio à movimentação política de meus pais, filiados ao Partido dos Trabalhadores, em uma cidade conservadora, majoritariamente de Direita. No início da minha adolescência vivi a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, de estabilidade política, crescimento econômico, ascensão da classe baixa branca em classe média e da

ampliação de políticas públicas, principalmente de acesso e permanência ao nível superior. Dentro desse contexto, tive a oportunidade de fazer toda minha formação em universidades públicas e a Pós-Graduação enquanto bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, agência do governo fundamental ao financiamento da pesquisa brasileira, que vejo hoje ser sucateada rapidamente.

Minha construção de gênero e sexualidade foi marcada pela normatividade cis heterossexual do interior do Rio Grande do Sul e experienciei as diversas violências que marcam essa construção e os relacionamentos por ela naturalizados. Através dos movimentos feministas e da militância LGBTTTQI+ tive oportunidade de me questionar e reconstruir minha identidade enquanto mulher-cis lésbica.

A reflexão sobre lugar de fala e seus privilégios também implica em

[...] perceber como a branquitude é valorizada em instituições e símbolos, mas também envolve o processo, muitas vezes doloroso, de ver como a branquitude moldou sua biografia. Posturas intelectuais contra as dimensões institucionais e simbólicas do racismo geralmente são mais fáceis de sustentar do que auto reflexões sobre como o racismo moldou nossas biografias individuais. Os seus pais, tios, avós eram e são, realmente, mais capazes que os meus, ou suas conquistas podem ser explicadas, em parte, pelo racismo que minha família viveu? (COLLINS, 2015, p. 38)

Ou seja, perceber que só existo em decorrência da política de branqueamento do país, que favoreceu a imigração de alemães e italianos pobres nos séculos XIX e XX. Que apesar das dificuldades que meus avós passaram para sobreviver a partir da agricultura familiar, eles tiveram acesso a uma terra para cultivar. E que apesar do esforço que meus pais fizeram para acessar a universidade privada e concluir seus estudos, trabalhando e me cuidando ao mesmo tempo, eles não precisaram lidar com o racismo e foram privilegiados por esse sistema de opressão.

Esse processo de compreender os privilégios que eu e minha família tivemos apesar das dificuldades que passamos, é indispensável para construir práticas antirracistas. Contudo, é necessário também reconhecer que “por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que afligem outros grupos” (RIBEIRO, 2017, p. 68). Mas isso não significa que a estrutura social racista e as instituições não possam ser transformadas a partir de ações de muitos indivíduos (ALMEIDA, 2019).

A importância de pensar sobre lugar de fala na pesquisa também está em admitir que

[...] nenhum/a de nós sozinha possui uma visão abrangente de como raça, classe e gênero operam como categorias de análise ou como elas podem ser usadas como categorias de ligação e conexão. Nossas biografias pessoais nos oferecem visões parciais. Poucos podem dar conta de estudar raça, classe e gênero simultaneamente. Ao invés disso, cada um e cada uma de nós sabem mais sobre alguma das dimensões dessa ampla história e menos sobre outras. (COLLINS, 2015, p. 36)

Em outras palavras, é um conceito fundamental para pensar sobre como a experiência de cada pessoa está conectada com sua visão de mundo e, conseqüentemente, com suas posições políticas e teóricas. Partir do meu lugar de fala nessa pesquisa também é uma postura ética, pois saber de onde falo é imprescindível para compreender e analisar nossa sociedade. Ao mesmo tempo, essa postura permitiu que eu buscasse conhecimento construído por pessoas pesquisadoras ou ativistas que ocupam lugares de fala diferentes do meu, na tentativa de construir uma análise menos distorcida, mas ciente que toda pesquisa é parcial e interpretativa.

2. A ciência hegemônica – pretensão de um conhecimento sem sujeito, sem história, sem relações de poder, descorporificado e desde lugar nenhum (MIGNOLO, 2007) – coloca a Europa como princípio e referência da História, e a modernidade como projeto de superação “ao qual todo grupo humano tem que chegar” (MIÑOSO, 2016, p. 144-145). Para romper com essa falácia eurocêntrica, os feminismos precisam se nutrir de “aportes teóricos de análise da colonialidade e do racismo – já não como fenômeno e sim como episteme intrínseca à modernidade e seus projetos liberadores” (MIÑOSO, 2016, p. 146). Nessa perspectiva, a colonialidade é pensada não como uma contingência histórica superável pela modernidade, um desafortunado desvio. Ao contrário, ela é imanente à modernidade. As condições de emergência, existência e superação das duas estão indissolúvelmente ligadas (RESTREPO; ROJAS, 2010). Assim, para compreender e analisar problemas criados pela colonialidade, é necessário questionar a perspectiva categorial moderna e abandonar a prática de considerá-la a única possível, buscando “tratamentos mais complexos, geopolíticos e codeterminantes de gênero, sexualidade, racismo, capitalismo e colonialidade” (MIÑOSO, 2016, p. 162). Pois, “significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 9).

Em 1988, Lélia Gonzalez já questionava a concepção dominante de que a formação cultural brasileira era exclusivamente europeia e branca. Um “olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil seria atentar para a “América Africana”” (GONZALEZ, 1988, p. 69). Se aplicarmos a crítica desenvolvida por essas autoras, precisamos pensar as exclusões e apagamentos culturais e epistêmicos feitos na história desse território que hoje chamamos Brasil. Essa história começa muito antes de 1500 e é extremamente diversa

culturalmente, uma vez que se estima que a população originária abarcava entre um milhão e oito milhões de pessoas e que a expropriação realizada pelos europeus “tenha dizimado entre 25% e 95%” (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 15). Apesar da violência e genocídio de incontáveis povos, 305 diferentes etnias e 274 línguas<sup>30</sup> resistem no Brasil atual. Conforme o censo do IBGE de 2010, a população indígena<sup>31</sup> brasileira era de 817.963 pessoas, das quais 502.783 viviam na zona rural e 315.180 habitavam as zonas urbanas brasileiras, distribuídas por todo o território nacional. Além da população originária, 40% dos africanos traficados e escravizados<sup>32</sup> foram trazidos para o Brasil, “no total de cerca de 3,8 milhões de migrantes. Hoje com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano depois da Nigéria” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15).

Além do genocídio operado, a colonização foi extremamente violenta na implementação da visão eurocêntrica de mundo<sup>33</sup>. Apesar de ocorrerem modificações na estrutura econômica, política e legislativa com a Abolição da escravatura e a Promulgação da República, o epistemicídio foi perpetuado a partir de projetos de marginalização, branqueamento, encarceramento em massa, apagamento das raízes africanas e indígenas da cultura brasileira, assim como da história cruel e genocida da colonização e escravidão brasileira, e das resistências a esse regime. Esse apagamento foi tanto material – Rui Barbosa, enquanto ministro das Finanças, assinou a Circular 29, de 13 de maio de 1891, ordenando a “destruição por fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral” (NASCIMENTO, 2018, p. 58) quanto ideológico, a partir de criação de mitos, como o do senhor benevolente<sup>34</sup> – que apregoa o “alto grau de bondade e humanidade”

<sup>30</sup> Esses números se referem apenas aos registrados na Funai. Além deles, a Funai também tem documentado a existência de 69 povos não contatados, além de grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em outubro de 2019.

<sup>31</sup> Existem críticas às atuais categorias raciais do IBGE no sentido que promovem o apagamento da população indígena brasileira dentro da categoria racial pardo.

<sup>32</sup> Utilizo o termo "escravizado/o" e não "escravo/a", seguindo a crítica de Grada Kilomba (2019): "escravizada/o" descreve um processo político ativo de desumanização operado pelos europeus, enquanto “escrava/o” descreve “o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas” (KILOMBA, 2019, p. 20)

<sup>33</sup> Para saber mais sobre esse processo ver: SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do 'ser negro'**. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo; Rio de Janeiro: Pallas/Educ/Fapesp, 2002. v. 1. 173p.

<sup>34</sup> Resgates históricos de dados do período escravista sobre mortalidade infantil, alforria e expectativa de vida têm mostrado exatamente o contrário (BERNARDINO, 2002; GONZALEZ, 1982; NASCIMENTO, 2018). No âmbito da alforria, “as autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência”. Para um maior aprofundamento na discussão ver: NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 4 ed. São Paulo: Perspectivas, 2018, p. 58-72; GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In:

na escravidão praticada nas colônias portuguesas, ao contrário das colônias inglesas –, da escravidão enquanto prática africana anterior ao tráfico, da “docilidade” e “aptidão natural” do africano para o trabalho forçado<sup>35</sup>, entre outros.

Todos esses mitos juntos contribuíram para o sucesso de outro mito: o da “democracia racial brasileira” (NASCIMENTO, 2018), “que no Brasil chegou até as últimas consequências” (CARNEIRO, 2001, p. 1). Segundo ele, negros e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades econômicas e sociais, inexistindo qualquer preconceito ou discriminação fundada em origens étnicas ou raciais (HASENBALG, 1982; BERNARDINO, 2002; NASCIMENTO, 2018).

Esse mito ganhou elaboração acadêmica e alcançou sua maior expressão por meio da obra *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Contudo, para Joaze Bernardido (2002) seu nascimento é anterior, e se dá “quando se estabelece uma ordem, pelo menos do ponto de vista do direito, livre e minimamente igualitária” (BERNARDIDO, 2002, p. 251), ou seja, tanto a abolição, quanto a Proclamação da República foram indispensáveis para a construção desse mito, assim como a comparação da realidade brasileira com o sistema jurídico de segregação e os conflitos raciais existentes nos Estados Unidos e na África do Sul.

O mito da democracia racial se apoia nos “casamentos interraciais” – “que nada mais foram do que o resultado da violentação das mulheres negras por parte da minoria branca dominante” (GONZALEZ, 1982, p. 90) –, na miscigenação resultante e em casos excepcionais de ascensão social do “mestiço”<sup>36</sup> no Brasil. Opera negando o racismo e afirmando que “o

---

LUZ, Madel (Org.). **O Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 87-106.

<sup>35</sup> Sobre esse mito, Abdias Nascimento (2018, p. 71) recupera que as pessoas escravizadas “recorreram a diversas formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta” e o *banzo* – “paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança” (p. 71). Essas estratégias de resistência à escravização foram apagadas da história oficial brasileira, diminuídas ou revertidas em um imaginário extremamente negativo sobre o negro. Para saber mais sobre resistências ao regime ver também: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; GONZALEZ, Lélia. *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira*. In: LUZ, Madel (Org.). **O Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 87-106.

<sup>36</sup> Insiro o termo entre aspas, devido à origem racista e colonial do termo, que segundo Grada Kilomba: “tem sua origem na reprodução canina, para definir o cruzamento de duas raças diferentes, que dá origem a (...) um animal considerado impuro e inferior” (KILOMBA, 2019, p. 19). Ainda segundo a autora, na língua portuguesa há uma longa lista de termos que associam identidades à condição de animal com a função de afirmar sua inferioridade. “Estes termos de nomenclatura animal foram altamente romantizados durante o período de colonização, em particular na língua portuguesa, onde ainda são usados com um certo orgulho. Esta romantização é uma forma comum da narrativa colonial, que transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticadas contra a mulher negra, em gloriosas conquistas sexuais, que resultam num novo corpo exótico, e ainda mais desejável. Além disso, esses termos criam uma hierarquização dentro da negritude, que serve a construção da branquitude como a condição humana ideal - acima dos seres animalizados, impuras formas de humanidade (KILOMBA, 2019, p. 19)”. Essa crítica se estende ao uso da palavra “mulata(o)”.

critério racial jamais foi relevante para definir as chances de qualquer pessoa no Brasil” (BERNARDIDO, 2002, p. 249). Esse mito foi também utilizado como estratégia para encobrir as políticas de branqueamento da população, que começaram a ser arquitetadas pela elite branca brasileira desde o início do século XIX, devido a dois acontecimentos: a pressão inglesa pelo fim do tráfico e abolição da escravatura, e o medo dos escravocratas brasileiros de que no Brasil acontecesse algo semelhante à Revolução negra de São Domingos<sup>37</sup> (AZEVEDO, 1987). Segundo Rolf Malungo de Souza (2013), havia

[...] um grande temor com a aproximação da inevitável abolição da escravatura; a libertação dos escravos despejaria uma horda de homens semibárbaros na sociedade (Azevedo, 1987: 68) e, com a Proclamação da República, a elite política e econômica brasileira via os africanos e seus descendentes como obstáculos à construção do Brasil como nação moderna. A solução imaginada por essa elite, influenciada pelas teses científicas do darwinismo social e pela eugenia, foi promover o branqueamento da população, através da imigração de europeus. Para isso, o Estado Brasileiro incentivou a imigração europeia, com financiamento das passagens e promessas de terras para os que quisessem se estabelecer por aqui. Com esta política pública de 1890 a 1920, entraram aproximadamente 3,99 milhões de imigrantes europeus em cerca de quarenta anos. Para que se tenha uma ideia, para o Brasil, ao longo de três séculos, foram trazidos para ser escravizados cerca de quatro milhões de africanos (p. 37-38).

Ao invés de pensar em políticas de reparação e integração social, o investimento dessa elite branca foi na “construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro” (BENTO, 2002, p. 2) para justificar uma política nacional de promoção da imigração europeia. Essa imigração, no discurso dessa elite, serviria para suprir a “escassez” de mão de obra resultante da Abolição<sup>38</sup> e modernizar o país (BERNARDIDO, 2002). Mas seu real propósito era a “gradual eliminação do negro, que seria assimilado pela população branca” (BERNARDIDO, 2002, p. 253). Ou seja, a “solução” encontrada para resolver o que a elite branca brasileira chamava de “problema racial brasileiro” foi um genocídio mascarado por ideais racistas de melhoramento da raça.

#### A ideologia do branqueamento

<sup>37</sup> Essa revolução não só se rebelou contra a escravidão e proclamou a independência em 1804, "como também - sob a direção de Toussaint l'Ouverture - colocavam em prática os grandes princípios da Revolução Francesa, o que acarretou transtornos fatais para muitos senhores de escravos, suas famílias e propriedades" (AZEVEDO, 1987, p. 35).

<sup>38</sup> Para Abdias Nascimento (2018), o que a história brasileira registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea não passou de um assassinato em massa, pois as autoridades públicas não concederam qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Sem possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, a população negra foi excluída da participação no processo de desenvolvimento do país, o que ao longo da história implicou em “baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação” (GONZALEZ, 1982, p. 97).

[...] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos; o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil), é internalizado com a negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p. 7).

A miscigenação propagada por essa elite eugenista, foi “idealizada através do casamento do homem branco com a mulher negra, excluindo, desta forma, o homem negro” (SOUZA, 2013, p. 38). Naquela época, além do número de mulheres ser menor do que o de homens<sup>39</sup>, as mulheres brancas eram “bens” que precisavam ser protegidos. Assim, os homens negros se tornaram o obstáculo ao “projeto hegemônico da masculinidade branca”, que deveria ser afastado pela submissão ou pelo extermínio. Antes

[...] havia os linchamentos, enforcamentos e castrações para tentar manter os homens negros afastados, tanto das mulheres quanto da disputa pelo poder, e algumas destas práticas eram ilegais ou pela menos “paralegais”, hoje temos mecanismos legais, formais que fazem este papel, embora – nunca é demais lembrar – as outras formas ainda estão vigentes (SOUZA, 2013, p. 50).

Um dos mecanismos utilizados foi criar um imaginário extremamente negativo sobre os homens negros e um lugar social: a figura do criminoso. Para a advogada norte-americana Michelle Alexander (2017), o sistema de justiça criminal é uma readequação de um “sistema de controle social racializado” (p. 39). No Brasil, esse sistema de controle social já operou

[...] explicitamente pela lógica da escravidão, passando pela vigilância e controle territorial da população negra após a proclamação da República, pela criminalização da cultura e apagamento da memória afrodescendente, percorrendo a aculturação e assimilação pela mestiçagem e apropriação, negação de acesso à educação, saneamento, saúde – questões que permanecem, inclusive – hoje não temos um cenário de fim dessa engrenagem, mas de seu remodelamento (BORGES, 2018, p. 18).

Seu remodelamento através do sistema de justiça criminal brasileiro tem resultados que vão muito além da privação de liberdade:

[...] ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país (BORGES, 2018, p. 16-17).

---

<sup>39</sup> “Homens foram maioria da população brasileira até a década de 1930, somente a partir de 1940 as mulheres tornaram-se maioria” (SOUZA, 2013, p. 40)

Dos anos 1990 a 2016, houve um aumento de 707% no número de pessoas encarceradas, havendo um crescimento abrupto após a promulgação da Lei 11.343 em 2006, chamada Lei de Drogas (BRASIL, 2017; BORGES, 2018). Dados recentes mostram que 64% da população prisional é negra, grupo que corresponde a 53% da população brasileira, o que representa que duas em cada três pessoas presas no Brasil são negras (BRASIL, 2017)<sup>40</sup>. Além disso, em 2017 “75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE)” (IPEA, 2019, p. 49). Se olharmos para a taxa de homicídios na população negra, ela tem aumentado anualmente, ao mesmo tempo que ela se manteve estável na população branca.

E porque importa recontar essa história? Porque a História do Brasil é a história da constituição do racismo e outras desigualdades como estrutura social (ALMEIDA, 2019) que impacta epistemologicamente, teoricamente e materialmente qualquer campo de pesquisa das ciências humanas. Porque docentes e pesquisadores brancos, ainda maioria esmagadora nas universidades brasileiras – devido aos privilégios que essa história nos conferiu – perpetuam os artifícios do passado e criam novos para negá-la, o que Maria Aparecida Bento chama de pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002). Esse pacto é uma espécie de acordo tácito entre brancos de não reconhecer nossa responsabilidade na permanência das desigualdades raciais no Brasil. Na academia brasileira, ele é histórico: desde as primeiras décadas do século XX, os estudos que focalizaram os brancos o fizeram “não para compreender seu papel nas relações entre negros e brancos, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira” (BENTO, 2002, p. 5). Além da manutenção desse referencial teórico para pensar o Brasil atual, “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado” (BENTO, 2002, p. 2). À vista disso, reconto essa história para promover a reflexão e dialogar com outras pessoas brancas sobre nosso papel nas desigualdades raciais brasileiras e para fazer eco ao giro epistêmico e político que os movimentos negros e intelectuais negros(os) reivindicam: “o racismo é uma problemática branca” (KILOMBA, 2016).

---

<sup>40</sup> Cabe salientar as informações acerca raça/etnia das pessoas encarceradas estavam registradas em apenas 72% dos cadastros (BRASIL, 2017), ou seja, essa discrepância pode ser ainda maior.

3. Diferentemente das teorias eurocêntricas que presumem a existência de um patriarcado universal como algo inerente a qualquer sociedade humana, parto de uma compreensão que considera esse patriarcado (SEGATO, 2014) e o “raciocínio baseado no corpo” (OYĚWÙMÍ, 1997, p. XV) como parte da cultura ocidental moderna. Segundo Oyeronke Oyěwùmí<sup>41</sup>,

[...] a lógica cultural das categorias sociais ocidentais baseia-se numa ideologia de determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece as razões para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é realmente uma "bio-lógica". As categorias sociais como "mulher" são baseadas no tipo de corpo e são elaboradas em relação e em oposição a outra categoria: homem; a presença ou ausência de determinados órgãos determina a posição social (OYĚWÙMÍ, 1997, p. IX-X).

Essa lógica fica explícita na própria história das conceituações e disputas em torno da categoria gênero nos estudos feministas brancos ocidentais. Segundo Nicholson (2000), a maioria das feministas brancas europeias e norteamericanas dos anos 1960 e início dos anos 1970 aceitava como premissa a existência de fenômenos naturais que diferenciavam homens e mulheres em todas as sociedades: gênero como construção social, em oposição a "sexo", que seria biologicamente dado (NOTHAFT, 2016; 2019). Essa concepção foi bastante difundida e passou a substituir a categoria mulher nos estudos feministas brancos brasileiros, marcando até hoje discussões feitas na academia e fora dela.

A partir dos anos 80, muitas pesquisadoras norteamericanas (BUTLER, 1999; 2003; HARAWAY, 2004; FAUSTO-STERLING, 2000; 2001; 2012) passaram a questionar pressupostos presentes nas primeiras formulações de gênero. Segundo Linda Nicholson (2000), apesar de rejeitarem o determinismo biológico estrito, elas se baseavam na existência de aspectos comuns a várias culturas, produzindo generalizações equivocadas a partir de projeções (eurocentradas) das próprias teóricas, o que a autora chama de fundacionalismo biológico. Pensar o Brasil sem reproduzir lógicas eurocêntricas e coloniais envolve compreender que os estudos de gênero ocidentais questionam a “bio-lógica” de sua própria cultura, e não um “princípio organizador fundamental” universal e intemporal presente em todas as sociedades (OYĚWÙMÍ, 1997).

Se passamos a analisar dessa forma, pensar a categoria gênero no Brasil atual só faz sentido devido a herança de nossa brutal colonização, que se mantém até os dias atuais pela

---

<sup>41</sup> A intelectual e pesquisadora Oyeronke Oyěwùmí é Yorùbá, nascida na Nigéria e Professora de Sociologia da Universidade de Stony Brook, em Nova Iorque.

manutenção do eurocentrismo (SHOHAT; STAM, 2006) e da colonialidade (LUGONES, 2016). Assim, embora as origens do dimorfismo sexual, da organização patriarcal e cisheteronormativa<sup>42</sup> das relações sociais (LUGONES, 2008; 2014; VERGUEIRO, 2015) possam ser localizadas no pensamento ocidental, suas influências estão em todos os lugares (OYĚWÙMÍ, 1997).

Assim o que entendo por violências de gênero – “formas de violação que se tornam possíveis a partir da forma como socialmente e culturalmente nós “generificamos” as normas de inteligibilidade de seres humanos” (NOTHAFT, 2016, p. 18) – não se deve à falta de ocidentalização de nossa sociedade, mas sim à colonização ocidental com toda sua barbárie na conquista desse território e manutenção da colonialidade via genocídio e apagamento das outras culturas aqui presentes.

A partir disso, cabe pensar se as manifestações do que chamamos de violências domésticas e familiares no Brasil, comumente tratadas nos estudos feministas como um tipo de violência de gênero, podem ser enquadradas nesse guarda-chuva (LISBOA, 2014) que prioriza gênero. Segundo as historiadoras brasileiras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015),

[...] certa lógica e certa linguagem da violência trazem consigo uma determinação cultural profunda. Como se fosse um verdadeiro nó nacional, a violência está encravada na mais remota história do Brasil, cuja vida social foi marcada pela escravidão. Fruto da nossa herança escravocrata, a trama dessa violência é comum a toda sociedade, se espalhou pelo território nacional e foi assim naturalizada. Se escravidão ficou no passado, sua história continua a se escrever no presente. A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação (p. 14).

Essa naturalização da violência que as autoras remetem a nossa história escravocrata, me faz questionar se continuar compreendendo as violências domésticas e familiares através de uma lente de gênero, apenas articulada com outras opressões, não reproduz uma perspectiva que coloca o racismo em segundo plano. Se suas formas de manifestação e enfrentamento são variadas de acordo com os lugares sociais que tanto os autores da violência quanto as pessoas vitimadas ocupam, não faria mais sentido pensa-las enquanto violências construídas por sistemas de opressão (racismo, sexismo, cisheteronormatividade, capitalismo, capacitismo) interconectados? Mas que devido a nossa colonização patriarcal, cisheteronormativa e binária vítima mais as pessoas que são lidas socialmente enquanto mulheres? Essa reflexão, ainda em

---

<sup>42</sup> As “vivências e corpos contemporâneos, assim, atravessadas pelas heranças dos séculos de colonizações europeias, são socioculturalmente significados a partir da ideia de que os padrões cisgêneros de corpos e vivências de gênero são os naturais e desejáveis” (VERGUEIRO, 2015, p. 61).

construção, perpassa meus incômodos com conceituações generalizantes operadas pelos feminismos brancos eurocentrados, ainda hegemônicos na academia brasileira, sobre violências domésticas e familiares.

Foi buscando aplicar essas influências epistemológicas, que desenvolvi, ao longo dessa caminhada o que chamei na introdução dessa tese de *prática de pesquisa descolonial*. Essa prática, que é *interdisciplinar, interseccional e antirracista*, construída a partir do meu *lugar de fala*, da ideia de *honestidade intelectual*, de uma *linguagem reflexiva*, de um *marco teórico construído juntamente ao campo* e da *história da pesquisa*, atravessou todo o desenvolvimento da pesquisa, influenciando na escolha de sua metodologia, como será evidenciado no próximo subcapítulo. Ela também perpassou a forma que me relacionei com os serviços e as pessoas que conheci e entrevistei, processos também apresentados no próximo subcapítulo, assim como no capítulo quatro, onde aprofundo o encontro com as participantes da pesquisa.

### 3.2 HISTÓRIA ORAL E A INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA

Pensar metodologia em uma pesquisa interdisciplinar foi um dos grandes desafios desse doutorado. Dentro de cada uma das disciplinas que compõem o que o nosso Programa de Pós-Graduação chama de “Ciências Humanas” existe uma infinidade de possibilidades metodológicas. Algumas delas são utilizadas por mais de uma disciplina, contudo tendem sempre a ser adaptadas a contextos disciplinares específicos. Nesse sentido, optei pela história oral, na sua tendência metodológica. Isso porque, as autoras que partilham dessa compreensão, a entendem enquanto uma metodologia<sup>43</sup> eminentemente interdisciplinar, construída a partir de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das ciências humanas, transcendendo a disciplina histórica (ALBERTI, 2008; AMADO; FERREIRA, 2006). Enquanto metodologia, a história oral funciona como ponte entre teoria e prática. Teoria que pode advir de diversas disciplinas, já que ela “tem a capacidade de pensar abstratamente questões oriundas da prática, filtradas pela metodologia, produzindo conceitos que, por sua abrangência, são aplicadas a situações análogas, iluminando e transformando a compreensão da própria prática” (AMADO, FERREIRA, 2006, p. xvii).

---

<sup>43</sup> Entendida como conjunto de procedimentos articulados entre si cuja finalidade é construir conhecimento acadêmico (CAMARGO, 1994)

Segundo Verena Alberti (2008, p. 155), a estratégia de ouvir pessoas para melhor compreender acontecimentos é muito antiga; no entanto, a história oral “moderna” teria como precursores alguns pesquisadores europeus radicados nos Estados Unidos e sociólogos da Escola de Chicago, além da invenção do gravador à fita, em 1948, como marco inicial. Paralelamente ao seu desenvolvimento nos Estados Unidos, surgiram algumas experiências semelhantes na Europa e no México. Naquele momento, o foco das pesquisas eram as elites políticas de cada país.

Maria Isaura Queiroz (1988), ainda que remetendo-se aos mesmos precursores, interpreta a história Oral como um reaparecimento dos relatos orais<sup>44</sup>. Segundo a autora, "história oral" é um termo amplo que recobre relatos a respeito de temas não registrados por outro tipo de documentação, ou documentação que se queira completar. Colhida a partir de entrevistas, ela registra a "experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade" (QUEIROZ, 1988, p. 6). A história oral seria um guarda-chuva que engloba as histórias de vida, os depoimentos, as biografias e as autobiografias, sem, contudo, encerrar suas possibilidades nelas. Segundo Janaína Amado e Marieta Ferreira (2006, p. xii), a própria “denominação “história oral” é ambígua, pois adjetiva a história e não as fontes – estas sim, orais”. Essa designação teria sido criada em uma época em que as fontes orais foram duramente criticadas, não consideradas dignas de atenção acadêmica. Assim, no embate pela demarcação desse campo, a expressão foi sendo utilizada de forma a realçar sua particularidade e seu caráter histórico (AMADO; FERREIRA, 2006).

A partir da literatura consultada foi possível identificar diferentes formas de compreender a história oral. Há quem a entenda como uma disciplina, um método, uma metodologia, uma técnica, ou até mesmo uma fonte<sup>45</sup>. Não é objetivo dessa tese entrar nas discussões terminológicas, pois já existem diversos trabalhos sobre o tema<sup>46</sup>. O meu intento é pensar sobre as características que a aproximam de uma pesquisa interdisciplinar e sobre as possíveis necessidades de adaptação exigidas por essa pesquisa em particular, tendo em vista as discussões epistemológicas e os objetivos dessa pesquisa.

---

<sup>44</sup> Maria Isaura Queiroz (1988) utiliza o termo relato oral para nomear a técnica utilizada desde o século XIX para registrar aquilo que não se cristalizara em documentação escrita. Em sentido semelhante, os historiadores e as historiadoras consultadas utilizam a expressão fontes orais.

<sup>45</sup> Segundo Aspásia Camargo, o mínimo que se pode dizer é que a história oral é uma fonte, uma entrevista gravada que se torna um documento.

<sup>46</sup> Ver Camargo, 1994; Silva, 1998; Alberti, 2008; Meihy, 2000; Amado, 2000; Amado e Ferreira, 2006 – as autoras reduzem a três principais posturas a respeito do *status* da história oral: técnica, disciplina e metodologia.

Alguns debates que envolveram a história oral são interessantes para pensar críticas epistemológicas que permeiam as discussões dos estudos feministas ainda hoje. Ela foi considerada pouco confiável, pois marcada pela subjetividade do responsável pelo relato, e pouco representativa, por se basear em poucos relatos (SILVA, 1998). No âmbito das ciências sociais, os relatos orais foram, durante algum tempo, ofuscados por técnicas estatísticas. Contudo, pouco a pouco se percebeu que “valores” e “emoções” permaneciam escondidos, inclusive, em dados estatísticos, “já que as definições de finalidades de pesquisa e a formulação de perguntas estavam profundamente ligadas à maneira de pensar e de sentir do pesquisador” (QUEIROZ, 1988, p. 2). Na disciplina História, essa crítica teve relação com a sua utilização, por alguns pesquisadores chamados “militantes”, para questionar a "história hegemônica" e abordar trajetórias e a vida cotidiana de grupos sociais que antes "não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo" (ALBERTI, 2008, p. 157). Apesar das críticas, essa utilização da história oral acabou gerando deslocamentos na própria metodologia e suscitou discussões sobre a construção do conhecimento acadêmico entendido como válido. Nesse sentido, fez parte de uma disputa acadêmica pelo reconhecimento da existência de múltiplas histórias, identidades e subjetividades. Segundo Alberti, nesse processo,

[...] o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. Hoje já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico (ALBERTI, 2008, p. 163).

Ao pensarmos a inserção da história oral no Brasil, cabe destacar algumas discussões que vêm sendo travadas. Segundo Meihy (2000),

[...] entre o que se cria dentro da América Latina e o que se importa como modelo, percebe-se uma dinâmica ligada à autonomia dos saberes locais e à importação de fórmulas exteriores. A história oral, portanto, situa-se no impasse político da criação de um saber autônomo e de uma prática temática independente que tem que conviver com a prática imitativa exercitada nas ex-metrópoles (p. 87).

Essa realidade tem levado pesquisadoras(es) a se questionar se nossa história oral seria apenas eco da história oral europeia e norte-americana, e se serviriam para "nós" os mesmos modelos e critérios analíticos (MEIHY, 2000). A América Latina vive uma busca permanente por reencontrar e descobrir o que é nosso, e isso implica a recuperação de nossa história que foi e continua sendo ocultada e silenciada. Para essa recuperação devemos “insistir na necessidade da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade” (AMADO, 2000, p. 115). Nesse sentido, as

discussões brasileiras sobre história oral vão ao encontro dos pressupostos dessa pesquisa, e permitem a busca de um saber crítico à lógica da colonialidade (MIÑOSO, 2014; 2016).

Aspásia Camargo (1994, p. 84) afirma que “quanto mais nos especializamos, mais perdemos”. Pois, “quanto maior a consciência da necessidade de compreensão da totalidade do campo, em luta contra a fragmentação da especialidade, mais poderemos avançar” (CAMARGO, 1994, p. 85). A autora faz essas afirmações ao ressaltar, após anos de experiência com a história oral, que seu uso possibilita a compreensão de sistemas e realidades muito complexas – como a(s) violência(s) doméstica(s) e familiar(es) – que metodologias especializadas e fragmentadas não conseguiriam. Nesse sentido, a metodologia de história oral se justifica por permitir a articulação das experiências das participantes da pesquisa no enfrentamento a violências domésticas e familiares, de forma a construir uma dimensão coletiva desse processo e perceber seus atravessamentos com os serviços para autores de violência doméstica e familiar.

Atentando para as discussões epistemológicas e metodológicas apresentadas me baseei, no desenvolvimento dessa pesquisa, na operacionalização da metodologia da história oral proposta por Alberti (2008), que é organizada, basicamente, em quatro etapas: preparação das entrevistas – que envolve, além do projeto de pesquisa, o desenvolvimento de um roteiro geral de entrevistas, que servirá de base para as entrevistas individuais; a realização das entrevistas; seu tratamento e a análise e interpretação dos dados. O roteiro “não é um questionário, e sim uma orientação aberta e flexível” (ALBERTI, 2008, p. 177). A sua aplicação é discutida no capítulo 4 e sua versão final encontra-se no Anexo A.

Segundo Aspásia Camargo (1994, p. 81), a metodologia ganha potencial quando estamos livres para usar “instrumentos, procedimentos, abordagens diferentes”. Assim, para potencializar a análise interseccional das entrevistas de história oral, busquei conhecer a estrutura e funcionamento dos serviços através de documentos referentes a sua criação, da observação-participante de atividades e grupos, de entrevistas com profissionais e da construção de diários de campo.

A inserção no campo se organizou a partir dos serviços. Para selecioná-los, parti de pesquisas exploratórias feitas até 2017 que noticiavam a existência de intervenções grupais com autores de violência doméstica e familiar em mais de 30 cidades brasileiras. Inicialmente filtrei nos mapeamentos existentes aqueles que ofereciam atendimento tanto para homens como para mulheres em situação de violência. Isso se deu por motivos tanto operacionais – a possibilidade de acesso às mulheres a partir dos serviços – quanto por análises de pesquisas anteriores, que

destacam que os serviços para autores de violência que tem contato com a rede de atendimento às mulheres, ao atentar para o caráter relacional da violência, são mais propícios a alcançar seus objetivos (MONTERO; BONINO, 2010; OLIVEIRA, 2012; SANTOS, 2012; BEIRAS, 2014; ACOSTA; BRONZ, 2014; CEPIA, 2016). Além disso, as pesquisas já realizadas com homens participantes e facilitadores de grupos enfatizam que eles solicitam que haja espaços reflexivos semelhantes para suas companheiras (BEIRAS, 2014; SILVA, 2016), sob o argumento que “a ausência de grupos para elas faz com que mantenham determinadas dinâmicas de comportamento, dificultando um trabalho mais efetivo que considere a complexidade da questão” (BEIRAS, 2014, p. 55).

Segundo o relatório do Instituto Noos de 2014, 68,4% das dezenove instituições entrevistadas realizavam trabalhos também com as mulheres, famílias ou crianças, ou seja, treze instituições (BEIRAS, 2014). Dentre essas instituições, três se tratavam de projetos com duração determinada, já concluídos. Buscando atualizar esses dados, inclui as iniciativas mapeadas por João Gonçalves (2015), em sua dissertação e por Anne Caroline Silva (2016), em sua tese de doutorado. Conjugo as informações no quadro abaixo:

Quadro 1 – Mapeamento de serviços para autores de violência com atuação relacional<sup>47</sup>

<b>Serviço</b>	<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Financiamento</b>
<b>Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD)</b>	Governo do Distrito Federal	Distrito Federal	2003	Público
<b>Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI)</b>	Prefeitura Municipal	Blumenau – SC	2004	Público
<b>Grupo reflexivo de gênero para homens autores de violência doméstica</b>	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	São Gonçalo – RJ	2005	Público
<b>Programa Andros – “Homens Gestando Alternativas Para o Fim da Violência”</b>	Instituto Albam	Belo Horizonte – MG	2005	ONG

<sup>47</sup> Por atuação relacional me refiro, como explicado anteriormente, aos serviços que são estruturados para oferecer acompanhamento às pessoas envolvidas na situação de violência doméstica e familiar. Cabe ressaltar que esse mapeamento foi desenvolvido em 2017 para a qualificação do projeto de pesquisa. No capítulo dois apresento mapeamentos mais atualizados.

<b>Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID)</b>	Prefeitura Municipal	Vitória – ES	2006	Público
<b>Grupos reflexivos responsabilizantes</b>	Instituto de Estudos da Religião – ISER	Nova Iguaçu – RJ	2008	ONG
<b>Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)</b>	Prefeitura Municipal	São Miguel do Oeste – SC	2009	Público
<b>Projeto Dialogar – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher</b>	Polícia Civil	Belo Horizonte – MG	2010	Público
<b>Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Cidade de Ponta Grossa (NEVICOM)</b>	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa – PR	2010	Público
<b>Projeto lá em casa quem manda é o respeito – Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas</b>	Governo do Estado	Cuiabá – MT	2011	Público
<b>Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência contra a Mulher (NUAH)</b>	Vara de Penas Alternativas/Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado/Ministério da Justiça	Fortaleza – CE	2011	Público
<b>Programa de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher</b>	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Pouso Alegre – MG	2012	Público

Fonte: BEIRAS, 2014; GONÇALVES, 2015; SILVA, 2016.

Tendo em vista a impossibilidade, de cunho material e temporal, de trabalhar com todas as iniciativas do quadro acima, foram selecionados os serviços pioneiros ainda em funcionamento no Brasil. Esses critérios são relevantes por permitir pesquisar serviços melhor estruturados, uma vez que a falta de continuidade se apresenta como um dos principais desafios dessas políticas (SANTOS, 2012; BEIRAS, 2014; BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). As intervenções com autores de violência são, em geral, políticas de governo (OLIVEIRA, 2012), ou seja, desenvolvidas em determinado mandato e canceladas ou substituídas na mudança da gestão pública (BEIRAS, 2014).

Assim, o campo de pesquisa compreendeu o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) da Prefeitura de Blumenau, Santa Catarina, e os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal. Ambas iniciativas são anteriores à promulgação da Lei Maria da Penha. O PPCVDI é o primeiro serviço conhecido no Brasil que deriva de uma lei municipal. Já o NAFAVD surge da parceria de diversos órgãos públicos (Defensoria Pública, Ministério Público e Governo do Distrito Federal) e foi se ampliando territorialmente ao longo dos anos, configurando possivelmente o serviço público para autores de violência doméstica e familiar de cunho estadual de maior porte no contexto nacional atual.

O estado de Santa Catarina possui 95.730,684 km<sup>2</sup> de área territorial e população estimada de 7.075.494 pessoas em 2018; Blumenau tem 518,619 km<sup>2</sup> e é a terceira cidade mais populosa do estado, com população estimada em 2018 de 352.460<sup>48</sup>. No censo de 2010<sup>49</sup>, a composição étnico-racial do município era de 89,57% de brancos, 8,40% de pardos, 1,64% de pretos, 0,29% de amarelos e 0,10% de indígenas. O Distrito Federal tem 5.779,999 km<sup>2</sup> de território e sua população estimada em 2018 era de 2.972.209 habitantes<sup>50</sup>. No censo de 2010, 48,24% da população do DF era formada por pardos, 42,19% por brancos, 7,71% de pretos, 1,62% por amarelos e 0,24% por indígenas (IBGE, 2010). Ambos os estados contam com altos índices de desenvolvimento humano<sup>51</sup>, e com as menores taxas de feminicídio do Brasil. Conforme os dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina, durante o ano de 2018, houve 32 feminicídios<sup>52</sup> e 75 tentativas de feminicídio em Santa Catarina, duas dessas no município de Blumenau (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2019). No Distrito Federal, no mesmo período, houve 28 feminicídios e 66 tentativas de feminicídios (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2019). No Atlas da Violência de 2019, o Distrito Federal e Santa Catarina ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente, entre os estados com menor incidência de homicídio de mulheres (IPEA, 2019). Essas características, contudo, não refletem em uma menor incidência de violências domésticas e familiares: em 2018 foram registradas 29.344 ocorrências de violência doméstica e familiar em Santa Catarina, sendo 1.413 dessas

---

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>. Acesso em maio de 2020.

<sup>49</sup> Informações disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>>. Acesso em junho de 2020.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>. Acesso em agosto de 2019.

<sup>51</sup> O Distrito Federal, no ranking dos estados, ocupa o primeiro lugar com o maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil (IBGE, 2010). Brasília (0,824), no ranking dos municípios, ocupa o 9º lugar. Santa Catarina ocupa o 3º lugar, entre os estados, e Blumenau (0,806) ocupa o 7º lugar no estado, e 27º lugar no país.

<sup>52</sup> Discriminado nas estatísticas como: homicídio doloso praticado contra mulher em situação de violência doméstica.

em Blumenau e 14.985 no Distrito Federal. Isso significa uma taxa<sup>53</sup> aproximada de 8,22 e 9,65 para cada mil mulheres, respectivamente.

A inserção no Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar foi facilitada devido a um vínculo construído com a psicóloga e o assistente social que coordenam os grupos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I na disciplina *Homens, violências, e produção de subjetividades – pesquisa, intervenção e ativismo* cursada na Pós-Graduação de Psicologia com o Professor Adriano Beiras – ainda antes dele se tornar meu coorientador. A partir da definição do campo de pesquisa, entrei em contato com o assistente social novamente e expus meu interesse em desenvolver a pesquisa nesse serviço.

Em 20 dezembro de 2017, ainda antes da qualificação do projeto de tese, fiz minha primeira viagem à Blumenau para conhecer o CREAS I e iniciar o processo de formalização da pesquisa. Nessa visita, conversei com a Coordenadora do Centro para explicar a pesquisa e questionar quais trâmites necessários para sua formalização. Como os CREAS estavam vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEMUDES) de Blumenau, eu deveria buscar autorização junto a essa Secretaria. Expus que a pesquisa envolvia entrevistar mulheres que seus companheiros tivessem participado de grupos para autores de violência e ela me informou que, dentre as mulheres vinculadas ao CREAS naquele momento, apenas 3 estariam nessa situação. Além disso, pedi autorização para participar do grupo que ocorreria naquela tarde. A coordenadora me repassou algumas informações sobre sua configuração naquele momento e me explicou que seria o encontro de encerramento daquele ano, mas autorizou minha participação enquanto observadora.

Essa foi a primeira vez que presenciei a realização de um grupo para homens autores de violência, então estava preocupada em não ser aceita pelos participantes ou prejudicar o funcionamento do grupo. Ajudei a psicóloga a levar os materiais para sala e fiquei logo na entrada, num canto, esperando as pessoas se acomodarem para não atrapalhar. O segundo homem que entrou me cumprimentou com um aperto de mãos, a partir disso todos os homens que entravam repetiam o movimento. Eles se sentaram em círculo e os facilitadores sentaram na frente, nas laterais de uma mesa onde tinha um computador. Perguntei onde ficaria melhor que eu me acomodasse e a facilitadora me respondeu que poderia ser em qualquer lugar. Sentei num banco de madeira que tinha encostado na parede, por ser único o espaço vazio da roda. A

---

<sup>53</sup> Calculei essa taxa a partir da porcentagem de mulheres em cada estado, 50,4% em Santa Catarina e 52,2% no Distrito Federal (IBGE, 2010)

psicóloga iniciou o grupo retomando um pouco os seus objetivos e em seguida o assistente social propôs que todos se apresentassem, me deixando por último.

Quando chegou a minha vez, perguntei se ele queria me apresentar e ele respondeu que eu poderia explicar porque estava ali. Falei meu nome e me apresentei como estudante da UFSC que estava estudando grupos para homens, como esse que eles faziam parte. Disse que gostaria de observar o grupo, se eles aceitassem minha presença. Os seis homens que estavam presentes nessa hora foram bastante receptivos. Um deles falou da importância do grupo na sua vida e de como seria importante que mais pessoas conhecessem sua existência. O assistente social pontuou que tudo que fosse dito no grupo permaneceria anônimo, que eles não precisariam se preocupar, e que era importante esse tipo de estudo para eles terem um retorno em relação ao trabalho que estavam executando. Nesse momento chegou mais um participante que foi convidado a se apresentar. Apenas um homem que chegou depois de minha apresentação pareceu um pouco incomodado com a minha presença. Eu esperava ter sido recebida com mais desconfiança pelos participantes, o que não ocorreu. Talvez pelo clima de encerramento, que deu um tom mais ameno para o grupo.

Como o Grupo de Homens e o de Mulheres eram quinzenais e em cada semana ocorria um deles, não fez sentido me mudar temporariamente para Blumenau em 2018. Ou seja, o campo de pesquisa envolveu viajar oito vezes para o município e permanecer por alguns dias de acordo com a necessidade da pesquisa e disponibilidade de hospedagem<sup>54</sup>. Em 27 de fevereiro de 2018 ocorreu o primeiro encontro do grupo de mulheres de 2018, motivo pelo qual eu fui à Blumenau, tanto para participar, como para fazer contato com as possíveis participantes da pesquisa. Fui comunicada que uma das três potenciais participantes havia se desvinculado do serviço e eles não tinham mais seu contato atualizado, ou seja, passei a trabalhar com a possibilidade de entrevistar apenas duas mulheres nesse serviço.

No decorrer do primeiro semestre de 2018, participei de quatro Grupo de Mulheres, realizei duas entrevistas de história oral – que serão melhor contextualizadas no capítulo quatro – entrevistei a psicóloga e o assistente social que coordenam e atuam no Grupo de Homens para complementar as informações sobre o histórico da institucionalização do serviço e sua estrutura, construí diários de campo e fiz observação-participante de mais dois encontros do Grupo de Homens. Essas observações-participantes tinham como objetivo conhecer as dinâmicas de cada serviço para informar a análise das entrevistas.

---

<sup>54</sup> Em Blumenau, eu fiquei hospedada na casa de uma amiga e colega de Doutorado.

Após realizar as duas entrevistas de história oral em Blumenau me debrucei sobre o roteiro para pensar se seriam necessárias adaptações. Decidi inserir o questionamento “*Se tu tivesse que te definir em poucas palavras, tu diria que é como?*” no início da conversa, logo após a proposta da criação de um nome fictício, no intuito de que elas falassem um pouco mais sobre si, como um exercício de autoanálise, estabelecendo o tom pessoal e biográfico da entrevista de história oral.

Ainda antes de ir para o campo em Brasília, relendo as anotações da Banca de Qualificação, mais especificamente as indagações trazidas pela Professora Dra. Luzinete Simões, inseri as perguntas: “*Qual o papel que os serviços tiveram na sua vida?*” e “*A Lei Maria da Penha é bastante recente, 12 anos atrás a maioria desses serviços não existiam. Como você acha que estaria hoje se não tivesse tido acesso a eles?*”.

A inserção no campo no Distrito Federal foi um pouco mais complicada. Após alguns meses buscando a autorização para realizar a pesquisa e não recebendo resposta, entrei em contato com outra pesquisadora da UFSC que havia desenvolvido sua tese junto aos NAFVD. Anne Caroline Luz Grüdtner da Silva me respondeu prontamente e, a partir dela, consegui estabelecer contato com a antiga Gerente dos NAFVD, que me passou o e-mail da Coordenadora de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres à época. Foi a Coordenadora que me explicou os trâmites e documentações necessárias e as repassou para a Subsecretária de Políticas para Mulheres – pessoa responsável por avaliar e autorizar a realização de pesquisas nos serviços. A partir do primeiro contato com a Coordenadora demorou apenas uma semana para eu receber a autorização, ainda na metade do mês de junho. Assim que recebi a autorização, a Coordenadora me ligou e se disponibilizou para conversar por telefone e me repassar as informações que eu achasse necessário. Me perguntou quais serviços eu queria pesquisar, o que eu ainda não havia decidido na época. Respondi que gostaria de visitar todos. Ela ressaltou que a distância entre os Núcleos dificultaria bastante a realização da pesquisa e me repassou por e-mail os contatos de todos eles.

Aos poucos fui entrando em contato e compreendendo algumas questões mais gerais do funcionamento dos Núcleos para programar minha viagem e decidir onde ficaria hospedada. Fiz uma extensa pesquisa sobre as regiões administrativas (RA) dos NAFVD, estudei o mapa do Distrito Federal, seu sistema de transporte público, as distâncias e acessos entre os Núcleos, e as características sociais e demográficas das regiões. Nesse momento da pesquisa, encontrei

um mapa interativo de distribuição racial do Brasil<sup>55</sup>, que foi importante para compreender algumas das contradições desse território. Cruzei as informações desse mapa com a localização dos NAFAVD, para tentar compreender a distribuição dos Núcleos a partir da distribuição racial do espaço no Distrito Federal.

Como é possível ver no mapa abaixo, o Plano Piloto, no mapa identificado como Brasília, região planejada que abriga todos os órgãos públicos da administração federal e concentra os cargos públicos com maiores salários no país, tem população residente predominantemente branca (pontos azuis). Conforme vamos nos afastando do Plano, aumenta a população parda (pontos verdes) e preta (pontos vermelhos).

---

<sup>55</sup> Nesse mapa interativo é possível observar a distribuição geográfica, densidade demográfica e diversidade racial do povo brasileiro. Ele se baseia nos dados do Censo IBGE de 2010. Cada ponto representa uma pessoa e cada cor representa uma das classificações raciais do referido censo. A construção desse mapa foi possível porque o censo “fornece, entre outras coisas, dados georreferenciados (distribuídos em setores censitários, a menor unidade geográfica da pesquisa) sobre a raça auto-declarada por cada cidadão brasileiro”. Assim, ele foi gerado “posicionando aleatoriamente no espaço de cada setor censitário os pontos/pessoas que pertenciam ali. Como os setores censitários são, via de regra, unidades geográficas relativamente pequenas, este método proporciona um resultado bastante fiel da distribuição racial no espaço”. Fonte: <<https://patadata.org/maparacial/como.html>>. Acesso em julho de 2018.

Figura 1 – Mapa Racial do Distrito Federal e localização dos NAFAVD



Fonte: elaboração própria com base no Mapa interativo de Distribuição Racial<sup>56</sup> e localização dos NAFAVD.

<sup>56</sup> Para ver os pontos com melhor resolução e detalhamento, acessar o mapa interativo no link: <<http://patadata.org/maparacial/#lat=-87.165179&lon=84.376958&z=9&o=t>>.

Ainda antes da viagem, analisei documentos e pesquisas sobre os NAFAVD e percebi que as teses e dissertações existentes (AGUIAR, 2009; MONTEIRO, 2014; SILVA, 2016; OLIVEIRA, 2018) não abrangiam todos os Núcleos, nem apresentavam uma contextualização mais geral sobre seu funcionamento. Assim, percebi a necessidade de construir um instrumento para conhecer a demanda, a estrutura, os processos e a metodologia de cada um e oferecer uma sistematização da atuação desse serviço, que chamei de Ficha de Informações. As idas aos Núcleos e conversas com os profissionais foram essenciais para seu aprimoramento, sendo atualizada, inclusive, posteriormente à minha volta do DF. Sua versão final se encontra nos anexos com a contextualização das inserções feitas em nota de rodapé.

Desembarquei no Distrito Federal dia 5 de setembro de 2018. Me hospedei na região administrativa de Samambaia/DF por ficar no meio do caminho da maioria dos Núcleos (cinco de nove) pelo período de um mês<sup>57</sup>. No dia 6 de setembro, uma quinta-feira, fiz minha primeira visita ao Núcleo Samambaia, que assumiu grande importância na pesquisa porque foi meu primeiro contato presencial com os NAFAVD. Vários pontos cruciais da metodologia foram construídos na relação criada com os profissionais desse Núcleo, como a forma de acesso às participantes da pesquisa, detalhada no capítulo quatro. Também constatei que, assim como Blumenau, cada Núcleo teria contato com um número bastante reduzido de mulheres que mantinham relacionamentos com participantes ou ex-participantes de grupos para autores de violência. Então, priorizei fazer a primeira visita aos demais Núcleos do lado sul<sup>58</sup> do DF - Santa Maria, Gama, Brazlândia e Plano Piloto – ainda nos primeiros dias que estava no Distrito Federal. A partir dessas visitas, consegui realizar entrevistas de história oral com 6 mulheres, como será melhor detalhado no capítulo quatro.

Assim como em Blumenau, busquei participar de alguns encontros dos grupos de homens realizados nos Núcleos que entrevistei mulheres para acompanhar a metodologia do serviço sendo colocada em prática e informar a análise. A profissional especialista do NAFAVD Plano Piloto, segundo Núcleo que visitei, se mostrou aberta a essa possibilidade e me convidou, inclusive para interagir no Grupo que coordenava, dado que a temática era Lei Maria da Penha e eu poderia agregar a discussão com informações sobre a Lei. Nesse Núcleo pude acompanhar

---

<sup>57</sup> Antes da viagem eu não conhecia ninguém no Distrito Federal, então decidi reservar um Airbnb próximo a um dos Núcleos. Como viajei no semestre das eleições estaduais e federais de 2018, tive dificuldade em encontrar hospedagem. Esse fato, junto a falta de auxílio financeiro para realização de pesquisa de campo, acabou diminuindo meu tempo de estadia.

<sup>58</sup> Dentre esses Núcleos, apenas em Gama não consegui realizar entrevistas, devido a inexistência, naquele momento, de mulheres vinculadas que mantinham relacionamentos com participantes ou ex-participantes de grupos para autores de violência.

dois grupos distintos que estavam ocorrendo concomitantemente, cada um facilitado por uma das psicólogas em dupla com um dos agentes sociais. Em um deles participei do 2º, 3º e 4º encontros, que trabalharam as temáticas Lei Maria da Penha, Tipos de violência e Gênero. No outro realizei observação-participante do 1º e 2º encontros – o primeiro foi dedicado à apresentação, e a construção coletiva do Acordo de convivência, e o segundo ao tema Comunicação. No Núcleo Brazlândia fiz observação-participante do grupo nas duas vezes pude visita-lo<sup>59</sup>. Acompanhei o 5º encontro, no qual foi trabalhado o tema Sentimentos através de dinâmicas e da Técnica de Redução de Estresse, aplicada por um profissional convidado; e o 8º (último) encontro, com a temática Projetos de Vida e Avaliação coletiva da experiência deles no grupo. No Núcleo Samambaia participei do 11º encontro de um dos grupos que estava ocorrendo, no qual foi abordado a temática Racismo. No total pude participar de oito encontros, todos abordando temáticas distintas e englobando diferentes momentos do processo grupal. Em todos os grupos eu fui apresentada, assim como a pesquisa que eu estava realizando, e os homens participantes foram questionados, antes do início de cada sessão, se concordavam com a minha presença naquele espaço.

Além disso, a pesquisa no Distrito Federal envolveu visitar todos os nove Núcleos para conhecer os locais e espaço físico e realizar as entrevistas com profissionais para o preenchimento das fichas de informação. Como o foco principal de análise nessa tese não era as entrevistas com profissionais – até porque se trata de perspectiva recorrente de pesquisas sobre serviços para autores de violência – não perguntei informações pessoais dos entrevistados nas fichas. Naquele momento, essa abordagem teve relação, principalmente, com a escolha da pesquisa de não sobrepor a voz dos profissionais às experiências das participantes da pesquisa. Assim, deixei emergir no discurso das profissionais a existência ou não de práticas interseccionais a partir de questões sobre a metodologia de trabalho de cada Núcleo.

Quando organizei a pesquisa realizada, depois de retornar do Distrito Federal, compreendi que essa abordagem, somada ao fato que não conheci, nem entrevistei, todas as profissionais dos NAFVD, que totalizam 40 pessoas, tornaria impossível apresentá-las incluindo sua autodeclaração racial – critério de classificação racial utilizado nas entrevistas de história oral com as mulheres, conforme aprofundo no capítulo quatro. Assim, no quadro abaixo conjugo informações sobre as profissões e o gênero das profissionais dos NAFVD e das entrevistadas:

---

<sup>59</sup> Essas visitas só foram possíveis devido às caronas oferecidas pelo técnico-administrativo de Brazlândia, uma vez que o transporte para essa RA é bastante precário.

Quadro 2 – Profissionais dos NAFAVD

PROFISSIONAIS	NAFAVD		ENTREVISTADAS	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
<b>Técnicas(os)-administrativas(os)</b>	9	7		2
<b>Psicólogas(os)</b>	10	3	8	2
<b>Assistentes sociais</b>	3	0	0	
<b>Pedagogas</b>	1	0	1	
<b>Agentes sociais</b>	3	4	1	1
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas Fichas de Informação

Considero, contudo, a inexistência da raça/etnia das profissionais nessa tabela como uma limitação dentro da análise interseccional que faço das estruturas dos serviços, tendo em vista que o lugar de fala dos profissionais interfere na abordagem dos atendimentos individuais e na metodologia e temáticas que priorizam nos grupos. Faço essa afirmação me embasando nos registros em diários de campo e nas entrevistas das fichas de informação. Apenas quatro profissionais se marcaram racialmente de forma espontânea, durante as entrevistas ou em conversas informais que tivemos, sendo dois enquanto negros, uma enquanto não branca<sup>60</sup> e uma enquanto branca. A única profissional branca que se marcou racialmente era colega de um dos profissionais negros, e teve aproximação com a discussão de raça e racismo devido a inserção feita pelo seu colega na abordagem metodológica do Núcleo.

Ainda em relação aos NAFAVD, posso apenas pontuar, a partir de uma heteroclassificação, que a maioria das(os) profissionais especialistas<sup>61</sup> dos NAFAVD – responsáveis pela facilitação dos grupos e pelos atendimentos individuais – são pessoas brancas cisheterossexuais. No CREAS I de Blumenau, a psicóloga e o assistente social são pessoas brancas cisheterossexuais.

Todos os passos dessa pesquisa atenderam a pressupostos éticos, resguardando o anonimato das pessoas participantes. As entrevistas foram realizadas mediante termo de consentimento livre e esclarecido, sendo garantido: a livre recusa em participar da pesquisa ou a retirada do consentimento em qualquer momento; o esclarecimento de quaisquer dúvidas

<sup>60</sup> Termo utilizado também para marcar a consciência de ser uma mulher negra de pele clara.

<sup>61</sup> Designadas na tabela pela sua profissão: psicólogas(os), assistentes sociais e pedagogas.

antes, durante e após a entrevista; a possibilidade de interrompe-la ou solicitar a retirada de trechos.

A diferença na extensão da pesquisa em cada um dos serviços está diretamente relacionada com a dimensão estrutural de cada um deles. Os NAFAVD, sendo um serviço distrital, tem uma abrangência territorial muito maior que o PPVCDI de Blumenau, que é municipal. Essa característica resultou tanto em um maior número de deslocamentos e uma pesquisa de campo mais extensa, quanto em mais possibilidades de entrevistas com mulheres que mantinham relacionamentos com homens participantes ou ex-participantes de grupos. A título de ilustração, o DF possui território 10 vezes e população 5 vezes maior que Blumenau. Além disso, o NAFAVD é um serviço especializado de atendimento às situações de violência doméstica e familiar, enquanto que o CREAS I atende diversas outras demandas da assistência social.

As entrevistas nos dois serviços resultaram em 10h37min de áudio, que foram transcritos e tratados pela própria pesquisadora. O tratamento não envolveu corrigir nem adaptar a linguagem utilizada pelas pessoas entrevistadas à norma culta da língua portuguesa, pois a forma que as pessoas se expressam também diz sobre elas. Suprimi apenas repetições excessivas que não alterassem o conteúdo do texto, como “né”. Entre colchetes inclui linguagens não verbais, assim como explicações nos contextos em que se fez necessário. No decorrer do texto, as partes em negrito dizem respeito às minhas falas ou perguntas, que mantive no texto de forma a não neutralizar minha voz na construção das entrevistas de história oral. Além das entrevistas, o material analisado na construção dessa tese envolve os diários de campo, documentos, relatórios, normativas e informações oficiais relativas aos serviços estudados. Como a maior parte da pesquisa de campo presencial foi realizada entre fevereiro e outubro de 2018, os dados que incorporei na análise também se referem a esse período. O quadro teórico-analítico foi desenvolvido juntamente ao campo, de forma a ser coerente tanto com a metodologia utilizada quanto com as críticas epistemológicas levantadas.

Nos próximos dois subcapítulos contextualizo o local, a criação e a institucionalização, e analiso brevemente a estrutura e a metodologia dos dois serviços estudados a partir da pesquisa de campo realizada.

### 3.3 PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR

O Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) é uma política do município de Blumenau, localizado no estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil. É a terceira cidade mais populosa do estado, com população estimada de 352.460 (IBGE, 2018). No censo demográfico de 2010, a composição étnica do município era de 276.793 (89,57%) brancos, 25.945 (8,40%) pardos, 5.053 (1,64%) pretos, 897 (0,29%) amarelos e 323 (0,10%) indígenas (IBGE, 2010).

O PPCVDI faz parte de um contexto municipal maior, que se iniciou no ano de 1997. Nesse ano, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) passou a desenvolver ações visando encaminhamentos para as denúncias de violência contra a mulher oferecidas na Delegacia de Proteção a Mulher, a Criança e ao Adolescente, instituída em 1989. Essas ações mobilizaram várias regiões da cidade, e fomentaram a criação do Fórum em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica, uma parceria entre ONGS (Organizações Não Governamentais) e OGS (Organizações Governamentais), com encontros mensais. As discussões do Fórum desencadearam a criação desse Programa através da Lei Municipal nº 5.825, de 27/12/2001<sup>62</sup> (BORTOLI, 2013; BEIRAS, 2014). No momento de sua criação, o Programa era financiado pelo Fundo de Assistência Municipal e sua atuação vinculada ao SEMAS.

Esse programa se dividia em dois eixos: um dos eixos era a proteção e outro era prevenção. Então dentro do eixo da proteção tinha a casa abrigo de proteção à mulher e dentro do eixo da prevenção tinha um serviço chamado Centro de Apoio à família. Nesse centro de apoio eram acolhidas todas as mulheres que tinham conflitos ou situações de violência. Não só as mulheres que iam pra casa abrigo (Entrevista assistente social).

Os centros de apoio visavam garantir atendimento de forma integrada à família em situação de violência, incluindo os autores de violência. Os serviços oferecidos pelo Centro de Apoio eram:

- a) Atendimento socioassistencial;
- b) Atendimento psicológico;
- c) Atendimento coletivo e/ou familiar (atendimento interdisciplinar);
- d) Apoio jurídico;

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://c-mara-municipal-de-blumenau.jusbrasil.com.br/legislacao/266947/lei-5825-01>

- e) Ações socioeducativas com mulheres, com homens autores de agressão, com adolescentes e com casais que interromperam o ciclo de violência, mas desejam ressignificar os valores conjugais (ação interdisciplinar);
- f) Visita domiciliar;
- g) Motivação para inclusão em política de capacitação e preparação para o mundo do trabalho, e/ou inclusão em empreendimentos solidários (ações intersetoriais);
- h) Organizar atividades de cunho preventivo nas comunidades (ação interdisciplinar). (BORTOLI, 2013, p. 72-73)

Em abril de 2004 começaram a ser desenvolvidas as ações socioeducativas direcionadas aos homens (BORTOLI, 2013), que são objeto dessa tese. O objetivo dessas ações era

[...] a criação de um espaço onde os homens pudessem trazer à tona suas realidades, problematizar suas experiências e desencadear reflexões sobre as mesmas, bem como ressignificar suas relações sociais, principalmente àquelas estabelecidas com suas companheiras, ou ex-companheiras, e filhos. (BORTOLI; ZUCCO, 2016, p. 192)

Essas ações foram organizadas no formato de um grupo de homens, inicialmente com encontros mensais e de participação voluntária. Para sua formação, a equipe entregou convites aos homens que participavam de atendimentos individuais e estabeleceu contato telefônico com aqueles cujas famílias eram acompanhadas pelo PPCVDI. Não houve uma aderência imediata ao grupo, e nos dois primeiros encontros não compareceram participantes. As estratégias de sensibilização foram repensadas, e a nova leva de convites foi organizada a partir de visitas domiciliares aos homens em horários noturnos e aos sábados. “No terceiro encontro, compareceram dois homens. No quarto, cinco homens e, assim, foi-se constituindo o grupo. Após seis encontros, a média era de 10 a 15 participantes. A partir de 2006, estes encontros passaram a ser quinzenais” (BORTOLI; ZUCCO, 2016, p. 192), mantendo a mesma média de participantes.

Em 2005, foi criado o Sistema Único de Assistência Social<sup>63</sup> (SUAS) e, em 2009, aprovada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>64</sup>. A Tipificação reorganizou o SUAS por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade<sup>65</sup>. Antes de Blumenau se adequar a essa regulamentação, existiam duas diretorias:

<sup>63</sup> Criado a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social e aprovado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), Resolução CNAS n.º 130, de 15 de julho de 2005.

<sup>64</sup> Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf)>

<sup>65</sup> “I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; b) Serviço Especializado em Abordagem

[...] a diretoria da criança e do adolescente, que atendia situações de violência contra a criança e adolescente, e a diretoria de proteção especial, que tinha um Programa de combate a violência doméstica e familiar que atendia só os casos de mulheres e os homens também em caso de violência doméstica e tinha os outros serviços, de atendimento ao idoso. Enfim, tinha essas duas diretorias. Eram vários serviços, aí pra se ajustar a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, então, se planejou um CREAS, na verdade dois CREAS no Município (entrevista Psicóloga).

Com a criação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em 2014, os eixos do Programa foram separados e reorganizados no âmbito do município. O eixo da proteção, composto pela Casa Abrigo, passou a ser gerido juntamente com os demais Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. E o eixo da prevenção foi diluído entre os CREAS I e II, sendo incorporado como mais uma das demandas do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos<sup>66</sup> (PAEFI).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o PAEFI é um

[...] serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2009, p. 18).

E prevê como usuários desse serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;

---

Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências” (BRASIL, 2009, p. 4)

<sup>66</sup> “Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.” Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>>

- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos. (BRASIL, 2009, p.18)

Ou seja, a violência doméstica e familiar passou a ser atendida juntamente com inúmeras outras demandas de violações de direitos. A Lei Municipal nº 5.825/01 continua vigente, contudo, não tem sido aplicada conforme sua proposta original, fragilizando as ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar no município.

[...] no meu ponto de vista, enquanto assistente social, acho que foi um grande equívoco da política de assistência jogar a violência contra mulher no meio de outras demandas. Porque acho que os profissionais têm que ter uma trajetória de estudar gênero, compreender a luta das mulheres, compreender as legislações, compreender o machismo, pra poder atuar e desenvolver ação profissional voltada pra o empoderamento da mulher. Então como que o profissional vai conseguir dar conta disso e dá conta da violência sexual contra a criança, de questões geracionais, de violências, de violência contra o idoso? Porque tudo cai aqui. Então, assim, para mim é uma coisa que é absurda. Não tem como. Uma coisa de fazer trabalho com grupo de mulheres, outra coisa é você desenvolver um trabalho com grupo de adolescentes ou atender uma situação totalmente distinta, que é, no caso, a violência sexual (Entrevista assistente social).

A fala do profissional traz à tona uma discussão bastante relevante quando falamos de intervenções com homens autores de violência, que é a vinculação institucional, pois ela acaba moldando o desenvolvimento do serviço. No caso do PPCVDI, a mudança na legislação da assistência precarizou o atendimento no contexto municipal, que não conta com uma ampla rede de atendimento<sup>67</sup> às mulheres em situação de violência. Dos serviços especializados previstos na Lei Maria da Penha, Blumenau conta somente com uma Casa Abrigo (a Casa Elisa, também instituída pela Lei Municipal) e com uma delegacia especializada, que em Santa Catarina é chamada de Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI). Se focarmos no estado de Santa Catarina, este conta com 31 DPCAMI<sup>68</sup>, localizadas nas sedes de cada região policial civil. Contudo, diferentemente da maioria das unidades da federação, Santa Catarina não conta com delegacias especializadas voltadas exclusivamente para o atendimento de mulheres. Esse problema já havia sido identificado pelo Relatório da Comissão Parlamentar Mista de 2013, que também detectou que as delegacias,

<sup>67</sup> Com o desmonte da Secretaria de Políticas para Mulheres em nível federal, e a falta de Secretarias de Políticas para Mulheres em nível Municipal e Estadual, a maior parte das políticas relacionadas à violência doméstica e familiar passaram para o Ministério de Desenvolvimento Social, ou seja, para a Assistência Social.

<sup>68</sup> Informação retirada do site da Polícia Civil. Disponível em: <<http://www.pc.sc.gov.br/informacoes/delegacias-especializadas/delegacias-especializadas-versao-acessivel>>. Acesso em julho de 2019.

além de serem híbridas – de atendimento à mulher, criança, adolescente e idoso – funcionavam apenas em horário comercial, e não havia nenhum tipo de capacitação específica para policiais que trabalhavam com mulheres em situação de violência. Apenas nas Delegacias de Florianópolis, Joinville, Lages, Criciúma e Chapecó havia

[...] equipes multidisciplinares para atendimento às mulheres. Os postos de atendimento são locais compostos por um cartório, que usam a estrutura de uma delegacia policial comum e funcionam, na maioria dos casos com apenas um (a) funcionária (o). De modo geral, o número de mulheres que buscam atendimento é alto, mas há carência de pessoal, de políticas de capacitação, de padronização dos registros de ocorrência e de privacidade no atendimento. Ademais o funcionamento é restrito ao horário comercial. Por não ter plantão 24h, quando as delegacias se encontram fechadas, o atendimento é realizado pela Polícia Militar (Relatório CPMI, 2013, p. 733).

O Estado também não possuía Defensorias Públicas devidamente instaladas, pois contava com um número insuficiente de defensores públicos. Além disso, não havia políticas diferenciadas para mulheres camponesas, negras, indígenas e quilombolas, ou seja, não havia um olhar interseccional em relação à violência. E “nas regiões mais remotas, o acesso à informação sobre o tema e a assistência necessária é praticamente inexistente” (CPMI, 2013, p. 741). Nesse contexto, “as mulheres em situação de violência, inclusive as ameaçadas de morte ou em situação de risco, não dispõem de um acesso efetivo (amplamente divulgado e em pleno funcionamento) aos recursos judiciais, quando criam coragem para denunciar os fatos dos quais são vítimas” (LISBOA, 2014, p. 5).

Em 2018, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 9 municípios do Estado contavam com CEAM/CRAM/NIAM, 8 com casas-abrigo, 9 com Juizados ou Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 2 com Serviços de Responsabilização do Agressor, 1 com Defensoria da Mulher ou Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência. A maior concentração de serviços está na capital Florianópolis. Atualmente, há apenas dois Centros de Referência de atendimento à mulher – o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Florianópolis e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Clementina Heinle<sup>69</sup> em Dionísio Cerqueira, cidade localizada na fronteira com a Argentina.

Com essa quantidade restrita de serviços especializados no Estado, a demanda de atendimento fica concentrada nos CRAS e CREAS existentes. Blumenau tem uma extensão de

<sup>69</sup>

Informações disponíveis em:  
<https://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/5692>

519,837 km<sup>2</sup> e apenas dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que ficam na região central da cidade, o que pode dificultar o acesso da população mais periférica. Por outro lado, por estar vinculado à política de assistência, os profissionais conseguem passagens de ônibus, tanto para os homens quanto para as mulheres, lanche para os grupos e contam com espaço e uma brinquedoteca caso os homens e as mulheres necessitem levar os filhos junto. Essas características alteram em muito a situação de acessibilidade do serviço às pessoas de baixa renda envolvidas em situações de violência doméstica e familiar.

O CREAS I fica em uma casa antiga adaptada. É um espaço bastante amplo e receptivo. A entrada é pelos fundos da casa, por uma área coberta onde ficam doações de roupas e brinquedos, um espaço que parecia ser uma antiga garagem. Em seguida, há uma recepção e um corredor com várias salas individuais de atendimento. Bem na frente da casa há uma grande área onde ficam os computadores das funcionárias, uma cozinha e sala com mesa para refeições. Além desses espaços, há uma área externa, e o que parece ser um antigo salão de festas que foi adaptado como uma sala de reuniões. É nesse espaço que ocorrem os grupos. Uma de suas paredes é feita de vidro, assim tem vista para um pequeno gramado. O espaço é aconchegante e silencioso. Afastado do resto da casa, o que garante bastante privacidade.

O trabalho voltado para o enfrentamento à violência doméstica e familiar desenvolvido no CREAS I tem como objetivos tanto desenvolver ações socioeducativas com mulheres na perspectiva de discussão de gênero e empoderamento visando o enfrentamento das vulnerabilidades sociais; como realizar “grupos reflexivos com homens autores de violência contra a mulher, objetivando a construção de um espaço onde os sujeitos consigam expressar-se na perspectiva de prevenir e combater todos os tipos de violência nas relações familiares e de gênero”. Essas informações foram retiradas do folder confeccionado para ser entregue às pessoas encaminhadas aos grupos em 2018, conforme imagem abaixo:

<b>POR UM MUNDO EM QUE SEJAMOS SOCIALMENTE IGUAIS, HUMANAMENTE DIFERENTES E TOTALMENTE LIVRES</b>		
ROSA LUXEMBURGO		
<p><b>A QUEM SE DESTINA:</b></p> <p>Homens autores de violência contra a mulher ou que vivenciam situação de conflito nas relações familiares.</p>	<p><b>TEMAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislações – Lei Maria da Penha</li> <li>• Masculinidades</li> <li>• Resolução de Conflitos</li> <li>• Funções Parentais</li> <li>• Stress e Ansiedade</li> <li>• Sexualidade</li> <li>• Relações de Gênero</li> <li>• Feminismo / Machismo</li> <li>• Manejo da Ira</li> <li>• Educação e Gênero</li> <li>• Uso de Álcool e Drogas</li> <li>• Opressão, Racismo e Homofobia</li> </ul>	<p><b>DATAS:</b> (quartas-feiras)</p> <p>FEV: 21  MAR: 07, 21  ABR: 04, 18  MAI: 02, 16, 30  JUN: 13, 27  JUL: 11, 25  AGO: 08, 22  SET: 05, 19  OUT: 03, 17, 31  NOV: 14, 28  DEZ: 12</p> <p><b>LOCAL:</b> CREAS 1</p> <p><b>HORÁRIO:</b> 15hs às 16h30min</p> <p><b>Coordenadores:</b></p> <p>_____ – Assistente Social</p> <p>_____ – Psicóloga</p>
<p><b>OBJETIVO:</b></p> <p>Desenvolver a ação socioeducativa de grupos reflexivos com homens autores de violência contra a mulher, objetivando a construção de um espaço onde os sujeitos consigam expressar-se na perspectiva de prevenir e combater todos os tipos de violência nas relações familiares e de gênero.</p>		

A metodologia do trabalho envolve tanto atendimentos individuais, quanto grupais, mas o foco do atendimento aos autores de violência é a participação no grupo de homens. O ingresso e vinculação no grupo conjuga demandas voluntárias e obrigatórias via encaminhamento judicial (BEIRAS, 2014). As demandas voluntárias ocorrem quando famílias são encaminhadas pela rede de enfrentamento à violência, conselho tutelar ou serviços de saúde, ou participam a partir de parcerias, por exemplo com o Centro Terapêutico Vida<sup>70</sup>, ou comparecem por vontade própria ou solicitação da companheira.

Os encaminhamentos judiciais iniciaram em outubro de 2014, quando o serviço firmou parceria com o judiciário. No período em que realizei a pesquisa, o encaminhamento judicial se deu primordialmente por medida protetiva, contudo, eventualmente, por pena alternativa e na execução da pena. No ano de 2018 houve o encaminhamento de 116 autores de violência para os Grupos dos CREAS de Blumenau. Desses 116, 67 foram encaminhados para o CREAS I e 43 participaram do Grupo de Homens em 2018. Segundo os dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina<sup>71</sup>, nesse mesmo ano houve o deferimento de 373 medidas protetivas. Isso significa que em menos da metade das medidas protetivas deferidas é incluída a participação em serviços de responsabilização. Se formos mais além e

<sup>70</sup> “O CTV é uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como objetivo principal oferecer suporte e tratamento psicossocial em comunidade terapêutica a usuários abusivos de substâncias psicoativas, buscando a reeducação social, resgatando a cidadania através de reabilitação física e psicológica, bem como de reinserção social”. Informações disponibilizadas no site: < <https://ctvida.wordpress.com> >.

<sup>71</sup> Disponível em <<http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>> Acesso em julho de 2019.

pensarmos os dados sobre violência no Município de Blumenau, no ano de 2018 houve a instauração de 1413<sup>72</sup> procedimentos policiais em casos de violência doméstica e familiar; desses casos, 545 foram por ameaça, 307 por injúria, e 512 por lesão corporal dolosa. Menos de 10% desses procedimentos resultou em um encaminhamento aos grupos.

Os encontros do grupo são quinzenais e duram aproximadamente 1h30min. Não há número determinado de sessões, pois o serviço considera que as pessoas possuem necessidades e subjetividades distintas, e o grupo deve tentar atender a necessidade de cada um, contudo, os participantes que vêm por medida judicial costumam participar durante 6 meses. O grupo é aberto e contínuo, o que permite essa indeterminação. Nos grupos observados, os homens que continuavam para além do prazo judicial ou que estavam ali voluntariamente ajudavam a diminuir a resistência dos homens que estavam entrando, pois apresentavam uma outra perspectiva em relação ao grupo. Um desses participantes, inclusive, falava muito positivamente sobre os impactos do grupo na sua vida.

A coordenação grupal é composta por uma dupla de facilitadores, um assistente social e uma psicóloga. Ambos têm larga experiência de trabalho com violência doméstica e familiar. O assistente social foi coordenador do PPCVDI entre 2003 e 2014, e a psicóloga foi Coordenadora do CREAS I entre maio de 2014 e agosto de 2018.

Ao final de cada ano são realizadas avaliações com os participantes do grupo, que servem para construir o planejamento das ações seguintes (BEIRAS, 2014). Na sessão de encerramento que eu participei, em 20 de dezembro de 2017, ela se deu de forma oral em uma atividade que teve dois momentos. Primeiramente saímos para o gramado para fazer uma dinâmica, na qual todos foram posicionados lado a lado, no intuito de fazer uma caminhada auto avaliativa. Eram feitas perguntas e dependendo da resposta a pessoa caminhava ou não. As perguntas estavam relacionadas a ter ou não cometido atos violentos no ano de 2017, diferenciando seus vários tipos; e a ter ou não feito reflexões e modificados comportamentos com pessoas próximas e familiares. Nas primeiras perguntas, relacionadas ao não cometimento de violências poucos deram passos à frente, o que significa que admitiam ter cometido violências físicas e/ou verbais em 2017. Nas perguntas relacionadas às reflexões e mudanças no comportamento quase todos deram passos, indicando que percebiam diferenças em como lidam com situações de conflito. O que mais me chamou a atenção é que um dos participantes destoou dos demais, ficando muito para trás na caminhada. Isso pode ter variados sentidos,

---

<sup>72</sup> Não está documentado como são contabilizadas as estatísticas nos casos de denúncia de mais de um tipo penal pela mesma pessoa.

tanto denotar sinceridade, quanto a falta de autoanálise, ao não perceber a necessidade de modificar comportamentos violentos. Em seguida, voltamos para dentro da sala, e os facilitadores promoveram uma discussão sobre o exercício feito, sobre as experiências proporcionadas pelo grupo e as modificações percebidas em suas vidas. Pude observar que existem diferentes níveis de reflexão ocorrendo ao mesmo tempo e que esses níveis têm tanto relação com a forma de inserção no grupo, como com o tempo que cada homem vem se propondo a refletir. E percebi que os mais participativos são também os com discursos mais pessoais, de autoanálise e sem medo de expor coisas que fizeram no passado e que não pretendem mais repetir.

### 3.4 NÚCLEO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) são uma política pública desenvolvida pelo Governo do Distrito Federal. O Distrito Federal é uma das 27 unidades federativas brasileiras. Situado na Região Centro-Oeste, é a menor e a única unidade federativa brasileira que não tem municípios, sendo dividida em 31 regiões administrativas sem autonomia política (CNJ, 2017). Segundo a Constituição Federal, a divisão do Distrito Federal em municípios é vedada, sendo atribuídas a ele as competências legislativas reservadas tanto aos Estados quanto aos Municípios (BRASIL, 1988). Em seu território, está localizada a capital federal do Brasil, Brasília, que é também a sede de governo do Distrito Federal.

O Distrito Federal tem 5.779,999 km<sup>2</sup> de território e sua densidade demográfica é de 444,66 hab./km<sup>2</sup>. A população estimada em 2018 era de 2.972.209 habitantes<sup>73</sup>. Apresentou o mais elevado rendimento nominal mensal domiciliar per capita do país, atingindo R\$ 2.460,00 (CNJ, 2017; IBGE, 2018). Ao mesmo tempo, foi a unidade federativa com maior desigualdade de renda segundo o índice de Palma<sup>74</sup> (5,57) e a segunda maior, segundo índice de Gini<sup>75</sup> (0,62). Ambos bastante acima da média nacional, respectivamente, 3,51 e 0,54 (IBGE, 2018). Essa

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>. Acesso em agosto de 2019.

<sup>74</sup> Esse índice representa a razão entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% das pessoas com maiores rendimentos em comparação à parcela apropriada pelos 40% com menores rendimentos (IBGE, 2018)

<sup>75</sup> O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo 1 o valor de máxima desigualdade e 0 a perfeita igualdade na distribuição de renda (quando X% da população se apropria dos mesmos X% da renda total) (IBGE, 2018)

desigualdade se reflete territorialmente, entre as suas regiões administrativas, e os contextos de violências que chegam até os Núcleos.

O projeto piloto do NAFAVD foi inaugurado no Fórum da Região Administrativa (RA) de Samambaia, em 20 de outubro de 2003, a partir de uma parceria estabelecida entre o Conselho dos Direitos da Mulher com a Defensoria Pública<sup>76</sup>. Esse Conselho, fundado pelo Decreto nº 11.036 de 9 de março de 1988, tem por finalidade “assegurar à mulher o exercício pleno de sua participação e protagonismo no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do DF, na perspectiva de sua autonomia e emancipação” (PORTAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018). Uma das características que distingue os NAFAVD de outros serviços para autores de violência é sua relação com as políticas para mulheres. A proposta inicial do Núcleo consistia no acompanhamento de mulheres após sua saída da Casa Abrigo (AGUIAR, 2009; SILVA, 2016) e “contava com uma equipe de dois psicólogos e duas funcionárias responsáveis pelas questões administrativas” (AGUIAR, 2009, p. 58). Foi a partir da solicitação das mulheres que seus companheiros passaram a receber atendimento, pois sem algum tipo de acompanhamento com os homens, muitas voltavam a sofrer violências (AGUIAR, 2009). Assim, desde sua criação, os Núcleos atentaram para o caráter relacional da violência de gênero, atendendo as duas partes da relação. Na época, ainda anterior à promulgação da Lei Maria da Penha, os autores de violência passaram a receber acompanhamento por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, devido a um termo de cooperação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) (BEIRAS, 2014).

O NAFAVD é um serviço interessante pois surge da parceria de diversos órgãos públicos, e foi se ampliando territorialmente ao longo dos anos, configurando possivelmente o serviço público para autores de violência doméstica e familiar de maior porte no contexto nacional atual. No ano de 2004, a primeira atividade grupal com autores de violência foi sistematizada no Núcleo Samambaia (NAFAVD, 2017). Em 2005 foi criado o Núcleo Plano Piloto, e em 2007 os Núcleos de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Gama, Santa Maria, Paranoá e Planaltina. O Núcleo de Taguatinga foi extinto em 2009 e o de Ceilândia em 2014.

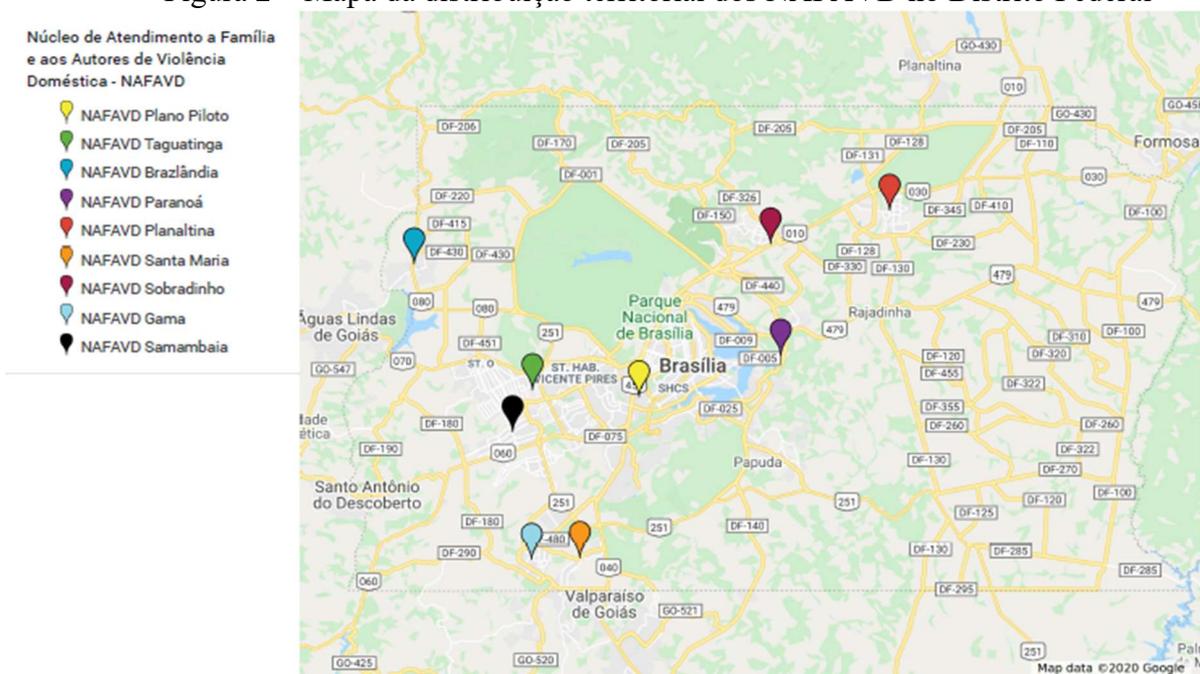
---

<sup>76</sup> Para mais informações sobre esse histórico ver: AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. **Gênero e Masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília e NAFAVD. **Documentário**. Direção: Jean Costa. Governo de Brasília, 2017. 28 min, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=76ASBj5\\_\\_J0](https://www.youtube.com/watch?v=76ASBj5__J0)>. Acesso em julho de 2018.

O Núcleo Bandeirante foi criado em maio de 2012<sup>77</sup> e extinto em setembro de 2018, quando os profissionais foram transferidos, reabrindo o NAFAVD Taguatinga.

Atualmente, existem nove núcleos no Distrito Federal: Plano Piloto, Paranoá, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, Samambaia, Taguatinga, Santa Maria e Gama, o que significa que 29% das regiões administrativas do Distrito Federal possuem serviços para autores de violência doméstica e familiar. No mapa a seguir é possível visualizar a distribuição dos Núcleos no território do Distrito Federal.

Figura 2 – Mapa da distribuição territorial dos NAFAVD no Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria (Google Maps/dados SEDESTMIDH)

Conforme é perceptível no mapa acima, os Núcleos são distantes entre si. Cinco deles estão localizados no lado sul do Plano Piloto, três do lado norte, cobrindo parcialmente o território do Distrito Federal. Se confrontamos os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal, expostos na figura que segue, com a distribuição territorial dos Núcleos, sete dos nove estão localizados entre as onze regiões com mais altas taxas de violência doméstica e familiar do DF em 2018 – Planaltina, Samambaia, Taguatinga, Gama, Brasília, Santa Maria e Sobradinho. Entretanto, entre as dez RA que representam 69%

<sup>77</sup> Como não consegui essa informação nas entrevistas realizadas com os profissionais, fiz uma busca na internet, encontrando essa informação no site: <<https://emicles.blogspot.com/2012/05/justica-cidadania-atendimento.html>>. Acesso em maio de 2019.

dos casos registrados no DF, quatro não possuem Núcleo instalado: Ceilândia, Recanto das Emas, São Sebastião e Águas Claras.

Figura 3 – Crimes de Violência Doméstica por Região Administrativa – 2017/18

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - LEI MARIA DA PENHA							
RANKING (2018)	REGIÃO ADMINISTRATIVA	ANO		VARIÇÃO		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2017	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2018
		2017	2018	(%)	Quantil.		
1ª	CEILANDIA	2326	2437	5%	111	16,0%	16,3%
2ª	PLANALTINA	1168	1209	4%	41	8,0%	8,1%
3ª	SAMAMBAIA	1171	1153	-2%	-18	8,0%	7,7%
4ª	TAGUATINGA	958	975	2%	17	6,6%	6,5%
5ª	RECANTO DAS EMAS	823	902	10%	79	5,8%	6,0%
6ª	GAMA	862	864	0%	2	5,9%	5,8%
7ª	BRASILIA	722	724	0%	2	5,0%	4,8%
8ª	SANTA MARIA	758	719	-5%	-39	5,2%	4,8%
9ª	SAO SEBASTIAO	744	704	-5%	-40	5,1%	4,7%
10ª	AGUAS CLARAS	482	509	6%	27	3,3%	3,4%
11ª	SOBRADINHO	517	508	-2%	-9	3,5%	3,4%
12ª	SOBRADINHO 2	487	504	3%	17	3,3%	3,4%
13ª	GUARA	507	468	-8%	-39	3,5%	3,1%
14ª	PARANDA	409	447	9%	38	2,8%	3,0%
15ª	ITAPOA	331	394	19%	63	2,3%	2,6%
16ª	BRAZLANDIA	348	371	7%	23	2,4%	2,5%
17ª	ESTRUTURAL	336	355	6%	19	2,3%	2,4%
18ª	VICENTE PIRES	365	352	-4%	-13	2,5%	2,3%
19ª	RIACHO FUNDO 2	276	305	11%	29	1,9%	2,0%
20ª	RIACHO FUNDO	169	224	33%	55	1,2%	1,5%
21ª	NUCLEO BANDEIRANTE	123	135	10%	12	0,8%	0,9%
22ª	FERCAL	68	98	44%	30	0,5%	0,7%
23ª	LAGO NORTE	97	89	-8%	-8	0,7%	0,6%
24ª	CRUZEIRO	77	86	12%	9	0,5%	0,6%
25ª	VARIAO DO TORTO	69	84	22%	15	0,5%	0,6%
26ª	LAGO SUL	106	78	-26%	-28	0,7%	0,5%
27ª	SUDOESTE	68	77	13%	9	0,5%	0,5%
28ª	CANDANGOLANDIA	88	74	-16%	-14	0,6%	0,5%
29ª	JARDIM BOTANICO	48	56	17%	8	0,3%	0,4%
30ª	PARK WAY	54	54	0%	0	0,4%	0,4%
31ª	SIA	26	30	15%	4	0,2%	0,2%
<b>TOTAL</b>		<b>14583</b>	<b>14985</b>	<b>2,8%</b>	<b>402</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal<sup>78</sup>

Ceilândia é a região administrativa que apresentou os mais altos índices de violência doméstica e familiar em 2017 e 2018, com dados brutos equivalentes ao dobro do índice do segundo lugar Planaltina. Em 2018, 16,3% de todos os casos notificados no DF ocorreram em Ceilândia, o que demonstra uma necessidade local de serviços especializados. Essa RA já contou com Núcleo próprio, contudo ele foi desativado final de 2014.

Em 2018, ano de realização da pesquisa, o NAFVD encontrava-se vinculado à Coordenação de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres<sup>79</sup>, inserida dentro da Secretaria

<sup>78</sup> Relatório completo disponível em: [http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-002\\_2019-Viol%C3%Aancia-Dom%C3%A9stica-no-DF-2018.pdf](http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-002_2019-Viol%C3%Aancia-Dom%C3%A9stica-no-DF-2018.pdf)

<sup>79</sup> “Formula, articula e executa políticas de acolhimento e promoção dos direitos das mulheres que estão em situação de violência doméstica. Gerencia a Casa Abrigo, os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (Ceams) e os Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica (Nafavds). Além disso, é

Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, uma das três secretarias adjuntas que compõem a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH).

Em 2019, com a troca do Governo Distrital, que segue as eleições estaduais, os NAFAVD passaram a estar vinculados à Secretaria de Estado da Mulher. Atualmente os NAFAVD são descritos no site da Secretaria como

[...] unidades de atendimento que realizam acompanhamento interdisciplinar com homens e mulheres envolvidos/as em situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, tipificadas pela Lei Maria da Penha, a partir das perspectivas de gênero e direitos humanos, por meio de espaços de escuta, reflexão e empoderamento de mulheres em situação de violência, e o trabalho de responsabilização, reeducação e reflexão com autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres (PORTAL SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, 2019)<sup>80</sup>.

Os núcleos estão instalados em espaços cedidos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a partir de Termo de Cooperação Técnica<sup>81</sup> firmado entre as partes (PORTAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018). Conforme esse documento,

[...] os NAFAVDs são unidades de atendimento criadas em 2003 pelo Governo do Distrito Federal que têm por objetivo oferecer acompanhamento psicossocial a famílias em situações de violência contra as mulheres encaminhadas pela Casa Abrigo do Distrito Federal, pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e pelos Juizados Especiais Criminais e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A partir do entendimento relacional da violência contra as mulheres, os NAFAVDs proporcionam atendimentos psicológicos e de serviço social às vítimas e aos autores das violências que visam o empoderamento e escuta terapêutica das mulheres e dos filhos vítimas das violências, bem como a responsabilização pelas violências praticadas pelo agressor em um contexto reflexivo que favorece a construção de alternativas às violências para a resolução de problemas familiares (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2018, p. 3)

De acordo com esse termo, o objetivo do trabalho com homens autores de violência e mulheres em situação de violência é distinto. De modo geral, existe um maior encaminhamento de homens e, conseqüentemente, uma priorização dos grupos para autores de violência.

---

responsável pelo programa das Unidades Móveis de Atendimento à Mulher do Campo e do Cerrado. Administra ainda o Disque Direitos Humanos da Mulher” (PORTAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018).

<sup>80</sup> Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/nucleos-de-atendimento-as-familias-e-aos-autores-de-violencia-domestica-nafavd/>>. Acesso em outubro de 2019.

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/images/PDFs/Acordo%20do%20MP%20com%20os%20NAFAVDS.PDF>>. Acesso em de fevereiro 2018.

Contudo, cada Núcleo se adapta ao contexto territorial, social e institucional que ocupa, e as prioridades são estabelecidas a partir dessas especificidades. Um exemplo disso é o NAFAVD Brazlândia, que recebe mais encaminhamentos de mulheres em situação de violência do que de autores de violência.

Resumindo, nas palavras de uma Psicóloga do NAFAVD,

[...] existem procedimentos padronizados (formulários de atendimento, de cadastro, etc), mas cada unidade faz os arranjos adequados à sua realidade (número de atendimentos individuais, número de encontros de grupo, número de grupo de homens e de mulheres, etc). Ou seja, a intervenção é adequada à realidade de cada unidade do NAFAVD, mas seguindo padrões de atendimento. O Manual de Procedimentos do serviço está pronto, mas ainda não foi publicado (Entrevista psicóloga Samambaia).

Foi possível perceber essa padronização e independência nas entrevistas realizadas com profissionais em todos os Núcleos. Em outras palavras, os NAFAVD possuem uma metodologia comum. De modo geral, após o encaminhamento, os homens e mulheres fazem um cadastro nos serviços e entram em uma fila de espera, que é maior ou menor, a depender da região administrativa que se encontram. Após esse cadastro são chamados para um primeiro atendimento, que a maioria dos profissionais dos Núcleos chama de acolhimento. Além do acolhimento, os Núcleos fazem atendimentos individuais, cuja quantidade de sessões varia conforme o caso. Em todos os Núcleos é oferecido acompanhamento individual para mulheres em situação de violência e individual e grupal para homens autores de violência. Essa é uma característica interessante dos NAFAVD, pois segundo a literatura internacional, metodologias que conjugam os dois tipos de acompanhamentos tem maiores possibilidades de promover reflexões (MONTEIRO; BONINO, 2006). O serviço mantém um ritmo contínuo de trabalho, podendo ter mais de um grupo acontecendo concomitantemente.

As equipes multidisciplinares dos NAFAVD são formadas por profissionais concursados do Governo do Distrito Federal. As carreiras que compõem o quadro de profissionais são: especialistas, agentes sociais e técnicos administrativos. Além disso, alguns poucos núcleos, a partir de convênios com instituições de ensino, conseguem estagiários de nível superior e médio. Todos os Núcleos possuem ao menos um(a) profissional especialista e um(a) técnico(a). As especialistas, que podem ser psicólogas(os), assistentes sociais e/ou pedagogas são responsáveis pelos atendimentos individuais e pelos grupos. Os grupos são facilitados por pelo menos um(a) profissional especialista. Nos Núcleos em que a equipe é formada por mais de uma especialista ou possui Agentes Sociais, os grupos são facilitados por duplas.

Os grupos para autores de violência são constituídos por no mínimo dez e no máximo 15 homens, são fechados, de frequência semanal, com número de encontros que varia entre 7 e 13, ou seja, cada grupo tem duração média de 2 a 3 meses. O primeiro encontro costuma ser dedicado à apresentação, explicação da proposta do grupo e a estipulação de acordos de convivência<sup>82</sup>. Em relação às temáticas abordadas, a maior parte das profissionais entrevistadas afirmou existirem alguns temas comuns a todos os Núcleos: gênero, violência, Lei Maria da Penha, comunicação e sentimentos. Além desses temas, as profissionais costumam explorar demandas trazidas pelos participantes de cada grupo, e/ou constroem metodologias de trabalho próprias de acordo com as concepções de violência que embasam seu trabalho e o público que costuma acessar cada Núcleo.

No quadro a seguir apresento algumas especificações de cada um dos nove Núcleos:

---

<sup>82</sup> Tive a oportunidade de participar do primeiro encontro de um dos grupos de homens do Plano Piloto e acompanhar essa metodologia sendo colocada em prática. A especialista que conduziu esse grupo, após uma dinâmica de apresentação que buscava fazer os participantes se conhecerem um pouco melhor, propôs um exercício que envolvia responder três perguntas: o que é necessário para uma boa convivência em grupo? Como eu posso contribuir? O que não pode faltar para uma boa convivência em grupo? A partir das respostas dos participantes foi construído conjuntamente o acordo de convivência do grupo e registrado em um cartaz, que ficava colado na parede da sala para que todos se lembrassem das regras estabelecidas.

Quadro 3 – Estrutura e metodologia dos NAFAVD

<b>Núcleo</b>	<b>Samambai a</b>	<b>Plano Piloto</b>	<b>Santa Maria</b>	<b>Gama</b>	<b>Brazlândia</b>	<b>Taguating a</b>	<b>Paranoá</b>	<b>Planaltina</b>	<b>Sobradinh o</b>
<b>Ano de Fundação</b>	2003	2005	2007	2007	2007	2007-2009 2018	2007	2007	2012
<b>Local</b>	Fórum	Fórum	MPDFT	MPDFT	Fórum	MPDFT	MPDFT	MPDFT	MPDFT
<b>Estrutura do Local</b>	3 salas atendiment o + 1 sala equipe + recepção própria	2 salas atendiment o + 1 sala equipe.	1 sala pequena + balcão	2 salas atendiment o + balcão	2 salas + recepção própria	1 sala atendiment o + 1 sala equipe	2 salas atendiment o	3 salas grandes + balcão	3 salas de atendiment o bem pequenas + balcão
<b>Equipe total</b>	7	6	5	5	3	5	6	4	7
Especialistas	3	2	2	1	1	2	2	2	2
Agente Sociais		2				2	1	1	1
Técnica(o)	2	2	3	2	2	1	1	1	2
Estagiária(o)	2			2			2		2
<b>Formas de encaminhame nto</b>	Suspensão condicional do processo; pós sentença, como medida alternativa ou processo arquivado; pré- audiência;	Suspensão condiciona l do processo; na execução da pena.	Suspensão condicional do processo; medida protetiva; na execução da pena; como conversão da prisão preventiva.	Suspensão condiciona l do processo; transação penal; PROVID; Setor Psicossoci al do Tribunal de Justiça (voluntário )	Descumprim ento de medida protetiva; na execução da pena; rede de enfrentament o (demanda voluntária)	Suspensão condiciona l do processo	Suspensão condicional do processo; suspensão condicional da pena; medida protetiva	Judicial por medida protetiva; atenuante de pena; por sugestão do juiz ou promotores ; NERAV; PROVID; rede de enfrentame nto,	Medida protetiva; atenuante de pena; alvará de soltura (como critério para ser solto)

	rede de enfrentamento.							espontâneos	
<b>Acompanhamento Individual</b>	Acolhimento, por questão de risco ou saúde mental, atendimento de avaliação	Acolhimento, casos não adequados ao grupo, devolutiva.	2 atendimentos ou mais, atendimento de avaliação.	Acolhimento, 1 ou 2 atendimentos, atendimento de avaliação	Acolhimento, enquanto o grupo está sendo formado, devolutiva.	Acolhimentos (2), devolutiva	Acolhimento, 2 atendimentos, avaliação individual	Acolhimento (3 atendimentos individuais, no mínimo)	Acolhimento, dois a três atendimentos, devolutiva (1 ou 2)
<b>Grupos em andamento</b> <sup>83</sup>	3 de homens	2 de homens	1 de homens e 1 de mulheres	1 de homens	1 de homens	Nenhum <sup>84</sup>	2 de homens e 1 de mulheres	2 de homens e 1 de mulheres	1 de homens e 1 de mulheres
<b>GRUPOS PARA HOMENS</b>									
<b>Núcleo</b>	Samambaia	Plano Piloto	Santa Maria	Gama	Brazlândia	Taguatinga	Paranoá	Planaltina	Sobradinho
<b>Nº de encontros</b>	13	8 a 12	9	7	8 a 10	10	12	12 pelo menos	10
<b>Tempo de duração</b>	2h	1h30	2h	2h30	2h	2h	1h30	2h	2h
<b>Nº de participantes</b>	12 – 14	12 – 15	14-15	11 – 12	Mínimo 12	12 – 15	12 ou 15 <sup>85</sup>	Mínimo 12	10 – 13 <sup>86</sup>
<b>Desistência</b>		1/3	3	1 a 2	aprox. 20%	2	2 a 3	2	1 a 2

<sup>83</sup> Na data da entrevista (setembro de 2018).

<sup>84</sup> Durante minha estada no Distrito Federal esse núcleo se mudou de Bandeirante para Taguatinga. Eles tiveram alguns problemas com transporte, o que atrasou a mudança em quase uma semana, fazendo com que só retornassem aos atendimentos dia 17 de setembro. Devido a mudança, e a reestruturação decorrente dela, o Núcleo ficou sem grupo de homens durante minha estada, com previsão de início somente para final de outubro, ou início de novembro.

<sup>85</sup> 12 participantes nos grupos conduzidos por uma especialista, e 15 quando as especialistas atuam em dupla.

<sup>86</sup> 13 é o número máximo devido a limitação de espaço físico, mais que isso “*não cabe na sala*”, segundo a profissional entrevistada.

<b>Temáticas dos encontros</b>	Lei Maria da Penha, Tipos de Violência, Gênero, Sexualidade, Racismo, Sentimentos, Comunicação, Uso de álcool e outras drogas, Avaliação	Lei Maria da Penha, Gênero, Comunicação, Emoções, Ciclo da violência	Masculinidades e feminilidades, Lei Maria da Penha, Tipos de Violência, Gênero, Sentimentos, Comunicação, Uso de álcool e drogas	Questões de gênero, Resolução de conflitos, Comunicação, Lei Maria da Penha, uso e o abuso de álcool e drogas, sexualidade, sentimentos	Lei Maria da Penha, Gênero, Relações, Comunicação, Sentimentos, TRE, Mediação de conflitos, alcoolismo, Projetos de Vida	Gênero, Violência, Lei Maria da Penha, Sentimentos, Comunicação, Alcoolismo, Autocuidado, Projetos de vida	Masculinidade e violências, Lei Maria da Penha, comunicação, gênero e relações de poder, sentimentos, Violências que eu sofri, Violências que eu cometi, Avaliação	Comunicação, a Lei Maria da Penha, Masculinidade hegemônica, Paternidade, outros temas que variam de acordo com a composição do grupo.	Gênero, Violência, Lei Maria da Penha, Comunicação, Sentimentos, Paternidade, Resolução de conflitos, Álcool e drogas, Saúde.
--------------------------------	--	--	--	---	--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas com profissionais dos NAFVD para preenchimento das Fichas de Informação

As estruturas físicas dos NAFAVD são bastante diversas. Elas se adaptam ao local em que estão instalados, na maioria dos casos, nos prédios do MPDFT. Nas regiões administrativas que não possuem sede própria, sua estrutura é montada em espaços alugados pelo MPDFT nos Fóruns locais. Dentre os Núcleos, Samambaia e Brazlândia são os únicos que possuem recepção própria, o que ocorre porque estão lotados dentro de Fóruns. Excluindo Sobradinho, cujo prédio do MP parece ter sido construído há mais tempo, nas demais regiões administrativas, o MPDFT tem prédios com a fachada e planta interna muito semelhante, só alterando as proporções. Todos eles possuem balcões na frente das salas, onde ficam os técnicos administrativos. Os Núcleos de Santa Maria e Gama possuem cadeiras em frente a esses balcões, onde as pessoas que esperam atendimento podem se sentar.

Em todos os Núcleos, assim como em prédios da Justiça em geral, as paredes são feitas de divisórias sem isolamento acústico. De modo geral, essa estrutura gera dificuldades para a garantia de sigilo dos atendimentos; no entanto, os dois Núcleos que mais sofrem com essa dificuldade estão instalados dentro de Fóruns. No de Brazlândia isso ocorre porque uma de suas salas de atendimento dá para um corredor, e a outra é contígua com uma sala de outro serviço. Já no Plano Piloto, a falta de isolamento impossibilita a utilização das duas salas ao mesmo tempo.

Em relação ao tamanho, a maior estrutura é a de Samambaia, depois Planaltina, Brazlândia, Gama, Paranoá, Sobradinho, Plano Piloto, Taguatinga e por último Santa Maria. Por outro lado, não faz sentido pensar no espaço físico sem relacioná-lo com a quantidade de profissionais para ocupá-lo, e essa relação não é diretamente proporcional. As maiores equipes são as de Samambaia, Sobradinho, Plano Piloto, Taguatinga, Santa Maria, Paranoá, Planaltina, Gama e Brazlândia. Ou seja, apenas em Samambaia a estrutura é condizente com o número de profissionais contratados. Esse Núcleo tem o maior número de profissionais especialistas, o que torna possível que tenham 3 grupos de homens em andamento concomitantemente, e organizem os grupos com maior número de encontros (13) entre todos os Núcleos. Planaltina e Gama tem uma ótima estrutura; contudo, falta profissionais para utilizá-la. Os demais Núcleos poderiam contar com uma maior ou melhor estrutura. O caso mais crítico é Santa Maria, cujos profissionais têm apenas uma sala estreita, impossibilitando que as duas especialistas possam fazer atendimentos individuais ao mesmo momento. Taguatinga sofre com situação semelhante, e o Plano Piloto tem o mesmo problema devido à falta de isolamento entre suas duas salas.

A estrutura e quantidade de profissionais também não são proporcionais nem a população de cada RA, nem a demanda dos Núcleos, como é possível verificar na tabela a seguir:

Tabela 2 – População, índice de violência e encaminhamentos por região administrativa em 2018

Região Administrativa	Samambaia	Plano Piloto	Taguatinga <sup>87</sup>	Planaltina	Gama	Santa Maria	Paranoá	Sobradinho	Brazlândia
População	231.839	225.002	205.670	177.492	132.466	124.661	65.533	60.077	50.384
Índice de Violência	1153	724	975	1209	864	719	447	508	371
IPs <sup>88</sup> e TCs <sup>89</sup> recebidos MPDFT	888	1809	962	1216	834	643	654	1097	390
Encaminhamentos homens	158	101	0	41	179	62	68	123	31
Encaminhamentos mulheres	52	28	0	27	37	88	52	125	95
Total encaminhamentos	210	129	0	68	216	150	120	248	126
Fila de espera homens (set/2018)	158	15	50	22	87	18	65	227	4
Fila de espera mulheres (set/2018)	11	5	15	2	7	45	27	150	36
Salas para acolhimento <sup>90</sup>	3 grandes	2	1	3 grandes	2	1 pequena	2	3 pequenas	2
Profissionais especialistas <sup>91</sup>	3	2	2	2	1	2	2	2	1

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo, PDAD DF 2018, Relatório técnico nº 003/2019 MPDFT e estatísticas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

<sup>87</sup> O Núcleo foi criado em setembro de 2018, então não há dados de encaminhamentos para esse ano.

<sup>88</sup> Inquéritos Policiais

<sup>89</sup> Termos circunstanciados

<sup>90</sup> Determina quantos atendimentos individuais podem ser feitos ao mesmo tempo.

<sup>91</sup> São os responsáveis pelos acolhimentos e atendimentos individuais, e coordenam os grupos em duplas ou com agentes sociais, e em caso da inexistência de outros profissionais, sozinhos.

Samambaia é a região administrativa mais populosa, segunda com maiores índices de notificação de violência e terceira em número de encaminhamentos. O Núcleo lotado nessa região está de acordo com essa realidade, possuindo a maior estrutura física e maior número de profissionais. Sobradinho é ao mesmo tempo a região administrativa com o maior número de encaminhamentos em 2018, e a segunda menor RA com Núcleo em termos populacionais. O Plano Piloto e Santa Maria, mesmo tendo uma grande diferença populacional, tiveram em 2018, índices semelhantes de violência e de encaminhamentos. Em relação ao número total de encaminhamentos, é possível perceber que mesmo com a grande diferença populacional entre as regiões administrativas, na maioria dos Núcleos a demanda é semelhante, o que torna injustificável a diferença de espaço físico e de número de profissionais especialistas.

Em relação aos locais, cabe pensar na acessibilidade das pessoas que buscam atendimento. Em geral, o sistema de transporte público do Distrito Federal é falho e insuficiente. Ele não abarca todos os territórios do Distrito, e na maioria das vezes a população necessita pegar mais de um ônibus para chegar ao seu destino. O único local que possui transporte para a maior parte das regiões administrativas é o Plano Piloto. O que marca uma centralização e elitização do transporte. O metrô tem somente duas linhas, que unem o Plano Piloto à Ceilândia e à Samambaia. Falando especificamente dos Núcleos, os menos acessíveis são o de Brazlândia e o do Plano Piloto. O do Plano Piloto pela distância de aproximadamente 1,5Km da estação do metrô, e o de Brazlândia pela carência de transporte coletivo, tanto dentro da RA, quanto em relação ao resto do Distrito Federal. Na entrevista com a Psicóloga de Brazlândia, ela salienta essa dificuldade:

**[...] tu acha que é um lugar acessível pras pessoas virem?**

Pela questão do transporte não, porque, inclusive agora, a população até ontem mesmo tava numa manifestação contra isso, porque é uma região que a parte do transporte coletivo não é muito legal. Então tem essa dificuldade, e aqui a gente também não oferece nenhum tipo de auxílio de transporte (Entrevista Psicóloga Brazlândia).

A falta de acessibilidade além de agravar desigualdades, e aumentar a resistência dos homens em relação aos grupos que, em geral, são obrigados a participar, diminuiu substancialmente a adesão das mulheres ao atendimento e aos grupos. Um exemplo disso, é a baixíssima adesão de mulheres do NAFVD Plano Piloto. Apesar de ser um Núcleo central, ele é de difícil acesso e tanto os homens como as mulheres que participam reclamam dessa dificuldade.

Os NAFAVD sofrem tanto pressões do Ministério Público – disputas internas por espaço, desinteresse ou desconhecimento da temática em casos de troca de procuradores, questões que podem até ocasionar o fechamento de núcleos ou realocação em outras regiões administrativas – quanto do Governo do Distrito Federal e o investimento que cada gestão oferece ao enfrentamento à violência. A mudança de Governo, e a ideologia por trás de quem está no poder também afeta o desenvolvimento dos NAFAVD. O governador eleito em 2019, alinhado com a ideologia do Governo Federal está colocando em risco o desenvolvimento dos serviços ao retirar servidores capacitados das suas lotações e substituir por pessoas sem qualquer tipo de contato com a temática e experiência prévia de trabalho. Pude perceber, ao entrar em contato com as profissionais para a devolutiva das entrevistas que todas as pessoas em situação de chefia haviam sido exoneradas e pessoas externas, sem experiência no trabalho com violência doméstica e familiar, estavam sendo colocadas para gerir serviços que elas sequer compreendem devidamente o funcionamento.

#### **4 EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências (COLLINS, 2015).

Experiência é uma ideia central para os diversos movimentos e teorias feministas. Ela é um dos conceitos base que temos utilizado para pensar o mundo e para reivindicar que as vozes de mulheres têm sido ignoradas e apagadas nas mais diferentes áreas da vida social. Antes de ser apropriada e revalorizada pelas teorias feministas, experiência é tanto uma palavra com diversos usos cotidianos, quanto um conceito com uma multiplicidade de significados na história do conhecimento. Na língua portuguesa pode significar: o ato ou efeito de experimentar(-se); habilidades adquiridas pela prática; conhecimento acumulado no decurso da vida; uso cauteloso e provisório; e pode ser usada como sinônimo do método de investigação científica que consiste na observação de um fenômeno sob condições que o investigador pode controlar.

Ela também perpassa a construção do pensamento ocidental. Contudo, era desvalorizada como base do conhecimento, considerada oposta ao pensamento racional, sobretudo quando compreendida como “apreensão sensível da realidade externa” (BACH, 2010, p. 20). As teorias feministas contribuíram para ressignificar a experiência, e consequentemente as bases do conhecimento tido como válido, valorizando formas locais de conhecimento e construindo propostas epistemológicas alternativas.

Apesar de seu caráter central, poucas vezes é conceituada ou aparece como foco de análise. Essa “omissão pode interpretar-se como sinal de ampla aceitação da experiência como noção da qual se parte no feminismo, passível de ser compartilhada sem necessidade de questionamento” (BACH, 2010, p. 20). Isso fez com que o conceito adquirisse um caráter guarda-sol, que abriga diferentes interpretações sob sua sombra, muitas vezes contraditórios. Isso é algo comum em conceitos muito utilizados, principalmente dentro dos estudos interdisciplinares, com seus infundáveis referenciais teóricos.

A partir de um panorama da revalorização do conceito promovido pelos feminismos norte-americanos das décadas de 1980 e 1990, Ana María Bach (2010) ressalta três dimensões que a experiência foi teorizada: psicológica, política e epistemológica. A maioria das teóricas

que focaliza são as principais referências estrangeiras utilizadas nos estudos feministas brasileiros<sup>92</sup>, e são, em sua maioria, também utilizadas nessa tese.

Na primeira dimensão, a autora resgata a ressignificação operada pelas teorias feministas no âmbito da discussão de gênero, uma vez que se baseiam na noção de *experiências de mulheres*. Em outras palavras, começam a pensar a experiência como gendrada e refutar sua universalidade. Essa dimensão está relacionada com a compreensão de que requerimentos diferenciados impostos e autoimpostos são o que constituem a experiência de cada um como sujeitos distintos (BACH, 2010). Ou seja, as experiências dos seres humanos são consideradas como formadoras da subjetividade em um processo de continua transformação. “Não são indivíduos que tem experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência” (SCOTT, 1998, p. 304). Nesse sentido, para compreender o processo de constituição de subjetividades, a experiência é o que deve ser explicado (SCOTT, 1998).

A dimensão política do conceito de experiência começa a ser priorizada nos escritos dos feminismos negros e de latinas radicadas no Estados Unidos – muitas vezes autodesignadas na coalizão “mulheres de cor”<sup>93</sup>. Uma das referências mais antigas dessa dimensão é o manifesto *The Combahee River Collective Statement*<sup>94</sup>, escrito em 1977 pelo *Combahee River Collective* – coletivo de mulheres negras criado em 1974. Ele denuncia publicamente o racismo dentro do movimento feminista e declara que o coletivo está comprometido com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe de forma interligada. Ressalta essa necessidade por que é a síntese dessas opressões que molda a experiência e cria as condições de vida de suas integrantes.

Esse documento inovador argumenta que perspectivas que não considerassem os múltiplos sistemas de opressão, “avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra” (COLLINS, 2017, p. 8). Esse coletivo, assim como outras ativistas e intelectuais negras, salientavam a necessidade

---

<sup>92</sup> bell hooks, Gloria Anzaldúa, Maria Lugones, Chandra Mohanty, Patrícia Hill Collins, Donna Haraway, Joan Scott, entre outras. Cada autora ou enfatizou alguma das dimensões em suas análises ou as tratou de forma conjunta (BACH, 2010)

<sup>93</sup> “O termo expressa uma coalizão de feministas não brancas na luta contra a supremacia branca nos Estados Unidos e no Canadá, reconhecendo as diferenças nas suas experiências, mas se unindo ao redor de uma experiência compartilhada de racismo sistêmico” (COLLINS, 2017, p. 5). A maioria dos textos norte-americanos utilizam essa expressão, que não tem o mesmo significado político no Brasil. Algumas traduções brasileiras a utilizam, outras traduzem para mulheres não-brancas ou mulheres negras, dependendo do contexto. Nessa tese utilizarei mulheres não-brancas, quando estiver traduzindo textos norte-americanos ou estiver me referindo a opressões que mulheres negras e indígenas sofrem, e mulheres negras quando estiver me referindo a opressões específicas e a discussões e opressões levantadas por feministas negras e outros intelectuais negros brasileiros.

<sup>94</sup> Manifesto original disponível em: <<http://circuitous.org/scraps/combahee.html>>. Acesso em setembro de 2019.

de pensar práticas e análises integradas levando em conta a simultaneidade de opressões que construíam suas experiências. Essa ideia está por trás da criação do conceito *interseccionalidade*: “a ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia” (COLLINS, 2017, p. 7).

Por último, a experiência na sua dimensão epistemológica foi reivindicada frente a outras correntes androcêntricas de pensamento que a desvalorizavam enquanto fonte de conhecimento. Segundo Bach (2010),

[...] levar em conta o conhecimento que surge das experiências de mulheres no cotidiano, atendendo à subjetividade e valorizando seu papel, abre caminho para uma nova abordagem epistemológica nas esferas comuns, profissionais e científicas do conhecimento (p. 25).

Ela fez parte da construção de todas as etapas dessa pesquisa e foi aprofundada na sessão *Interdisciplinaridade e as Epistemologias Feministas*.

As três dimensões (psicológica, política e epistemológica), por mais que possam ser enfatizadas individualmente, estão indissolivelmente ligadas (BACH, 2010). E isso fica bastante evidente quando olhamos para as contribuições teóricas das autoras que embasam minha análise. A partir dessa contextualização inicial, apresento primeiramente o acesso às participantes da pesquisa e uma breve história de vida de cada uma delas. Em seguida discuto o conceito de interseccionalidade, interligando-o às experiências de enfrentamento à violência das participantes da pesquisa.

#### 4.1 HISTÓRIA ORAL E DIÁLOGOS ENTRE MULHERES

Essa pesquisa buscou conhecer a experiência de mulheres dentro de um contexto específico: processo de enfrentamento à violência que envolve a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência doméstica e familiar. Ele foi o ponto de partida dos diversos encontros que me levaram às participantes da pesquisa. Contudo, esse contexto não foi experienciado de forma uniforme, nem resume suas vidas, sendo apenas um capítulo, ainda sofrido para a maioria delas, de uma história cheia de complexidades. Por esse motivo optei pela metodologia da história oral, pois ao trabalhar com a ideia de roteiro que “não

é um questionário, e sim uma orientação aberta e flexível” (ALBERTI, 2008, p. 177), privilegia “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1990, p. 5). E por que a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu se torna relevante? Porque um dos pressupostos dessa pesquisa é que as mulheres devem ter o direito de nomear os atos que consideram violentos e influir nos seus processos de enfrentamento.

A História oral é uma metodologia que, por mais que não tenha, necessariamente, uma base e fundamentação feminista, se aproxima e dialoga com as disputas geradas pelos feminismos na academia, como por exemplo: o reconhecimento da existência de múltiplas histórias, identidades e subjetividades, e o olhar para as trajetórias e a vida cotidiana de grupos sociais que antes "não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo" (ALBERTI, 2008, p. 157). Os estudos feministas nas mais diversas disciplinas foram fundamentais para o “questionamento da produção do conhecimento entendido como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal” (RAGO, 1998, p. 10-11). Ao buscar novos parâmetros para construção de conhecimento, muitos desses estudos incorporam a dimensão subjetiva, emotiva e corpórea no processo de conhecer, questionando as dicotomias presentes no pensamento acadêmico tais como corpo/mente, sentimento/razão, objetivo/subjetivo. Veem, assim, a subjetividade como forma de conhecimento, e delineiam não só uma nova relação entre teoria e prática, mas também “um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade” (RAGO, 1998, p. 11).

E o que significa essa subjetividade na História Oral? Significa que

[...] na entrevista de História oral há no mínimo dois autores - o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato - científico, acadêmico, político etc. - sobre ações passadas, e também de suas ações (ALBERTI, 2008, p. 169).

Ou seja, nas entrevistas de história oral estamos conversando com pessoas, vivenciando experiências dialógicas, e assim nos reelaborando relacionalmente. Nesse sentido, essa metodologia não nega a subjetividade na pesquisa. Segundo Vilanova (1994), ao buscarmos conhecer as pessoas que entrevistamos, acabamos por conhecer a nós mesmos. Assim, devemos ser capazes de explicar esse processo. E isso aparecerá na apresentação das entrevistadas, de forma que esse relato seja também uma autocrítica da pesquisa realizada. Segundo Alberti (2008),

[...] é preciso saber "ouvir" o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado (...)

Tomar a entrevista como um todo significa ouvi-la ou lê-la do início ao fim, observando como as partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o passado e o presente e sobre a própria entrevista (p. 185).

Dessa forma, antes de apresentar as participantes individualmente, cabe contextualizar as condições da produção das entrevistas, ou seja, as circunstâncias em que se deu o acesso às participantes da pesquisa. Juntamente com essa contextualização, trago minhas impressões pessoais sobre o contato inicial que tive com elas e discuto brevemente possíveis implicações para o desenvolvimento da entrevista.

Conforme já explorado na metodologia, contatei as participantes da pesquisa a partir dos dois serviços pesquisados. Digo a partir porque nem todas as mulheres entrevistadas tinham recebido algum tipo de atendimento nesses serviços. No total, pude conhecer e entrevistar duas mulheres no CREAS I de Blumenau e seis mulheres nos NAFAVD, sendo uma no Núcleo Samambaia, duas no Núcleo Santa Maria, uma no Núcleo Plano Piloto e duas no Núcleo Brazlândia.

Antes de cada ida a campo uma preocupação constante foi como me colocar em relação às participantes da pesquisa sem acentuar as relações de poder que já estavam postas, uma vez que a construção do conhecimento é “um processo intimamente ligado ao poder” (BACH, 2010, p. 127). Impossível me despir de minha branquitude e do local de pesquisadora; contudo, era possível criar pequenas estratégias para fazer com que as mulheres se sentissem à vontade naquele espaço. Essas estratégias perpassaram desde a forma como me vesti e as recepcionei – sempre oferecendo água, café e algo para comer – para tentar transformar aquele momento em uma conversa agradável e não reiterar ou reforçar opressões estruturais que as participantes pudessem sofrer; até a forma com que o termo de consentimento e o roteiro da entrevista foram elaborados, e as modificações que foram feitas no roteiro ao longo da pesquisa.

Busquei sempre explicar detalhadamente o termo de consentimento, de forma a deixá-las cientes e seguras dos seus direitos em relação à pesquisa. A escolha da história oral também perpassou esse cuidado, por ser uma metodologia que respeita a experiência e o relato das entrevistadas nos seus próprios termos. Assim na construção do roteiro, criei perguntas abertas e amplas, de forma a possibilitar silêncios. Ou seja, a estrutura do roteiro respeitou a abertura de cada uma delas a recordar momentos difíceis de suas vidas. Isso será percebido tanto na construção das histórias de vida de cada uma delas, quanto nos trechos que serão analisados. As entrevistas não são narrativas lineares e sim relatos sensíveis influenciados tanto pelo

momento que cada mulher estava vivendo, quanto com a minha capacidade de criar um espaço seguro de escuta ativa com cada uma delas.

Sendo eu uma pesquisadora branca, sei que o processo de escuta não foi suficiente em inúmeros momentos das entrevistas, tanto pelo silêncio das participantes por não perceberem em mim uma interlocutora com capacidade de compreendê-las, quanto na leitura de seus relatos. Já posso adiantar que, por mais que me esforce a sair do lugar comum da branquitude desracializada, essa pesquisa tem suas limitações, as quais tentarei evidenciar de acordo com o que a literatura de pesquisadoras e pesquisadores negros tem problematizado no campo dos estudos sobre violência.

Os acessos às participantes de pesquisa se deram de formas diferentes em cada um dos serviços. Na primeira conversa que tive com a Coordenadora do CREAS I, em dezembro de 2017, fui informada de que as mulheres vinculadas ao serviço que se encaixavam no contexto da pesquisa participavam do Grupo de Mulheres. Assim, decidi buscar o acesso a elas a partir do próprio Grupo, pois evitaria que tivessem que se deslocar somente para a entrevista. Em 27 de fevereiro de 2018, fui ao primeiro encontro do Grupo de Mulheres daquele ano; entretanto, nenhuma das potenciais participantes compareceu. Participei dele mesmo assim, o que foi interessante para conhecer a dinâmica e metodologia do acompanhamento oferecido às mulheres e me aproximar mais do serviço. Ao final, conversei por telefone com uma delas, a Deise, que me explicou os problemas que a impediram de comparecer e combinamos de marcar a entrevista para um próximo encontro.

Continuei conversando com os profissionais e combinamos que eu participaria novamente do Grupo de Mulheres dia 10 de abril, data em que Estela iria para um atendimento com o assistente social. Ele conversou com ela sobre a pesquisa e ela aceitou participar. Após seu atendimento, ele me chamou para a sala de atendimento e me apresentou para ela.

Estela foi a primeira mulher que entrevistei. Antes de começar a entrevista nós conversamos um pouco e ela me contou que estava vendo a possibilidade de seu companheiro voltar a participar dos grupos de homens. Ela havia solicitado auxílio transporte para ambos, e pedido para que o assistente social entrasse em contato com seu companheiro para convidá-lo a participar novamente.

Conversamos sobre a pesquisa e apresentei o Termo de consentimento Livre e Esclarecido, lendo com ela e explicando todas suas dúvidas. Após a assinatura e a entrega de uma cópia à participante, solicitei para ligar o gravador. Em seguida iniciei a conversa propondo que ela escolhesse algum nome que gostasse ou que tivesse alguma relação afetiva, definindo

assim o seu nome na pesquisa e garantindo seu anonimato. Esse procedimento eu mantive em todas as entrevistas, tendo bastante cuidado para que as participantes não ficassem com dúvidas.

Estela se mostrou bastante reticente em se abrir e contar detalhes de sua vida. No dia da entrevista, pensei que esta postura estivesse relacionada com a minha presença, enquanto uma pessoa que ela não conhece, contudo, em todos os grupos de mulheres que participei, ela se mostrou bastante quieta, interagindo pouco. Era a primeira vez que eu testava o roteiro de entrevista e, dessa forma, não sabia como ele seria compreendido pelas minhas interlocutoras. Por não ter o português como sua primeira língua, nem dominá-lo completamente, Estela não compreendeu, ou demorou para responder diversas perguntas. Esses silêncios me levaram a explicar mais, atitude que pode ter dificultado uma fala mais fluida da participante. Todas essas especificidades influíram para que seu relato se tornasse o mais recortado entre todas as entrevistas realizadas. Ao finalizar a entrevista, aguardamos juntas, na recepção, o horário de início do Grupo de Mulheres.

Nesse mesmo dia, Deise participou do Grupo, o que me abriu a possibilidade de convidá-la pessoalmente para participar da pesquisa. Após o encerramento da sessão, fomos para mesma sala de atendimento que eu havia entrevistado a Estela. Deise, desde o início da entrevista assumiu uma postura de cumplicidade. Ela demonstrou uma ânsia por falar sobre seus problemas, o que deu um tom extremamente biográfico a sua entrevista. Ela me confidenciou com detalhes as complexidades de seu relacionamento e as situações de violência experienciadas. A entrevista somente terminou porque o CREAS estava sendo fechado e precisaríamos sair. Perguntei a ela se poderíamos continuar outro dia e ela concordou. Após esse dia, compareci em mais dois grupos de mulheres e contatei Deise algumas vezes por telefone buscando continuar a entrevista. Ela se mostrou aberta à possibilidade, entretanto, as vezes que marcamos ela não compareceu. Em todas elas, Deise apresentou justificativas, em geral relacionadas aos seus problemas de saúde e de seu filho mais novo, de quem ela cuida quase em tempo integral. Esses desencontros me mostraram os limites de buscar realizar as entrevistas no dia dos grupos. Mesmo não conseguindo entrevistá-la novamente, os principais pontos do roteiro foram respondidos nessa primeira entrevista. Ao contrário da entrevista com Estela, não precisei fazer boa parte das perguntas, pois ela acabava trazendo os elementos sem que eu perguntasse.

Nos NAFVD, a forma de acesso às participantes da pesquisa foi definida pelo primeiro Núcleo que visitei, o da região administrativa de Samambaia. Esse núcleo, assim como maioria dos NAFVD, oferece apenas atendimentos individuais para mulheres em situação de violência. A psicóloga e o psicólogo desse Núcleo se disponibilizaram a entrar em contato com

as mulheres, o que facilitou enormemente o aceite e comparecimento para a realização da entrevista, devido ao vínculo que elas já tinham com o serviço. Como eram mulheres que ainda estavam em atendimento, sugeri que poderíamos tentar marcar com elas num dia que já tivessem horário marcado, para que não precisassem se deslocar ao Núcleo somente para a entrevista.

Para o segundo Núcleo, o Plano Piloto, fui com pouca expectativa de conseguir entrevistas porque já tinha sido informada por telefone que não haviam muitas mulheres em atendimento. Então expliquei a pesquisa para a profissional especialista com intuito apenas de conhecer as especificidades do Núcleo. Contudo, sem eu pedir, ela começou a pesquisar no sistema casos que se enquadrassem e encontrou quatro casos no registro do grupo que tinha sido concluído em maio. A profissional repassou esses casos para o agente social e solicitou que ele combinasse comigo para marcar. No caso do Plano Piloto, especificamente, tivemos que definir uma data de acordo com a agenda do Núcleo, devido ao sigilo e confidencialidade. Não há isolamento acústico entre as duas salas de atendimento, que são pequenas e contíguas. Então, quando uma sala está sendo utilizada para atendimento, a outra precisa ser desocupada, o que impede que haja dois atendimentos ao mesmo tempo, mesmo havendo duas salas.

No Núcleo Santa Maria, conversei com as duas profissionais especialistas. Apresentei a pesquisa e elas logo pensaram em duas possibilidades de contatos de mulheres. Depois me passaram para conversar com o técnico-administrativo e explicar a pesquisa para que ele entrasse em contato com elas. A chefe propôs que eu ficasse no Núcleo enquanto ele entrava em contato para que já definíssemos as datas. Separamos algumas possibilidades de datas, e as duas mulheres contatadas aceitaram participar. Nesse mesmo dia visitei o Núcleo Gama; entretanto, não havia nenhuma mulher vinculada que se enquadrava no contexto da pesquisa.

No Núcleo Brazlândia, durante a conversa com os profissionais, eles separaram uma lista de seis mulheres que poderiam ser chamadas para a entrevista, e me questionaram se eu gostaria do telefone delas. Eu expliquei como havia sido feito nos demais Núcleos, e então o técnico-administrativo ficou responsável por contatá-las e tentar marcar todas em um mesmo dia, devido à dificuldade para chegar em Brazlândia.

Carla foi a primeira mulher que entrevistei no Distrito Federal, ainda na minha primeira semana, e a única que entrevistei duas vezes. Na primeira vez foi logo após o atendimento da psicóloga do Núcleo e ela estava bastante tranquila, quase conformada. Ela se abriu, mas pareceria apresentar relatos de sua experiência muito mediados pelo acompanhamento com a psicóloga, o que provavelmente têm relação com esse momento específico, pós atendimento,

em que foi realizada a entrevista. Dois dias depois descobri que os áudios haviam sido corrompidos.

Na segunda semana de campo ocorreram as duas entrevistas em Santa Maria. Na primeira delas, a entrevistada se mostrou bastante aberta. Ana estava muito feliz e grata com as modificações positivas que a participação no NAFVD havia operado em sua vida. Desde o acompanhamento que ela e seu companheiro tiveram acesso, até o emprego que conseguiu com o auxílio das psicólogas do Núcleo. Isso pareceu impactar sua vontade de colaborar com a pesquisa, e de alguma forma com esse serviço que a acolheu.

A partir dessa entrevista, eu passei a deixar os itens relacionados à Identificação (Nível de instrução, Ocupação, Estado civil e Raça) que compunham o primeiro bloco do roteiro, para o final da entrevista, pois percebi que a maioria dessas informações apareciam durante o relato delas sem a necessidade de eu perguntar; também porque são questões que podem parecer invasivas num primeiro momento e dificultar a abertura das entrevistadas para abordar os assuntos sensíveis que envolvem a entrevista.

No dia seguinte fui novamente ao Núcleo Santa Maria entrevistar Gabriela. Cheguei um pouco mais cedo e, enquanto esperava, pude olhar brevemente sua ficha. Quando ela chegou, fui cumprimentá-la e a convidei para passar para a sala do Núcleo. Gabriela parecia um pouco receosa e envergonhada. Durante a entrevista, repetia sempre um jargão de conclusão da fala: “*e é isso*”, como se estivesse se estendendo demais e de alguma forma incomodando. Teve até um momento que ela se desculpou. Por outro lado, essa foi a maior entrevista em tempo de duração dentre as realizadas nos NAFVD. Ela se emocionou bastante ao narrar a violência que a motivou a fazer a denúncia.

Ainda nessa semana, o agente social do Plano Piloto conseguiu marcar com uma das quatro mulheres que entrou em contato. Maria foi a entrevistada que se apresentou de maneira mais formal. Ela chegou mostrando sua identidade, o que eu disse ser desnecessário. Organizei a sala de uma das psicólogas e sentei com ela ali. Ela estava um pouco distante, então busquei uma aproximação. Depois que começamos a entrevista ela foi se abrindo aos poucos. Sua postura era de uma mulher que aceitou as circunstâncias da vida, mesmo não sendo o que ela esperava; no entanto, o que a diferenciou das outras entrevistas foi a certeza de que fazia a coisa certa quando denunciou.

Depois de alguns dias refletindo como seria a melhor maneira de lidar com a situação dos áudios corrompidos – pois não seria possível trabalhar apenas com a minha memória, uma vez que se trata de metodologia de história oral – decidi conversar com a profissional especialista de Samambaia. Ela entrou em contato com Carla e conseguiu marcar uma nova

entrevista. Nesse dia, ela estava com uma postura bastante diferente da primeira entrevista, mais inquieta, ansiosa e com a linguagem corporal fechada, em formato de defesa. Ao mesmo tempo, foi bastante atenciosa e suave na fala. Devido a essa postura e ao fato de sua filha e sobrinho estarem aguardando na recepção, eu busquei não me alongar muito. Explorei alguns pontos que não tinha perguntado na primeira entrevista e depois passei para perguntas mais diretas sobre a participação de seu companheiro no serviço. Não questionei novamente sobre as situações de violência, pois não queria fazê-la reviver esses momentos difíceis. Acredito que o resultado não é o mesmo que se eu tivesse recuperado a primeira entrevista. Entretanto, ter tido a oportunidade de entrevista-la novamente me possibilitou complexificar seu relato. A diferença na fez postura da entrevistada me fez pensar sobre os efeitos de um atendimento logo antes. Além disso, essa nova entrevista trouxe outros elementos nas respostas, menos resignadas em relação ao seu relacionamento, e agregou algumas informações mais contextuais da história de vida.

Dois dias depois fui novamente ao Núcleo Brazlândia. Das seis mulheres que o técnico entrou em contato, uma negou, uma não podia devido ao seu trabalho, duas não responderam e duas aceitaram participar. Nesse Núcleo, as entrevistas ocorreram na sala de atendimento que não era ocupada pela especialista. Em todas as entrevistas, eu li com as mulheres o termo de consentimento; na entrevista de Monique, contudo, ela logo pediu que eu lesse para ela, indicando que não tinha domínio de leitura. Monique demonstrou ter alguma dificuldade de compreensão em relação às perguntas propostas e falou que lembrar era difícil para ela. Então acabei simplificando e reduzindo bastante o questionário. Apesar disso, a entrevista se desenvolveu de forma bastante fluida. Monique ignorou as perguntas sobre sua história de vida e logo contou sobre a situação de violência que resultou no encaminhamento de seu companheiro ao NAFVD e o julgamento dele no Tribunal do Júri, ocorrido na semana anterior à entrevista. Ela pareceu estar muito envolvida emocionalmente nos acontecimentos recentes e com necessidade de desabafar. Monique foi uma das duas entrevistadas que não recebeu nenhum tipo de acompanhamento especializado em violência doméstica e familiar, e no dia da entrevista, já não estava tendo nenhum acompanhamento psicológico.

Logo após o término da primeira entrevista, chegou Aninha. Ela iniciou a entrevista receosa, contudo foi se abrindo e a conversa acabou se estendendo bastante. Ela se mostrou, mesmo não tendo participado de nenhum tipo de atendimento, segura de suas decisões. Por outro lado, bastante interessada em saber mais sobre seus direitos. Por esse motivo, ao finalizar a entrevista, eu me coloquei à disposição para assessorá-la caso tivesse dúvidas em relação a Lei. Ela me trouxe diversas perguntas, entre elas o que ela deveria fazer se acontecesse mais algum tipo de violência. Eu falei que ela sempre poderia retornar à delegacia, pois cada situação

de violência era considerada individualmente, ou que poderia buscar outros serviços da rede de atendimento. Ela ficou interessada em saber mais sobre os serviços que poderia acessar. Entrei com ela no site da SEDESTMIDH e mostrei onde ela poderia conseguir informações sobre a Lei e os serviços existentes no Distrito Federal; informei-a sobre os CEAMs, a Casa Abrigo e a Casa da Mulher Brasileira. E aconselhei-a a questionar se estava na fila de espera de atendimento no NAFVD Brazlândia, o que ela prontamente fez quando saímos da entrevista e descobriu que logo seria chamada. Após as entrevistas, dividi algumas das minhas impressões com a profissional especialista e a incentivei a convidar Monique para participar do atendimento do Núcleo, pois ficou nítido na sua entrevista que ela não havia recebido um acompanhamento especializado em violências domésticas e familiares.

Tirando as situações de desencontro com Deise em Blumenau, nenhuma mulher que aceitou participar da pesquisa deixou de comparecer no dia marcado. Isso é bastante interessante e acredito que tenha relação direta com o vínculo de confiança que cada uma delas estabeleceu com os serviços e os profissionais que as acolheram. O tempo de cada entrevista varia entre trinta minutos e uma hora e quinze minutos, contudo o tempo médio foi cinquenta minutos. As mulheres que se mostraram mais abertas a compartilhar suas histórias de vida, Gabriela e Deise, foram as que tiveram as entrevistas mais longas. A mais curta foi de Monique, que estava bastante envolvida com o julgamento de seu companheiro na semana anterior.

Das mulheres entrevistadas, apenas duas eu tive contato também com seus companheiros: o de Deise, no CREAS I, que estava presente em dois dos três encontros do Grupo de Homens que eu pude observar em Blumenau, e o de Aninha, que estava participando do grupo de homens que participei do antepenúltimo (sexto) e último (oitavo) encontros no NAFVD Brazlândia.

Nas próximas páginas apresento uma breve história de vida das participantes da pesquisa. Ela foi construída a partir das informações que elas compartilharam comigo, ou seja, quanto mais elas se abriram na entrevista, mais longa a história apresentada abaixo. Um dos enfoques dessa história são as experiências que podem impactar a forma como as participantes da pesquisa compreendem violências e seus acessos e não acessos às políticas de enfrentamento. Em seguida discuto brevemente essas experiências a partir das teorias que partem da dimensão política desse conceito.

#### **4.1.1 Estela**

Estela<sup>95</sup> se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista, tinha 46 anos. Nasceu em Assunção no Paraguai. Tem uma filha de um primeiro relacionamento: *“Acho que comecei mal mesmo, com o pé esquerdo, como se fala. Não foi um relacionamento bom, (...) foi muito cedo e aí eu tive uma filha, mas preferi sair desse relacionamento porque não era bom”*. Após se separar sofreu preconceito por ser *mãe solteira*<sup>96</sup>. A filha desse primeiro relacionamento, na época da entrevista, tinha 21 anos, era casada, tinha dois filhos, e continuava morando no Paraguai, assim como o resto da família de Estela. Como se mudou para Blumenau apenas com seu companheiro e o filho do casal, se sente bastante sozinha: *“Estou bastante solitária, eu gostaria de fazer amigos, mas como eu não saio de casa ... Fico em casa quase todo o dia né?... amistad só aqui no grupo [de mulheres], já fiz [risos]”*.

Desde que chegou no Brasil, em 2014, já trabalhou em restaurantes e padarias, mas no momento estava atuando como *dona de casa* e fazia artesanato para passar o tempo. Mesmo quando trabalhava, o responsável pelo sustento da casa sempre foi seu companheiro. Ele tem uma carga de trabalho bastante extensa, trabalha sete dias por semana e faz hora-extra, o que faz com que ele fique pouco tempo em casa. Estão a treze anos juntos e a cinco anos casados.

Estela cursou até a escola primária, que é equivalente ao ensino fundamental no Brasil. É evangélica neopentecostal praticante.

#### 4.1.2 Deise

Deise se identifica racialmente como branca. Na data da entrevista tinha 39 anos. Nasceu em Blumenau, assim como seus pais, que disse serem de ascendência alemã. Estudou até a sexta série do ensino fundamental, porque teve que começar a trabalhar:

Eu estudei até o sexto ano, eu tinha passado pra sétima, mas daí meu pai me tirou da escola pra trabalhar porque como a nossa família já era uma família pobre, precisava trabalhar pra ajudar em casa. Então ali eu fui trabalhar, com 14 anos, eu tava fazendo 15 já, fui trabalhar na firma.

---

<sup>95</sup> Estela mistura o português com o espanhol. Na transcrição da entrevista escrevi em português as palavras, principalmente os verbos e advérbios, que foram utilizados misturando as duas línguas, mantive, contudo, as palavras (substantivos e adjetivos) que foram ditas em espanhol, para não descaracterizar a linguagem da participante da pesquisa.

<sup>96</sup> Faço uso do itálico quando repito, no corpo do texto, as mesmas expressões utilizadas pelas participantes da pesquisa na entrevista.

Começou trabalhando no setor de embalagem de uma malharia. Posteriormente assumiu a posição de manual de costura, aprendiz de costureira, e, por fim, costureira, que é sua profissão até hoje. Com 16 anos conheceu André e saiu da casa dos pais para morar com ele de aluguel:

[...] achei que era meu príncipe, que ia me tirar de casa porque, como eu te disse, meu pai era muito rigoroso, mas ao mesmo tempo ele abusou de nós filhas, ele abusou de mim. Então assim, eu fui abusada pelo meu pai, aí quando eu conheci o André, pra mim é como se fosse um príncipe me tirando do inferno, de uma vida de abuso, de coisurada e violências, mas não é sempre como a gente espera, né? Às vezes acha que é um príncipe, e é um sapo boi, né? [risos]

Com 18 anos teve seu primeiro filho. Se separou duas vezes do companheiro por suspeitas de traições. Durante a segunda separação, grávida do segundo filho, conseguiu comprar um terreno quase ao lado da sua mãe.

Daí eu comprei esse terreno e foi feito a casa em cima, e eu acabei de novo voltando com o André, porque ele sempre me pedia perdão, dizia que ia mudar. Ele sempre me prometendo, esses anos todos, que ia mudar. E na promessa de mudar sempre eu acabava perdoando, como sempre né. E daí ali eu tinha minha casa já, aí ele saiu do aluguel, veio morar junto com nós, com a família né, eu, os dois pequenos, e não demorou um ano depois eu engravidei do meu terceiro. Só que meu terceiro filho, ele era uma criança muito chorona, ele não gostava de ficar sozinho no quarto (...) e eu ia pra cozinha eu tinha que levar o carrinho pra perto de mim, se eu ia pro banheiro tomar banho eu tinha que levar o carrinho pro banheiro.

Na data da entrevista, seus filhos tinham 21, 17 e 12 anos. Deise não trabalhava mais fora desde que o filho mais novo foi diagnosticado autista, aos seis anos de idade: *“aí eu tive que parar né, mais assim porque ele exige muita atenção, é 24 horas tem que tá dando atenção pra ele, né? Porque são crianças especiais que precisam muito de ajuda, né?”*. Tem uma rotina muito *corrida*, pois é responsável pelo cuidado do filho, da casa e ainda faz alguns pequenos trabalhos com concerto de roupas, para *“fazer uns trocadinhos”*.

[...] dona de casa tu sabe como é que é né? É roupa, é fogão, fazer comida, é amassa pão, apesar que essa semana eu não amassei pão que eu não tava boa, porque quando eu to boa eu faço os meus três pãozão. Tamanho família, como diz o outro. Então, assim eu vou levando a vida, hoje eu to aqui, amanhã eu vou pro CAPSi, depois de amanhã eu posso tá em outro lugar, eu não sei ...

André estava desempregado durante sua participação no grupo. Em outubro de 2018 voltou a trabalhar como vigilante, que é a área que sempre trabalhou e gostava de trabalhar. André ficou desempregado por um longo período devido sua ficha criminal:

[...] ele trabalhava 10 anos atrás [como vigilante], até que aconteceu dele (...) como é que eu posso dizer pra ti [hesitação] ... legítima defesa. Ele matou o meu irmão pra defender a família. Porque meu irmão ameaçava nós de morte por causa do terreno. Ele fez a minha mãe vender o terreno dela e a minha mãe morava comigo, a casa dela

é em cima do meu terreno, e ele me obrigava [voz embargada] a fazer o contrato da casa onde minha mãe morava. Botou ela pra fora de casa e tudo, e me ameaçava pra eu assinar um contrato falso (...). Então, como eu não assinava, ele me ameaçava de morte. Foi 8 mês de ameaça, até que um dia o pai dos meus filhos chegou num ponto que pegou um 38 e matou ele. Nós fizemos vários boletins de ocorrência, fizemos tudo e até ali a polícia não tinha feito nada. Ele agredia com palavras, ameaçava direto, até meus filhos, que nem saíam de dentro de casa. No máximo podiam ir pra escola ligeirinho e voltavam, porque nessa época eu trabalhava fora.

André ficou preso por quatro meses por porte ilegal de armas e foi absolvido do crime de homicídio, sob a alegação de legítima defesa. Antes de sua morte, o irmão de Deise também era violento com sua esposa e com sua mãe. Em um dos episódios de violência contra as duas, ele pressionou que elas registrassem André como autor do fato. Esse processo prosseguiu judicialmente sem o devido conhecimento de Deise e André durante o período de dez anos. Esses fatos causaram dificuldades financeiras para a família devido aos altos honorários advocatícios da defesa de André e sua dificuldade de manter um emprego devido aos antecedentes criminais, e sobrecarga de trabalho para Deise – que além de cuidar da casa e dos filhos, foi responsável pelo sustento da família durante esse longo período. Além disso, a morte de seu irmão e os falsos testemunhos feitos por sua mãe e ex-cunhada a colocaram no papel de mediadora da relação conflituosa que se criou entre sua mãe e seu companheiro.

#### 4.1.3 Ana

Eu diria que eu sou uma pessoa forte, persistente, e no que eu quero, eu corro atrás.<sup>97</sup>

Ana se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista tinha 48 anos. Ela nasceu em Sobradinho<sup>98</sup>, no Distrito Federal. Os pais dela, após se casarem, migraram dos estados da Bahia e Paraíba para o Distrito Federal. Boa parte da família acabou seguindo esse fluxo migratório: *“foram vindo. A sequência até foi incrível. Foram vindo todos os irmãos dela*

<sup>97</sup> Essa epígrafe, assim como as que iniciam as histórias das participantes seguintes, é a resposta à pergunta: *“Se tu tivesse que te definir em poucas palavras, tu diria que é como?”*, que inseri antes das entrevistas em Brasília.

<sup>98</sup> “Sobradinho foi fundada em 13 de maio de 1960, com objetivo de abrigar a população que participava da implantação da capital e da ampliação da produção agrícola do DF. A intenção era construir uma ocupação tipicamente rural na região que, desde o séc. XIX, já desenvolvia atividades agropecuárias (...). A população – proveniente da Vila Amauri, Bananal, proximidades da Vila Planalto e de acampamentos de firmas empreiteiras – foi transferida para a área e chegou a 8 mil habitantes naquele mesmo ano. A ocupação das residências, construídas pela Novacap, SHIS, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros órgãos federais, ocorreu de maneira ordenada. Posteriormente, foi estabelecida a RA V – Região Administrativa de Sobradinho, por meio da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, ocasião em que o território do Distrito Federal foi subdividido em 8 Regiões Administrativas” (CODEPLAN, 2019b, p. 9-10).

*[mãe] e dele [pai] também. Então o que que eles têm na terra de origem deles só são tios, tios e primos”.*

Ana teve uma infância difícil devido ao vício de bebida do pai. Sua mãe se separou no início de sua vida adulta, e, segundo Ana, somente após a separação que puderam ter uma vida mais tranquila:

[...] nós sempre moramos de aluguel, eu, minha mãe e ... nós somos cinco irmãos. Minha mãe hoje é aposentada da Secretaria de Saúde e meu pai era mecânico. A vida, assim, um pouco conturbada até pelo vício da bebida do meu pai, sabe? E depois minha mãe, ficou uns 25 anos casada, separou. E ... e depois da separação assim, aí que a gente, aí que foi uma vida mais tranquila. Porque o fato, acho ..., do meu pai ser analfabeto, muito ignorante, acho que da cidade que veio também, não foi assim pai ausente, aquele pai mais assim de não deixar nada faltar, mas aquela assim presença de carinho, conforto, levar, buscar não teve. Nós tivemos, todos nós tivemos, mais isso de mãe. Mãe pra tudo: pra apoiar, pra levar para escola, pra tudo.

Morava de aluguel com a mãe em Sobradinho – DF até seus 24 anos, quando casou com o companheiro atual e passaram a morar com a tia dele em Santa Maria<sup>99</sup> – DF. Trabalhou desde os 18 anos no comércio. Somente parou de trabalhar quando não teve mais com quem deixar os filhos pequenos.

[...] eu sempre trabalhei, desde os 18 anos. Quando eu tive meu quarto filho, aí eu parei. Falei: “Não, agora eu preciso.” Eu senti que meus meninos tavam precisando. A pessoa que criou meus três queria fazer família, terminar os estudos. Aí eu falei: “Então é a hora de eu parar”. Aí parei, hoje já tá tudo criado, o mais velho tem 22, a caçula tem 11. Então foi por isso que eu falei: “Não, agora ta na hora de eu voltar”.

Ana e Marcio tem cinco filhos. Em 2018, ela voltou a trabalhar devido a inscrição em um processo seletivo feita pelas profissionais do NAFVD Santa Maria.

[...] ontem fez um mês que eu comecei e graças a Deus e ao NAFVD. Eles pediram currículo, a psicóloga separou x currículos e aí ligou pra mim, perguntou se eu não queria. Eu já tava a mais de 10 anos parada, eu falei: “Claro que eu quero”. Né, uma oportunidade. Aí eles escanearam pra uma empresa terceirizada lá no Plano. E aí eu fui chamada, fiz entrevista e, graças a Deus, ontem fez um mês que to trabalhando.

**E tu está trabalhando com o que?** Eu trabalho de copeira no Senado Federal em uma firma terceirizada.

**Tá gostando?** Ah, to muito. Vou te falar, nossa. Dá uma sensação assim de ... Mesmo pelo fato de ser uma simples copeira, mas já te dá uma coisa assim, sabe. Aumenta tua estima. (...) Isso sem contar que você tem seu dinheiro, você não precisa ficar esperando a boa vontade do outro: “Oh, e quando é que ele vai dar?”, “E pro que que você quer?” e “blá blá blá”. Isso aí já evita.

<sup>99</sup> “Em 1990, foi instituído o Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal para atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda e relocar ocupações irregulares dispersas no DF. No âmbito desse programa foi criada em 04 de novembro de 1992, pela Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, a RA XIII - Região Administrativa de Santa Maria. A área urbana originou-se do Núcleo Rural Santa Maria, que pertencia a RA – II Gama até 1992, o qual foi loteado para permitir a transferência e fixação de ocupações irregulares de baixa renda do Gama e de outras localidades do Distrito Federal” (CODEPLAN, 2017, p. 12).

Ana trabalha das 7h às 13h no Senado Federal, e depois ainda cuida em casa, pois como ela mesmo coloca: “*depois que eu chego, trabalho em casa, porque não acaba né, o serviço de casa*” (Entrevista Ana). O companheiro sempre trabalhou como mecânico, até que teve problemas de saúde e passou a receber auxílio-doença da previdência social. No final de 2017 ele foi aposentado por invalidez. Agora que ela voltou a trabalhar, eles passaram a dividir os cuidados com a filha mais nova, que fica com Márcio de manhã, enquanto Ana está no trabalhando no Senado Federal.

Em 2018, ela e o companheiro estavam se mudando aos poucos para o Paranoá<sup>100</sup>, onde adquiriram um apartamento próprio por programa do governo, após esperar 19 anos:

[...] quando esse meu menino tinha 1 mês de nascido, meu segundo filho, eu fiz minha inscrição da CODAB. E aí, graças a Deus, tem 2 anos, saiu um apartamento para mim lá no Paranoá. Nós estamos pagando, eu e meu esposo. A gente paga condomínio. Ainda não to morando, por quê? Porque eu também não vou desabrigar e largar a tia dele. Quem tanto me deu um teto, né. Então a gente tá esperando vim uma pessoa para ficar com ela. Ela já tem quase 70 anos. **Ah, vocês cuidavam dela?** Isso, tem a casa dela e eu moro num barraco do lado, mais de fundo. E aí também eu não quero desamparar ela né? Deixa eu achar alguém que possa ficar com ela, pra mim poder ir com os meninos pro apartamento que eu adquiri com o Márcio. Já 19 anos que eu tinha essa inscrição. Nem pensava que ia sair, mas Deus foi bom demais.

**Essa inscrição, como é que funciona?** (...) Ah, é um programa que o governo dá pras pessoas de baixa renda tentar ter seu imóvel. Ou que seja casa, ou que seja apartamento. Aí eu fui sorteada, graças a deus, com um apartamento na cidade satélite do Paranoá.

Ana se considera católica não praticante e tem o ensino médio completo.

#### 4.1.4 Gabriela

Eu sou uma pessoa carinhosa, é ... determinada, eu não desisto muito fácil das coisas, assim. Às vezes, eu, vamos supor em relação a termos de trabalho, essas coisas, geralmente eu sou muito ansiosa, né. Começo muitas coisas, às vezes, acho que é aquilo e não é, acabo não indo até o final. Mas eu sou uma pessoa muito determinada, muito carinhosa e acho que às vezes eu vivo um

<sup>100</sup> A ocupação urbana da área onde se situa a UPT Leste teve início antes da inauguração de Brasília, com a chegada, em janeiro de 1957, dos primeiros trabalhadores para a construção da Barragem do Paranoá, dando origem à vila de mesmo nome que se desenvolveu no entorno daquela obra. Antes do início das obras da barragem, haviam na região pequenas ocupações de produtores agrícolas como o Curral Queimado, Quebrada dos Néri, Quebrada dos Guimarães, Sobradinho dos Mellos, Buriti Vermelho e Jardim. Após a inauguração de Brasília, em 1960, os pioneiros permaneceram no local, devido à necessidade de conclusão das obras da usina hidrelétrica. Naquela época, o acampamento de operários denominado Vila Paranoá já abrigava cerca de 3 mil moradores, em 800 barracos assentados ao norte da Barragem. Em 1980, a população da Vila Paranoá já aparecia como a maior área de ocupação espontânea no DF, com 25 mil habitantes. A Região Administrativa do Paranoá – RA VII foi criada em 10 de dezembro de 1964 pela Lei nº 4.545, que dividiu o DF em 8 Regiões Administrativas”. (CODEPLAN, 2019c, p. 9-10). Está no grupo de RAs considerado de baixa renda (CODEPLAN, 2019a).

pouco daquele mundo da lua, assim, mundo de fadas, né. Acho que o sonho de toda criança é sonhar com fadas, é casamento feliz, essas coisas. Então eu acho que me defino assim.

Gabriela se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista tinha 37 anos. Ela nasceu em Tocantins. Foi adotada ainda pequena e passou a viver com a mãe adotiva em Taguatinga<sup>101</sup>/Distrito Federal, onde moravam de aluguel. Com nove anos a mãe adotiva recebeu um lote em Santa Maria, onde passaram a viver juntamente com seu irmão que, até então, morava com a avó adotiva em Tocantins. Lembra de sua infância com bastante carinho, principalmente dos cuidados de sua mãe:

[...] eu tive uma infância muito legal, bacana. Brincava, estudava, ia para igreja, no caso, fazer primeira comunhão, catequese. Então minha infância foi bem tranquila, não tem muito assim, trauma da infância. Graças a Deus minha infância foi maravilhosa, brinquei, estudei, corri, pulei, tive amiguinhas, tive brinquedos. Minha mãe não tinha um salário muito bacana, mas ela fazia de tudo para me agradar. Então, não deixava faltar nada em termo de alimentação. Quando eu queria um brinquedo, ela fazia de tudo para me dar. Então, graças a Deus, por ela, eu tive uma infância maravilhosa. Não tenho o que reclamar.

Conheceu o companheiro atual com 24 anos. Os dois eram colegas de trabalho em uma fábrica de suco. Depois de seis meses de namoro, alugaram um local para morar juntos.

[...] a gente namorou e logo foi morar junto. A gente namorou seis meses e depois de seis meses a gente foi morar junto. Aí todo mundo fala: “Nossa, mas você nem esperou, né?” Eu não sei, aconteceu. Como eu era filha adotiva e eu sonhava em casar e ter uma família. Eu não sei, eu acho que eu pensei assim: “Nah, vou ter minha vida independente com meu namorado agora e tá” e fui. E no começo minha mãe não foi de acordo, porque minha mãe não aceitava a gente só namorar e morar junto. Minha mãe queria que a gente casasse bonitinho e acabou que: “Mãe a senhora autoriza?” “Autorizar eu autorizo, mas não é o que eu quero”. Mas mesmo assim, ela acabou deixando a gente ir morar junto. E aí ele falou: “ó quando der nós vamos casar”. E quando esse der vamos casar, tamo até hoje [risos].

---

<sup>101</sup> “Em 1749 surgiu um pequeno povoado, formado por bandeirantes e tropeiros, nas proximidades do Córrego Cortado, local onde foi instalada a sede da fazenda Taguatinga, palavra de origem tupi-guarani “tawa-tinga”, que significa “barro branco”, comum na região. A RA, que adotou o nome da antiga Fazenda, foi fundada em 5 de junho de 1958” para instalar a “saturação populacional do Plano Piloto”: “trabalhadores da construção da capital que ocupavam área ao longo da rodovia Brasília – Anápolis na chamada Vila Sarah Kubitschek. Em 10 dias, foram transferidas cerca de quatro mil pessoas. (...) Posteriormente, também foram removidos para Taguatinga ocupantes da Vila Amauri, IAPI, Vila Mercedes, Vila Esperança, Vila Tenório, Urubu e Querosene.” (CODEPLAN, 2019g, p. 8-10). Foi oficialmente criada em 1964, por meio da Lei nº. 4.545, que dividiu o Distrito Federal em 8 Regiões Administrativas. A partir de 1975, foi sendo sucessivamente desmembrada, dando origem dando origem à RA IX - Ceilândia e à RA XII – Samambaia em 1989; à RA XX – Águas Claras em 2003 e à RA XXX – Vicente Pires em 2009 (CODEPLAN, 2019g).

Vive em união estável com o companheiro desde então, com que tem duas filhas. Trabalhou muito tempo no comércio, mas acabou parando de trabalhar quando teve a segunda filha.

Hoje eu estou sendo só dona de casa. Estou sem trabalhar tem três anos. Eu trabalhava na União Química Farmacêutica, eu era operadora de máquina, operava máquina. E aí eu resolvi dar um tempo, porque lá a gente pegava muito peso e durante o período que eu fiquei grávida da minha última filha, eu tive tipo hérnia no umbigo, pegava muito peso. Então resolvi dar um tempo, sair e ficar com minhas filhas em casa. Porque a minha primeira filha, quando eu tive ela, eu trabalhava fora e ela ficava muito na mão de um e de outro, sabe? E aquilo ali acabou interferindo no fato de eu ser mãe, né.

Depois que parou de trabalhar fora, cursou técnico em enfermagem, contudo ainda não tem experiência nessa área.

[...] às vezes me faz me faz muita falta trabalhar. Só que eu sei que as minhas filhas precisam de mim. Então, às vezes, eu fico um pouco, assim, meio estressada, pelo fato de eu estar só em casa. Porque eu sempre trabalhei, eu nunca fiquei sem trabalhar e já tem 3 anos que eu tô sem trabalhar. É, infelizmente, não é bom. É horrível ficar em casa em relação à salário, porque a gente acaba não tendo uma renda. E aí eu fiquei muito tempo parada e agora eu me sinto meio que receosa de voltar para o mercado de trabalho. Dá um certo pânico eu ter que voltar e tipo ter ficado muito tempo parada. Qual que vai ser a aceitação do mercado de trabalho em relação pra mim ue fiquei muito tempo parada, às vezes a gente se sente um pouco inútil, pelo fato de a gente ficar parada.

Seu companheiro trabalha pra uma empresa terceirizada do Sebrae. Mas o dinheiro que recebe cobre somente as contas da casa:

[...] o salário dele ele tem que tentar se rebolar pra pagar contas. Eu evito de pedir muitas coisas que eu sei que o trabalho dele não paga tão bem, mas... Eu tento fazer e vender um perfume, uma coisa aqui outra ali pra sempre ter uma rendinha extra em casa pra mim. No caso, pra mim e pras meninas, pra não tem que ficar pedindo muita coisa para ele.

Gabriela, mesmo cuidando das filhas, sempre busca complementar a renda de alguma forma. Gabriela cresceu na igreja católica, mas hoje se considera evangélica não praticante.

#### 4.1.5 Maria

Eu? Ahmmm, eu sou uma pessoa extrovertida, sou divertida, sou trabalhadeira, esforçada e gosto de estar sempre buscando melhorias, algo, crescer. Eu gosto de buscar conhecimentos, interagir, sou comunicativa.

Maria se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista, tinha 49 anos. Ela nasceu em Barracão, no sudoeste do Paraná, pequeno município que faz fronteira com a Argentina e com o estado de Santa Catarina. É filha de um paranaense com uma gaúcha e tem cinco irmãos por parte de mãe. Foi criada por um tio.

A minha infância, ela foi muito sofrida, né, como eu não tive pai, não tive mãe. Eu conheci minha mãe aos 9 anos! Então o meu sonho era conhecer minha mãe. Eu não tinha ... eu não sabia quem era a mãe e não sabia quem era o pai. E apanhava muito, trabalhava na roça. (...) Meu pai, eu conheci ele lá [Paraná]. Uma vez o meu irmão foi me visitar na casa do meu tio e, meu tio, ele batia muito na gente. Era um sábado, meu irmão chegou lá e eu tava com as perna toda cortada, né, de apanhar. Lá eles batiam mesmo [ênfase], com aqueles chicote. Então eu tava com as pernas tudo cortada, e meu irmão viu aquilo, né. Aí falou: “Quem fez isso aí, foi o tio?” Eu falei: “Foi”. Daí ele falou: “Não, então o seguinte, eu vou embora agora, eu vou falar com pai se você pode ir pra lá. (...) Aí ele veio no próximo sábado, chegou, era pequeno, quase da minha idade. Aí ele falou: “Pai mandou buscar ela”. Aí eu fui, fiquei um tempo lá com o pai lá e depois vim embora para cá. Mas eu tive oportunidade de morar uns meses com ele, gostei muito, era um sonho né. Aí depois a minha mãe também. E aí eu gostei. Meu pai faleceu no passado, Alzheimer, e eu, a única oportunidade assim que eu tive de me aproximar mesmo dele foi quando ele ficou doente. Que eu podia conversar com ele, abraçar ele. Mas foi bom, gostei. Muito bom. Acho que todo filho tem um sonho né, de se aproximar do pai, conhecer o pai e isso foi bom. Minha mãe assim que, eu sempre fui revoltada com ela, porque ela teve cinco filhos, só eu de filha. Então ela levou meu irmão, mas não levou eu. Então eu sempre fui revoltada nessa parte com ela. Mas hoje eu já consigo “perdoar” ela entre aspas. Não fica aquela coisa 100%. Mas eu entendo né, é mãe.

Começou a trabalhar ainda criança na agricultura, quando morava com os tios, onde sofria muitas violências. Morou alguns meses na casa do pai, mas foi mandada embora pela esposa dele:

[...] num final de semana, eles viajaram. Deixou eu e meu irmão que faleceu, né, em casa. E aí eles tinha, lá fazia salame, penduraram em cima do fogão e a gente comeu três salames quando eles estavam viajando. E quando eles chegaram, aí ela quis me bater, né. Aí meu irmão pegou e deu uma surra nela e ela ficou com raiva e eu tive que sair. Saí e fui pra casa da minha tia e fiquei lá. Aí a mãe, aqui [Distrito Federal] ficou sabendo, aí mandou me buscar, que eu tava de casa em casa, aí ela mandou me buscar.

Com 16 anos foi para o Distrito Federal morar com a mãe. Sua mãe estava em outro relacionamento, no qual tinha uma filha e estava grávida do companheiro. Um tempo depois, seu padrasto faleceu e sua mãe voltou com as filhas pequenas para o Paraná. Nessa época, Maria trabalhava como *doméstica* e acabou ficando no Distrito Federal.

Quando era criança, ainda no Paraná, pode estudar somente até quarta série:

[...] naquela época as meninas não tinham oportunidade de estudar. Então eu não ... Eu só fiz até a quarta série lá, né. E meus ... meus primos que podiam fazer até oitava. Eu não sei se você ouviu já isso, mas lá antigamente as meninas só fazia até a quarta série, os meninos que podiam fazer até a oitava, o ginásio né, que falava.

Voltou para a escola com 18 anos, contudo não concluiu o ensino médio porque engravidou do primeiro namorado aos 23 anos.

E aí depois que eu vim para cá é que eu voltei para escola, com 18 anos eu voltei para escola. E com 23 aí eu engravidei e nunca nem terminei o segundo grau. Mas assim, eu apoio muito minhas filhas pra que elas estudem né. Que hoje tá difícil na minha idade, imagina na delas. Então hoje eu tenho uma filha formada, fez Faculdade de Ciências Políticas, fez em Foz do Iguaçu. E tem a caçula que está estudando, mas eu cobro muito delas, porque é importante. E elas se esforçam.

Trabalhou muito tempo como confeitadeira, até que saiu da empresa onde trabalhava e resolveu que não queria trabalhar para mais ninguém. Com o dinheiro da sua rescisão e o maquinário que ela já possuía montou uma lanchonete no centro de Brasília, o que vê como uma vitória, pois finalmente pode trabalhar para si mesma.

Morou por muito tempo de aluguel em Paranoá, no Distrito Federal. Quando já estava com o seu atual companheiro, eles conseguiram uma casa na região administrativa de São Sebastião<sup>102</sup>, onde moram há 15 anos, juntamente com sua filha de 26 anos, do primeiro relacionamento e a de 16 anos, do casal. Seu companheiro é vigilante.

#### 4.1.6 Carla

Acho que eu sou um pouco teimosa né, teimosa por insistir, às vezes, naquilo que eu quero. Eu já melhorei muito, graças as conversas com a psicóloga, eu era muito estressada. Hoje em dia eu já sou um pouco menos. Antigamente eu me estressava com qualquer besteira. Hoje em dia não, eu preciso mais alguma coisa. É, acho que protetora né, como mãe, como ... a psicóloga fala que eu ... acabo que eu cuido da família em si, né. Acabo cuidando do marido também, dos problemas, de tudo.

Carla se autodeclara racialmente como branca. Na data da entrevista, tinha 29 anos. Ela nasceu no Maranhão e veio para Samambaia<sup>103</sup>/DF com um ano de idade juntamente com a mãe e a irmã mais velha:

[...] a gente mora aqui desde então, só mudamos de quadra mesmo, em Samambaia sempre. A minha mãe sempre trabalhou, né. E nós ficávamos em casa, então a gente

<sup>102</sup> A Região Administrativa São Sebastião – RA XIV está localizada ao leste do Distrito Federal. Foi criada em 1993, antes esse território fazia parte da RA Paranoá. É hoje umas das RAs com maior densidade urbana do DF e está no grupo considerado de média-baixa renda (CODEPLAN, 2019e).

<sup>103</sup> Samambaia é a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal – RA XII/DF. Foi criada oficialmente no dia 25 de outubro de 1989 pela nº Lei 49/89 para assentar famílias de baixa renda “das áreas de Boca da Mata, “Ceub”, Lixão, Vila Parafuso, Asa Branca, “CEB”, Areal e de inquilinos de fundos de lotes. Os lotes foram entregues no sistema de concessão de uso” (CODEPLAN, 2019, p. 9). Faz parte do grupo das RAs considerado de média-baixa renda (CODEPLAN, 2019a).

se virava sozinha, praticamente. Ela conseguiu uma pessoa para ficar com a gente um tempo, né, cuidar, né. Acabou que essa pessoa judiava um pouco da gente, mais de mim porque eu sempre tipo essa personalidade, eu sempre tive uma personalidade forte. Então sempre fui de bater muito de frente com as pessoas. Aí acabava que ela judiava da gente e ameaçava pra não contar pra minha mãe, que era o que acontecia. Criança, né? Aí tinha duas senhoras que moravam na frente, que ajudavam a gente também, né, com a comida que a minha mãe já deixava pronta. E a gente só esquentava, né. Então a gente ia para casa delas, elas davam comida para gente. E a gente ajudava elas nos afazeres também, e era companhia. E aí ... logo minha irmã engravidou também, com 14 anos. Aí ficou só eu com a minha mãe. Aí minha mãe sempre criou a gente meio que presa, né. Depois de um tempo que eu meio que consegui bater de frente e eu conseguia sair.

A mãe sempre trabalhou muito. Sua irmã um ano e meio mais velha engravidou com 14 anos e acabou saindo de casa. Moraram um tempo com sua tia, que tinha depressão. Nessa mesma época, sua mãe se envolveu novamente e seu companheiro passou a ser o que Carla teve como referência paterna:

[...] nessa época minha mãe já tinha um companheiro, né. Aí ele também foi o que a gente teve de referência de pai. Porque o pai da minha irmã veio assumir ela, já tem pouco tempo, pouco menos de 10 anos e o meu, ele me registrou com 15, mas eu nunca tive muito contato com ele não.

O pai biológico nunca se envolveu na sua criação e sustento. Antes de casar trabalhou informalmente com limpeza: *“eu fazia bico no restaurante que a minha mãe trabalhava, né. Eu ajudava na limpeza, mas trabalhar fichado não. Fui trabalhar depois que eu tive a minha filha<sup>104</sup>? Foi, depois que eu tive a minha filha”*.

Nessa época, trabalhou como balconista em padaria, e depois como operadora de caixa em um supermercado. Atualmente ela cuida das crianças e da casa. Na data da entrevista, estava cursando supletivo.

**E quando que tu voltou a estudar? Foi depois que tu participou aqui, como é que foi isso?**

Foi depois, porque eu já tava, tava com a minha cabeça tão, tão anuviada, que aí a psicóloga conversou comigo. Mas eu sempre tive essa vontade de estudar. Minha filha tem 9, uns 8 anos atrás eu tava estudando, aí eu parei de estudar porque ela era um bebê. Aí colocaram aqui para cima [mudaram o supletivo de endereço], aí era um pouco perigoso, aí eu desisti. Aí uns dois anos atrás, três anos eu acho, eu tentei voltar, aí eu tentei voltar. Só que aí foi a época da agressão, a gente separou e eu tive que escolher, ou eu estudava ou eu trabalhava.

Mora de aluguel com a filha de 9 anos, os filhos de 8 e 5 anos e o companheiro, com quem vive em união estável. Seu companheiro é borracheiro e proprietário da metade da borracharia onde trabalha. Carla foi criada dentro da religião católica, mas hoje frequenta a evangélica.

<sup>104</sup> Na entrevista, Carla disse o nome da filha, para manter seu anonimato troquei por “minha filha”.

#### 4.1.7 Monique

Monique se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista tinha 48 anos. Ela nasceu em Brazlândia<sup>105</sup>, uma região rural do Distrito Federal, assim como seus pais. Como ela mesmo coloca, sua infância “*foi boa, aí ficou ruim depois que minha mãe morreu, né*”. Mora perto dos seus familiares, mas tem mais contato com o pai do que com as irmãs: “*com elas só tenho quando elas vão lá na casa do meu pai, a gente se encontra lá na casa do meu pai*”.

Monique mora de aluguel em Brazlândia com o companheiro, com quem está casada a 22 anos, e os três filhos mais novos de 15, 11 e 8 anos de idade. O filho mais velho, de 21 anos, já está casado.

**Ele foi a primeira pessoa que tu te relacionou, ou tu teve namorados antes?**

Foi o primeiro, eu tenho quatro filhos com ele. Aí a gente vive, vai vivendo ... Ele tá sem trabalhar, pega um bico, aí a gente vai com a bolsa escola, minha bolsa escola que eu recebo. E nós vamo vivendo. To doidinha pra arrumar um serviço, mas tá difícil.

Seu companheiro trabalha informalmente como vidraceiro. “*Ele trabalha, ele não ganha bem. Assim, dá, mas ele não ganha bem. Aí ele trabalha, faz um bico prali, outro um bico prali, recebe 200, 150, dinheiro maior que ele recebe nesse negócio é 300 reais*”.

Monique está atualmente desempregada, mas trabalha com *faxina*:

[...] eu faço faxina. Aí eu falei pra ele [seu companheiro]: “Nesse ano eu quero entrar trabalhando”. Eu tô procurando, mas é difícil. Eu arrumei um que a mulher quer pagar 50 reais. Aí minha filha: “Mãe, pra senhora ganhar 50 reais, a senhora fica arrumando a casa”. Eu pra minha filha: “Qualquer dinheiro que entrar eu vou”. É difícil.

---

<sup>105</sup> A história de Brazlândia antecede a da capital federal. No início do século XX, quatro famílias de agricultores e pecuaristas goianos e mineiros se estabeleceram em terras que integravam a área rural do município goiano de Santa Luzia, hoje Luziânia. “Em 1932, o prefeito de Santa Luzia decretou a criação do Distrito de Brazlândia e em 05 de junho de 1933 foi criada a subprefeitura de Brazlândia, cujo nome tem origem associada a família Braz de Lima, a mais numerosa das famílias que fundaram a cidade. Em 1938, Brazlândia perdeu a condição de distrito, e voltou à categoria de povoado de Santa Luzia/Luziânia. Em 1960, quando Brasília foi inaugurada, Brazlândia tinha cerca de mil moradores apenas. Foi por meio da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dividiu o Distrito Federal em 8 Regiões Administrativas que a RA IV – Brazlândia foi de fato efetivada.” (CODEPLAN, 2019, p. 9). Ainda hoje é uma região bastante rural que tem sua economia focada na produção de hortifrutigranjeiros. “A RA de Brazlândia abriga os Núcleos Rurais Alexandre Gusmão (PICAG), Dois Irmãos, Engenho Queimado, Desterro, Chapadinha e Barreiro e o Lago Descoberto, responsável por mais de 60% do abastecimento de água do DF” (CODEPLAN, 2019, p. 10). Faz parte do grupo das RAs considerado de média-baixa renda (CODEPLAN, 2019e).

Monique também é cadastrada em programa de transferência de renda do Governo Federal. Ela estudou até a quinta série.

#### 4.1.8 Aninha

Eu sou um tipo de pessoa [pausar para pensar] boba, né. Deixo todo mundo me fazer de besta. Ingênua, acho que todo mundo é igual a mim. E nisso, eu diria que eu sempre levo a pior, porque sempre é a chance de você dizer “Ah, perdoa, dá chance”. Não, assim, só em casa, com qualquer pessoa. Me ofendeu, a minha raiva é na hora. Passou, acabou. Então eu me sinto uma pessoa boba, besta, ingênua, sei lá. Eu acho que deveria ser um pouco mais ... e eu não consigo ser. Nem consigo assim chegar para alguém pra desabafar. Eu desabafo chorando. O tá preso dentro de mim eu não sei chegar numa pessoa pra falar. Mesmo que eu conte, fica preso. Aí eu tenho que chorar, chorar, chorar até cansar. Eu me sinto assim, meia boba [risos].

Aninha se identifica racialmente como parda. Na data da entrevista tinha 40 anos. Ela nasceu em Santa Maria da Vitória, município do oeste baiano. Se mudou com a família para Distrito Federal com 14 anos, junto com os pais e os seis irmãos.

A minha infância foi um pouco, como se diz, sofrida, né. Praticamente eu não tive infância, eu comecei a trabalhar porque o meu pai era dependente, ele era alcóolatra. Então assim, tudo o que ele ganhava era para cachaça. Então a gente teve que aprender a se virar desde pequeno, né. Então a gente fazia de tudo um pouco. Aí eu com 14 anos já fui trabalhar em casa de família, pra estudar, pra ajudar minha mãe com os meus irmãos mais novos. Pra mim eu acho que eu não tive infância, não tive adolescência, aos 20 anos já fui mãe para sair do sofrimento de casa de família. Então eu acho que eu não aproveitei nada assim da minha vida passada, para trás não. Foi muito, como é que se diz, muito triste, muito sofrida, muita humilhação, (...) muito desprezo. As pessoas olhavam pra a gente como se a gente não fosse nada. Assim eu me sentia.

Aninha trabalhou desde muito cedo. Quando chegou no DF foi morar e trabalhar na *casa de uma família*<sup>106</sup> em Taguatinga. Mesmo assim, conseguiu concluir o ensino médio. Logo depois seus pais se separaram, e o pai voltou para a Bahia. Sua mãe morava no setor de chácaras, uma região mais rural do Distrito Federal.

Com 17 anos passou a morar com uma tia em Ceilândia<sup>107</sup>. Nessa época conheceu seu atual companheiro, que era *colega de classe no colégio*. Namoraram por volta de 2 anos e

<sup>106</sup> Faço uso do itálico quando repito as mesmas expressões utilizadas pelas participantes da pesquisa na entrevista.

<sup>107</sup> “A cidade de Ceilândia surgiu em decorrência de um grande projeto de relocação de população que morava em áreas não regulares por meio da Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, que deu origem ao seu nome. Em 27 de março de 1971, iniciou-se a transferência de aproximadamente 82.000 moradores das ocupações não regulares da Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão Colombo e Morro do Querosene, para os setores “M” e “N” ao norte de Taguatinga. (...) Entre 1976 – 1977, foram construídos os setores “O”

passaram a morar juntos a partir de seus 19 anos. Com 20 anos teve sua primeira filha. São casados no religioso e têm uma filha de 20 anos e dois filhos, um com 19 e outro com 8 anos. Moraram em Novo Gama<sup>108</sup> durante vinte anos, onde tinham casa própria.

Aninha mora de aluguel em Brazlândia desde a primeira vez que tentou se separar do companheiro em 2017. Atualmente está desempregada, descreve seu cotidiano como: *“É como se diz, dona de casa, é a Amélia, mesmo. Se eu não tiver trabalhando, como agora eu to desempregada, é só cuidar da casa, dos filhos e pronto”*.

[...] eu não sou de sair de casa. Acho que por a forma de eu já ter sido criada assim de não sair, de não ir pra lugar nenhum, eu tenho preguiça de sair de casa. Eu saio de casa pra trabalhar. Eu não sou muito assim de tá em rua, em festa, eu não gosto. Eu gosto mais de ir para casa e para igreja. Sempre foi, como se diz, o meu hobby. Eu saio de casa, vou trabalhar, se eu tiver um tempinho que eu chegue e eu não esteja muito cansada, eu vou para igreja. Passei acho que uns 10 anos dentro da igreja e depois eu tive que me afastar porque não tava dando, é trabalho, para mim ir. Aí eu me afastei, só que assim, essa época que eu me afastei foi difícil para mim, porque se a gente ainda tando com Deus já é difícil, imagina você fora, né. Acho que você fraqueja na fé, fraqueja em tudo né. E aí é onde você vai dando chance pras coisa ir acontecendo mais, porque você passa não acreditar mais em Deus. Que você pensa assim: Poxa vida, Deus só lembra de mim quando eu to lá dentro também servindo ele, e não é. Às vezes acontece porque a gente mesmo não tem aquela fé de mesmo fora, mesmo, né, eu tenho que ter fé, acreditar que eu sou forte. Porque mesmo eu não indo, ele ainda está comigo, só que eu não pensava assim. Aí como eu adoeci, tive que fazer cirurgia e tudo. E agora que eu já to melhor, que eu voltei, que eu já tô conseguindo voltar novamente para a igreja, eu tô me sentindo mais forte. Eu tô me sentindo mais feliz, porque a minha vida foi essa, desde a infância, era a minha casa e igreja. Então para mim foi isso, eu vivi isso. E assim era feliz, não tinha outra coisa.

Aninha é católica praticante. Seu companheiro Rodrigo trabalha como garçom.

#### 4.1.9 Interseccionando as experiências das participantes da pesquisa

A palavra experiência aparece em inúmeros textos feministas, contudo, a dimensão política do conceito começa a ser priorizada nos escritos dos feminismos negros norte-americanos (BACH, 2010). Uma vez que estamos falando de violências, a partir de um contexto extremamente desigual como o Brasil, é dessa dimensão que irei partir nessa análise.

---

e “P”, parte do Programa Habitacional da Sociedade de Habitações de Interesse Social — SHIS, para atender novos moradores de áreas não regulares e famílias que dividiam o mesmo lote em Ceilândia. (...) A Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989 permitiu a criação da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, desmembrada da RA III – Taguatinga.” (CODEPLAN, 2019H, p. 9). Faz parte do grupo das RAs considerado de média-baixa renda (CODEPLAN, 2019e).

<sup>108</sup> Novo Gama é um município de Goiás que fica próximo à fronteira do Distrito Federal. Compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, criada com a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

A experiência das mulheres negras norte-americanas, teorizada por elas próprias, entre as décadas 1960 e 1980 que deu origem às bases do que será posteriormente materializado no conceito de interseccionalidade<sup>109</sup>. Segundo Patricia Hill Collins (2017, p. 8), “nos movimentos sociais do século XX, mulheres afro-americanas avançaram diversas dimensões do feminismo negro que foram claramente reconhecidas como interseccionais”. Nesse sentido, o volume editado por Toni Cade Bambara nos anos 1970, *The Black Woman*, pode ser visto com um trabalho pioneiro sobre interseccionalidade. O fato de ter sido escrito para o público geral, e não para a academia, fez com que esse trabalho inovador feito por uma mulher afro-americana envolvida na luta política tenha sido negligenciado. Também é possível encontrar declarações fortes e precoces sobre interseccionalidade nas obras de June Jordan, Angela Davis, Alice Walker, Audre Lorde e outras feministas negras do período (COLLINS, 2017).

No mesmo período no Brasil, Lélia Gonzalez<sup>110</sup>, historiadora e militante do Movimento Negro Unificado<sup>111</sup> (MNU), ao pensar a situação da mulher negra brasileira e latino-americana, percebe a necessidade de unir as discussões sobre classe social, racismo e sexismo, e analisá-las como estruturais no contexto brasileiro. Segundo a autora, “o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa” (GONZALEZ, 1984, p. 9).

Por mais que essa ideia estivesse presente nos escritos de muitas intelectuais e nas prática dos movimentos sociais, a interseccionalidade é conceituada academicamente, pela primeira vez, no artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* da intelectual negra e advogada norte americana Kimberlé Crenshaw, publicado em 1989.

A autora se percebeu no

[...] desafio de explanar teoricamente as diferenças e dissonâncias entre sujeitos que tivessem diferentes marcadores de raça, gênero e classe nas leis antidiscriminação

<sup>109</sup> Para saber mais sobre o histórico da interseccionalidade, ver: COLLINS, 2017; AKOTIRENE, 2018; LEOTTE, 2018.

<sup>110</sup> A trajetória de Lélia não pode ser resumida em poucas linhas, mas para apenas complementar sua formação acadêmica, eminentemente interdisciplinar, cabe citar que ela era Licenciada e bacharel em História e Filosofia, mestre em Comunicação e em Antropologia, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda em Antropologia Política na Universidade de São Paulo (BAIRROS, 2000). Para conhecer mais sobre a autora, ver: BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, n. 23, 2000; RATTTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. Selo Negro, 2014; CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, Dec. 2014.

<sup>111</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é “uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil”, fundada em 18 de junho de 1978. Para saber mais ver: <<http://mnu.org.br/>>. Acesso em dezembro de 2019.

americanas quando se confrontou com alguns pareceres de casos jurídicos como *DeGraffenreid v. General Motors*, de 1976 (LEOTTE, 2017, p. 15).

Esses casos<sup>112</sup> fizeram-na perceber um problema de enquadramento. O padrão adotado pelo tribunal, de considerar apenas discriminação de gênero ou apenas discriminação de raça, era parcial e distorcido. Assim, Crenshaw nomeou uma questão muito discutida no feminismo negro, que era o problema das políticas identitárias quando elas reduzem ou ignoram diferenças intragrupo. O que ela queria ressaltar é que quando se separa a experiência racial da de gênero, se relega a identidade das mulheres negras, em específico, e mulheres racializadas, em geral, a um lugar sem discurso. Para encontrar esse lugar discursivo, cria o conceito interseccionalidade “para apontar as distintas formas nas quais raça e gênero interagem, e como geram as múltiplas dimensões que constituem as experiências de mulheres negras” (CRENSHAW, 1991, p. 89).

Seu "objetivo era ilustrar como muitas das experiências que enfrentam as mulheres negras não estão delimitadas pelas margens tradicionais da discriminação racial ou de gênero" e que “a intersecção do racismo e sexismo na vida das mulheres negras afetam suas vidas de maneiras que não se pode entender completamente olhando separado as dimensões de raça ou gênero” (CRENSHAW, 1991, p. 89).

A partir desse contexto, a autora passou a olhar para os diversos dilemas e desafios que povos marginalizados mundo afora enfrentavam em decorrência da interseccionalidade. Segundo ela, intersecções de raça, gênero, heterossexismo, transfobia, xenofobia, discriminação pela condição física, todas essas dinâmicas sociais se unem e criam desafios bastante únicos<sup>113</sup>.

“Após a Conferência Mundial sobre o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001”, a interseccionalidade conquistou popularidade acadêmica (AKOTIRENE, 2018, p. 13-14). Essa popularidade levou ao que Patrícia Hill Collins vai chamar de “tradução imperfeita”. Assim,

---

<sup>112</sup> “Emma DeGraffenreid e um grupo de mulheres negras processou a GM afirmando discriminação racial e de gênero no processo de seleção para vagas de trabalho na empresa.” (LEOTTE, 2018, p. 15). O juiz recusou a petição argumentando empregador contratava afro-americanos e contratava mulheres. O problema, entretanto, é que o juiz não estava disposto a reconhecer o argumento de Emma: que os afro-americanos contratados, comumente para trabalhos industriais e de manutenção, eram todos homens, e que as mulheres contratadas, comumente como secretárias ou recepcionistas, eram todas brancas. Apenas se o tribunal fosse capaz de ver como as duas políticas funcionavam juntas, ele poderia perceber a discriminação enfrentada por Emma DeGraffenreid. Informações retiradas da Palestra de Kimberly Crenshaw no TEDWomen em outubro de 2016. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br)>. Acesso em setembro de 2019.

<sup>113</sup> Trecho da Palestra de Kimberly Crenshaw no TEDWomen em outubro de 2016 disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br)>. Acesso em setembro de 2019.

[...] a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder. A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social (COLLINS, 2017, p. 7).

Nesse sentido, a interseccionalidade em seu projeto original é uma teoria voltada para a justiça social (COLLINS, 2017). Não pretendo aqui propor uma nova abordagem para a interseccionalidade, mas sim partir desse histórico para utilizá-la como uma ferramenta de análise. Acho relevante pontuar essa questão porque muitas pesquisadoras feministas brancas e pesquisadores brancos de diversas linhas teóricas tem se apropriado do termo, reconceituando-o e esvaziando o caráter político emancipatório inicial trazido pelas feministas negras (COLLINS, 2017; AKOTIRENE, 2018; CONCEIÇÃO, 2018). Segundo Isis Conceição (2018),

[...] da mesma forma que ferramentas de promoção de direitos humanos e mitigação de desigualdade e racismo estrutural são contaminadas pelas instituições em razão da estrutura social brasileira, o padrão pós-colonial do feminismo brasileiro contamina a categoria de origem crítica alinhada a valores decoloniais, mitigando o potencial do debate que a ferramenta interseccionalidade propõe nos poucos espaços jurídicos e acadêmicos jurídicos em que se insere (p. 289).

Isis Conceição fala de espaços jurídicos e acadêmicos jurídicos por ser sua disciplina de atuação, contudo essa crítica pode ser expandida para as demais disciplinas, assim como para espaços acadêmicos interdisciplinares. No caso específico dessa pesquisa, porque trabalhar dentro dessa perspectiva teórica? Porque as relações de poder e sistemas de opressão que ela permite ver e analisar impactam o acesso de mulheres às políticas públicas e suas experiências de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Nas palavras de Crenshaw (1991), “a violência que muitas mulheres experimentam é muitas vezes moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe” (p. 88). Tendo em vista essa realidade, a própria Lei Maria da Penha, prevê, em seu artigo 2º, que

[...] toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

Ou seja, é possível argumentar que a Lei Maria da Penha assegura uma abordagem interseccional na construção das políticas de enfrentamento à violência e na sua aplicação no âmbito judicial.

Começando com as experiências comuns, todas as entrevistadas são mulheres cisgêneras<sup>114</sup> em relacionamentos heterossexuais longos – mais de 9 anos, sendo que a média é 17 anos – e com filhos. 5 delas tem filhos crianças – até 12 anos incompletos. A cisgeneridade<sup>115</sup> de todas as participantes da pesquisa foi uma realidade trazida pelo campo e que pode também ser lida como o perfil a que se destinam as políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Por mais que no seu artigo 2º, a Lei Maria da Penha assegure proteção à “toda mulher”, na prática, quem determina quem é considerada mulher são as pontas do acesso à justiça. Nas Delegacias, o profissional que preenche o Boletim de Ocorrência acaba tendo o “poder” de enquadrar, ou não, o ato cometido na Lei Maria da Penha. Após essa seleção inicial, ainda há a discricionariedade do Ministério Público e do Judiciário, principais responsáveis pelos encaminhamentos aos serviços para autores de violência de Blumenau e do Distrito Federal. Durante a pesquisa, uma das perguntas realizada aos profissionais de ambos serviços foi se eles conheciam algum caso de encaminhamento de mulheres trans ou travestis e todos responderam negativamente<sup>116</sup>. Isso possibilita inferir que a aplicação cotidiana da Lei Maria da Penha nas Delegacias, no Ministério Público e demais serviços que encaminham mulheres em situação de violência para os CREAS e os NAFAVD as tem excluído, sistematicamente, e/ou há uma alarmante subnotificação desses casos, que pode se dar:

[...] pela dificuldade do registro das ocorrências, visto que, muitas vezes, os órgãos de segurança pública são hostis no atendimento e acolhimento de denúncias feitas pela população LGBTI; (...) pela falta de respeito e negação do uso do nome social das vítimas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 22).

<sup>114</sup> Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído em seu nascimento (JESUS, 2012; VERGUEIRO, 2015).

<sup>115</sup> Segundo Viviane Vergueiro (2015, p. 44) a cisgeneridade “pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas”; ao mesmo tempo que, dentro das “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 61) é tida como natural, normal e biológica.

<sup>116</sup> Em Blumenau o assistente social trabalha desde a implementação do serviço, ou seja, nunca houve caso encaminhado; nos NAFAVD, cinco profissionais trabalhavam entre 3 a 5 anos e quatro entre 7 e 10 anos.

Esse dado é extremamente grave no país que, em números absolutos, mais mata pessoas trans e gênero diversas no mundo, e que ocupa o 4º lugar em números relativos<sup>117</sup>. Segundo o *Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans*, a taxa de assassinatos de mulheres trans e travestis em 2018 foi de 5,11 a cada 100 mil pessoas trans<sup>118</sup>, enquanto a taxa de mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres cis. Se desagregado esses dados por raça, a taxa de assassinatos de mulheres trans e travestis negras é ainda mais alta, tendo em vista que correspondiam a 82% das vítimas em 2018 e 2019. Olhando para o perfil racial e etário – a idade média das vítimas é 26,4 anos em 2018 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019) – esses crimes são mais uma faceta do genocídio da juventude negra no Brasil.

Conforme o mesmo artigo da Lei, é garantida a proteção, independentemente da *orientação sexual*, contudo, além de apenas os NFAVD Samambaia e Brazlândia terem atendido mulheres lésbicas, todos os atendimentos realizados foram individuais, o que faz que os grupos não sejam para pessoas autoras de violência e sim homens cis autores de violência. No CREAS I de Blumenau, eles atenderam uma mulher lésbica autora de violência e ofereceram a ela a opção de participar no grupo de autores de violência, que não por acaso, lá é nomeado institucionalmente Grupo de Homens, ou no Grupo de Mulheres. Essa é uma discussão que os serviços que já atenderam mulheres lésbicas têm feito: qual seria o melhor modelo para seu atendimento? No caso de formação de grupos para pessoas autoras de violência, incluindo as mulheres autoras, elas poderiam estar expostas a violências dos homens participantes. Ainda mais nos casos de mulheres lésbicas, uma vez que os grupos de homens são espaços que proliferam discursos homofóbicos, conforme observei em todos os grupos que observei.

Ela optou por participar do Grupo de Mulheres, o que pode ser interessante para pensar uma abordagem proposta por Bárbara Musumeci Soares (2012) ainda pouco explorada nos serviços existentes no Brasil: a criação de grupos mistos de pessoas autoras de violência com pessoas vitimadas, desde que desconhecidas. Segundo ela, nesses grupos as pessoas envolvidas em situações de violência “poderiam ouvir e se fazer ouvir verdadeiramente, para além das imagens que os aprisionam nos papéis de vítimas e de agressores e para além dos estereótipos que bloqueiam a escuta dos que agridem” (p. 206). Por outro lado, os grupos de mulheres

<sup>117</sup> Dados publicados pela Ong Transgender Europe (TGEu), referentes a pesquisa *Trans Murder Monitoring Project – TMM annual report 2016*. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em janeiro 2020.

<sup>118</sup> Esse Dossiê trabalha “com a estimativa de que 1,9% da população seja não-cisgênera. Sendo 1,1% da população pertencente ao gênero feminino (travestis e mulheres transexuais); e 0,8% pertencentes ao gênero masculino (homens trans e transmasculinos)” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Ou seja, aproximadamente 1,7 milhões de pessoas no Brasil.

também podem ser muito violentos para mulheres lésbicas<sup>119</sup> e essa inserção exige uma facilitação muita ativa na desconstrução da cisheteronormatividade e lesbofobia das demais participantes.

O artigo 2º também prevê proteção às mulheres independentemente de sua raça. Há uma vasta discussão sobre a hetero e a autodeclaração racial em pesquisas nas ciências humanas<sup>120</sup>. Acabei optando, por se mostrar mais condizente com a metodologia de história oral, pela autodeclaração. Inseri no roteiro como um questionamento aberto para permitir a classificação étnica ou racial espontânea. Diante do silêncio da maioria das entrevistas entrevistadas, passei a fazer o questionamento duas vezes, a segunda a partir das categorias empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, preta, parda, indígena e amarela.

Das mulheres entrevistadas seis se auto identificaram como pardas e duas como brancas. No Distrito Federal esse questionamento causou um maior estranhamento/dúvida e certo desconforto em algumas participantes. Acredito que o desconforto esteja relacionado com o meu local de fala enquanto mulher branca universitária do sul do país, tanto pela relação de poder que se estabelece entre entrevistadora-entrevistada, mas principalmente pelas minhas particularidades fenotípicas, enquanto loira de olhos azuis. Por “ser uma narrativa oral, que resulta de uma interação entre entrevistado e entrevistador”, “o que o entrevistado fala também depende da circunstância da entrevista e do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor” (ALBERTI, 2008, p. 170). E o estranhamento/dúvida esteja relacionado com a história local, da própria construção dessa unidade federativa. Por ter sido fundado em parte do território brasileiro pouco povoada para abrigar uma capital federal planejada, a sua construção dependeu de mão de obra migrante de outros estados. Assim, a população do Distrito Federal foi formada pelo encontro de diversos brasis, o que tornou esse espaço terreno fértil para a manutenção do mito da democracia racial brasileira. Conforme já explorado anteriormente na tese, esse mito, juntamente com a ideologia do branqueamento teve consequências práticas que perduram até

---

<sup>119</sup> Participei de um encontro do grupo de mulheres que tinha como temática a homossexualidade. Nesse dia, houve a reprodução de diversos discursos que vinculam a homossexualidade à doença e anormalidade: a ideia que ninguém escolhe ser gay, como se o que gerasse sofrimento na pessoa fosse sua orientação sexual e não a homofobia da sociedade; a utilização do termo homossexualismo por quase todas as presentes, palavra largamente questionada no Brasil por utilizar um sufixo que indica patologia e por sua presença na Classificação Internacional de Doenças (CID) até 1990; além de reproduzir a invisibilidade lésbica e bissexual, ao discutirem quase que exclusivamente sobre a realidade de homens gays. A partir dessa experiência, considero que se fazem urgentes pesquisas sobre a violência doméstica e familiar sofrida por pessoas LGBTTTQI+, tanto nas dinâmicas familiares, quanto em relacionamentos afetivo-sexuais; assim como pesquisas que analisem como as pessoas LGBTTTQI+, em suas especificidades, enfrentam essas situações, uma vez que parece não haver serviços estruturados capacitados para nos atender.

<sup>120</sup> Para algumas discussões sobre essa questão ver: SANTOS, Gislene Aparecida dos. Raça e Gênero: contribuições para pesquisas nas ciências sociais e jurídicas. **Interfaces Brasil/Canadá**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 42, 2018.

hoje, entre elas: a crença de que não existem raças no Brasil, e, em decorrência disso, encarar o racismo como nomeação da diferença, e não negação de humanidade e direitos (BERNARDINO, 2002).

“Em lugar da raça, admite-se que existe no Brasil apenas uma classificação baseada na cor, que pretende ser encarada como uma mera descrição objetiva da realidade sem implicações político-econômico-sociais, tais como discriminações e preconceitos” (BERNARDINO, 2002, p. 255). Essa maneira de encarar a realidade, em que se define como racista aquele que nomeia a diferença, evitou

[...] do ponto de vista oficial, reconhecer o tratamento diferenciado de brasileiros em decorrência da raça, mesmo se este reconhecimento pudesse significar uma oportunidade para a correção de desigualdades. Assim, por exemplo, o movimento social dos negros é acusado de racista, uma vez que diferencia os negros dos brancos (BERNARDINO, 2002, p. 256).

Ou seja, a regra no enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil é uma disposição para esquecer o passado e “deixar que as coisas se resolvam por si mesmas” (BERNARDINO, 2002, p. 256).

Essa compreensão de racismo como nomeação da diferença apareceu em diversos momentos do campo de pesquisa, tanto nos grupos de homens, quanto nesse questionamento durante a entrevista, quando, por exemplo, duas das mulheres entrevistadas fizeram questão de afirmar que não tinham preconceito com outra cor/raça: “Me identifico como parda. Mas não sei, me relaciono bem com qualquer cor, não tem isso” (Entrevista Ana) e “eu me considero, eu me considero [receio] parda, não sei. Eu, pra mim, eu sou morena. Eu não tenho preconceito com outra raça, cor, religião, sexualidade” (Entrevista Gabriela). Por outro lado, nenhuma das mulheres que se identificou enquanto branca teve essa preocupação. É possível afirmar também que todas as mulheres entrevistadas basearam sua autoclassificação racial primordialmente na compreensão que tinham de sua cor da pele.

Apesar de eu questionar em todas as entrevistas a origem e a história familiar, a única pessoa que falou sobre ascendência foi Deise, ao afirmar que seus pais são de “*origem alemã daqui né, porque da Alemanha não é*”. No Brasil, conhecer a ascendência familiar pode ser considerado um privilégio branco e falar sobre isso parece ser mais comum na região sul do país. As demais entrevistadas falaram apenas sobre sua naturalidade e o local de nascimento dos pais, o que me levou a compreender que a maioria das entrevistadas (cinco de oito) são também migrantes. No Distrito Federal, apenas duas nasceram em Brasília, enquanto que as demais vieram de outros Estados: Paraná, Maranhão, Bahia e Tocantins. Aqui se reproduz a

prevalência encontrada na formação da população do DF: migração vinda do Nordeste. Segundo o PDAD DF 2018, 55,3% dos moradores informaram ter nascido no próprio DF, enquanto 44,7% migraram de outros estados. Dentre esses, 47,1% vieram da região nordeste (Bahia, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco), 15,9% da região sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e 12,2% de Goiás (CODEPLAN, 2019a).

Em Blumenau, Deise era natural do município e Estela nasceu em Assunção, no Paraguai. A experiência de Estela está marcada por uma migração internacional, realizada na idade adulta, juntamente com seu companheiro e filho. A migração, por mais que tenha se tornado um fenômeno muito frequente no mundo globalizado, altera as redes de pertencimento e apoio das pessoas envolvidas. Quando se trata de migração internacional há ainda o agravante da língua, que pode dificultar, ou até criar uma barreira o acesso a políticas públicas existentes no país de destino (CRENSHAW, 1991). Cabe salientar que a migração de Estela também teve impactos no seu pertencimento racial. Quando a questioneei sua autodeclaração, ela respondeu: “Ah! Eu sou parda. Aqui me falaram que eu sou parda [risos]” (Entrevista Estela). O “*aqui me falaram que eu sou*” indica heteroclassificação, que acabou sendo assumida pela entrevistada, devido sua condição de estrangeira. Essa heteroclassificação racial tem implicações diretas nas suas condições de vida, agravadas pelo fato de ter se estabelecido em uma cidade de colonização alemã e em um Estado de população majoritariamente branca.

No âmbito da discussão de classe social, cabe ressaltar que não foi feita, durante a entrevista, nenhuma pergunta relacionada à renda mensal das participantes da pesquisa. Para além disso, busquei compreender as nuances envolvidas na discussão de classe, principalmente as que impactam diretamente nas experiências de enfrentamento à violência como, por exemplo, suas condições de moradia, trabalho, independência financeira, rede de apoio, entre outros. Dentre essas questões, quatro tinham casa própria e quatro moravam de aluguel. A maioria delas dependia financeiramente do companheiro no momento da situação de violência<sup>121</sup>. Seus companheiros trabalhavam como vigilante, garçom, mecânico, borracheiro, vidraceiro e em empresa terceirizada do Sebrae, alguns deles informalmente.

Dentre as dependentes financeiramente, Estela, Monique e Aninha se colocaram enquanto desempregadas. Estela e Aninha trabalharam anteriormente em Padaria. Monique trabalha eventualmente com faxina e retrata a dificuldade de conseguir trabalho: “*Eu tô procurando, mas é difícil. (...) eu arrumei um que a mulher quer pagar 50 reais. Ai minha filha: “Mãe, pra senhora ganhar 50 reais, a senhora fica arrumando a casa”.* Eu pra minha filha:

---

<sup>121</sup> Me refiro aqui à situação que levou ao encaminhamento de seus companheiros aos serviços pesquisados.

“Qualquer dinheiro que entrar eu vou”. *É difícil.*” (Entrevista Monique). Ela é, entre as participantes da pesquisa, a que se encontra em situação de maior vulnerabilidade econômica, uma vez que nem ela, nem o companheiro possuem trabalho fixo e formalizado.

Gabriela, Aninha, Carla e Deise, na data da entrevista, estavam se dedicavam ao trabalho doméstico, todas elas com filhos que exigem cuidados. Aninha com um filho de 8 anos, Carla com três filhos – de 5, 8 e 9 anos – e Deise com um filho de 12 anos diagnosticado com autismo, que necessita de atenção integral:

[...] eu me sinto na obrigação de ficar com ele, porque por mais que ele seja um adolescente, ele não consegue se virar sozinho, ele pode até se virar sozinho algumas coisas, mas eu não posso deixar uma criança especial sozinha, então eu acabo, tipo assim, me deixando de lado (Entrevista Deise).

Gabriela parou de trabalhar no comércio para cuidar das filhas, contudo, ela apresentou essa experiência de forma bastante dilemática. Ao mesmo tempo que acredita que o trabalho interfere no “*ser mãe*” e que suas filhas precisam muito dela, sente muita falta de trabalhar e considera “*horrível ficar em casa em relação à salário, porque a gente acaba não tendo uma renda*” (Entrevista Gabriela). Depois de 3 anos cuidando das filhas em casa, Gabriela às vezes “*se sente um pouco inútil*” e com receio porque não sabe “*qual que vai ser a aceitação do mercado de trabalho*” (Entrevista Gabriela) que está *evoluindo* sem ela que está a “*tanto tempo parada*”.

[...] fiz o técnico de enfermagem, terminei a pouco tempo, ainda não to exercendo essa função, mas eu amo mexer com gente, eu amo fazer amizade, eu amo, não sei, eu amo a saúde. E me formei há pouco tempo, estou procurando trabalho nessa área. Infelizmente tá muito difícil, o mercado de trabalho tá muito concorrido. E quando você não tem experiência numa área fica mais difícil de você exercer ela (Entrevista Gabriela).

Ana passou muitos anos se dedicando ao cuidado dos filhos, mas agora, que a filha mais nova tem 11 anos, conseguiu um emprego como copeira terceirizado no Senado Federal a partir de indicação do NAFVD Santa Maria. De todas as entrevistadas, Maria é a única que nunca deixou de trabalhar para cuidar das filhas e é quem tem maior estabilidade e independência financeira em relação ao seu companheiro. Ela possui uma lanchonete no centro de Brasília.

O nível de instrução varia entre as entrevistadas: Monique cursou até a quinta série; Deise até a sexta; Estela, o ensino fundamental, Carla e Maria tem o ensino médio incompleto, Ana e Aninha o ensino médio completo, e Gabriela concluiu o curso Técnico em Enfermagem. Carla, depois do acompanhamento no NAFVD, voltou a estudar e estava fazendo supletivo na época da entrevista.

Segundo a Lélia Gonzalez, não é possível pensar na estrutura de classes no Brasil sem olhar para raça, porque

[...] o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Se interseccionamos raça e classe nas experiências das participantes da pesquisa, ao olhar para a dependência financeira, percebemos que todas as que se consideram desempregadas – não estar trabalhando de forma assalariada não tem relação com o desejo ou necessidade de cuidar dos filhos – são mulheres pardas. Gabriela, mesmo sendo a participante da pesquisa com maior nível educacional, ressalta as dificuldades em encontrar trabalho na área que realizou curso técnico. A experiência de Gabriela não é uma realidade isolada:

apesar de a bibliografia atual que discute os processos de mobilidade, estratificação social e realização socioeconômica apontar a educação como uma variável determinante no processo de ascensão social e obtenção de status ocupacional, esta mesma produção bibliográfica também constata que existe um forte diferencial no retorno do investimento em formação, evidenciando o caráter discriminatório do mercado. Ou seja, apesar de ter ocorrido diminuição das desigualdades de oportunidades no que concerne à instrução, (...) permanecem muito altas as diferenças dos retornos advindos da formação educacional, medidas pelo acesso ao emprego, trajetória ocupacional e pela renda. (RIOS; LIMA; FRANÇA, 2013, p. 57)

Lélia Gonzalez em 1982 já evidenciava que a divisão racial do trabalho no Brasil operava de maneira mais contundente do que a divisão sexual do trabalho, uma vez que em termos de distribuição de renda a diferença entre mulheres brancas e negras é muito maior do que a que separa homens e mulheres. Em 2018, segundo dados da Pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil<sup>122</sup>, as razões de rendimento

[...] entre categorias de cor ou raça e de sexo indicam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes (IBGE, 2019, p. 3)

<sup>122</sup> Publicação disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em janeiro de 2020.

Segundo esses dados, percebemos que, mais de trinta anos depois, a análise de Gonzalez ainda se mantém atual. E mesmo entra as mulheres negras com maior “capacitação, a seleção racial se mantém” (GONZALEZ, 1982, p. 97).

Em relação à idade das entrevistadas, a maioria delas (5) estavam na faixa etária de 40 a 50 anos. As demais tinham 39, 37 e 29 anos na data da entrevista.

Por fim, no tocante à religião, três se consideram praticantes e 2 não praticantes, todas de religiões cristãs. Estela frequenta a igreja evangélica neopentecostal, Aninha a igreja católica e Carla foi criada dentro da religião católica, mas hoje frequenta a evangélica. Entre as não praticantes, Ana se considera católica e Gabriela cresceu na igreja católica, mas hoje se considera evangélica. Deise apesar de relatar que vai à igreja, não especificou em entrevista qual religião segue; a entrevista de Maria não inclui referências à igreja ou a religiões e Monique afirmou não ter religião, nem frequentar nenhuma igreja. Dentre as entrevistadas, o relato mais permeado de valores religiosos explícitos é o de Aninha. Além disso, Carla e Aninha reivindicam a igreja como um importante espaço de lazer e socialização nas suas vidas.

Eu inseri esse aspecto no roteiro de história oral porque as igrejas assumem um papel fundamental na vida de muitas comunidades e valores religiosos permeiam a cultura de nosso país, assim como a construção de subjetividades de pessoas em situação de violência. Segundo a Pesquisa DataSenado *Violência doméstica e familiar contra a mulher*<sup>123</sup>, 19% das mulheres afirmou ter procurado a igreja. Nesse sentido, perpassa as experiências de enfrentamento à violência de muitas mulheres, como possíveis redes de apoio ou espaços de revitimização. Apesar de sua importância, esse é um aspecto que não dei conta de analisar em profundidade, devido às complexidades que agregam às demais discussões feitas nessa tese, como construções de gênero e família, assim como os valores morais que carregam.

#### 4.2 “VIVER O QUE A GENTE TÁ VIVENDO ALI DENTRO, NINGUÉM VIVE, SÓ A GENTE QUE SABE”: SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO

---

<sup>123</sup> O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência realiza pesquisa bianualmente, desde 2005, com o intuito de ouvir as brasileiras acerca da violência contra as mulheres no país. Em 2017, entre 29 de março e 11 de abril, foi realizada sua sétima edição. A pesquisa entrevistou 1.116 mulheres por meio de ligações para telefones fixos e móveis. Conforme o relatório, a amostra é representativa da população feminina do Brasil, com margem de erro de 3 pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Disponível em: <[https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado\\_RelatorioVDFCM2017\\_vfinal.pdf](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado_RelatorioVDFCM2017_vfinal.pdf)>

Cada mulher experiencia situações de violência de forma completamente única, que sequer é acessível em toda sua complexidade. Na construção do roteiro, eu evitei utilizar a palavra violência para não induzir respostas, uma vez que meu interesse era compreender que situações as participantes da pesquisa consideraram violentas a partir de seus próprios termos. Contudo, ao analisar as entrevistas me chamou atenção que essa palavra foi quase inexistente no diálogo. Mesmo ao descreverem os atos praticados pelos companheiros que as levaram a denunciar ou buscar ajuda, as participantes da pesquisa não a utilizam para nomeá-los.

Joan Scott, no texto *The Evidence of Experience* (1991), analisa a relação entre experiência e linguagem. Segundo a autora, construímos nossas experiências a partir de práticas discursivas, ou seja, não poderemos construí-las para além dos discursos que temos disponíveis. Se vivemos em um contexto que ao mesmo tempo valora negativamente a ideia de violência e naturaliza práticas que se baseiam nela, não nomearemos essas práticas de violência. Assim, ao mesmo tempo em que ela é costumeira, temos dificuldade de admitir que a praticamos e que já a sofremos. Nas entrevistas, o termo violência é utilizado sempre de forma genérica, nunca para nomear a situação sofrida. Para Garda Salas, quem recebe a violência fala do dano em seus corpos, em seus sentimentos, “porém não a conceituam como violência porque o dano é tão doloroso que não parece um conceito, mas sim uma experiência”<sup>124</sup> (GARDA SALAS, 2007, p. 108). Nesse sentido, parece ser mais fácil nomear violência o que se refere ao “outro”.

Nesse subcapítulo apresento as experiências relatada pelas mulheres, para então discutir seus acessos aos serviços disponíveis em cada cidade na próxima sessão. Iniciando pelas participantes da pesquisa que residem em Blumenau, Estela não chegou a narrar os fatos que a levaram buscar o acompanhamento no CREAS, mas descreveu o relacionamento como muito *conturbado*. Durante a entrevista elas deu algumas pistas do que isso significava: muitas brigas envolvendo contato físico, marido ficava *nervoso* facilmente e “*precisa jogar coisas*” e “*era muito ciumento, tinha muitas coisas que eu não podia fazer*”. O que, segundo ela, a “*deixou um pouco parada*” e a fez entrar “um pouco em depressão”. Já no fim da entrevista me revelou que antes de acessar o CREAS chegou a ir na delegacia:

**[...] e lá eles te falaram daqui ou não? Que tu poderia vir aqui?**

Eu não to lembrando porque aquele dia eu tava muito nervosa. Eu fui [silêncio]

**Não, tudo bem se tu não lembrar também.**

Eu não to lembrando, (...) eu acho que como pedi o divórcio eles me encaminharam pra outro lado.

**E lá como é que foi, assim, tu acha que tu foi bem atendida?**

Na delegacia? Eu fui bem atendida. Sim.

<sup>124</sup> Tradução livre de “pero no lo conceptualizan como violencia porque el daño es tan doloroso que no se ve como un concepto, más bien se mira se mira como una experiencia”.

**E tu falou com policiais, ou tu falou com a psicóloga?**

Não, só falei com policiais (Entrevista Estela)

Contudo, explicou em parte o processo e as dificuldades que teve para acessar o CREAS:

[...] eu procurei. Eu procurei porque uma moça ali no postinho me falou. Eu entrei pra conversar com a psicóloga do postinho e ela me falou que tinha um lugar. Mas fui eu que procurei e daí eles me encaminharam. (...) depois o assistente social, ele me ligou. E aí que eu vim parar no grupo. (Entrevista Estela)

Estela marca o esforço que teve que fazer para conseguir ter acesso ao grupo de mulheres. Uma vez vinculada ao CREAS I, ela participou do grupo pelos menos seis meses no ano de 2017 e voltou a participar em março de 2018. Foi a partir do grupo de mulheres que teve conhecimento da existência do grupo de homens. E, a partir disso, buscou convencer seu companheiro a participar:

[...] eu acho que ele ingressou depois de um ou dois meses, mais ou menos, que eu conversei bastante com ele pra ele vim.

**Foi tu, então, que convenceu ele a vir?**

Sim, mas ele não veio por força, ele veio por própria vontade.

**Sim, eu digo, foi tu que conversou?**

Sim, porque ele também precisa de ajuda né?

**E aí ano passado ele participou?**

Participou.

**Sabe quanto tempo?**

Mais ou menos 3 meses. Por causa do trabalho que ele não participou mais. Começou a sair fora da região e aí o horário era ruim. Porque ele ficava por Rio do Sul, Rio de Cedro [nomes de municípios da região], uma coisa longe, né. Não tinha como chegar aqui (Entrevista Estela).

Seu companheiro aceitou participar, contudo, por causa da distância entre o CREAS I e seu trabalho (esses municípios ficam entre 40 e 100 km de Blumenau), acabou participando somente três meses.

Deise aprofundou bastante sua história de vida e dividiu comigo a relação conflituosa que teve com o companheiro ao longo dos anos. Os primeiros conflitos ocorreram por suspeitas de traição e resultaram em duas separações em momentos distintos:

[...] olha, na verdade, desde o começo que eu conheci ele, a gente sempre teve assim, aquelas briguinhas de casal, e ..., uma vez ele me agrediu forte, que foi quando eu cobrei esse negócio dele com a minha irmã. Então ali ele disse que ele não fez nada, que ele não tinha feito nada, que não teve caso com ela e que ela tava mentindo. Então ali onde foi uma agressão mais forte, que ele puxou meu cabelo, me deixou roxa, que ele me empurrou contra a pia, então fico roxo na barriga, né? Soco, assim, ele nunca me deu, mais era tapa, assim, ou era puxão de cabelo. Então assim, a agressão mais forte foi (...) nessa desconfiança ali, mas em outras vezes foi só discussão mesmo (Entrevista Deise).

As situações de violência no início do relacionamento estavam relacionadas a momentos em que Deise cobrava explicações de André, que assumia uma posição reativa e não admitia ser cobrado. Em 2004, André descobriu que corria um processo contra ele, devido a falsos testemunhos feitos pela mãe e cunhada de Deise:

[...] antes de acontecer a tragédia [morte do irmão] foi feito vários boletins de ocorrência. Minha mãe e meu irmão tiveram brigas, minha cunhada teve brigas com o meu irmão (...). Só que no dia que foi feito o corpo delito, meu irmão encheu a cabeça da minha ex-cunhada e da minha mãe pra botar (...) como se fosse o André que fizesse isso. Os anos foram passando, e ele descobriu em 2004, que ele tava pagando por uma coisa que ele não devia (Entrevista Deise).

Depois da morte do irmão de Deise, os conflitos passaram a ser entre sua mãe e André. Ela culpava André pela morte do filho; já André não admitia os falsos testemunhos feito por ela e descontava sua raiva e frustração em Deise:

[...] ele acabava jogando na minha cara: “Ah, porque tua mãe é uma falsa, tua mãe é o judas, porque tua ex-cunhada foi uma vagabunda. Foi um falso testemunho, foi inventar isso de mim, o que eu fiz eu assumo”, ele dizia, “Mas o que eu não fiz, eu não vou assumir, eu não admito isso aí”. Então acabava sempre eu separando briga com ele e a minha mãe. (...) E aí, pra defender minha mãe, eu sempre acabava pulando na frente. E ele sempre dizia que eu era a cúmplice da minha mãe, que eu ia defender minha mãe, que minha mãe fez um falso testemunho e sempre acabava nós discutindo, e assim foi se desgastando o nosso relacionamento (Entrevista Deise).

Essas situações a colocaram no papel de mediadora da relação conflituosa que se criou entre sua mãe e seu companheiro. Posição bastante sensível que permeou a violência experienciada por Deise em 2016, quando ela buscou ajuda:

[...] eu conheci o grupo porque eu fui no CRAS, eu fiz boletim de ocorrência quando meu ... [hesita em falar] o pai dos meus filhos né, me ameaçou de morte, por causa de algumas desavenças dentro de casa, e coisrada assim. E logo, dois meses depois, o meu filho também me agrediu, esse, o do meio né. Então eu acabei fazendo boletim de ocorrência, eu tive marcas, fiz corpo de delito, e lá no CAPSi, a assistente social que me atendeu lá, ela disse assim: “Oh, Você vai lá no CRAS, leva teu boletim de ocorrência e diz pra ela que tu quer ajuda”. Aí foi o que eu fiz, eu fui no CRAS, levei o boletim de ocorrência (...) aí no dia elas não puderam me atender, então elas marcaram um horário pra vir lá em casa. Aí elas vieram me atender lá em casa, aí eu apresentei o boletim de ocorrência e eu expliquei a situação né, (...) que eu tava sendo agredida, e além do pai dos meus filhos, meu próprio filho me agredindo também né. Empurrões, mas só nos empurrões eu batia contra as cômodas do quarto e acabei ficando roxa, né. Então (...) elas me ajudaram, (...) fizeram a ficha, marcaram tudo que eu falei, e aí me encaminharam pro CREAS que é aqui, onde que eu to hoje (Entrevista Deise).

A situação relatada por Deise, que envolve agressões perpetradas por seu filho adolescente, levanta a necessidade de pensarmos as crianças e os reflexos de uma construção permeada por relações violentas no âmbito doméstico e familiar. A maior parte dos serviços da rede, apesar da Lei Maria da Penha prever o atendimento dos filhos em situação de violência doméstica e familiar, não inclui ou não tem estrutura e pessoal especializado para esse acompanhamento.

Deise conheceu o grupo de mulheres do CREAS I a partir do encaminhamento de outros serviços. Ela já fazia uso de políticas públicas municipais, como o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), para lidar com questões de saúde mental de seu filho mais novo, o que pode ter facilitado a obtenção de informações. No CREAS, Deise ficou sabendo do grupo de homens e conversou com André para que ele participasse:

[...] na boa, eu conversei com o pai do meu filho na época, e pedi pra ele que se ele não gostasse mais de mim, como a gente já tinha se separado de quarto, (...), mas pelo menos que fizesse por amor ao filho dele, pra vir no grupo fazer o tratamento psicológico.

**Tu ficou sabendo do grupo de homens quando tu veio pro grupo de mulheres?**

Sim, daí onde que a psicóloga que tava aqui, ela falou: “Ó, tem o grupo de homens”, aí eu disse pra ela: “Ó, eu não sei se ele vem, vamo ver”. Aí eu cheguei em casa e falei pra ele: “Ó tem um grupo de homens, ou tu se ajuda, porque eu to tentando te ajudar também. Ou tu se ajuda a ... pensar, não por mim, pelo amor ao teu filho, o mais pequenininho que vai precisar muito de ti”, eu disse. “Então tu começa a ir no grupo dos homens, psicoterapeuta né, pra participar, pra ti mudar teu jeito de ser, mudar o teu eu”, eu falei pra ele. Aí, nisso, na mesma semana também a psicóloga ligou, e ele começou a vir. Como ele tava desempregado, ele não tinha como não vir (Entrevista Deise).

Na mesma semana que Deise começou a participar, seu companheiro veio para o grupo de homens. Ele participou durante um pouco mais de um ano, entre 2016 e 2017. Quando Deise fez o boletim de ocorrência, ela se *separou de quarto*, mas continuou coabitando a mesma casa e dividindo a manutenção da casa e dos filhos.

**[...] vocês se separaram quando tu fez o boletim de ocorrência aquela vez?**

Sim, se separei de quarto e to até hoje. E falei que eu não queria mais ele, porque a gente acaba, como é que eu digo, criando um tipo de um nojo. A pessoa que te bate, te faz sofrer e (...) depois vai querer fazer sexo contigo, ou sei lá, fazer amor, eu não sei, eu não digo fazer amor. Amor eu acho que é uma palavra muito forte. Fazer amor pra mim é quando os dois se amam de verdade e eu acho que ali, eu acho que só eu amava ele, ele nunca me amou. Então assim, o fazer amor é uma palavra muito forte pra mim, tem que ter amor, tem que ter carinho, tem que ter o respeito. Eu acho que um homem nunca pode bater numa mulher se ele ama a mulher de verdade. Então ali eu comecei a me afastar, do quarto mesmo, porque eu fiquei enojada com isso. Eu pensava assim: “Poxa, a mesma pessoa que me bate, puxa meus cabelos, me deixa marcada, me empurra, é a mesma pessoa que quer ter relação sexual comigo depois, como se nada fosse acontecer”. Então eu me afastei e dei um tempo pra mim mesma, pra me valorizar mais. Pensei assim: “Eu não sou nenhum lixo, que tu usa e abusa, bate e pisa, simplesmente faz o que quiser, e depois ainda chuta de volta, como se

fosse um saco de pancada, ou como se fosse uma bola”. Então, eu mesma sai do quarto e fui dormir no outro quarto e assim as coisas foram melhorando mais, também (Entrevista Deise).

Apenas Deise falou sobre os reflexos da violência na sua sexualidade. bell hooks (2019) no texto *Violência em relacionamentos íntimos: uma perspectiva feminista* reflete sobre a escassez de materiais discutindo o processo de recuperação de mulheres que experienciaram situações de violência, principalmente sobre no âmbito de suas sexualidades. Segundo a autora, relacionamentos sexuais podem ser drasticamente alterados após uma agressão, uma vez que a sexualidade pode ser um campo que a pessoa agredida se sente vulnerável, o que pode levar ao medo. Isso

[...] conduz a uma tentativa de evitar o sexo ou a um retraimento sexual despercebido, do qual a pessoa participa, mas é passiva. As mulheres agredidas por seus amados com quem conversei descrevem o sexo como um suplício, o único espaço onde confrontam sua incapacidade de confiar num parceiro que quebrou a confiança (HOOKS, 2019, p. 190).

Na experiência de Deise, a violência sofrida a levou a sentir nojo e não querer mais ter relações sexuais com o companheiro. Conforme seu relato, esse foi o principal motivo de sua saída do quarto que dividia com ele. Marcar esse limite, para ela, foi um passo muito importante na busca de recuperar sua autoestima.

Passando para as participantes da pesquisa do Distrito Federal, Ana relatou um processo de esgotamento da relação que culminou nas violências físicas denunciadas. Ela relaciona o início dos problemas na relação com o aumento do uso de álcool pelo companheiro:

[...] quando eu tive meu primeiro filho tava tudo bem, tava uma vida até tranquila. Quando meu menino começou a andar, meu marido começou com companhias, beber. Como eu te falei, trabalhava de mecânico, aí era autônomo né. Quando ele queria ele ia, quando ele não queria, ele não ia. Aí foi o ponto onde ele começou a beber mesmo. E foi indo, fia. Foi indo, foi indo, bebendo. Eu segurando, muitas das vezes. Aí vem discussão, aí vinha briga. Aí vinha esse fato de que eu trabalhava e a menina cuidava dos meninos. Eu falava: “Poxa, eu já trabalho, a gente já racha tudo aqui dentro, e você ainda acha tempo pra beber, pra se divertir, que eu não to tendo, eu acho que você devia tá mais em casa, são três menino pequeno. Sobra pra sobrinha” – a gente considerava ela uma sobrinha – “sobra pra sobrinha da sua mãe cuidar”. Mas isso também, pra ele nada. E aí foi indo. E eu sempre levando e segurando daqui e dali. E eu falava: “E agora teve esses meninos é criar”. Tentava, arrumava consulta pra ele, pra ele fazer vasectomia, não fazia. Muito machista: “Ah, não vou fazer não, porque eu vou deixar de ser homem”. Aí eu: “Home, o que que isso?”. Até depois que eu tive a quinta, essa vizinha minha, muito amiga minha, perguntou: “Ana, vai entrar um diretor novo no hospital, você quer fazer? Você tem coragem?” Eu falei: “Tenho”. Aí eu liguei [referência à laqueadura]. E nisso ele continuava bebendo, brigando. Aí os meninos foram crescendo, aí sabe aquele negócio assim, até de filho te dizer: “Mãe, reage, já tem tanto tempo que você tá nessa com meu pai. Não dá mais certo.” Aí até que aconteceu uma ocasião que foi briga feia. Esse meu filho mais velho não tava.

Entrou os menores na briga, na discussão, houve tapa, houve chute, não vou negar, houve muitas ofensas de ambas as partes. Eu não vou dizer também que eu não falei. Falei. E até que chegou a ocorrer de alguém, não sei quem foi, também, que ligou e denunciou. Aí a polícia chegou, ele muito, muito bêbado, ele se trancou dentro de casa e não me deixou entrar com os meninos. Aí a polícia chegou, bateu, bateu, e ele muito bêbado mesmo. Acho que ele não tava nem ouvindo direito. Aí meu menino de 19 veio chegando. “Mãe, o que que é isso”. Aí eu expliquei pra ele. Aí ele pediu permissão pro policial pra abrir. Abriu. Pegaram ele, dali ele já saiu.

**Eles prenderam ele então?** Prenderam ele. Foram pra delegacia. Registrei o B.O. e tudo. Aí a mulher, a escrivã ou a delegada que atende? É Delegado né? Questionou tudo, eu falei tudo que já vinha acontecendo, eu já tava assim, como é que eu vou dizer, saturada daquilo ali. Eu acho que o que me fez mais a contar tudo ali, falar pra ele, foi aquela vida que eu vinha levando. Aí ele falou ainda assim: “A senhora que sabe, se a senhora quiser daqui ele já desce pra ir preso, ou não.” Aí na hora não me veio arrependimento, me veio assim: “Senhor, será que esse homem não ta precisando de um choque? Pra ver a vida como que é?”. Chamei meu menino mais velho, conversei, ele falou assim: “Mãe, não quero me intrometer, mas uma coisa eu falo pra senhora, meu pai ta precisando de alguma coisa, de algum alerta, um choque, que seja, que a senhora falou, e acordar pra vida e ver que não é isso. A vida não é assim do jeito que ele tá querendo, ele exige tanto da senhora e da gente.” Aí eu falei: “Tá bom”. Aí eu assinei. Ele ainda ficou lá aquela noite, no outro dia ele desceu pra especializada (Entrevista Ana).

Segundo o relato de Ana, essa situação foi a única em que houve agressão física. Em conflitos anteriores, as agressões foram sempre verbais. Na sua experiência, assim como de outras mulheres, a denúncia por terceiros funcionou como um incentivo para o posterior registro de ocorrência na Delegacia. Ela sente a necessidade de justificar, na entrevista, o porquê decidiu representar criminalmente contra o companheiro. Muitas mulheres se sentem culpadas ou se arrependem de denunciar, devido as relações de afeto que envolvem a violência doméstica e familiar. Familiares e amigos podem tanto funcionar como rede de apoio quanto dificultar essa decisão. No caso de Ana, os filhos mais velhos encorajaram sua decisão e sua família ofereceu amparo, independentemente de sua decisão.

Meus irmãos me apoiaram e me deixaram assim: “A vida é sua, quem mais sabe do que necessita fazer é você, e o apoio do que você decidir, nós tamo aqui pra te ajudar”. A minha mãe foi super sincera comigo: “O que for aqui, no financeiro, o que for para você e os meninos não se preocupe”. Porque ela pensava assim, se eu separa como é que eu vou cuidar dos meus meninos? Eu não trabalhava (Entrevista Ana).

Contudo, a família de seu companheiro exerceu o papel oposto. Segundo suas próprias palavras:

[...] aí minha filha, aí foi um tormento. Veio família, a mãe dele já de 80 anos, veio família e tudo sem acreditar. A mãe dele foi lá em casa, chorou nos meus pés: “O Ana, eu sei”. Ela sabia da minha vida que eu também nunca escondi pra ela. Pra ela que é mãe, eu nunca escondi, desde o início o que tava passando. Que a bebida do filho dela tava interferindo em tudo, dentro de casa, na minha vida. Até na minha vida sexual, que já não tava quase era tendo. Interferindo. Aí ela, “O Ana, mas deixa eu te falar uma coisa, de todo meu coração, eu sei, você é mãe, e eu te digo uma coisa, esse filho meu que tá preso, ele errou e tudo mais, vou te falar uma coisa, quando eu separei do

meu marido, ele foi meu pai, ele foi meu filho, ele foi meu companheiro, ele foi meu amigo, ele foi tudo pra mim. Não faça isso com ele não.” Aí eu falei: “Olha só Dona [retirei o nome] não tá mais nas minhas mãos, agora tá na mão de se pagar a fiança e ele sair”. Aí ela se juntou mais os outros dois filhos que ela tem, um casal, pagaram a fiança e ele ficou: sexta, sábado, domingo, segunda, acho que ele saiu foi na terça ou foi na quarta (Entrevista Ana).

Ana sofreu com a pressão da família de seu companheiro para “*não fazer isso com ele*”. Ainda é bastante naturalizada a culpabilização da mulher que denuncia pelo sofrimento decorrente da responsabilização penal daquele que comete a violência. A resposta dada por Ana para a mãe do seu companheiro expressa a importância de as mulheres serem bem informadas sobre seus direitos. Ela sabendo que o processo criminal não “*está em suas mãos*”<sup>125</sup> e como orientar sua sogra dos direitos de seu filho: “*agora tá na mão de se pagar a fiança e ele sair*”, resolveu um possível conflito e se protegeu de mais pressões e violências psicológicas. Ainda assim, ela considera o pós-denúncia “*um tormento*”, o que marca a necessidade da reflexão sobre esse momento: quando as mulheres saem da delegacia com um papel que altera completamente suas vidas e de seus familiares sem, necessariamente, estar devidamente informadas sobre as consequências, seus direitos e possibilidades, e sem, muitas vezes, ter a garantia de um acompanhamento psicológico.

O companheiro de Ana ficou preso em torno de cinco dias e depois foi pra casa da mãe, onde ficou morando por mais ou menos uns sete meses, o tempo que Ana estava com medida protetiva.

Aí me chamou, depois de uns 3 meses, ele me chamou lá mesmo na mãe dele pra conversar. Se arrependeu, sabe, chamou os meninos. Pediu perdão pra mim, pediu perdão pros meninos. Ele sabia, ele soube “Eu sei que vocês quiseram me acordar, me alertar desse problema do meu vício. Mas eu preciso de ajuda também”. Aí ele teve o acompanhamento aqui, eu também tive. Depois dos 7 meses, eu tirei a medida protetiva (Entrevista Ana).

Depois da denúncia, Ana recebeu uma intimação. O encaminhamento para o NFAVD Santa Maria se deu em audiência:

[...] eu recebi a intimação. Aí da intimação nós fomos chamadas com a Juíza. **Ah, na audiência?** Fomos, acho que nós tivemos duas. Aí na segunda audiência ela já encaminhou, a Juíza mesmo, um papel pra mim e pra ele vir direto aqui pra Promotoria, no mesmo dia a gente veio. Aí já começou o acolhimento dele em uma data e a minha em outra data (Entrevista Ana).

<sup>125</sup> Desde a decisão do ADI4424 do Supremo Tribunal Federal em 2012, a ação penal da lesão corporal leve passou a ser incondicionada. Isso significa que a ação penal não depende da representação da mulher ofendida. Contudo, dependendo da região do país, essa decisão não é aplicada e mulheres ainda são pressionadas a retirar a representação criminal.

Seu companheiro participou de um ciclo completo do grupo de homens que, em Santa Maria, corresponde a 9 encontros semanais (aproximadamente dois meses e uma semana). Ana, na data da entrevista, ainda participava dos grupos de mulheres quando o Núcleo conseguia formar: *“o meu acompanhamento no NAFVD já encerrou, mas eu é que continuo, e eu já to mais de dois anos com elas”*.

Ana foi a única das mulheres entrevistadas que, após a denúncia, foi o companheiro que saiu de casa. Ainda assim, teve que contar com o auxílio da família para se sustentar logo que fez a denúncia, pois, na época, ela não trabalhava e seu companheiro ficou sem trabalho por ter sido preso.

**E como é que foi essa questão na época, tu teve dificuldades financeiras?** (...) eu tive o auxílio da minha mãe, graças a Deus, em tudo. Pagou minha água, minha luz, fez despesa pra mim, meus irmãos me mandaram cesta, minha sogra me mandou. (...) quando ele voltou a trabalhar, aí não, aí já não tinha mais necessidade. Já tava bem, aí minha mãe chegou e falou: “E aí Luciano já tá dando conta?”. “Não mãe, (...) não precisa se preocupar mais não que agora é com ele, e também eu quero que seja com ele, porque ele não é o homem da casa? Então agora é ele. Quem só trabalha é ele, a renda é dele. Então deixa que agora é com ele.”

**Ainda antes de vocês voltarem a ficar juntos?**

Isso. Mesmo ele tando 7 meses lá, ele vinha e mandava dinheiro pros meus meninos direto: “Ó aqui pra tua mãe fazer despesa, ó aqui pra tua mãe pagar isso e aquilo”. Não deixou não, não deixou de me auxiliar não (Entrevista Ana).

Quando o companheiro de Ana conseguiu trabalho novamente, ele voltou a contribuir para o sustento dela e dos filhos. Dentre as entrevistadas que se separaram, ela foi a única que pode contar com seu companheiro no período de separação, sem ter que alterar completamente sua rotina para sustentar a si mesma e aos filhos.

Na entrevista de Gabriela, introduzi a temática do acesso aos NAFVD com a pergunta: *“Podia me contar um pouquinho como é que foi esse processo de tu vir aqui pro NAFVD e teu companheiro também?”*. Ela iniciou contextualizando que antes da violência que motivou a denúncia, ela tinha tentado se separar de seu companheiro:

[...] a gente brigava muito, e durante esse percurso que a gente tava brigando, eu descobri várias coisinhas, (...), traição, conversinha com outras pessoas. Eu acabei descobrindo e aquilo me deixou muito decepcionada. E aí eu resolvi separar, e aí eu falei “Óh, vamo separar”. Só que durante esse período de separação, ele não aceitou. Eu falei assim: “Ó, eu vou dar um tempo, eu vou viajar e você vai ficar só, você vai pensar no que você quer para sua vida”. Viajei para casa da minha mãe, minha mãe de São Paulo<sup>126</sup>. Fiquei 15 dias lá. (...) Durante esse período que eu fiquei na minha

<sup>126</sup> Quando Gabriela tinha por volta de 25 anos, ela resolveu procurar sua mãe biológica. Segundo ela, nessa época tinha o Valter, *“ele trabalhava no Gugu procurando pessoas desaparecidas. Ele tinha um site, não sei se esse site ainda existe que é GoodAngels, anjos bons (...) Eu entrei em contato com o Valter e ele ajudou a encontrar a minha mãe verdadeira. Ela mora até hoje em São Paulo e (...) eu comecei a ter contato com ela, conversar com ela. Às vezes vou lá, fico uns dias com ela. A gente acabou tendo um vínculo. (...) pra mim é muito bom saber que*

mãe, eu comecei a conversar com uma pessoa na internet, né. Conversar. E aí essa pessoa me mostrou que tava muito interessado em mim, e a gente (...) foi conversando e ficamos só conversando. Nunca conheci essa pessoa e aí quando eu voltei eu falei assim: “Olha, não dá mais, vai viver sua vida, já que você quer viver me traindo, então vai viver sua vida e eu vou viver a minha”. E a gente ficou dormindo em quartos separados, porque na casa onde a gente morava tinha 3 quartos. Então ele dormia no quarto grande, de casal, que era o nosso. E eu dormia no quartinho velho, que era nosso antigo quarto, na casa dos Fundos (Entrevista Gabriela).

Gabriela, nessa época, tinha largado seu emprego para cuidar das filhas pequenas, o que fez com que ela continuasse dividindo a mesma casa durante a separação. O seu companheiro, Danilo, não aceitou a sua decisão de se separar, e começou a tentar controlar suas ações:

[...] aí ele começou a querer mexer no meu celular e eu não deixava. E ele queria, porque queria, saber com quem que eu tava conversando, quem que era essa pessoa que eu tava conversando. E aí um dia ele tentou tomar o celular de mim e pediu a senha. E eu falava que não ia dar a senha (...) e ele falou que se eu não desse a senha do meu celular ele ia me machucar. E aí ele foi, jogou álcool na cama que eu tava deitada e ele ascendeu [pausa de emoção] e ele ascendeu o fogo [voz embargada] pra me queimar. E aí começou a queimar a cama [fala chorando], e aí eu acho que ele se arrependeu pelo fato dele ter tentado me queimar e ele mesmo apagou o fogo. E aí daquele dia eu vi que ele tinha mudado, que ele não era mais a mesma pessoa, que ele tava agressivo, ignorante. E aí eu falei: “Não, realmente não dá mais certo”. Aí, eu peguei e falei: “Eu vou embora dessa casa”. E ele: “Vai, vai mesmo”. Aí ele olhou meu celular, mexeu no meu celular, viu todas as conversas, e falou: “Ah, mas você tá me traindo mesmo”. Eu falei: “Não, porque eu não conheço essa pessoa, a gente conversa, mas eu não conheço”. E aí depois eu descobri, mexendo no computador, que essa pessoa não existia, essa pessoa era tipo um fake, que alguém tinha me mandado, eu não sei quem, até hoje eu não sei quem é. Inclusive, às vezes, até penso que era as mulher que ele ficava, pra poder atralhar nosso casamento, não sei (Entrevista Gabriela).

Se olharmos para as estatísticas locais, Gabriela experienciou uma situação de risco. Segundo relatório da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, em 2018, 82% dos casos de feminicídio foram motivados por ciúme e em 36% dos casos os autores do crime eram ex-companheiros (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2019). Além disso, pesquisas indicam que o inconformismo com a separação é uma das principais motivações do crime de feminicídio (FERNANDES, 2018; GONÇALVES, 2019). Gabriela, depois dessa situação foi para a casa de sua mãe, que teve um papel fundamental no seu processo de enfrentamento à violência, ao apoiá-la e encorajá-la a denunciar. Ela foi à Delegacia no dia seguinte:

[...] então eu cheguei, eu contei né, o que tinha acontecido. Aí eles falaram que iam fazer uma perícia. Eles foram, fizeram a perícia, aí olharam a porta e falaram: “Ah, e isso aqui foi ele? Eu disse “Não, essa porta sempre teve, né”. Porque eles acharam que tinha arrombado a porta e tudo. Aí eu falei: “Não”. Eu também não quis, assim, expor tanto a vida dele. Mas a polícia foi lá, fez a perícia, foi muito tranquilo. Eles me

---

*eu tenho duas mães, posso contar com duas mães. Só que a de São Paulo não tenho muito contato”* (Entrevista Gabriela)

acolheram bem. Na hora que eu cheguei, eles falaram: “Não, realmente, a gente está aqui para ajudar, você tem que ter coragem, você tem que contar realmente o que aconteceu”. Porque até então eu não queria contar tudo, né. Minha mãe falou: “Você vai contar, sim. Detalhe por detalhe. Porque se você não fizer isso, Deus o livre, um dia ele vai te matar.” Então eu fui lá, minha mãe que me deu coragem de contar, porque eu não queria ir. Eu não tava com coragem de ir, mas depois eu falei: “Eu vou”. Aí fui lá e contei. Depois eu me arrependi de ter falado, porque eu achava que eu estava prejudicando ele. Aí eu vim aqui no Fórum, perguntei se podia tirar, né, a medida protetiva. Porque eu achava que tava prejudicando ele. Aí a juíza falou que não podia, porque era um caso muito grave, né. Que ele tinha tentado me queimar.

Ela foi bem recebida pela equipe da Delegacia de Santa Maria. Assim como muitas mulheres, teve dificuldade para denunciar e ficou preocupada em não prejudicar seu companheiro. Mesmo com o apoio da mãe, chegou a se arrepender de ter denunciado.

[...] fiquei morando com minha mãe uns três, quatro meses. Aí a gente começou a (...), ele começou a ver as meninas, ia buscar as meninas, (...). Só que aí, durante esse tempo, eu falei assim: “Eu vou dar mais uma chance para ele, porque a gente tinha filhos, né”. (...) Era o meu sonho [voz embargada], eu tinha vontade de ter uma família e eu tava vendo minha família destruída [voz de choro, ela se emocionou bastante durante essa parte da entrevista]. Então eu resolvi dar uma chance para ele [voz embargada, dificuldade em falar] mesmo sabendo que não era aquilo que eu queria [pausa para choro] (Entrevista Gabriela).

Gabriela se emocionou muito durante a entrevista. Ela relaciona o fato de ter sido adotada com seu sonho de ter uma família: *“pelo fato de eu não ter tido pai, nem mãe, de ser filha adotiva, então eu tinha vontade de ter uma família, de casar, de ter filhos”*. Então, para ela, a situação de violência e a separação assumiram um outro peso, o do fracasso na realização de seus sonhos.

Ainda antes de se reconciliar com o companheiro, ambos começaram a participar do NFAVD Santa Maria: *“eles entraram em contato, pediram para a gente fazer encontro com psicólogo”*. Depois do acolhimento individual, ambos foram encaminhados para grupos.

Maria, quando questionada como chegou a participar dos NFAVD respondeu:

[...] porque eu denunciei ele. É que uma vez, quando o padrasto dele faleceu, eu fui pegar ele no aeroporto e eu acho que eu atrasei, não sei nem se foi 10 minutos, acho que nem chegou a isso. Quando eu cheguei – igual eu falei, ele é muito estourado – ele já tinha me ligado várias vezes. Quando chegou no balão do aeroporto, ele começou a ligar. Só que eu não atendi né, to dirigindo, não atendi. Quando eu cheguei, ele já tava com a cara desse tamanho [mostra com as mãos], aí já entreguei logo o carro, né. Pensei: “Vou entregar logo”, dei logo pra ele. E ele foi brigando, foi xingando. Aí eu falei pra ele que toda vez que ele ia lá na família dele, ele voltava muito nervoso, revoltado. Porque a família dele era muito nervosa, muito agitada, cheia de problema, né. E ele voltava de lá toda vez ... aí eu fui falar com ele que ele tinha voltado nervoso, alterado. Aí ele foi e me deu uma cotovelada no braço, assim [ela mostrou a região do braço], aí eu fui e denunciei ele.

**E antes vocês já tinham tido outras brigas assim ou não?**

Não, desse tipo não. Mas aí eu falei: “Não”. Porque eu sempre falava pra ele, né, sempre que ... ele sempre vinha me ameaçando: “Eu vou dá na tua cara, eu vo bate na tua cara”. Eu falei: “Eu vou te denunciar”. E ele não acreditava. Aí quando ele fez

isso, eu fui e denunciei ele. Aí eles foram e chamaram a gente para fazer o acompanhamento. Aí nós fizemos, ele fez também (Entrevista Maria).

Entre as mulheres entrevistadas, Maria foi a que se mostrou mais segura da sua decisão de denunciar. Por mais que as situações de ameaça que ela narra estejam tipificadas na Lei e já pudessem ser motivo de denúncia, ela não mediu esforços, nem hesitou em denunciar seu companheiro quando a violência se tornou física. Segundo Maria, seu companheiro não acreditava que ela teria coragem de denunciá-lo:

[...] eu sempre falei pra ele que eu denunciava, né. Só que ele não acreditava. Até no dia que ele fez isso, aí eu falei: “Você para, que eu vou pular desse carro agora”. Eu tava com tanta raiva, depois do que ele fez isso aqui, ficou roxo né (...) Eu falei: “Vou te denunciar agora”. Aí ele, eu desci no Lago Sul. Eu tava com tanta raiva, chorava tanto. Daí peguei um ônibus e ia direto pra Delegacia, né. Só que eu tava sem documento, (...) porque na hora que eu desci, minha bolsa ficou dentro do carro. Aí eu passei lá em casa, pegar um documento. E eu nem de carro eu fui, não. Aí eu cheguei, ele tava lá sentado: “Já denunciou?” Eu nem falei nada. Fui, peguei meu documento e saí. Aí ele, não sei se ele pensou que eu ia no carro dele, não sei o que, ele falou: “Teu celular tá aqui”. Aí eu fui, peguei meu celular e desci. Nisso ele pegou o carro, ele desceu atrás. Aí eu tava atravessando a pista lá embaixo, aí ele: “Você quer carona?” Pensando que eu não ia denunciar, eu fui, denunciei. Ele não acreditava, mas eu denunciei. E se for preciso, eu faço tudo de novo, né. Porque não dá, né. Imagina, uma pessoa que cresceu sem pai, sem mãe [voz embargada], eu sou uma pessoa batalhadeira, esforçada. Eu, se tiver que trabalhar, me virar só, eu vou. Eu não dependo de homem não, pra mim viver? Não dependo (...) e ele sabe disso. O tempo que eu fiquei na loja sozinha, me virei. Eu não precisei dele, então eu compro, eu vou no atacadão, vou no mercado, (...) pago o povo, não espero nada. Porque tipo, eu vi o sofrimento da minha mãe, dependendo do marido. Eu falei: “Eu não quero ser essa pessoa, eu quero andar com as minhas próprias pernas”. Porque não é fácil. E ela pela segunda vez, né. Meu pai separou dela, ela ficou sem nada, depois o esposo dela faleceu, o mesmo sofrimento. Eu falei: “Quero tá à frente de tudo”. E to (Entrevista Maria).

Na sua fala, Maria marca a sua independência financeira como algo que a possibilita enfrentar as violências que sofreu e pode vir a sofrer. Ela se ampara em sua história, nos sofrimentos que passou e viu a mãe passar, para não se permitir permanecer em situação de violência doméstica e familiar. Maria foi na delegacia de São Sebastião, região administrativa onde mora, e foi encaminhada para a delegacia de Paranoá, onde havia delegado de plantão. Essas duas delegacias ficam a uma distância de aproximadamente 24Km. Os policiais que atenderam Maria a levaram em uma de suas viaturas para fazer o boletim de ocorrência na Delegacia de Paranoá. Após a denúncia, Maria se separou e saiu de casa com suas filhas. Segundo ela, esse processo foi *“Sofrido. Bem sofrido. Tanto pra mim como pra ele, né.”*. Ela ficou mais ou menos 8 meses fora de casa, durante os quais eles foram conversando.

**Aí depois que terminou o grupo que vocês voltaram?**

Não. A gente ... é porque ele assim, tava com muito medo de perder o emprego. Aí ele foi conversando e tal. Aí eu, tipo me acalmando. “Olha você vê direitinho o que

que você vai falar, não sei o que, fala que a gente voltou”. Aí a gente foi conversando, foi se entendendo e voltamos. Quando a gente veio aqui a gente já tava quase ...

**Ah, quando vocês vieram participar vocês já tavam juntos de novo?**

Sim. Aí foi que eles mandaram a gente vir fazer esse acompanhamento aqui.

**Então demorou quase um ano, assim, pra vocês chegarem a vir participar aqui?**

Foi, deixa eu ver aqui. Foi em maio. É, foi em maio do ano passado, e a gente veio fazer esse ano (Entrevista Maria).

Quando Maria e seu companheiro Cássio foram encaminhados para o Nafavd Plano Piloto, eles já estavam novamente juntos. Cássio participou do grupo, em torno de 10 meses depois da denúncia.

Carla foi à Delegacia de Samambaia na companhia do dono da casa que ela e seu companheiro alugavam. Assim como Maria, foi encaminhada para outra Delegacia, no seu caso, a de Taguatinga, que fica em torno de 12 km de distância de Samambaia. Os policiais também a levaram, contudo sofreu resistência por parte deles e teve que insistir para conseguir registrar a denúncia nesse mesmo dia:

[...] quando a gente chegou, eles não queriam, eles meio que não queria fazer. Acho que tava com problema na delegacia, aí mandou pra outra delegacia. Tanto que eu tive que insistir pra fazer, porque senão ia para outro dia. Aquele negócio: “Você quer fazer mesmo?” ... aí falou que se eu tivesse agredido ele, eu também ia presa, né. Falou aquilo tudo, mas é ... basicamente, eu não revido não, porque acho que é pior (Entrevista Carla).

Carla falou que antes de eles terem filhos ela se defendia quando eles brigavam, mas que agora não dá pra ficar brigando na frente das crianças. Ela não entrou em detalhes de como ocorreu a violência que a motivou a ir à delegacia, contudo disse que havia sido muito forte e que por isso ela decidiu denunciar. Ela falou que todas as vezes que aconteceram as agressões ele estava bêbado. E que na última delas, o seu filho tinha visto. Perguntei como eles tinham lidado com isso e ela disse que eles conversavam com as crianças.

Após a denúncia, Carla foi morar com a mãe. Ela teve que parar de estudar, na época estava fazendo supletivo e voltar a trabalhar:

[...] voltei a trabalhar, que eu tinha que ajudar em casa, né. Aí eu tive que pagar alguém pra ficar com os meninos. Meio período. (...) mas foi a pior fase da minha vida, acho que foi por isso mais que eu voltei pro Carlos, foi nem questão de gostar ou não. Mas foi mais pelas crianças também, porque lá, nossa! Tava um inferno.

**E ele chegou a pagar pensão pras crianças quando vocês tavam separados?**

Ele pagava em valor, só que ele é muito, ele é muito menino, então ele era muito influenciado pela família e a família dele não gosta de mim. Então acabava que eles não deixava ele ter mais contato com as crianças, entendeu? E questão do valor, era muito, muito baixo. Porque o Carlos, ele (...) sabe fazer compras de mercado, ele me ajuda em casa, ele ajuda as crianças, então ele sabia que o valor que ele tava dando pras crianças era muito inferior do que aquilo que a gente gastava com eles, entendeu? E os meninos, ele sempre deu de tudo, nunca faltou nada, então ele sabia. Então por influência do irmão, que tem três filhos, um com cada mulher, e não tá nem aí para os

meninos, ele (...) segurava mais o Carlos. E o Carlos, como ele tem essa cabeça fraca, ele acabava que cedia (Entrevista Carla).

Carla passou por bastantes dificuldades durante os 6 meses que ficou separada de seu companheiro. Segundo ela, foi muito difícil a convivência, principalmente por causa do uso abusivo de álcool de sua mãe e do sofrimento que viu seus filhos passarem, ao retirá-los de casa. Ela falou que se não tivesse filhos talvez ainda estivesse separada, contudo ela tem que pensar na família, não somente nela agora.

Dentre as mulheres entrevistadas que participaram também do atendimento nos NAFVD, Carla foi a única que conheceu o serviço a partir da participação de seu companheiro.

[...] eu conheci o Programa através do Carlos né, (...) O juiz chamou todos nós né, pra fazer tipo uma ... esqueci o nome agora

**Uma audiência?**

Tipo uma espécie de audiência, ele propôs né, que ele pagasse em horas, pro governo, assinasse e frequentasse o grupo durante, acho, que uns seis meses. Aí eu sempre pergunto para ele, perguntava como é que era, né, o que que ele tinha conversado, aí ele falou que tava conversando com uma psicóloga. Aí eu falei para ele que queria. Que eu sempre falava para ele que ele precisava conversar com uma psicóloga. E eu sempre tive essa necessidade também. Aí eu pedi, perguntei para ele se eu podia. Aí ele, acho que na próxima que ele teve, ele perguntou se podia e já me encaixaram (Entrevista Carla).

Carla não foi convidada ou informada da possibilidade de participação nos NAFVD em audiência. Ela só conseguiu participar porque questionou seu companheiro e pediu para que ele se informasse sobre a possibilidade de sua participação.

Entre as entrevistadas do Distrito Federal, Monique foi a única que não chegou a fazer boletim de ocorrência contra seu companheiro. Ela não deixa explícito se foram vizinhos que denunciaram, se foi sua filha que ligou para a polícia, ou se a notificação foi feita pelo hospital que a atendeu.

[...] a gente tava de boa, de repente, menina. Fui para casa pegar a bolsa, uma roupa pro meu menino, que ele ia pra casa da minha irmã. Eu fui lá em casa e ele foi comigo, e tava meio bêbado (...). Eu também, eu tinha bebido uma cerveja (...) eu tava arrumando a roupa lá e de repente ele vem com a faca, aí eu fui só tirar assim a faca dele, aí rasgou assim. Eu mesmo, acho que foi com a minha mão mesmo, ele só faltou a mão assim [ela mostra com as mãos na altura da barriga]. É só por isso que eu falo que ele não tem culpa, culpada foi eu que enfiei. Aí quando ele saiu lá de casa, me deixou assim, ele só falou assim pra mim: “Eu te amo demais, me perdoa”. E saiu e fugiu com medo. (...) quando minha filha ia chegando, eu tava saindo do portão toda sangrada. Aí pra minha filha de 15 anos, eu falei: “Me ajuda”. Eu tinha perdido muito sangue, aí ela pegou e chamou a ambulância, aí me levaram pro hospital. Aí eu passei a noite lá, (...) 8 horas da manhã me deram alta. Aí fiquei dois dias lá na casa do meu pai, fiquei lá, aí depois eu quis ir pra casa. Entendeu? Vou ficar em casa e fiquei lá, quatro meses sozinha, eu e meus filhos, sozinha não, eu meus filhos (Entrevista Monique).

Ela foi internada no hospital, contudo teve sorte de os ferimentos serem superficiais, e não atingirem nenhum órgão interno. Seu companheiro foi encontrado pela polícia e preso em flagrante: “o PM mesmo que pegou ele (...) falou que ele tava bebão, doidão. Aí ele falando: “Não, me prende, que eu furei minha mulher”. Ele meio que se entrego, aí levaram ele” (Entrevista Monique). Ele ficou 4 meses preso provisoriamente e foi indiciado por tentativa de homicídio. Monique não chegou a separar e foi a todas as visitas no presídio. Ela não chegou a ser encaminhada ao NAFVD, e sim ao CDS, onde teve o acompanhamento de uma psicóloga da família.

**Tu não quis participar aqui [NAFVD]?**

Não, é porque eu já tava lá. No dia daqui, era lá. Aí lá foi o Juiz que mandou. As coisas assim que o Juiz mandou eu fazer, eu fiz tudinho.

**E tu gostava de participar lá?**

Gostava, agora lá eu acho, acho que não tem mais não, mais nunca chamaram.

**Era grupo ou era só tu e a psicóloga?**

Era eu e a Psicóloga, aí tinha, às vezes, o grupo todo, aí depois chamavam um por um iam lá pra salinha, conversavam. Era bom.

**Tu participou quanto tempo lá?**

Fiquei 8 mês. 8 mês lá (Entrevista Monique).

Aqui cabe salientar que as mulheres em situação de violência, estando no papel de vítimas no processo, não são obrigadas a participar de nenhum serviço. Ou seja, o Juiz não tinha autoridade para *mandar* Monique participar. Contudo, nesses espaços de poder, pessoas vulnerabilizadas socialmente não são devidamente informadas de seus direitos e acabam perdendo sua autonomia no processo. Segundo Paola Stuker (2019), mulheres que

[...] se encontram em situação de pobreza possuem mais limitações materiais e subjetivas no acesso aos seus direitos que as demais. Em termos materiais, essas mulheres possuem dificuldades que vão desde a locomoção a uma delegacia, passando pelo acesso a orientações jurídicas, até a impossibilidade de sustentarem a si e aos dependentes sem o acusado. Em termos substantivos, a insuficiência socioeconômica opera restrições nas capacidades de ação, tanto nas relações conjugais, quanto nas institucionais, limitando estratégias informais e conhecimentos legais (p. 259).

Monique que já sofria com dificuldades financeiras teve que contar com ajuda de conhecidos e familiares durante o tempo que seu companheiro esteve preso. Conseguiu, junto ao CDS, um auxílio aluguel por seis meses. Para mulheres não-brancas de classe baixa, o impacto da falta de moradia e do desemprego podem assumir a primazia em suas experiências em determinados contextos (COLLINS, 2015). Isso ficou aparente na entrevista de Monique quando eu questioneei: “E o que que tu gostaria que fosse diferente no teu relacionamento?” A pergunta, que dizia respeito a como ela e seu companheiro se relacionavam e o que ela gostaria que fosse diferente nesse relacionamento, foi respondida: “Eu queria, a primeira coisa, é ter

*uma casa pra morar, sem ser aluguel. Pra viver junto, bem. Ai, eu queria tanta coisa na minha vida. O que eu quero assim, ter uma casa, queria não precisar de ninguém sabe?'*. Relatos como esse mostram a importância da interseccionalidade para compreender as experiências de enfrentamento à violência e pensar na estruturação de políticas públicas que deem conta dessas complexidades, como, por exemplo: “prioridade em políticas de habitação social e direito à moradia, qualificação e encaminhamento para o mercado de trabalho. São possibilidades que, além de atuarem no plano material, podem facilitar e potencializar estratégias para mulheres na busca por seus direitos” (STUKER, 2019, p. 259-260).

No dia da entrevista, havia passado uma semana do julgamento de seu companheiro no Tribunal do Júri. Esse processo causou muito sofrimento à Monique, que foi intimada a depor na audiência e temia que ele fosse condenado:

[...] ah! eu fiquei tão nervosa! No meio de tanta gente, eu gaguejei tanto. Eu fiquei tão nervosa, nervosa mesmo e as meninas, a psicóloga falou: “Não, calma”. Aí eu sai um pouquinho pra tomar água. Mas mesma coisa, minha perna tremia mais que tudo, que tinha um bocado de mulher lá sentada, assim, pra ver se ele ia preso ou não, né? Eu fiquei mais nervosa por causa disso. Mas, graças a Deus que não foi. Deu tudo certo. (...) me perguntaram duas vezes, a mesma coisa. Aí eu respondia. Aí eu falei assim: “Olha, eu pedi a Deus pra mim esquecer de tudo o que aconteceu, que ali foi um acidente”. Eu falei só isso. Não tenho pra falar mais nada. Aí o Juiz pegou e me dispensou (Entrevista Monique).

Seu companheiro foi condenado, mas teve aplicada pena restritiva de direitos, que incluía o seu encaminhamento para participar de mais um ciclo no NFAVD Brazlândia.

Aninha, assim como Gabriela, havia tentado se separar do companheiro antes da situação que gerou a denúncia. Após ouvir conversas sobre uma possível traição de seu companheiro, Aninha começou a sair com amigas, buscar algum tipo de lazer pra além de seu trabalho e do cuidado com a família. Mesmo fazendo o mesmo, seu companheiro ficou com ciúme e começaram as brigas dentro de casa. Ou seja, os conflitos no relacionamento de Aninha se intensificaram quando ela passou a fazer uso de sua liberdade e exigir os mesmos *direitos*:

[...] então, a gente morava no Novo Gama, aí (...) eu não era muito assim de sair, né. Eu só vivia de casa pro trabalho, aí eu já não ia mais para igreja. Aí um dia as minhas colegas me chamaram para sair, eu comecei a sair. A minha folga era na quinta, ele trabalhava na quinta, aí eu ia com as meninas, eu saia mesmo. Ele não saia com os amigos dele? Então eu também tinha o direito né? Aí eu comecei a sair com as meninas, assim, pra festinha de família, barzinho de família, não sou muito de tá assim não, mas fui. Aí ele pegou e descobriu, aí foi onde ele começou a me xingar, começou a falar que eu tava traindo ele, que não sei o que, que isso e que aquilo. E começou mais por um fato de umas conversas que rolou que ele tava tendo um caso com uma comadre minha, entendeu? Aí eu fiquei muito chateada, muito triste. Aí falei: “Ah, já que ele tá fazendo. Eu tô saindo, tô trabalhando para ajudar ele, vai fazer uma merda dessa. Eu também, também vou ter que sair um pouco, espairecer minha cabeça”, aí eu comecei a ir. Aí por o fato dele estar fazendo isso, ele achava que eu também tava.

Tanto que eu cheguei no pároco lá da minha igreja e comecei a falar pra ele. Ele falou: “Filha se ele tá assim com você, é porque ele ta fazendo”. Igual ele falou, eu penso assim, né (Entrevista Aninha).

Em pesquisa realizada em 2010, “um quinto das mulheres agredidas (19%) disse que a razão maior do conflito se relacionava à afirmação de sua autonomia – casos em que ela queria fazer algo que o homem não queria que ela fizesse” (VENTURI, 2014, p. 169). Segundo Kimmel (2008), os homens não costumam cometer atos de violência quando se sentem poderosos, e sim quando se sentem impotentes. A violência, nesses casos, estaria relacionada com uma tentativa de recuperar o poder perdido.

Ainda em relação à essa discussão, é possível perceber diferenças de gênero na forma como as entrevistadas e seus companheiros lidam com a infidelidade e a suspeita. Para Aninha e Gabriela, a traição gerou o sentimento de tristeza e decepção – “*eu fiquei muito chateada, muito triste*” (Entrevista Aninha) e motivação para se separar. Já para seus companheiros, a simples suspeita foi motivo de ciúmes, manifestação de posse – ao não aceitar a separação – e violência. Segundo Silva, Coelho e Njaine (2014, p. 1258), “ciúme e sentimento de traição se tornam fortes elementos desencadeadores da agressão contra a companheira, e movem o medo que o homem sente de perder o controle sobre a parceira”. O controle, nesses casos, parece ser visto pelos homens como um direito, o que pode ser relacionado a construções que vinculam masculinidades e poder (KIMMEL, 2008; CHAGOYA, 2014), herança cultural de nossa colonização europeia e das compreensões socioculturais ocidentalizadas de gênero. Contudo, essas construções não são homogêneas e são permeadas por experiências de classe, raça, geração, região, entre outros.

Não tolerando as brigas e as suspeitas de seu companheiro, Aninha se mudou para Brazlândia:

[...] ele tava dizendo que era eu que tava fazendo, e tal, aí eu falei: “Tá bom, então, beleza”. Deus sabe de tudo né. Aí peguei, vim embora pra cá [Brazlândia], eu ia vim só. Aí ele não quis ficar lá, ele: “Não, eu vou também, eu vou”. Aí acabou que ele veio: “Eu vou mudar, eu vou mudar”. Chegou aqui, ele não mudou, disse que ia parar de beber e não parou, né. Continua e continua as brigas dentro de casa. Aí foi aonde ele começou a me xingar, foi aonde eu chamei a polícia a primeira vez para ele (Entrevista Aninha).

Ele não aceitou a separação e foi atrás dela, prometendo que ia mudar. Conforme seu relato, ele não mudou e as brigas começaram a piorar. Aninha foi a única participante da pesquisa que já tinha chamado a polícia antes da violência se tornar física. Nessa ocasião, ele

voltou para a casa da família no Novo Gama, onde estava morando sua filha mais velha, contudo também não se entendeu com a filha e insistiu para voltar com Aninha:

[...] ele voltou para lá pro Novo Gama, que a minha filha tinha ficado lá, né. Ela não quis vim. Aí ele voltou para lá, ficou lá com a minha filha. Aí não dava certo de ele ficar lá, ele voltou de novo para cá. Tanto que eu nem queria mais, já tava realmente disposta, nessa época eu não queria mais. Eu tava na minha mãe, meu irmão, todos me apoiando. Aí eu falei que eu não queria mais, não queria. Ele ficou insistindo, insistindo que realmente ele ia mudar. Aí dei outra chance para ele. Aí foi onde ele aprontou de novo. Aí foi quando ele agrediu a mim e à minha irmã. Porque a gente tava discutindo, a minha irmã achou ruim, minha mãe tava em casa também. Aí foi aonde chegou onde chegou, né (Entrevista Aninha)

Aninha não sabe ao certo quem chamou a polícia, se foi seu filho ou seu irmão. Quando a polícia chegou, todos foram “*no camburão mesmo da polícia*”, para a delegacia de Ceilândia.:

[...] fui eu e a minha irmã. Porque ele chegou a bater em mim e na minha irmã, né. Não assim pra machucar, mas é um tapa hoje, amanhã ... É igual o promotor falou: “É um tapa hoje, amanhã é uma facada ou um tiro”. Então a gente foi, só que aí ele ficou com muito medo. Dessa vez ele ficou com muito medo. Porque ele achava assim, igual uma amiga minha falava, ele acha assim que você não tem coragem de tomar atitude Aninha, porque ele acha que você é bobinha, você é besta. Ele faz, ele pede desculpa, você desculpa; ele pede perdão, você perdoa. Então ele acha que você nunca vai ter coragem de tomar uma atitude, ou de ir embora ou de denunciar ele. Então ele acreditava nisso. Aí, ele acreditou demais, né? Chega uma hora que a paciência da gente também passa (Entrevista Aninha).

Depois de fazer a denúncia, Aninha e a irmã foram embora para casa de seu irmão, onde ela ficou uns dois dias. Seu companheiro passou a noite na delegacia e saiu direto para o trabalho no dia seguinte. Quando Rodrigo voltou do trabalho, o irmão e a mãe de Ana chamaram ele para uma reunião: “*ele falou que ia melhorar. Até que então desse dia pra cá ele deu uma melhorada, né. Meu irmão conversou com ele, minha cunhada chamou atenção dele, conversou muito com ele, a minha mãe também*”. Nessa ocasião Aninha não chegou a se separar. Um dos motivos que a levou a continuar no relacionamento foi a dificuldade que envolveria sair de casa com seu filho pequeno, uma vez que sua mãe, quem poderia lhe abrigar, mora na zona rural. Segundo ela,

[...] de um certo tempo para cá, por a minha família eu não tava com ele. Eu estaria separada. Só que é igual eu falo pra minha mãe: “Mãe eu não vou tirar o conforto do meu filho, não vou sair de dentro da minha casa, ir pra casa da senhora, pra botar o meu filho para dormir no chão (...). Eu não posso, também, pensar só em mim, eu tenho que pensar no meu filho que é pequeno, estuda perto de casa. Lá onde a minha mãe mora é roça, vai pegar ônibus, tem poeira, ele não é acostumado. Então eu não vou fazer ele, que tem 8 anos, sofrer por minha causa (...). Porque, igual falo pra você: é muito fácil, a gente chegar enfiar o dedo na cara do outro, julgar, mas viver o que a gente tá vivendo ali dentro, o que a gente passa, ninguém vive, né, ninguém passa, só a gente que sabe. Então chegar e julgar é fácil, né. (...) Eu não vou tirar o conforto do

meu filho, porque apesar de tudo, ele dá conforto pro meu filho, que é pequenininho, né. Eu não vou tirar esse conforto dele pra pensar só em mim também. Aí eu vou levar ele para uma roça onde ele não é acostumado, né. Aí ele vai adoecer, vai sofrer e aí depois, que ele tem crise de asma muito forte, dá uma crise de asma numa roça daquela eu vou fazer o que, né. Então, nesse ponto, aí depois que conversando com eles até que me entenderam. Só que igual eu falei pra eles, acho que nada pra Deus é impossível e ninguém nessa terra é mais do que Deus. Eu penso assim, uma hora tudo que tem começo tem um fim. E na hora que Deus quiser agir, ele vai agir. Se for para ser, Deus vai deixar e, se não, Deus mesmo vai tirar. Eu penso dessa forma (Entrevista Aninha).

Aninha teve uma experiência internamente conflituosa. Quando ela estava decidida a se separar e se mudou para Brazlândia para ficar mais perto da família, a insistência do companheiro a fez repensar e desistir. Depois disso, mesmo ocorrendo mais um episódio de violência, ela passou a priorizar o filho pequeno. É nesse contexto que as condições de moradia e independência financeira fazem muita diferença na vida das mulheres em situação de violência e atingem de forma desigual as mulheres não-brancas pois a falta de acesso à

[...] habitação e ao emprego – ou seja, a discriminação como fenômeno – estão ligados às suas identidades raciais e de gênero. Tanto a raça como o gênero são dois dos organizadores básicos da distribuição dos recursos sociais, que geram diferenças de classe observáveis (CRENSHAW, 1991, p. 92).

Essas diferenças de classe atingem mulheres e pessoas não-brancas de geração em geração, afetando inclusive o apoio que mulheres não-brancas em situação de violência possam receber de seus familiares e amigos, situação experienciada por Aninha e Monique.

Mais ou menos um mês depois da denúncia seu companheiro foi encaminhado em audiência para a participação no NAFVD. Também foi oferecida a possibilidade de participação à Aninha, contudo na data da entrevista ela ainda estava na fila de espera. Isso ocorreu por causa da dinâmica de encaminhamentos do NAFVD Brazlândia, que recebe muito mais mulheres do que homens para serem atendidos.

Dentre as participantes da pesquisa, Estela, Monique e Aninha não chegaram a se separar e Ana, Gabriela, Maria e Carla o fizeram temporariamente. Entre as últimas, somente o companheiro de Ana saiu de casa e foi para a casa da mãe. Gabriela e Carla foram para a casa da mãe e Maria alugou um outro lugar para morar. Todas elas tiveram seu padrão de vida diminuído.

Apenas Deise continuava separada na data da entrevista. Deise saiu do quarto de casal e passou a dormir em um beliche no quarto do filho. No seu caso, tanto a casa quanto o terreno foram construídos com seu dinheiro, na época que ela separou a primeira vez de André, mesmo assim André continuava morando no local e quem saiu do quarto do casal foi ela.

A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas que incluem o “afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida”. Mesmo sendo uma medida bastante conhecida, ela não é tão solicitada nem aplicada pelo Judiciário. Sua aplicação “se dá de forma sopesada não apenas pela proteção devida à vítima, mas pela proteção dos direitos do agressor, que não poderia ser afastado de sua casa mesmo em uma convivência permeada por abusos e agressões” (PAZINATO, 2019, p. 195). Assim, a mulher arca com o peso de sua própria proteção e, muitas vezes, precisa sair de casa com os filhos para que cesse a violência.

No caso de Carla, a separação se tornou muito difícil porque, além de passar a morar com a sua mãe – e lidar com seu alcoolismo –, seu companheiro passou a contribuir menos para o sustento dos filhos do que quando estavam juntos. Ela, assim, teve que voltar a trabalhar e arcar praticamente sozinha com o cuidado e sustento dos três filhos. Essa é uma realidade muito complexa em situações de violência que envolvem filhos pequenos.

Muito homens se utilizam da dependência financeira como estratégia para a manutenção da família. Nesses casos, eles não pagam, ou pagam valores irrisórios de pensão – que sabem ser inferior à necessidade dos filhos – como forma de fazer pressão para a mulher voltar; ou simplesmente por achar que não tem mais responsabilidade pelo sustento deles, uma vez que a companheira “escolheu deixá-lo”. Na experiência de Carla, Gabriela e Aninha, os filhos aparecem como o principal motivo para continuar com o companheiro. Todas têm filhos menores de 8 anos e eram dependentes financeiramente no momento da denúncia.

Contextualizadas as experiências que levaram as participantes da pesquisa a buscarem ajuda, cabe analisar de forma mais aprofundada o acesso delas à rede de atendimento, relacionando com as políticas públicas brasileiras de enfrentamento à violência e os serviços especializados existentes em cada local.

#### **4.2.1 Políticas públicas de enfrentamento à violência e acesso à rede de atendimento**

As experiências de enfrentamento às violências domésticas e familiares são construídas a partir das ferramentas que estiverem disponíveis no momento da situação violenta. É nesse ponto que entra a importância do Estado, pois é seu papel oferecer políticas públicas que “englobem as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa” (BRASIL, 2011, p. 11) e que sejam acessíveis a todas as mulheres, considerando suas intersecções e respeitando sua autonomia decisória.

As delegacias da mulher são consideradas a primeira política pública brasileira voltada ao enfrentamento à violência doméstica e familiar (PASINATO et al., 2016). A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) foi criada no Estado de São Paulo (Decreto 23.769/1985) em 1985 em resposta às críticas feministas ao atendimento policial às mulheres em situação de violência. Contudo, ela não foi uma ideia originária dos movimentos feministas e de mulheres. Eles demandavam ao Estado a criação de serviços integrados que oferecessem: “assistência social e psicológica; orientação jurídica; atendimento policial capacitado; casa abrigo; educação, entre outros” (SANTOS, 2010, p. 157). Apesar disso, o governador à época negociou com os movimentos os termos do Decreto que criou a primeira delegacia, discutindo atribuições e sua relação com as organizações não-governamentais feministas. Esse

[...] processo de negociação mostra que o Estado de fato absorveu parcialmente as propostas feministas e traduziu-as em um serviço policial que se tornou o centro das políticas públicas de combate à violência doméstica em todo o país. Mas esta tradução também significou uma traição, na medida em que restringiu a abordagem feminista à criminalização e não permitiu a institucionalização da capacitação das funcionárias das DDM a partir de uma perspectiva feminista (SANTOS, 2010, p. 158).

Em 1986, também em São Paulo, foi criada a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco do país. Esses serviços, principalmente as delegacias, se multiplicaram no Estado de São Paulo e em todo o país. Ao mesmo tempo que foram precarizadas e afastadas das organizações e movimentos feministas pelos governos que se sucederam, se mantiveram como o principal eixo da política de enfrentamento durante quase vinte anos (SANTOS, 2010; SENA; LIMA, 2019).

Somente em 2003, com a criação a nível federal da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o enfrentamento à violência passou a ser fortalecido “por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas; e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática” (BRASIL, 2011, p. 7). A promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 fez parte desse fortalecimento (PAZINATO, 2016) e reflete uma articulação estreita entre o governo e os movimentos feministas e de mulheres no reconhecimento da violência doméstica e familiar como um problema de políticas públicas (PRÁ, 2010; SANTOS, 2010; PAZINATO, 2015). Ela rompe com uma visão meramente punitivista e incorpora perspectivas de prevenção e proteção (CAMPOS, 2015). Dessa forma, para sua implementação é necessária a intervenção articulada dos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal (SARDENBERD, 2013; PAZINATO, 2015).

A Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, publicada pela Secretaria de Políticas para Mulheres em 2011, define alguns conceitos importantes para

pensarmos os serviços oferecidos pelo Estado. O conceito de enfrentamento compreende as dimensões da prevenção, do combate, da assistência e da garantia de direitos das mulheres; ou seja, diz respeito “à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (BRASIL, 2011, p. 25). A prevenção prevê o desenvolvimento de “ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011, p. 26). O combate à violência compreende “o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres” (BRASIL, 2011, p. 26). A assistência visa garantir:

[...] o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento” (BRASIL, 2011, p. 27).

Para desenvolver essa dimensão, fundamental quando a violência já ocorreu, é necessário pensar o conceito de Rede de atendimento, que se refere a atuação articulada das instituições e serviços especializados<sup>127</sup> e não especializados oferecidos nos âmbitos dos Governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil. A criação dessa ferramenta de atuação perpassa a ideia de que existe uma rota crítica. Essa rota é o caminho que cada mulher percorre na busca de uma resposta do Estado frente a situação de violência. Ela possui diversas portas de entrada, que podem ser serviços de saúde, delegacias, serviços da assistência social, educação, etc. Quando elas não estão articuladas, essa trajetória pode se caracterizar por “por idas e vindas, círculos que fazem com que o mesmo caminho seja repetido sem resultar em soluções, levando ao desgaste emocional e à revitimização” (BRASIL, 2011, p. 30). Assim, a Rede de atendimento é fundamental para dar conta da complexidade da violência e garantir a integralidade do atendimento. As participantes da pesquisa não contaram com essa integralidade, entretanto dispuseram de mais serviços do que a maioria das mulheres

---

<sup>127</sup> “Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos” (SPM, 2011, p. 30)

brasileiras tem acesso. Isso porque os locais que elas residem estão entre os 20,9% dos municípios brasileiros que contam com algum tipo de serviço especializado (IBGE, 2019a).

Em Blumenau, Santa Catarina, os serviços especializados disponíveis são uma Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) e uma Casa Abrigo (IBGE, 2018). Tanto Estela quanto Deise procuraram a DPCAMI e registraram boletim de ocorrência. As duas se consideraram bem atendidas; entretanto, nenhuma delas recebeu informações na delegacia sobre os serviços de acompanhamento disponíveis no município. Ambas tiveram que buscar em outros locais essa informação e, mesmo morando na mesma cidade, tiveram experiências muito diversas nessa busca. Deise, enquanto mulher branca, nascida em Blumenau, obteve informações com facilidade e experenciou um atendimento em rede. Já Estela, enquanto mulher não branca e migrante internacional, teve essa busca dificultada. Estela ressalta que

[...] a violência doméstica, seja aqui ou em outro país, eu gostaria que tenha mais informação, mais espaço pra mulher, mais ajuda, tenha acompanhamento psicológico pra pessoa aqui, porque todos precisam, tanto a mulher que é agredida como o agressor. Até talvez mais o agressor, porque muitas vezes ele tem mais problemas que aquela que é agredida. Eu acho assim. E que tenha mais espaço, mais informação, formar mais grupos. Que as personas tenham mais informação. (...) Como por exemplo na delegacia já ir informando donde a pessoa pode ir, donde pode recorrer, um boletim, não sei, alguma coisa. Não sei como fazem aqui. Informar mais a pessoa que é agredida, né, que vai procurar a Delegacia da Mulher. Então lhe dar mais informação. Ter uma informação certa para a persona, pra saber donde recorrer, e daí também, que seja tudo num lugar, seria bom.

**Que fosse tudo no mesmo lugar?**

Porque tem aqui, tem ali, em diferentes endereços (...) a pessoa desiste muitas vezes por falta de informação, de que o grupo pode ajudar. O CREAs pode ajudar. Muitas pessoas acham que ninguém pode ajudar elas, mas não é assim, tem. Pra isso foi criado a Lei Maria da Penha, né? Mas como eu to falando, muita desinformação. E tenha mais espaços para mulheres, né (Entrevista Estela).

Ela questiona a dificuldade de acesso a informações atualizadas sobre os serviços e, assim, nos mostra as falhas da rede de atendimento do Município de Blumenau. E essa não é uma realidade isolada. Pesquisas e estudos realizados pelo Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha (OBSERVE) verificaram que além da falta de acolhimento, os policiais ofereciam informações insuficientes às mulheres, quando não equivocadas (SARDENBERG, 2013).

A sua sugestão de serviços integrados: *“tudo num lugar”* – é algo que os movimentos de mulheres e feministas tem reivindicado desde a institucionalização das primeiras políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência (SANTOS, 2010). Ela é interessante tanto para evitar a revitimização – que ir em diversos locais e repetir sua história

causa –, quanto sob a perspectiva da interseccionalidade. Mulheres com deficiência, idosas, que trabalham, que tem filhos pequenos, sem acesso à transporte público, pobres e/ou migrantes – como no caso de Estela – enfrentarão dificuldades em se deslocar para acessar a rede de atendimento. Quando os serviços são estruturados sem levar em conta que mulheres em situação de violência também sofrem com opressões de classe, raça, nacionalidade, deficiência, entre outros, são criadas barreiras de acesso e, conseqüentemente, ocorre o aprofundamento de desigualdades (CRENSHAW, 1991).

Estela considera necessária a ampliação de serviços de acompanhamento psicológico e a formação de mais grupos reflexivos tanto para as pessoas em situação de violência quanto para seus autores, o que corrobora pesquisa do IPEA e do Ministério da Justiça<sup>128</sup>, na qual 40% das mulheres em situação de violência entrevistadas gostariam que houvesse tratamento psicológico ou assistencial ao autor da violência e 30% que eles fossem obrigados a frequentar grupos para autores de violência (BRASIL, 2015). Ela ainda evidencia: “*Até talvez mais o agressor, porque muitas vezes ele tem mais problemas que aquela que é agredida*”, perspectiva que desloca a discussão sobre o enfrentamento à violência, ao localizar a raiz da problemática da violência doméstica e familiar naqueles que agridem. Indo ao encontro do que as pesquisas tem identificado: só conseguiremos prevenir violências se mudarmos atitudes, identidades e relações entre as pessoas que encorajam comportamentos violentos (FLOOD, 2011; SOARES, 2012).

Mesmo elas tendo ido à delegacia, seus companheiros não foram encaminhados judicialmente ao grupo. Isso ocorre porque é possível fazer boletim de ocorrência sem representar criminalmente contra o ofensor, ou pedir medida protetiva. Além disso, nos casos em que há representação, não significa necessariamente que o Ministério Público irá propor ação penal; e nos casos em que há pedido de medida protetiva, que o Juiz irá deferi-la e, ainda, encaminhar o autor da violência ao serviço. Assim, foi somente a partir da busca de algum tipo de acompanhamento para elas mesmas, que ficaram sabendo da existência dos Grupos de Homens do CREAS I. Ou seja, os companheiros de Deise e Estela participaram do grupo de homens do CREAS I voluntariamente, a partir da solicitação da companheiras. Essa característica é uma das principais diferenças na experiência das participantes da pesquisa de Blumenau em relação às do Distrito Federal. O CREAS, por ser um serviço que atende diversas demandas, acaba sendo mais conhecido como espaço de acesso a direitos sociais e menos

---

<sup>128</sup> Essa pesquisa abrangeu os Juizados e Núcleos Especializados da Defensoria Pública de Belém, Porto Alegre, Lajeado, São Paulo, Campo Grande, Maceió e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foi realizada no período de 24 de junho de 2013 e 28 de fevereiro de 2014.

estigmatizado, enquanto espaço para homens autores de violência. Além disso, o Poder Judiciário de Blumenau encaminha proporcionalmente menos homens do que o do Distrito Federal – conforme analisado nas sessões sobre cada um dos serviços – o que faz com que o grupo de Blumenau não tenha fila de espera. Todas essas características facilitam o ingresso voluntário de homens.

No Distrito Federal, a rede de atendimento à violência é composta por uma DEAM e uma Casa da Mulher Brasileira (CMB), localizadas no Plano Piloto, uma Casa Abrigo, localizada em Taguatinga, quatro Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAM), duas no Plano Piloto, uma em Ceilândia e uma em Planaltina, e nove NFAVD (PORTAL SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, 2020). Em 2016, o TJDFT possuía 16 Varas Exclusivas em violência doméstica e familiar e três Juizados Especializados, instalados em 13 regiões administrativas em face de um total de 210 Varas. Três das 16 Varas estão localizadas no Plano Piloto, duas em Ceilândia e uma em cada uma das seguintes regiões: Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião e Núcleo Bandeirante, Paranoá, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Ou seja, entre as RA que possuem NFAVD apenas Brazlândia não possui Vara Exclusiva (CNJ, 2017). Há, ainda, Núcleos de Assessoramento à Violência Doméstica (NERAV), aparelho do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, instalados nas regiões administrativas de Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Taguatinga. Ou seja, o Distrito Federal conta com um número superior e uma maior diversidade de serviços especializados comparado à média nacional. Mesmo com essa diversidade, o principal acesso aos NFAVD ainda parte de uma denúncia, que pode ser realizada tanto pelas pessoas envolvidas, quanto por terceiros. Dentre as mulheres entrevistadas, Gabriela, Maria e Carla foram até as delegacias regionais realizar denúncia posteriormente ao ato. Gabriela, na delegacia de Santa Maria, e Maria, nas delegacias de São Sebastião e Paranoá, foram bem atendidas. Maria ressalta a importância do acolhimento no momento da denúncia: *“se tu tá passando por um momento desse e tu ainda não é bem atendida. Que que vai passar na cabeça dessa mulher?”* (Entrevista Maria).

Construções de gênero discriminatórias por parte dos policiais podem representar obstáculos para que as mulheres tenham acesso aos seus direitos (PAZINATO et al, 2016). Segundo o monitoramento realizado pelo OBSERVE, algumas mulheres são desencorajadas pelos agentes e impedidas de ter acesso a direitos (SARDENBERG, 2013). Carla experienciou essa realidade na prática, e sofreu resistência dos policiais para denunciar:

[...] eles fizeram tipo descaso mesmo, né? Aí eu falei: “Não, eu quero fazer a ocorrência”. Sempre aquela piadinha: “Ah mas amanhã tão junto de novo, não sei o que, você quer mesmo fazer?”. Tem sempre essas gracinha. Acho que é por isso que eles falam mais para ir pra Delegacia da Mulher mesmo, né, no Plano. (...) pra gente evitar né, esse tipo de ... [situação] (Entrevista Carla)

Dentre as participantes da pesquisa do Distrito Federal, nenhuma delas fez sua Denúncia na DEAM. O fato de a única Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal estar localizada na Asa Sul do Plano Piloto, uma das áreas mais brancas e ricas do Distrito Federal, nos mostra quais mulheres têm sido priorizadas e tem o “direito” serem acolhidas por profissionais capacitados na temática. Para Carla ter acesso a esse serviço, ela teria que pegar um ônibus, andar de metrô por pelo menos 30 minutos, e, ao descer na estação, ainda caminhar um quilômetro para chegar na DEAM. Usei o exemplo de Carla por ela ter falado sobre a Delegacia da Mulher, contudo todas as demais entrevistadas levariam ainda mais tempo e teriam mais dificuldades de chegar, pois dentre as regiões administrativas que elas residem, Samambaia é a única que tem acesso de metrô ao Plano Piloto.

Serviços que estão localizados em áreas de difícil acesso por transporte público, ou apenas em áreas centrais, fazem com que as pessoas que moram em regiões mais afastadas ou periféricas tenham que se deslocar longas distâncias para receber atendimento, ou sequer consigam recebê-lo, quando não tem condições físicas ou financeiras de se deslocar. Além de Carla, somente Maria citou a DEAM do Plano Piloto como uma possibilidade de serviço a ser buscado. Gabriela mencionou a DEAM de Valparaíso, Goiás. Como ela reside em Santa Maria, essa delegacia é muito mais perto, 9 km de distância, do que a DEAM do Plano Piloto, que fica à 26 km do local que ela reside.

Nas experiências de Ana e Aninha, a polícia foi notificada por vizinhos e familiares; e a situação de violência denunciadas por elas quando foram levadas às delegacias regionais de Gama e Ceilândia, respectivamente. Ambas foram bem atendidas, o que levou a questionar se os policiais tratam de forma diferenciada as situações denunciadas por terceiros, atribuindo maior credibilidade às denúncias de violências com testemunhas.

#### **E como foi na delegacia, eles te trataram bem?**

Nossa, não tenho nem o que falar. Muito bem mesmo. Sabe, eu não tenho o que falar não, muito bem tratada, tanto pelo Delegado, pela escritã.

**Foi aqui em Santa Maria mesmo?** Não, não. Eu não sei o que aconteceu na semana que acabou indo pro Gama. E aí a gente conversando, e tudo, e eu falando, né, que não trabalhava e ela falou assim: “A senhora tem 5 filhos e não trabalha, a renda é só dele?” Eu: “É” “A senhora não participa de nenhum grupo do governo?” Eu falei: “Não” “Pois então eu vou lhe dar um papel aqui, que a senhora vai entrar no CRAS e a senhora vai receber a bolsa família. Foi dito e certo. Acredita? Não é possível, não é possível! Até o mês passado, aí como eu fiquei [assinei carteira], né, então o governo

federal já pesquisa e tira o Bolsa Família, mas eu fiquei recebendo desde a época do coisa até o mês passado a minha bolsa família. Dos meus meninos. Foi devido a ajuda que eu tive.” (Entrevista Ana)

A experiência de Ana é um exemplo de uma aplicação interseccional de políticas públicas e da atuação em rede. De todas as mulheres que denunciaram, apenas Ana e Carla foram informadas de algum direito ou serviço. Ana sobre a possibilidade de receber o bolsa-família e Carla sobre a Casa Abrigo, informação que recebeu na delegacia de Taguatinga, onde foi melhor atendida. Segundo Carla *“ofereceram a casa abrigo, mas eu não quis mexer na vida dos meninos. Tava tudo organizadinho, tirar de escola, tirar de uma rotina que eles já tinham, acho que seria mais, é ... violento, né. Ai eu preferi não”* (Entrevista Carla).

Quando perguntadas se conheciam algum serviço relacionado à Lei Maria da Penha na região administrativa que moram, Maria, Monique e Aninha não souberam responder. Maria reside em uma região que não tem nenhum serviço especializado, já Brazlândia, região administrativa onde habitam Monique e Aninha, conta somente com o NAFAVD. Ana citou o NAFAVD, Carla a casa abrigo. Ou seja, mesmo após terem acessado às delegacias regionais, o sistema judiciário, algumas delas os NAFAVD e outros serviços que compõem a rede de atendimento, elas ainda não tinham a dimensão dos seus direitos e dos serviços especializados e não especializados que compõem essa rede no Distrito Federal.

Apesar de a política de enfrentamento à violência ter organizado o conceito de rede, ainda há uma centralidade dos atores do sistema de justiça, mais particularmente as delegacias, na entrada das mulheres na rede. Isso não ocorre somente nessas cidades e reflete o que Sena e Lima (2019, p. 240) pontuam: *“mesmo em um modelo de estrutura em rede, uma DEAM atua como um hiperlink, ou seja, uma ligação que leva a outras unidades ou serviços da rede”*. Nas entrevistas, por mais que apresentem uma diversidade de contextos, é possível perceber a prevalência de acesso via delegacias que, no Distrito Federal, não eram especializadas.

Olhando para a quantidade de serviços nacionais, seria muito difícil que essa realidade fosse diferente. Em 2018, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais –identificou que há Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) ou Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (NIAM) em 385 municípios brasileiros; Casa-Abrigo em 134; Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAM em 460; Juizados ou Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em 251; Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público em 188; Defensorias da Mulher ou

Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência (NUDEMs) em 87; Patrulha Maria da Penha em 182; Serviço de Responsabilização do Agressor em 113 (IBGE, 2018).

Comparando o histórico da criação de políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar no Brasil e o número de serviços existentes no Brasil em 2018 é possível perceber que a DEAM, quando existente, ainda é a principal, em muitos contextos única, política de segurança pública dirigida às mulheres (SARDENBERG, 2013; CAMPOS, 2015). A falta de serviços especializados em 79,1% dos municípios brasileiros (IBGE, 2019), mostra o descompromisso dos Estados e Municípios na aplicação integral da Lei Maria da Penha. Isso resulta na redução das ferramentas disponíveis às mulheres e na judicialização dos conflitos como única resposta. Pois na maioria dos municípios brasileiros, a porta de entrada dos casos de violência doméstica e familiar acaba se tornando as delegacias comuns. Essa realidade acaba inibindo muitas mulheres de buscarem intervenção do Estado. Segundo a Pesquisa DataSenado *Violência doméstica e familiar contra a mulher*<sup>129</sup>, apenas uma a cada três mulheres afirmou “ter buscado a intervenção do Estado com vistas a enfrentar a violência sofrida, seja procurando uma delegacia comum (17%), seja procurando uma delegacia especializada (16%)” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 13). 27% afirmou não ter feito nada, 24% ter procurado ajuda da família e 19% ter procurado a igreja.

A subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar está relacionada, entre outros motivos, tanto à falta de confiança na polícia como uma instituição que possa protegê-las, quanto a um rechaço por partes das mulheres em relação às respostas punitivas priorizadas pelo Estado. Ambos têm um viés interseccional:

[...] mulheres não-brancas muitas vezes relutam em chamar a polícia, uma hesitação provavelmente devido a uma falta de vontade geral entre as pessoas não-brancas para submeter sua vida privada ao escrutínio e controle de uma força policial que lhe é frequentemente hostil (CRENSHAW, 1991, p. 104).

No Brasil essa hostilidade é histórica e bastante visível tanto pelo encarceramento em massa da população negra (BORGES, 2018), quanto pelo genocídio perpetrado por policiais. Segundo o 13º Anuário de Segurança Pública, em 2018, 11 a cada 100 mortes violentas intencionais foram provocadas pelas Polícias, sendo que 99,3% homens, 77,9 % entre 15 e 29

<sup>129</sup> O Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência realiza pesquisa bianualmente, desde 2005, com o intuito de ouvir as brasileiras acerca da violência contra as mulheres no país. Em 2017, entre 29 de março e 11 de abril, foi realizada sua sétima edição. A pesquisa entrevistou 1.116 mulheres por meio de ligações para telefones fixos e móveis. Conforme o relatório, a amostra é representativa da população feminina do Brasil, com margem de erro de 3 pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Disponível em: <[https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado\\_RelatorioVDFCM2017\\_vfinal.pdf](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado_RelatorioVDFCM2017_vfinal.pdf)>

anos, 75,4% negros. De 2017 a 2018, as Mortes Violentas Intencionais tiveram uma redução de 10,8%, mesmo assim, as mortes decorrentes de intervenção policial aumentaram 20,1%, única categoria que apresentou crescimento. Como se pode esperar que mulheres que veem seus filhos, companheiros e são, elas mesmas, frequentemente violentadas por uma instituição, possam buscar nela a resolução de seus conflitos domésticos e familiares?

Mesmo entre as mulheres que fazem uso do Judiciário, há um rechaço à prisão como resposta. Dados da pesquisa do IPEA e Ministério da Justiça,

[...] demonstram que a grande maioria das mulheres que fazem uso dos Juizados Especiais (cerca de 80%) não quer que o seu agressor — com quem ela mantém ou manteve uma relação doméstica, familiar ou íntima de afeto — seja condenado a uma pena privativa de liberdade (BRASIL, 2015, p. 80).

A maioria das participantes da pesquisa buscou outras formas de enfrentar a violência antes de recorrer a uma intervenção estatal. A denúncia não ocorreu na primeira situação de violência, mas sim na sua escalada. Nos relatos das entrevistadas, apenas duas consideraram a prisão em flagrante uma resposta necessária em alguns casos: Ana como um tratamento de choque para o companheiro *“acordar pra vida e ver que não é isso”* (Entrevista Ana), e Carla ao falar sobre os serviços que ela acha importante ter: *“Acho que a prisão imediata. Porque esse negócio de medida protetiva, a pessoa tantos metros, acho que, às vezes, nem ... a pessoa fica solta, e a mulher fica indefesa né”* (Entrevista Carla). Ela não estava se referindo a sua situação em particular, mas sim aos casos que as mulheres correm risco de morte e acabam tendo que se submeter a modificar completamente suas vidas para se proteger dos companheiros/ex-companheiros.

A maioria das entrevistadas não representou criminalmente ao denunciar e, nos casos em que houve representação, tentou renunciar posteriormente. Estudos tem enfatizado que a pena de prisão como principal resposta do sistema de justiça criminal favorece a desistência do processo penal (BRANDÃO, 2006; STUKER, 2017). Embora,

[...] as razões da desistência sejam múltiplas e necessitem de acuidade na sua compreensão, Elena Larrauri (2008) documentou que a desistência do processo criminal é sempre vista como irracional por parte da mulher, pois o modelo típico de conduta esperado é que a mulher vítima de violência conjugal termine o relacionamento definitivamente e processe o agressor. Todavia, as razões materiais e subjetivas das mulheres são muito mais complexas do que supõe o modelo judicial clássico, que não contempla a contento a diversidade de desejos, afetos, moralidades e sensibilidades jurídicas das mulheres. (SINHORETTO; TONCHE, 2019, p. 4)

O trabalho com autores de violência, mais especificamente a proposta dos grupos, surge enquanto alternativa ao modelo punitivo prisional e expressão de descrédito a esse modelo (ANDRADE, 2014). Se o enfrentamento à violência doméstica e familiar é “uma pauta da sociedade democrática, o seu fundamento não pode ter como pilar central o eixo repressivo” (SENA; LIMA, 2019, p. 244). Os serviços para autores de violência são políticas que possibilitam sair desse eixo, principalmente quando a participação dos homens se dá de forma voluntária. Além disso, os NAFAVD e o CREAS I de Blumenau ao oferecer atendimento aos homens e às mulheres, ampliam as possibilidades de transformações nas relações, pois se a violência doméstica e familiar é relacional “como é possível que os sujeitos envolvidos venham a transformar seu olhar sobre os outros e sobre si mesmos fora do universo dialógico, no qual esse olhar se produz e se reproduz?” (SOARES, 2012, p. 206).

As experiências de enfrentamento à violência de Estela e Deise englobaram serem atendidas no CREAS I e as de Ana, Gabriela, Carla e Maria, nos NAFAVD (Santa Maria, Samambaia e Plano Piloto, respectivamente). Estela, Deise, Ana e Gabriela participaram tanto de atendimentos individuais quanto grupais.

Os atendimentos individuais no CREAS I não são necessariamente regulares e ocorrem conforme a solicitação das mesmas ou percepção da necessidade pelas profissionais. O grupo de mulheres, no período que Estela e Deise participaram, era quinzenal, aberto e cada encontro tinha duração de 1h30. No ano de 2018, os encontros começaram em 27 de fevereiro e se estenderam até 4 de dezembro. As temáticas previstas eram: Feminismo/Machismo; Empoderamento, Educação e Gênero, Lei Maria da Penha, Relacionamentos abusivos, Autoestima, Resolução de conflitos, Opressão, Racismo, Homofobia, Funções parentais, Álcool e Drogas, Espiritualidade, Sexualidade, Repensando elogios: machismo, autoestima, padrões culturais e Discutindo o luto.

Entre os NAFAVD, os Núcleos Paranoá, Sobradinho, Planaltina, Santa Maria e Brazlândia ofereceram grupos de mulheres em 2018. Os demais, por receberem encaminhamento de homens numericamente superior e haver menos serviços dedicados aos autores de violência no Distrito Federal, acabam concentrando seus esforços na formação de grupos para os homens, oferecendo apenas atendimentos individuais às mulheres, experiência de Maria e Carla, que participaram dos Núcleos Plano Piloto e Samambaia.

O NAFAVD Brazlândia intercala grupos de homens e de mulheres, devido à dificuldade em conseguir espaço físico para sua realização. Em 2017, o grupo de mulheres era fechado e semanal. Devido à evasão, que era muito grande, a psicóloga do Núcleo passou a adotar, em

2018, o modelo quinzenal aberto. Os temas do grupo de mulheres não diferem muito do grupo de homens, contudo a abordagem é diferente:

[...] a gente já trabalha no sentido de “olha, quem é a protagonista da sua vida?”. Então assim, muito nesse sentido de construção da autonomia e do empoderamento. A Lei Maria da Penha, a reflexão da Lei, orientações, porque a maioria delas não tem suporte de uma pessoa da área de Direito. Então é uma coisa que deixa elas fragilizadas. Tipos de Violência, Rede de apoio, ... agora, no último grupo, eu adotei essa questão de pensar a rede de apoio dessa mulher, ela identificar quais são as relações que ela tem, que relações ela pode ter suporte, ou que relações são abusivas, porque não é só o homem, né? Ou só o parceiro conjugal e tal. Ela pode estar sofrendo outras relações abusivas e relações violentas e é aí que acaba fragilizando mais, então a gente trabalha muito essa questão da rede de suporte. E em alguns grupos já foi uma demanda também questões relacionadas ao mercado de trabalho, (...) no sentido de quais são as possibilidades pra essa mulher, pra entrada no mercado de trabalho. Pra que ela possa, assim, quando eu falo de retomar esse protagonismo da sua própria vida, quais decisões que ela quer em relação a isso (Entrevista Psicóloga Brazlândia).

Apesar da maior parte dos encaminhamentos e atendimentos serem de mulheres, as entrevistadas nesse Núcleo não haviam participado até a data da entrevista. Aninha estava na lista de espera.

O NAFVD Santa Maria, frequentado por Ana e Gabriela, também aderiu ao formato quinzenal aberto para conseguir manter o grupo de mulheres regularmente. O grupo de 2018 iniciou em maio e se manteve até o final do ano. Cada encontro tem duração de 1h30, com possibilidade de se estender mais dependendo da disponibilidade das participantes. O conteúdo dos encontros é “Tipos de violência, rede de apoio social, família, auto-proteção, projeto de vida, parentalidade e gênero” (Entrevista psicóloga Santa Maria).

As mudanças de formato, em ambos os Núcleos, foram feitas pelas profissionais pela dificuldade em formar grupo de mulheres. Os principais desafios são: conciliar horários – a maioria das mulheres trabalham e/ou cuidam dos filhos; e o deslocamento para os Núcleos – o sistema de transporte público é bastante falho no Distrito Federal e não há nenhuma política institucional de transporte ou fornecimento de passagem para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Eles também existem nos atendimentos individuais, contudo há uma maior mobilidade em relação aos horários.

Na entrevista com a Psicóloga de Santa Maria, questioneei:

**[...] as mulheres que vem, elas, em geral, não recebem nenhum auxílio de passagem?**

Não. E um outro fator que nos limita é a questão dos filhos. (...) A gente até tem material para montar uma brinquedoteca, mas o nosso material fica na sala de cá [referência à sala ao lado, que é da Promotoria] porque a gente não tem espaço. Então as crianças chegam e não podem ficar ali, porque tá tendo outros atendimentos do pessoal do Psicossocial. Então acaba que, quem tem usado é só eles pros atendimentos

deles de criança. A gente não tem (...) nenhum profissional para fazer alguma atividade com elas, algum trabalho, porque se uma de nós ficar com as crianças fazendo alguma atividade mais específica, a outra vai ficar sozinha no grupo. O que a gente tem contado com apoio é dos nossos técnicos (...). Mas assim, a gente não tem espaço adequado para eles ficarem, nem lanche, que também algumas crianças vêm e a mãe não tem condição de trazer lanche. Aí algumas crianças trazem e a outra fica olhando, aí o servidor divide seu lanche. Desde o ano passado a gente tem pedido para Secretaria lanche para esses dias de grupo, especialmente pro das mulheres, dos homens não tem essa questão das crianças. Mas a gente não conseguiu, não conseguiu nem um profissional. A gente já tinha solicitado pelo menos um estagiário de pedagogia pra nos dar um apoio (Entrevista Psicóloga Santa Maria).

Para participar de serviços existe toda uma gama de dificuldades para as mulheres em situação de violência e elas são interseccionais. Quando políticas são pensadas para um tipo idealizado de mulher, isolado de suas relações e contexto sociais, e sem levar em consideração as contradições e opressões imbricadas nelas, o resultado são iniciativas frustradas e serviços esvaziados. Assim, não é suficiente que os profissionais que acolhem as mulheres escutem suas demandas se as instituições não tiverem mecanismos para absorvê-las e coloca-las em prática, como o oferecimento de passagem, lanche e acompanhamento para as crianças. Mesmo que atribuições institucionais ou limitações orçamentárias e burocráticas impeçam sua execução, essas demandas poderiam ser sanadas através de uma atuação em rede com outros serviços da região.

Serviços para mulheres em situação de violência precisam levar em consideração que uma grande parcela das mulheres tem filhos, que existem construções de gênero que responsabilizam as mulheres pelo cuidado das crianças e que as políticas públicas de educação infantil estão muito aquém da necessidade das famílias. O NAFVD prevê, em seu próprio nome, *atendimento à família e aos autores de violência doméstica*, mas o Governo do Distrito Federal não tem proporcionado profissionais, nem estrutura suficiente para que o atendimento inclua os filhos e familiares, para além do casal. O PPCVDI, mesmo estando mais equipado para atender crianças e adolescentes, devido sua vinculação ao PAEFI, não tinha atividades organizadas em 2018 englobando as famílias, nem previstas para mães que precisassem trazer crianças. No âmbito educativo e de prevenção é uma grande perda, pois as crianças e adolescentes também estão vivenciando a situação de violência, mesmo quando não são foco direto das agressões (ACOSTA, 2013) e, na maioria das vezes, elas não recebem qualquer acompanhamento, podendo naturalizar e até reproduzir essas dinâmicas em relacionamentos futuros. Esse foi o caso de Deise, que relatou ter sido agredida também por filho adolescente. Nas entrevistas, mesmo eu não fazendo nenhuma pergunta direta sobre esse aspecto, as mulheres entrevistadas falaram sobre o sofrimento de seus filhos em relação aos conflitos, a separação e, em um caso, a prisão do pai. O momento em que as mulheres estão nos grupos,

poderia ser também uma oportunidade para as crianças e adolescentes estarem participando de atividades onde pudessem se expressar emocionalmente, construir formas de comunicação não violenta e refletir sobre construções de gênero, relações de poder e opressão.

Os grupos tem um impacto diferenciado nas experiências de enfrentamento à violência. Segundo a psicóloga de Brazlândia,

[...] o grupo, ele faz bastante diferença, porque muitas vezes essa mulher está numa situação de isolamento social (...). Têm umas mulheres aqui que elas só vêm pro atendimento, então ela não sai de casa nunca, né? Só vem pro atendimento. Então quando a gente consegue engajar elas no grupo, aí a gente consegue fazer uma rede de proteção pra essa mulher. (...) Ela percebe que existem outras situações parecidas também. E aí, acaba que isso é uma forma dela se fortalecer (Entrevista Psicóloga Brazlândia).

O contato com outras mulheres torna possível sair dessas situações de isolamento social ao perceber que existem experiências semelhantes às suas. Estela, na sua entrevista, relatou como se sentia sozinha por passar a maior parte do dia dentro de casa, o que é agravado por sua situação de migrante internacional que veio para o Brasil apenas com o marido e o filho. Para ela o grupo de mulheres se constituiu também como um espaço de construção de amizades. Quando perguntei como ela se sentia no grupo, respondeu: *“Eu me sinto bem, porque a gente desabafa. Às vezes tu ouve o problema de outro e ainda pensa que o meu [problema] é menor que o do outro [risos]”*. (Entrevista Estela)

O grupo é visto como um espaço seguro, onde elas podem *desabafar* suas angústias, resguardadas pela confidencialidade e sigilo que não encontram em nenhum outro espaço de suas vidas. Deise, no relato abaixo, descreve a importância do grupo de mulheres do CREAS I para perder o medo e voltar a se ver como *“uma pessoa”*:

[...] comecei a vir, eu chorava muito nos primeiros dias. Esse aqui [CREAS I] é o lugar onde eu me desabafo né. (...) comecei a participar e perder mais o medo também, porque a primeira coisa que a gente tem é medo, quando o cônjuge da gente, o marido, começa a bater, ou te agredir, então ali a gente começa a ter medo. Então assim eu fui perdendo o medo. Elas foram trabalhando e eu fui vendo, e foi indo e, assim, foi mais de um ano que eu já to vindo né (...). Eu gosto de vir. (...) Aqui eu sou uma pessoa, porque aqui eu to me desabafando, eu tenho com quem conversar, eu tenho com quem desabafar, eu tenho pessoas de confiança que eu sei que eu vou falar e não vai sair espalhando por aí. Então assim, aqui eu sou uma pessoa. Mas eu chego em casa, eu me tranco, porque em casa eu não posso confiar na minha mãe, porque ela espalha pra todo mundo, se é um problema na minha casa. Eu não posso confiar em pessoas da família, irmã muito menos, mas a minha mãe que é a mais que gosta de leva e trás, fofoca, e eu não gosto disso (Entrevista Deise).

A confiança também entra como uma questão, quando pensamos na existência ou não de uma rede de proteção para as mulheres em situação de violência. Essa rede, normalmente

formada por familiares e amigos, precisa ser composta por pessoas que elas confiam e que respeitem sua autonomia para decidir o que querem fazer de suas vidas:

[...] O único que ainda, que eu consigo ainda desabafar, assim, que conversa, é o meu filho mais velho, ele assim me entende mais. Mas já o do meio ele é mais fechado também, que nem o pai dele, e... o pai dele nunca foi de sentar pra conversar, pra desabafar, eu sempre gostei de ter conversas, muito diálogo, conversa. Então por ele ser muito fechado, eu acabei ficando fechada também. Então assim, quando eu vou na casa de uma amiga, de confiança, eu acabo me desabafando, mas quando eu vejo que é na família, aí eu acabo me trancando mais, me fechando mais, porque eu não confio em tais coisa de falar, de conversar. (...) não é quaisquer pessoas que vão te entender, porque assim, a família em si, eles vão te apoiar, mesmo tu tando errado ou certo, elas vão te apoiar, e assim, jogar teu marido de lado, vamos supor. Mesmo eu tanto errado, mesmo ele tando errado, eles não vão tipo assim, conversar ou fazer com que tu volte pro teu marido, ou se dá bem, ou procurar ajuda pra família. Então por isso que eu contei muito com eles aqui, pra ajuda assim (Entrevista Deise).

Parte das participantes da pesquisa não contaram com uma rede, tanto pela falta de pessoas que pudessem confiar, como no caso de Deise e Maria, quanto pela falta de pessoas próximas, como no caso de Estela. A falta de uma rede de apoio pessoal dificulta o enfrentamento à violência, o que torna imprescindível a existência de políticas públicas acessíveis às mulheres, que as ampare nesse processo. Deise credita ao Grupo de Mulheres do CREAS I essa ajuda na busca da construção de uma nova relação com seu companheiro, que sua família não entendia.

Ana ressalta a abordagem das psicólogas, assim como o sigilo, como importantes para a construção de laços de confiança que a permitissem compartilhar sua história com outras mulheres. Ao ser questionada como se sentia no grupo e se gostava de participar, ela respondeu:

[...] no início, você chega assim, meia calada, meia envergonhada. Com o que você vai ouvindo parece que vai te dando liberdade pra se soltar, se soltar mais, e o jeito também que as psicólogas tratam a gente. E aí foi indo, foi indo, e como é sigilo né. Ninguém lá fora tá sabendo o que tá acontecendo, eu comecei a me soltar e falar, todo mundo falou, cada qual dos seus problemas. E daí, começa ..., tens os trabalhos né, que elas fazem também, que chega certinho no ponto, né. Eu acho incrível, elas botavam vídeo, até trabalho individual mesmo, mas tudo chegava no ponto de relacionamento. A vida a dois, o que leva, é o tratar, é o falar, tudo. A maneira de como você pensar e agir, de repente não é aquilo que o outro também pensa. E foi bom, eu não tenho o que falar. Ele também participou e também gostou (Entrevista Ana).

Os grupos proporcionam o diálogo entre diferentes perspectivas e, a partir dele, a construção de empatia e a desestabilização de “verdades”. A troca de experiências em grupo também possibilita o fortalecimento frente a violência sofrida e a criação de redes de apoio entre mulheres. Segundo Gabriela, é

[...] bacana esse trabalho que eles fazem porque ajuda muito, abre muito a nossa mente. Porque, às vezes, uma pessoa te xinga e você acha normal, mas você não sabe que aquilo ali pode levar a pessoa a te matar, pela atitude, pelo comportamento. Então quando a gente faz um encontro é muito bom, porque você vê que não é só você que viveu essa situação e você consegue superar esse trauma. Que acaba virando um trauma. E aí me ajudou muito, abriu a minha mente, a minha cabeça. Porque eu vi ali que não era só eu que tava sofrendo de violência doméstica, tinha outras pessoas. E uma ajudava a outra contando a sua história. E ali a gente conseguia ver onde a gente errou, onde acertou, a gente viu que poderia mudar. Então eu acho que o encontro que o Fórum faz com as mulheres agredidas e com os homens, é muito importante. Eu acho que ajuda muito a sociedade e evita tantas mortes. Que enquanto você tá fazendo o acompanhamento com o psicólogo aqui (...) você está desenvolvendo um trabalho, né, com outras pessoas, com a sociedade. Isso ajuda muito a gente, ajuda a gente a superar muitos traumas (Entrevista Gabriela).

A participação das entrevistadas nos grupos, no encontro com as profissionais e outras mulheres, permite romper com a naturalização da violência na vida cotidiana. Pois violência, enquanto categoria, emerge como um elemento difuso nas relações sociais e na intenção do autor e depende do reconhecimento de emoções que se acumulam no interior de si e são produzidas no outro pelo ato de agressão. Nesse sentido, o conceito de violência pode ser apreendido e delimitado como “coisa” “através da descrição, reconhecimento e reinterpretação de relações passadas” (MARTINEZ-MORENO, 2017, p. 184), o que o autor chama de revisão localizada da experiência. Nos grupos, a partir dessa revisão, as participantes conseguem nomear e reconstruir o que compreendem enquanto violência, assim como as estratégias utilizadas para evitá-las:

[...] eu aprendi muito, eu vou te falar. Não sei se ele também, com esse acolhimento que a gente teve aqui. Eu aprendi muito a ouvir, a saber ouvir, tá entendendo? Porque eu tava de um jeito, que em casa, ele nem abria a boca e eu já tava soltando duzentas pedras em cima. E foi muito bom, sabia? Até mesmo com os meninos, nem pra ouvir os meninos, eu tava conseguindo. Do mesmo jeito que eu respondia pra ele, eu respondia pros meninos. Aí os meninos diziam: “Mãe peraí, não é com meu pai que você ta falando não” e eu dizia “É, meu filho, desculpa, porque eu to tão saturada da coisa que eu to botando em cima de vocês que não tem nada a ver”. E na primeira vez, quando terminou meu primeiro acompanhamento aqui, a psicóloga veio me perguntar o que achei e eu falei pra ela: “Uma coisa que eu aprendi muito com vocês aqui é ouvir, saber ouvir, e saber que esse tipo de problema, não sou só eu que passo. Tem gente que passa até pior do que eu passei, ou igual. A gente se espelha em experiências de outras mulheres, pra você se resguardar e saber como agir dentro da sua casa. Isso me ajudou muito (Entrevista Ana).

Quando compreendemos a violência de gênero como relacional, esse duplo encaminhamento amplia as possibilidades de transformações nas relações. Pois, o acompanhamento individual e/ou grupal das mulheres também é um espaço para elas repensarem suas vidas, podendo impactar inclusive nas dinâmicas com os filhos e demais familiares, como nos relata Ana.

Algumas mulheres, como Estela e Deise no CREAS de Blumenau, e Ana no NAFVD Santa Maria, continuam participando dos grupos após o término de um ciclo. Deise, na data da entrevista, já estava participando a quase dois anos. Ana afirmou já estar participando a mais de dois anos.

As mulheres que participaram de atendimentos individuais, mas não de grupos, como Maria e Carla, também valorizam ter com quem falar sobre as situações que vivenciaram e ressaltam a importância do sigilo:

[...] eu gostei, achei que eu melhorei ... Eu pude falar o que eu sentia, tudo, foi bom. Porque, no dia a dia você não tem com quem conversar, com quem se abrir, eu achei que foi bom. Pude contar com uma pessoa que tava me ajudando, que não ia sair falando. Eu gostei, foi bom. (Entrevista Maria)

Todas as entrevistadas que participaram de atendimentos grupais e/ou individuais também atribuem a melhora no seu relacionamento às mudanças operadas por elas mesmas. Relatos sobre modificações na autopercepção e nas próprias dinâmicas conjugais e familiares são mais desenvolvidos nas entrevistas com mulheres que participaram de grupos, o que demonstra sua potência em promover processos reflexivos.

As mulheres que não participaram do acompanhamento nos NAFVD demonstraram em seus relatos essa necessidade. Aninha ainda estava na fila de espera do Núcleo Brazlândia, demanda levantada por ela durante entrevista. E Monique foi encaminhada para serviço não especializado em atendimento a mulheres em situação de violência, onde foi atendida por oito meses. Nesse serviço não foi devidamente informada sobre seus direitos, nem teve a chance de elaborar o que tinha sofrido, o que ficou perceptível durante a entrevista pelo seu desconhecimento da Lei Maria da Penha e sua dificuldade em falar sobre a situação que levou o companheiro a participar do NAFVD.

Na próxima subseção discuto brevemente os sentidos dados à Lei Maria da Penha pelas participantes da pesquisa a partir de três questionamentos: *O que você sabe/acha da Lei Maria da Penha? Qual o papel que os serviços/Lei Maria da Penha tiveram na sua vida? A Lei Maria da Penha é bastante recente, 12 anos atrás a maioria desses serviços não existiam. Como você acha que estaria hoje se não tivesse tido acesso a eles?*

#### **4.2.2 Os sentidos da Lei Maria da Penha nas experiências das mulheres**

Após quatorze anos da promulgação da Lei Maria da Penha, ela tem se tornado cada vez mais conhecida pela população brasileira (SENADO FEDERAL, 2017). Apesar do conhecimento da sua existência, ainda há bastante desinformação em relação à sua amplitude e aos direitos que ela prevê. Segundo a Pesquisa Data Senado de 2017, todas mulheres entrevistadas tinham ouvido falar na Lei, mas apenas 18% delas afirmou conhecê-la bem (SENADO, 2017). Nesse sentido, achei pertinente questionar “O que você sabe/acha da Lei Maria da Penha?” para cada uma das participantes da pesquisa. A maioria das entrevistadas não respondeu a primeira pergunta, passando diretamente à segunda. Dentre as que responderam, Monique disse que não sabia e Maria que não lembrava.

Segundo a Psicóloga do NFAVD Brazlândia, muitas mulheres chegam no serviço sem saber “o que elas têm que fazer. Ela sabe que ela fez uma denúncia e pronto, e muitas vezes essa denúncia não foi bem colhida, bem acolhida, no caso. É um momento que ela está bem fragilizada também” (Entrevista Psicóloga Brazlândia). De acordo com as entrevistas com as profissionais dos NFAVD Brazlândia, Samambaia e Paranoá, de modo geral, a Defensoria Pública do Distrito Federal não presta assistência às mulheres no decorrer do processo, uma vez que atendem a maioria dos réus:

[...] elas vão à audiência muitas vezes sozinhas. A gente faz toda uma orientação no sentido delas irem. Se elas se sentem amedrontadas, de elas solicitarem não ter contato com esse homem, se possível. A gente tem feito uma orientação nesse sentido, mas a assessoria jurídica propriamente, elas não costumam ter (Entrevista Psicóloga Paranoá).

Assim, as mulheres que não tem condições de contratar um(a) advogado(a), acabam não tendo assistência jurídica no decorrer do processo, realidade de todas as mulheres entrevistadas. Isso torna compreensível o fato de as participantes da pesquisa, mesmo tendo experienciado a aplicação da Lei Maria da Penha nas suas vidas, não conseguirem responder a pergunta “O que você sabe?”. E significa que Defensorias Públicas do Distrito Federal não tem cumprido os artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha: o art. 27 prevê que as mulheres em situação de violência devem estar acompanhadas de advogado em todos os atos processuais e o art. 28 garante acesso aos serviços de Defensoria Pública “em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado” (BRASIL, 2006).

Carla e Aninha foram as únicas que trouxeram algumas reflexões sobre o que sabiam da Lei:

[...] acho que eu assisti alguma coisa, nesse sentido (...). Porque antes não tinha né? Então, eu fiquei pensando: “como é que não era?!?”. Hoje em dia tem essa Lei, eu acho que é a única Lei que, meio que precária ainda, tem consequências pro agressor. Porque a outra que a gente vê é a questão da pensão alimentícia. A única coisa que ainda tem consequência. Mas acho que ainda poderia melhorar. Poderia melhorar bastante.

Em que sentido tu fala?

Ahhh [pensativa], tem aquela medida protetiva, né. Muitas vezes não é eficaz. Tem muita gente morrendo por causa disso, né. Muita gente morrendo (Entrevista Carla)

A fala de Carla remete a uma questão muito discutida que são as medidas protetivas. Na maioria das comarcas, as próprias mulheres que são as responsáveis pelo monitoramento, pela notificação de descumprimento às comarcas e, o que é mais grave, pela própria segurança (CNJ, 2019). Ou seja, “um documento com pouca efetividade para sua proteção” (PAZINATO et al, 2016, p. 245). Já existem alguns mecanismos de monitoramento das medidas implementados no Brasil: as Patrulhas Maria da Penha, o dispositivo de segurança preventiva (o botão do pânico), a tornozeleira eletrônica e o acompanhamento por equipe técnica multidisciplinar (CNJ, 2019), contudo a existência desses mecanismos nas Comarcas ainda é exceção.

Aninha ressalta um ponto fundamental, que é a diferença entre os Estados e Municípios na aplicação da Lei e reconhece o que isso significou na sua experiência:

[...] bem, o que eu sei é que tem lugares que funciona, tem lugares que não. Entendeu? Tipo aqui no DF eu sei que ela é bem rigorosa. Sei que pega bem pesado. No Goiás ela já não funciona tanto igual aqui, acho que isso varia de Estado pra Estado, de lugar pra lugar. Acho que tem lugar que as pessoas pensam que ainda é brincadeira. (...) Aqui já é bem diferente, a primeira vez que eu chamei a polícia já vieram, já entraram. Ele tava almoçando, chamaram ele, conversaram e já mandou ele sair (Entrevista Aninha).

A Lei Maria da Penha é uma legislação federal, mas sua implementação depende de órgãos e agências municipais e estaduais, o que dá margem para políticas e práticas locais que não correspondem nem ao texto legal, nem a necessidade das mulheres (SARDENBERG, 2013). Nesse sentido, os principais desafios ainda são a resistência dos políticos, agentes do Estado e operadores do Direito em aplicar a Lei; a falta de orçamento para implementação de serviços especializados, inexistentes em 79,1% dos municípios do país e a falta de capacitação dos profissionais (SARDENBERG, 2013; CPMI, 2013).

No âmbito da aplicação da Lei, Estela ressalta o quanto a falta de informações e dificuldade em acessar as políticas impactam no processo de enfrentamento à violência: “*tem mulheres que preferem ficar caladas porque isso leva um tempo, né. Porque muitas vezes, tem que ir aqui, tem que ir ali. Não podia ser tudo no mesmo lugar? Eu acho que podia ser tudo no*

*mesmo lugar, pra conseguir todas as coisas”* (Entrevista Estela). Seu relato é confirmado por diversas pesquisas que tem demonstrado os inúmeros obstáculos que as mulheres enfrentam ao buscar a intervenção do Estado, seja eles colocados pelos serviços, sejam decorrentes de opressões interseccionais (PAZINATO et al, 2016). Esses obstáculos que constroem experiências diferenciadas na aplicação da Lei e fazem com que algumas mulheres sejam protegidas e outras não:

[...] eu acho que pra alguns ela funciona pra outros não, entendeu? Porque, com esse tanto de mulheres que eu vi morrendo, nesses tempo aí, eu achei ... por isso que eu to falando, pra uns funciona, pra outros não, né. Porque no caso do meu marido, eu acho que funcionou, acho que foi um grande susto que ele levou, eu acho que pra ele foi uma boa. Mas já pra aquelas outras mulheres que se foram, não tiveram a mesma sorte que eu né (Entrevista Maria)

Apesar dessas problemáticas, todas as entrevistadas dão importância à Lei. Dentre elas, Ana se mostrou a mais satisfeita:

[...] pra mim não tem uma coisa mais bem criada em defesa da mulher do que essa Lei, não, não tem. E ainda, em virtude do que a gente vê hoje, aumentando o feminicídio demais, senhor, isso foi uma salvação pra nós mulheres, independente de cor/raça, religião (Entrevista Ana).

Ana foi uma das poucas mulheres que experienciou um atendimento em rede com olhar interseccional. Ela é muito grata às profissionais do NAFVD Santa Maria tanto pelo acompanhamento no Grupo de mulheres por quase dois anos, quanto pela oportunidade de trabalho que obteve a partir do encaminhamento de seu currículo pelo Núcleo.

Gabriela ressalta a revolução cultural fomentada pela criação da Lei, ao ampliar o debate público sobre gênero e desigualdades e tornar o combate às violências no âmbito doméstico e nas relações de intimidade um dever do Estado.

[...] olha, eu acho que foi uma grande criação. Eu acho que ela veio pra fazer uma revolução na vida da mulher. Porque a mulher, ela sofria muito preconceito. A maioria das mulheres sofria muita agressão e não sabia como se defender. E essa lei foi muito bacana porque ela ajudou a gente expor o que a gente não tinha coragem. Às vezes a mulher apanhava, e ela acaba aceitando apanhar porque ela achava que tinha que se submeter àquela situação ali, só porque era casada. E hoje você vê que não, você vê que se um homem levantar a mão para te bater é um absurdo, você não pode aceitar isso. Então eu acho que a Lei Maria da Penha, ela veio para ajudar as mulheres a se libertar de muitos monstros que existem por aí espalhados. Porque existe muito machista, entendeu, que não aceita a mulher ser livre. Ela ter o direito de ir e vir, dela pensar o que tá certo, o que tá errado. Infelizmente ainda existem muitos homens machistas, que acha certo bater em mulher, que acha certo xingar, que acha certo diminuir a mulher. E eu acho que essa lei veio pra ajudar, que ela veio mesmo como uma salvação para gente. É assim que eu vejo a Lei Maria da Penha (Entrevista Gabriela).

Aninha, nesse mesmo sentido, remete ao aspecto histórico, da segurança que a existência da Lei proporciona e das diferenças na experiência dela e de sua mãe, que não teve uma legislação, nem políticas estatais, para se amparar:

[...] pra gente que viveu uma situação dessas é muito importante. Porque você se sente segura, né. Antes você não tinha pra quem pedir socorro, igual a minha mãe com meu pai. Minha mãe sofreu também muito com meu pai em relação a isso. Então minha mãe não tinha o apoio de ninguém, o apoio que a minha mãe tinha era nós. Então assim, pra mim, é maravilhoso, é bom. Porque você não se sente mais aquela pessoa vulnerável, insegura (Entrevista Aninha).

Carla, por sua vez, destaca a importância de seu companheiro ter acesso a um acompanhamento com psicólogos(as): *“ah, só dele ter encontrado uma ajuda, né, já foi bastante. Porque eu sempre falava assim: “Carlos, você tem que procurar ajuda, você tem que procurar um psicólogo”. “Ah, eu não sou doido”. Aí aqui ele viu que não é só pra doido”* (Entrevista Carla).

As participantes da pesquisa atribuem diversos sentidos à aplicação da Lei Maria da Penha em suas vidas: Maria, de apoio e proteção; Aninha, de segurança, Ana e Deise, de mudança e autorreflexão; Gabriela, de ajuda e salvação; Monique, de acesso à psicóloga e Carla, de ajuda para seu companheiro e acesso à psicóloga. Termos como *fundamental* (Aninha), *bom* (Estela, Monique, Maria), *grande criação* (Gabriela), *coisa mais bem criada em defesa da mulher* (Ana) foram citados para descrever a Lei. Outros sentidos que as participantes exploram estão relacionados com os efeitos dessa experiência em seus companheiros, como *susto* e *“medo de perder o emprego”* mencionado por Maria, *choque* por Ana, *medo* (de novas denúncias) por Aninha e Maria, conhecimento de que *“não pode bater”* por Estela. Esses efeitos elas atribuem tanto à participação deles no serviço – como será explorado na próxima subseção – quanto à denúncia e judicialização da violência, no caso das participantes do Distrito Federal, e do conhecimento da Lei e da possibilidade de serem enquadrados, no caso das de Blumenau.

## 5 SERVIÇOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

O que une as experiências de enfrentamento a violências domésticas e familiares das mulheres entrevistadas é a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência, mais especificamente o grupo de homens do CREAS I de Blumenau, e os grupos de homens dos NAFVD Samambaia, Plano Piloto, Santa Maria e Brazlândia. Devido à dificuldade de acesso a mulheres nesse contexto específico, entrevistei todas aquelas que aceitaram. Sendo assim, a temporalidade da participação dos seus companheiros nos grupos é bastante diversa. O companheiro de Estela ingressou no segundo semestre de 2017 e o de Deise em 2016, permanecendo até final de 2017. Em minha primeira ida a Blumenau, no dia 20 de dezembro de 2017, fiz observação-participante da sessão de encerramento<sup>130</sup> e avaliação do grupo de homens desse ano, na qual o ex-companheiro de Deise estava presente. Entrevistei ambas em abril de 2018, ou seja, em torno de 5 meses após a participação de seus companheiros nos grupos.

O companheiro de Ana participou do NAFVD Santa Maria em 2016, e o de Gabriela em 2017. Em 2017, o companheiro de Carla frequentou o grupo do Núcleo Samambaia, o de Maria o do Plano Piloto e o de Monique o do Núcleo Brazlândia. Aninha foi a única participante da pesquisa que concedeu a entrevista enquanto seu companheiro integrava o grupo. Fiz observação-participante de dois encontros do ciclo que ele participou. Na data da entrevista de Aninha, em 26 de setembro de 2018, ocorreu também o último encontro dele.

Essa diversidade temporal em relação a participação dos homens nos grupos é um elemento interessante nessa pesquisa, pois são raras as iniciativas que mantêm contato com as pessoas participantes após o período de intervenção, o que impede que se analise os alcances das modificações ocorridas (AMADO, 2017).

No quadro abaixo, retomo brevemente algumas características dos serviços, expostos anteriormente, que serão abordados na análise:

---

<sup>130</sup> Nesse dia, após a finalização do grupo alguns homens ficaram mais um tempo conversando. Entre eles estava o ex-companheiro de Deise. Ele veio conversar comigo, interessado na minha pesquisa e passou a me contar diretamente um pouco da sua experiência, como o grupo tinha o ajudado a lidar melhor com os problemas em casa, como ele entende melhor agora que não dá pra partir pra briga, que vale a pena conversar mais tarde, com calma, sobre os conflitos que aparecem na relação.

Quadro 4 – Estrutura dos serviços frequentados pelos companheiros das participantes da pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA		Estela, Deise	Carla	Maria	Ana, Gabriela	Aninha, Monique
<b>SERVIÇO</b>		CREAS I de Blumenau	NAFAVD Samambaia	NAFAVD Plano Piloto	NAFAVD Santa Maria	NAFAVD Brazlândia
<b>Grupos de homens em 2018</b>	Formato	Aberto	Fechado	Fechado	Fechado	Fechado
	Nº de encontros	Indeterminado	13	8 a 12	9	8 a 10
	Frequência	Quinzenal	Semanal	Semanal	Semanal	Semanal
	Tempo de duração	1h30	2h	1h30	2h	2h
	Nº de participantes	Indeterminado	12 – 14	12 – 15	14-15	Mínimo 12
	Grupos em andamento (set/2018)	1 de homens e 1 de mulheres	3 de homens	2 de homens	1 homens e 1 de mulheres	1 de homens
	Facilitadores	1 psicóloga e 1 assistente social	3 especialistas em duplas	Cada especialista faz dupla com um agente social	2 especialistas em dupla	Especialista sozinha, eventualmente com o técnico
	Temáticas	Lei Maria da Penha, Masculinidades, Resolução de Conflitos, Funções Parentais, Stress e Ansiedade, Sexualidade, Relações de Gênero, Feminismo/Machismo, Manejo da Ira, Educação e Gênero, Uso de Álcool e Drogas, Opressão, Racismo e Homofobia	Apresentação e acordo de convivência Lei Maria da Penha, LMP – Tipos de Violência, Gênero, Sexualidade, Racismo, Sentimentos, Comunicação, Uso	Apresentação e acordo de convivência, Lei Maria da Penha, Gênero, Comunicação, Emoções, Ciclo da violência	Apresentação e acordo de convivência, Masculinidades e feminilidades, sobre Lei Maria da Penha, os tipos de Violência, Gênero, Sentimentos, Comunicação, uso de álcool e drogas	Apresentação e acordo de convivência, Lei Maria da Penha, Gênero, Relações, Comunicação, Sentimentos, TRE, Mediação de conflitos, alcoolismo, Projetos de Vida

			de álcool e outras drogas, Avaliação			
--	--	--	--------------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas com profissionais dos NAFVD

## 5.1 O QUE DIZEM AS MULHERES

Na entrevista de história oral fiz três blocos de perguntas às mulheres com relação à participação de seus companheiros nos serviços: o primeiro no intuito de compreender as diferenças que elas veem no relacionamento e como se dão os conflitos pós-participação; o segundo, o que elas pensam que poderia ser diferente ou melhorado nos grupos; e o terceiro, o que elas gostariam que ainda fosse trabalhado com seus companheiros.

Apesar das diferentes metodologias dos grupos, todas as entrevistadas notaram algum grau de modificação no comportamento de seus companheiros e consideram a participação deles como algo positivo. Estela percebeu que depois da participação no grupo, seu companheiro estava: *“um pouco mais aberto, porque ele é uma persona muito fechada. Tem aquela persona que é muito fechada, que não quer conversar. Tu não tira nada dele [risos]. E ele conversava mais né”*. Eles continuam tendo muitas brigas, mas, segundo ela: *“agora é menor, né? Passa de mês em mês. Antigamente era quase toda semana”*. Segundo Estela, as brigas também deixaram de envolver agressões físicas. Contudo, não sabe se isso tem relação com a participação dele no grupo de homens ou com o conhecimento que ele adquiriu sobre a Lei e sobre a possibilidade de ser responsabilizado criminalmente:

**E essas brigas, elas chegam a ter contato físico ou não?**

Antigamente sim, mas agora não.

**E isso tu acha que teve diferença depois de ele participar no grupo ou foi por outros motivos?**

[hesitante]

**Que que tu acha que fez que não tivesse mais contato físico?**

Eu acho também que foi isso, que ele sabe que ele não pode me [hesita] bater (Entrevista Estela).

De modo geral, ela viu pouca diferença no seu relacionamento, mas acredita que isso esteja atrelado ao pouco tempo de participação de seu companheiro no Grupo de Homens do serviço de Blumenau – três meses. Levando em consideração que os grupos são quinzenais, isso representa apenas seis encontros, o que é avaliado insuficiente pela literatura especializada (VELOSO; NATIVIDADE, 2013; BEIRAS; BRONZ, 2016; CEPIA, 2016; MONTEIRO; BONINO, 2006). Já o ex-companheiro de Deise participou desse grupo por período superior a um ano. Ela percebeu inúmeras diferenças no comportamento dele, o que tem relação com seu tempo de participação:

[...] Ele tá mais equilibrado, (...), assim mais, como é que eu te digo, ele me respeita mais. Ele nunca mais tocou o dedo em mim pra agredir nada. E assim, até, inclusive

com meu menino, ele não tinha paciência. Hoje ele já tem mais paciência pra lidar com o autismo. Ele é um pouquinho mais compreensivo (Entrevista Deise).

As modificações no comportamento dele perpassam o autocontrole, sua construção sobre paternidade e formas de demonstrar afeto. Ou seja, vão para além de seu relacionamento com Deise, refletindo em sua família:

[...] as coisas foram melhorando porque ele começou a participar do grupo dos homens e eu também tive que mudar o meu jeito de ser também, tive que mudar o meu eu também. (...) Hoje, assim, eu aprendi, quando ele tá nervoso, eu me afasto. Então assim, ele também consegue se controlar mais, por ter vindo no grupo. (...) Eu parei de provocar mais, tipo assim, cutucar naquelas mesmas coisas e ele, por exemplo, consegue se controlar mais e até é mais carinhoso agora com o [filho] autista, né? Que antes ele não tinha aquele aconchego, aquele carinho, de dar abraços mais vezes, de dar carinho, dá beijo e fazer brincadeiras com o menino. Então assim, ele fazia brincadeira, mas assim, não era aquela coisa assim que dava pra dizer que era com carinho. E hoje em dia ele tem mais carinho, mais amor pelo filho dele (Entrevista Deise).

Apesar das diferenças observadas, ele ainda não assume a responsabilidade de cuidado do filho para si:

[...] eu acho que ele tem um pouco de medo, assim, ele acha que a mulher tem que tá dentro de casa cuidando do filho, porque quando eu tenho alguma coisa pra fazer com amigas, ou um negócio na igreja, (...), ele sempre tem uma desculpa pra que eu leve ele junto ou pra não cuidar dele (Entrevista Deise)

Esse fato sobrecarrega Deise, uma vez que, devido os cuidados constantes que seu filho autista demanda, ela não consegue tirar um tempo só pra si. Passando às entrevistadas do Distrito Federal, Carla percebe mudanças em variados aspectos, desde a personalidade *explosiva*, até o abuso de álcool e drogas, presente em todas as situações de violência experienciadas na relação:

[...] a diferença é notável porque, até mesmo, ele tá mais tranquilo. Ele também faz acompanhamento no CAPS. (...) Questão de bebida também, ele parou, vamos dizer, uns 99%, porque, às vezes, quando ele fica frustrado, ele vai lá e dá uma recaída (Entrevista Carla).

Maria afirma que *“depois que participou do grupo, em vista do que ele era, melhorou digamos que uns 80%”*. Segundo ela, seu companheiro

[...] melhorou bastante. Aí tem horas que parece que ele esquece, aí ele fica nervoso, mas daqui a pouco ele se acalma. Então não chega a [silêncio] né ...  
**E ele era, assim, é agressivo verbalmente ou não? De falar coisas ...**

Ele já foi. Já foi, então depois disso ele melhorou muito. Melhorou muito. Mas ele sempre nossa, fala coisas pesadas. Aí melhorou muito. E eu também, melhorei também. (Entrevista Maria)

Em seu relato ela percebe principalmente um maior autocontrole de seu companheiro, o que tem feito muita diferença no cotidiano da relação. Além da experiência dele enquanto membro do grupo, Maria também atribui a melhora no seu relacionamento a mudanças operadas no seu próprio comportamento. Esse discurso aparece nas entrevistas de todas as mulheres que participaram de atendimentos grupais e/ou individuais.

Na fala de Ana, ela ressalta, principalmente a diminuição do abuso de álcool e o aumento da responsabilidade do companheiro com a família, suas principais queixas e desencadeadores de conflitos no passado:

[...] Hoje, se eu te falar, largou de beber definitivo? Não. Mas hoje ele pode tá bêbado, caindo, mas ele cai aqui no sofá. Ele não me incomoda. Ele não incomoda os meninos. Sabe? Ficou, não vou dizer outra pessoa porque também não é, mas melhorou mais que 50% do que ele era, entendeu? Antigamente as conta eu tinha que briga duas vida e duas noites pra pagar, hoje quando eu sei que ele recebe no segundo dia útil eu falo “Oh, ta aqui já as contas das despesas de tudo, água, luz, telefone, cartão”. E ele “Não, pode deixar aí, pode deixar tudo aí nessa pasta que depois eu vou pegando e vou pagando tudo”. E tamo vivendo hoje assim. Vira e mexe dá uma confusão, uma briguinha? Dá. Mas nada que a gente não consiga controlar lá dentro (Entrevista Ana).

Ela ainda percebe uma diminuição na intensidade dos conflitos que, de acordo com seu relato, agora são “controláveis”. Para Gabriela, seu companheiro

[...] mudou muito como pessoa. Antes ele não conseguia controlar o emocional dele, hoje eu vejo que ele consegue. Se eu falar alguma coisa, ele se irrita, mas ele não grita, ele fala: “Tá, depois nós conversa”. Então eu acho que ajudou muito ele, como pessoa. Porque ele era muito explosivo. Hoje eu vejo que ele não é tão explosivo. Ele consegue manter o equilíbrio. Se ele fica irritado, ele pensa antes de falar alguma coisa. Então eu acho que ajudou muito ele.

Segundo ela, acompanhamento que tiveram no NFAVD resultou no *amadurecimento* dos dois e na diminuição de conflitos: “*hoje em dia a gente não briga mais tanto. As nossas brigas de hoje não têm nada a ver com as nossas brigas do passado*”. Na experiência de Monique, as mudanças no comportamento do companheiro foram percebidas por toda família:

[...] ah, ele ficou mais carinhoso, sabe, ele ficou ... porque ele é muito ignorante. Parece que acabou até a ignorância dele. Ele qualquer coisinha ficava com raiva. Ele mudou demais, até os menino acha: “Foi, meu pai, mudou demais”. Não sei se porque ele ficou quatro meses preso, porque ali, ali não é lugar para ninguém. Ele falou que não qué mais voltar praquele lugar. Eu falei: “Só não fazer, só não aprontar. Faz direitinho o que o juiz mandou você fazer, vai pro AA”. Aí ele também vai num negócio lá em Ceilândia, eu também tava indo lá com ele (Entrevista Monique).

Monique também observou o aumento do autocontrole do companheiro. Ela também atribui essas mudanças à sua prisão.

Segundo Aninha, seu companheiro *“tá um pouco mais caseiro. Acho que, como ele tá se enturmando com outras pessoas [do grupo], ele chega conta as histórias”*. O que ela reconhece como positivo, levando em consideração os desencadeadores de conflitos no seu relacionamento: abuso do consumo de álcool, falta de companheirismo e passar muito tempo em bares.

Assim, corroborando estudos anteriores feitos com homens autores de violência em grupos (MISTURA; ANDRADE, 2017), é possível identificar um antes e um depois expresso nos relatos das participantes da pesquisa, indicando a construção de alternativas a violência para a resolução de conflitos familiares, o que vai ao encontro do objetivo dos NAFVD e do CREAS de Blumenau. Há o aumento do autocontrole dos companheiros, uma das principais demandas das mulheres, uma vez que a dificuldade deles em se expressar e lidar com sentimentos aparece como um dos principais desencadeadores das violências denunciadas. Em alguns casos, esse aumento de autocontrole está conjugado com o aprendizado pelas mulheres de estratégias para evitar violências como o “não dar trela”, “não discutir”, “não dar ouvidos”. Um exemplo disso é o relato de Aninha, a única mulher entrevistada que não havia participado de nenhum acompanhamento:

[...] os conflitos estão diminuindo...eu também não respondo mais. (...) se ele começa a falar eu não dou ouvido, entro pro quarto, vou rezar meu tercinho, vou ler a bíblia. Aí ele se cansa e vai dormir. Aí é assim que eu tô fazendo, não fico mais naquela de bater boca, discutir, falar um monte de coisa... porque se das outras vezes que deu essa violência, eu tivesse feito isso, talvez não teria chegado onde chego (Entrevista Aninha).

No seu caso, essa estratégia parece estar permeada com algum grau de autoresponsabilização pela violência de seu parceiro. Deise, levando a outro patamar o desenvolvimento de técnicas de não-confronto, principalmente pela preocupação com o reflexo das discussões em seus filhos, passou a comunicar questões sensíveis ao ex-companheiro através de mensagens de texto:

[...] quando eu não consigo me expressar com ele, então o que que eu faço: é esquisito falar [risos], mas assim (...) quando eu preciso falar algo pra ele que ele me entenda, eu mando pro whatsapp dele. (...) pra que ele leia, e pra que nós não precisasse discutir (...) e nem falar, tipo assim, na frente dos meus filhos. Então, pra que eu me desabafe, eu faço isso, sabe. Quando eu preciso falar uma coisa, eu me desabafo pelo whatsapp, e ele lê e ele entende. Então assim, pra não precisar falar muitas coisas na frente dos meus filhos, e justamente pelo autista, que, assim, eu evito muitas coisas porque ele é muito esperto, muito inteligente, ele capta muito no ar (Entrevista Deise).

Nesse sentido, é necessário ter um olhar crítico em relação ao alcance dessas modificações. Nos relatos das mulheres é evidenciado que desde a participação nos grupos, nenhuma delas vivenciou novamente situações de violência física; contudo, a maioria não discorre sobre outras formas, ou dão a entender que algumas manifestações de violência psicológica e moral ainda ocorrem, como no trecho abaixo:

[...] depois que ele veio um ano no grupo dos homens, ele melhorou muito, melhorou bastante de dali ele nunca mais, assim, me agrediu, as vezes ele se esquece, e ele dá uma palavrinha assim, uma agressão ...

**Verbal?**

Verbal. Daí quando eu lembro ele, digo que vou mandar chamar de novo, aí ele se toca e daí ele abaixa o tom (Entrevista Deise).

Maria também fala que “*tem horas que parece que ele esquece, aí ele fica nervoso, mas daqui a pouco ele se acalma*” e que “*ele sempre nossa, fala coisas pesadas*”. Assim como outras pesquisas com grupos de homens e mulheres em situação de violência têm analisado (NOTHAFT; BEIRAS, 2019; MACHADO, 2013), é mais complexo o reconhecimento dos atos previstos no artigo 7º inciso II como violência:

[...] a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Na experiência de Gabriela, mesmo após a participação no grupo, seu companheiro ainda a culpa: “*às vezes ele vem pras reuniões contrariado, ele não aceita eu ter feito isso com ele. Ele fala: “Ah, eu não precisava ter passado por isso”*” (Entrevista Gabriela). Discursos que remetem à responsabilização da mulher, minimização do ato cometido ou ao não reconhecimento do ato como violência são recorrentes entre homens autores de violência (MARQUES, 2007; AGUIAR, 2009; PAZO, 2013; PRATES, 2013; MISTURA, 2015; BILLAND, 2016; NOTHAFT, 2016). Segundo os profissionais dos NAFVD, e conforme pude também observar nos grupos que participei dos encontros iniciais, muitos os homens chegam resistentes nos primeiros atendimentos:

[...] o homem vem no atendimento individual muito resistente, achando que aqui vai ser uma pena. Então assim, nos atendimentos iniciais do homem a gente trabalha muito essa coisa da resistência, e de explicar a proposta do trabalho, que a gente não

é uma pena ... em alguns casos até é cumprimento de pena, mas na maioria deles não (Entrevista Psicóloga Brazlândia).

Assim como as mulheres, os homens não são devidamente informados sobre seus direitos e obrigações: *“muitos chegam aqui, assim, com uma dificuldade até de compreender juridicamente o que que tá acontecendo”* (Entrevista psicólogo Gama). Para lidar com essa situação, a especialista do NAFVD Planaltina adotou a postura de, no primeiro atendimento, olhar o processo:

[...] para ver se tem uma medida protetiva, quais foram os acordos feitos por eles, porque às vezes eles não sabem quais foram os acordos, que eles têm que assinar trimestralmente. Às vezes, eles não tem noção disso. E isso é uma queixa recorrente deles, né. “Ah, mas não me explicaram isso tudo”. Ao tempo que isso é uma queixa, quando a gente coloca isso para eles no atendimento, isso vira um fator de vínculo. Porque eles ficam confiantes. “Olha a situação é essa.” (Entrevista Pedagoga Planaltina)

A falta de informações pode gerar sentimentos de incerteza, medo e injustiça, que podem tanto contribuir para novos conflitos ou retaliações, quanto dificultar processos reflexivos (NOTHAFT; BEIRAS, 2019). Assim essa postura de explicar aspectos jurídicos e processuais referentes à situação vivida por eles ajuda a desconstruir a resistência inicial e a criar vínculos com as profissionais.

O companheiro de Maria *“ficou muito revoltado”* porque ela denunciou. Segundo ela, *“como ele é vigilante, ficou com medo de perder o emprego. Com muito medo, o medo dele só era esse mesmo. No mais, ele falava que não tinha feito nada demais. Pra eles é nada demais... Mas pra gente ...”* (Entrevista Maria). Muitos participantes de grupos reflexivos não negam o ato denunciado pelas companheiras, *“apesar de afirmarem que não cometeram uma violência”* (MARTÍNEZ-MORENO, 2017, p. 190-191). Segundo Garda Salas (2007), muitos homens não identificam suas ações como violentas, ou não identificam o problema de serem violentos. Pois seus atos são considerados, por eles mesmos, como defesa (GARCIA, 2018), resposta (MORAES; RIBEIRO, 2012; MARTÍNEZ-MORENO, 2017; SILVA; COELHO, 2017; GARCIA, 2018), erros justificáveis (BILLAND, 2016), ou, até mesmo, punição (MORAES; RIBEIRO, 2012) diante das ações de suas companheiras.

Apesar disso, no desenrolar dos grupos reflexivos, alguns participantes relativizam essas posturas e chegam a construir o desejo de continuar participando dos grupos: *“ele sempre liga para o menino [técnico do NAFVD Brazlândia] aqui, sempre liga (...) Ele vai voltar, ele falou que tá doidinho pra voltar.”* (Entrevista Monique); *“ele disse que gostou da participação, tudo. (...) ele disse que assim que ele tiver um dia fixo, um horário fixo no serviço dele e um lugar*

*fixo, que ele pode saber assim (...), ele diz que ele vai voltar a vir novamente”* (Entrevista Deise). Levando em consideração que existem altas taxas de desistência entre os participantes voluntários (AMADO, 2017), cabe pontuar que o companheiro de Deise completou mais de um ano de participação no Grupo de Homens de Blumenau. O companheiro de Aninha fala que *“tá vindo porque ele mereceu. Porque ele mesmo fala, onde a cachaça pode levar a pessoa. Que ele não merecia tá aqui, mas ele mesmo procurou, que ele mesmo errou. Ele mesmo reconhece”* (Entrevista Aninha). Esses relatos indicam abertura para a reflexão, passo imprescindível rumo à responsabilização, objetivo dos NAFVD, do Grupo do CREAS I de Blumenau e demais intervenções com autores de violência no Brasil que seguem as diretrizes da SPM.

Em outras palavras, é necessário que os homens sintam a necessidade interna de superar seus problemas, o que Adriano Beiras (2012, p. 294) chama de “implicação subjetiva para a mudança”. Essa implicação é importante porque a responsabilização é um processo interno, não algo externo que possa ser ensinado, mas sim facilitado através da reflexão compartilhada (ACOSTA, 2013). Segundo Felipe Lattanzio e Rebeca Barbosa (2013), a responsabilização visa implicar os sujeitos nas escolhas feitas, e assim quebrar discursos justificadores e naturalizantes sobre as violências praticadas, mostrando que outras possibilidades de comunicação são possíveis. “O caminho da responsabilização, ainda, busca mostrar aos homens a estrutura social de desigualdade e privilégios” e posicionar “os sujeitos como atores de suas vidas e responsáveis pela manutenção dessa estrutura hierárquica em seus cotidianos e em suas relações sociais e de intimidade” (LATTANZIO; BARBOSA, 2013, p. 95).

Quando questionadas se algo poderia ter sido diferente no atendimento que seus companheiros tiveram, ou se tinham alguma sugestão nesse sentido, apenas Estela, Carla e Ana responderam positivamente. Estela disse não saber opinar sobre o que poderia ser diferente no Grupo de Homens do CREAS I porque ele havia participado pouco tempo, mas fez a sugestão que

[...] gostaria que aqui também tenha um acompanhamento psicológico, pra homem também. Porque só tem que ter pra mulher? eu acho que não.

**Eu acho que é os grupos né, mas assim, individuais?**

É, mais tipo uma terapia, essa seria minha sugestão. Terapia tanto pra homem quanto pra mulher, uma terapia psicológica né, porque todos que estamos aqui, temos ..., estamos aqui por problemas. (Entrevista Estela)

Ela aborda aqui a importância da discussão sobre autocuidado, algo também destacado por Carla ao valorizar o acesso de seu companheiro a um acompanhamento com psicólogos. A sugestão de Estela não diz respeito aos grupos para autores de violência, mas sim à uma questão relacionada que é o pouco cuidado que os homens têm com a própria saúde mental e a falta de

serviços aos quais possam recorrer. Serviços que incentivem o cuidado por parte dos homens podem ampliar o debate sobre a “necessidade de redistribuição da responsabilização social pelo trabalho do cuidado cuja responsabilidade, até agora, cabe principalmente às mulheres, sendo um aspecto chave da desigualdade de gênero” (BILLAND, 2016, p. 160)

Em relação aos NAFAVD, Carla e Ana ressaltam a questão do tempo de acompanhamento como algo que poderia ser ampliado para obter resultados mais duradouros: “*Eu acho que poderia ter se prolongado mais, né. Mas como a demanda é muito grande, acho que não dá*” (Entrevista Carla); “*Assim, só se fosse um prazo maior. Porque eu acho que, assim, não só pra ele, mas acho que pra todos os homens (...) tinha que ser maior o prazo deles*” (Entrevista Ana). Os grupos de homens do NAFAVD Santa Maria e o Samambaia, onde seus companheiros participaram, têm tempo de duração de nove e treze encontros, respectivamente. Entre os NAFAVD, o de Samambaia possui o maior número de encontros, o que se reflete em uma maior amplitude de temas que são trabalhados com os homens. O entendimento de que a violência “compreende questões complexas resulta na necessidade de um processo longo de intervenção junto aos homens autores de violência” (AMADO, 2017, p. 221).

Em pesquisa na América Latina, Toneli et. al. (2010) identificam que a maioria dos serviços de caráter grupal analisados se reúnem de forma semanal por no mínimo um ano. No Brasil, não há padrão quanto ao número de encontros (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019). O mapeamento realizado pelo Instituto Noos (2014) identificou formatos que previam entre três e vinte encontros, enquanto no mapeamento da CEPIA (2016) o número varia entre seis e dezenove. O mapeamento mais recente, realizado em parceria com o Núcleo Margens e o Instituto Noos, identificou a variação de cinco a trinta encontros: “essa diferença pode estar atrelada às bases teóricas e à disponibilidade de recursos, ou se dar em função da institucionalização do programa” (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 269). O Grupo do CREAS I de Blumenau e os NAFAVD se encontram na média dessa variação nacional.

Apesar das divergências, os estudos nacionais indicam que um trabalho inferior a seis meses será superficial, e não contribuirá para o fim desse tipo de violência (VELOSO; NATIVIDADE, 2013). Já a literatura internacional “demonstra que o caráter reflexivo do trabalho pode ser alcançado com, no mínimo, 10 encontros” (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 13). Contudo, em grupos com menos de doze encontros torna-se difícil a inclusão de questões individuais, bem como o aprofundamento dos temas debatidos. Em intervenções muito curtas, corre-se o risco de apropriação instrumental de discursos, sem que nenhum processo de

transformação tenha sido iniciado (CEPIA, 2016), pois o tempo de acompanhamento influencia o nível de reflexão dos participantes e a possibilidade de estes serem afetados pela intervenção (MONTEIRO; BONINO, 2006; SILVA; COELHO, 2017; AMADO, 2017).

Gabriela, quando questionada se algo poderia ter sido diferente no atendimento que seu companheiro teve, ou se tinham alguma sugestão nesse sentido, disse que não saberia opinar porque não teve contato com o grupo, revelando o distanciamento entre o acompanhamento dos homens e das mulheres. Já em relação ao tempo, ela discorda que ele teria efeito porque acredita que

[...] o caráter de cada pessoa é construído em cima de uma base de criação. Ele foi criado de uma maneira diferente, eu fui criada de outra maneira. Minha família tem uma cultura, a família dele tem outra cultura. Então eu acho que o comportamento de cada ser humano está relacionado à cultura. Eu vejo dessa forma. Não estou afirmando que ele é assim por causa da criação, mas eu acho que é uma cultura. Ele foi criado na roça, o pai dele xingava muito, então pra eles aquilo ali era normal. E aí ele veio morar na cidade, que xingar é agressão, que falar alto com a mulher é agressão (Entrevista Gabriela).

Segundo seu argumento, seria muito complexo modificar os valores nos quais fomos criados e desnaturalizar comportamentos que estamos acostumados, o que ela chama de cultura. Ela, entretanto, não desmerece o trabalho realizado pelos grupos, somente reconhece suas limitações:

[...] é lógico que ajuda muito, muito [ênfase], porque ele vai ver que o que ele faz com a esposa dele, através do grupo, ali da reunião, que o outro tá contando, ele vai, ele vai, tipo ... Se a outra pessoa falar “Eu fiz isso minha mulher” Ele vai falar, “Caramba, não tá certo, nossa então o que eu faço pra minha também não é certo”. Então eu acho que através de outras pessoas contando uma história, você vai avaliar a sua, então você vai conseguir perceber que o que você faz não tá certa. Através de outras histórias, eu acho que é isso ajuda muito. Mas eu acho que em termos de tempo, não. Assim, que nem eu tô falando, é cultura, é o jeito da pessoa ser criada, é o caráter de cada um (Entrevista Gabriela).

Esse discurso por trás da resposta de Gabriela também aparece na entrevista de Maria, que remete à criação violenta de seu companheiro o fato de ele ser *nervoso, estourado*:

[...] o caso dele é quase o mesmo meu, né. O pai dele abandonou ele quando ele era pequeno. Deixou só com a mãe, e a mãe dele sempre, ele falou que pegava aquelas facas de serra pra cortar o pescoço deles, eu nunca ..., eu apanhava, mas nunca cheguei nesse limite aí. De pegar uma faca no meu pescoço, não sei o que. Então a pessoa cresce revoltada com isso, né. Eu acho que isso tudo é o resultado da infância. De ser revoltado, de agredir, né, e depois de velho fica difícil, mas eu acho assim que melhorou muito com o acompanhamento com a psicóloga. Porque assim, um aprendeu a se respeitar mais, a entender o outro, eu achei que foi bom. (Entrevista Maria)

Ao mesmo tempo que ela acredita na potencialidade dos grupos reflexivos, quando faz referência à idade, ela indica limitações: como modificar em um período limitado de tempo aquilo que aprendemos durante uma vida inteira? Os estudos feministas ao trabalhar gênero como construído socialmente e culturalmente irão argumentar a possibilidade de desnaturalizações de comportamentos. Contudo, esse é um projeto de longo prazo que envolve reflexão constante, em diversos âmbitos da sociedade e não pode se restringir a uma política específica. Assim, é necessário, como previsto nas *Diretrizes para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores*, que os serviços para autores de violência sejam desenvolvidos juntamente “com demais atividades preventivas - tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares” (BRASIL, 2008, p. 2).

Maria, quando questionada se achava que algo poderia ter sido diferente no atendimento de seu companheiro, respondeu “*Acho que não, acho que depende de cada pessoa*” (Entrevista Maria). O seu relato e o de Gabriela remetem à discussão sobre interseccionalidade<sup>131</sup>, inserida pelas feministas negras nos estudos de gênero e masculinidades. No âmbito desses estudos, as práticas sociais de homens também variam entre sociedades e inclusive, dentro de uma mesma sociedade, pois as construções de masculinidades são diversas, conforme a região, classe, raça, origem étnica, geração, religião, sexualidade (SOUZA, 2013). Nas pesquisas sobre violência doméstica e familiar e sobre as intervenções grupais, isso se reflete na compreensão de que “homens autores de violência” também não são uma coletividade homogênea. É nesse âmbito que o trabalho das profissionais que facilitam os grupos e a metodologia utilizada se torna tão importante. Metodologias que consideram as intersecções que perpassam as experiências de seus participantes, assim como seus contextos sociais e culturais, engajam mais homens, aumentando o potencial reflexivo do grupo. Dentre os serviços pesquisados, por mais que o olhar para classe se faça presente na maioria das entrevistas com os profissionais, o para raça/etnia no acompanhamento dos homens foi mencionada somente em dois Núcleos dos NAFAVD: Samambaia e Planaltina. Não por acaso, os profissionais que trouxeram essa discussão à tona marcavam sua identidade racial em suas falas, como homem negro e mulher não branca, respectivamente. No Núcleo de Samambaia, um encontro inteiro do grupo para autores de violência é destinado para refletir sobre Racismo. Nesse encontro, que pode

---

<sup>131</sup> Não foi objetivo dessa tese pensar a interseccionalidade dos companheiros das mulheres entrevistadas. Todavia, considero essa abordagem necessária em futuras pesquisas para compreendermos melhor como sistemas de opressão interseccionados – de classe, raça/etnia, gênero, entre outros – se reproduzem nas relações afetivo-conjugais, nas situações de violência e nas formas de enfrentamento buscadas pelas mulheres, assim como no tratamento dado pelas instituições a elas e aos autores de violência.

participar enquanto observadora, os facilitadores utilizaram frases como desencadeadores de discussão no grupo. A partir das respostas dos participantes, devolviam com perguntas reflexivas, relatos de experiência de pessoas negras e dados provenientes de pesquisas para discutir a temática. Abordam também como a dimensão racial se intersecciona com a de gênero nas violências domésticas e familiares contra mulheres negras<sup>132</sup> e a reprodução de discursos e práticas racistas em relacionamentos afetivo-conjugais.

Por fim, quando questionadas o que gostariam que ainda fosse trabalhado com seus companheiros, Carla, Ana e Aninha pontuaram a questão do consumo de álcool, aparecendo como uma demanda o encaminhamento de seus companheiros aos Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS AD). Elas conferem tal importância a questão porque as situações de violência experienciadas ocorreram em momentos que seus companheiros estavam alcoolizados.

Carla atribui o excesso de consumo de bebida alcóolica de seu companheiro a momentos de estresse: *“acho que pra ele é tipo uma fórmula de escape”* (Entrevista Carla). Aninha também levanta a questão do estresse do companheiro:

[...] ele não dorme muito bem. Ele é muito ansioso, sei lá, nervoso. Não sei qual o motivo desse estresse, desse nervoso. (...) ele vive estressado por causa do serviço e chega em casa ele, em vez de ele se acalmar, ele se estressa mais ainda. (...) o que mais atrapalha ainda o nosso relacionamento é o estresse dele e a bebida. (...) Ele se transforma quando bebe. Qualquer coisinha para ele... ele vê coisa onde não existe (Entrevista Aninha).

O grupo para autores de violência de Brazlândia, onde o companheiro de Aninha participou, inclui a Técnica de Redução de Estresse – TRE em um dos encontros. Um profissional convidado aplica a técnica e discute com os participantes um pouco sobre a necessidade de autocuidado. Segundo a Psicóloga responsável pelo grupo:

[...] a gente traz também a técnica de redução de stress, que é uma vivência um pouco mais corporal e é uma possibilidade também de ele exercer o autocuidado, porque a maioria fala que não vai ao médico, não tem um tempo pra si, é bem a figura do “machão”: “não adoço, não quero adoecer e não preciso que ninguém cuide de mim”. Tem esse discurso deles, e aí a gente trabalha isso nos temas (Entrevista Psicóloga Brazlândia)

---

<sup>132</sup> Dentro dessa questão, uma limitação dessa tese é que ela não dá conta de compreender essas interconexões no âmbito das relações afetivo-conjugais das participantes da pesquisa, uma vez que não foquei nas situações de violência e sim nas experiências de enfrentamento das mulheres em relação à rede de atendimento e os serviços para autores de violência. Essa discussão foi aprofundada por Bruna Pereira em sua dissertação de mestrado, pesquisa que infelizmente conheci apenas depois de minha banca de defesa. Ela traz contribuições fundamentais para repensar as pesquisas sobre violências domésticas e familiares no Brasil, assim como as políticas públicas para combatê-las. Para ter acesso a essa discussão ver: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

O aprendizado e a valorização do autocuidado por parte dos homens podem impactar as vivências cotidianas de suas famílias, tanto na diminuição de conflitos causados pelo estresse e sobrecarga de trabalho quanto na diminuição do abuso de álcool e drogas. Além disso, podem evitar problemas de saúde física e mental, que também afetam a vida de sua família e podem sobrecarregar as mulheres (AGUAYO; NASCIMENTO, 2016). Dentre os desencadeadores das violências denunciadas, o ciúme dos companheiros também continua marcando alguns relacionamentos e aparece como outro ponto a ser mais trabalhado nos encontros:

[...] mas ainda tem coisa pra ele melhorar. O que eu mais quero que ele melhore é a causa de ciúme. Ele é ciumento demais. Ele é ciumento e fala que eu sou a vida dele. Que ele vai viver comigo até ele morrer. Que nunca vai separar de mim. Aí fica aquela coisa: “Eu nunca falei de separa de tu”. Ele é ciumento demais, tem hora, tem hora que o ciúme dele é tão doentio. Sabe aquele ciúme que tem uma hora que você fica até agoniada? Eu falei para ele: “Você tem acabar com esse ciúme”. Ele quando ele tava conversando aqui [NAFAVD], até era bom sabia. (Entrevista Monique)

Em pesquisas realizadas em Florianópolis (SC), no Ceará e em Rio Grande (RS), o ciúme aparece como uma das principais motivações das violências domésticas e familiares (CARVALHO et al, 2010; DEEKE et al., 2009; AMARAL et al, 2016; ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013). O estudo de Carvalho et al. (2010), constatou que 25,8% dos motivos para as agressões estavam relacionados ao ciúme do parceiro. Já na pesquisa analisada por Venturi (2014, p. 168) o “controle de fidelidade, ciúmes e temas afins” aparece como motivação mais citada tanto pelos homens que assumiram ter cometido violência contra alguma mulher (40%) quanto pelas mulheres que sofreram algum tipo de violência (46%);

[...] próximo a esse patamar, cerca de um quinto das mulheres agredidas (19%) disse que a razão maior do conflito relacionava-se à afirmação da sua autonomia – casos em que ela queria fazer algo que o homem não queria que ela fizesse (de sair com as amigas ou se vestir com determinada roupa, a buscar trabalho ou querer estudar) (VENTURI, 2014, p. 169)

Ou seja, a maior parte dos conflitos está relacionada ao anseio de posse sobre o outro e de controle sobre sua vida, o que faz com que seja também necessário questionar os modelos naturalizados de relacionamentos e as construções de gênero que as permeiam. Isso se relaciona com o último ponto que as participantes da pesquisa destacam como necessário ser mais trabalhado com os homens: como lidar com sentimentos, principalmente em momentos de conflito. Para Estela, seu companheiro necessita aprender a ponderar:

[...] **pensando no teu relacionamento, o que tu acha mais importante mudar (...)?**  
Que ele mudasse seu carácter né, que ele aprenda a “razonar” eu diria, razonar se diz aqui? É razonar e entender melhor as coisas.

**E quando tu diz carácter, o que que seria esse carácter que tu gostaria que ele mudasse?**

As coisas de querer jogar as coisas, ele tem costume de querer jogar coisas.

**Ah, de jogar coisas dentro de casa? De ficar brabo?**

Ele fica brabo e joga as coisas, não em mim, não bate em mim. Mas nas coisas sim.

**Ele fica brabo muito rápido?**

Ah sim, ele é muito rapidinho [risos] pra ficar brabo. Então fica brabo e precisa jogar coisas aqui, ali. Ele não sabe conversar, assim como nós estamos conversando. Conversamos sim, mas tem momentos que ele não pode, não pode, como que tu diria? é ... se frenar esse nervo, e parar um pouco, pensar antes de falar as coisas, né? Isso. (Entrevista Estela)

Assim como Estela, Carla destaca a dificuldade de seu companheiro em lidar com sentimentos e frustrações: *“ele explode na hora e pensa depois”*. Isso a preocupa não só por causa dos conflitos domésticos, mas também porque ele se irrita muito fácil e pode acabar *“batendo, agredindo ou fazendo alguma coisa”* na rua que se arrependa depois. Construções de masculinidades que naturalizam a violência na resolução de conflitos não são danosas somente às mulheres, mas também a outros homens e aos próprios autores da violência, que se colocam em situações de risco. Em pesquisa com grupos para homens autores de violência, Adriano Beiras (2012) ressalta a necessidade do

[...] trabalho relacionado com a expressão de emoções pelos homens. Há uma separação de emoções consideradas femininas e masculinas, aspecto muito presente na construção de suas subjetividades, no manejo de suas relações e nos atos violentos exercidos. O trabalho realizado com os participantes do grupo foi o de desconstruir esta separação e questionar mandatos de masculinidades, mitos e legitimações relacionadas à expressão emocional. Os temas e as discussões propostas em relação a esta temática mostram a necessidade de um significativo trabalho na formação subjetiva dos homens com relação às emoções, com o objetivo de possibilitar que eles possam desde pequenos expressar suas vulnerabilidades, sensações, medos e sentimentos (p. 291).

Essa separação de emoções consideradas femininas e masculinas aparece no discurso de Estela, quando ela fala: *“(...) acho que nós mulheres somos mais tranquilas, homem é nervoso, ele fica nervoso então não pára pra pensar, respirar dez minutos, contar dez vezes e depois falar, eu acho que seria melhor isso”* (Entrevista Estela). Ao mesmo tempo que reivindica uma mudança de postura do companheiro, ela também justifica as ações dele baseando-se em uma essência masculina. Essas naturalizações estão muito presentes em nossa sociedade e permeiam as relações, estando na base de muitas justificações para atos violentos.

As participantes da pesquisa utilizam expressões como *estourado, brabo, nervoso, revoltado, menino, cabeça fraca, explosivo* para falar sobre o comportamento de seus companheiros que ainda é necessário melhorar. Além disso, o ciúme, o estresse e, inclusive, o

abuso de álcool podem ser considerados facetas das dificuldades dos companheiros em se comunicar e lidar com seus sentimentos, expressada pelas entrevistadas no percorrer dos relatos aqui analisados. Os desencadeadores das violências e os comportamentos que levam ao conflito nos relacionamentos são importantes mobilizadores para a discussão em grupo. Quando bem trabalhados, esses temas podem levar a reflexões mais profundas sobre desigualdades de gênero e construções de masculinidades, operando, assim, desnaturalizações que podem prevenir novas violências.

No próximo subcapítulo discuto brevemente as formas de ingresso e vinculação dos serviços pesquisados, relacionando com as possibilidades previstas na Lei Maria da Penha e alguns impactos no desenvolvimento dos grupos.

## 5.2 PUNIÇÃO X RESPONSABILIZAÇÃO: DISCUTINDO FORMAS DE INGRESSO E VINCULAÇÃO

Os serviços existentes no Brasil possuem uma diversidade de formas de ingresso e vinculação, motivo pelo qual considere necessário aprofundar essa discussão em sessão específica. Os NFAVD e os CREAS de Blumenau não se distanciam dessa realidade: ambos estão abertos à participação voluntária, contudo, majoritariamente a vinculação tem sido obrigatória a partir de encaminhamento judicial.

As formas de ingresso voluntárias são geralmente originárias de encaminhamentos da rede de enfrentamento à violência e demais serviços e políticas públicas regionais. No Distrito Federal, alguns serviços que encaminham são o PROVID<sup>133</sup>, o NERAV<sup>134</sup>, o Setor Psicossocial do Tribunal de Justiça e as redes de atendimento das regiões administrativas; em Blumenau,

---

<sup>133</sup> Prevenção Orientada à Violência Doméstica e Familiar, regulamentado pela Portaria PMDF Nº 985/15, consiste em um policiamento orientado ao problema que tem por objetivo o enfrentamento da violência doméstica, por meio de ações de prevenção, realizando intervenções familiares com vítimas e autores de violência, encaminhando-os aos demais órgãos que compõem a rede de apoio e proteção. Mais informações em: <<http://servicos.pm.df.gov.br/index.php/programas-sociais/80-prevencao-orientada-a-violencia-domestica-provid>>. Acesso em junho de 2019.

<sup>134</sup> O Núcleo de Assessoramento em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – NERAV é vinculado à Coordenadoria Psicossocial Judiciária – COORPSI do TJDF. O Núcleo tem como principal atribuição o assessoramento aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no tocante aos aspectos psicossociais presentes nas ações judiciais. Dentre as intervenções realizadas pelo NERAV, destacam-se os Grupos de Acolhimento e Avaliação que possuem composição mista (mulheres vítimas e supostos ofensores – sendo que partes de um mesmo processo participam de grupos diferentes). Estão instalados nas regiões administrativas de Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Taguatinga. Mais informações em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2018/julho/nucleo-de-violencia-domestica-do-tjdft-realiza-mais-de-1000-atendimentos-em-2018>>. Acesso em junho 2019.

são os serviços de saúde, conselho tutelar, Centro Terapêutico Vida<sup>135</sup> e a rede de atendimento do município.

Ocorre também, em casos mais raros, a participação espontânea pelo conhecimento do serviço, e/ou solicitação das companheiras. Em Blumenau, nos grupos que fiz observação-participante nos anos de 2017 e 2018, três homens participaram voluntariamente: um deles por conhecer o grupo e achar interessante o trabalho; o segundo, por valorizar o trabalho desenvolvido, continuou após o término do seu ciclo grupal obrigatório; e o terceiro, companheiro de Deise, participou por solicitação dela. Como os grupos estão vinculados ao PAEFI, esse tipo de demanda voluntária chega ao serviço mais facilmente. Nas entrevistas com os profissionais dos NAFVD também foram narrados alguns casos isolados de homens que procuraram os Núcleos por indicação de ex-participantes e companheiras.

Passando a discussão para o encaminhamento judicial, as formas encontradas durante a pesquisa foram: suspensão condicional do processo, pena alternativa, suspensão condicional da pena, conversão de prisão preventiva, transação penal, atenuante de pena, medida protetiva, descumprimento de medida protetiva ou encaminhamento voluntário em audiência. O quadro a seguir mostra as formas de encaminhamento de acordo com as unidades dos Núcleos do Distrito Federal e do CREAS de Blumenau:

---

<sup>135</sup> “O CTV é uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como objetivo principal oferecer suporte e tratamento psicossocial em comunidade terapêutica a usuários abusivos de substâncias psicoativas, buscando a reeducação social, resgatando a cidadania através de reabilitação física e psicológica, bem como de reinserção social”. Informações disponibilizadas no site: < <https://ctvida.wordpress.com>>. Acesso em dezembro de 2017.

Quadro 5 – Formas de encaminhamento

LOCAL	SERVIÇO	ANO	ENCAMINHAMENTO JUDICIAL	VOLUNTÁRIO
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	NAFAVD Samambaia	2003	Suspensão condicional do processo; pós sentença, como medida alternativa; pós sentença, com processo arquivado; pré-audiência.	Rede de enfrentamento à violência
	NAFAVD Plano Piloto	2005	Suspensão condicional do processo; execução da pena.	
	NAFAVD Santa Maria	2007	Suspensão condicional do processo; medida protetiva; execução da pena; como conversão da prisão preventiva.	
	NAFAVD Gama	2007	Suspensão condicional do processo; Transação penal.	PROVID e Setor Psicossocial do Tribunal de Justiça
	NAFAVD Brazlândia	2007	Descumprimento de medida protetiva; execução da pena.	
	NAFAVD Taguatinga	2007-2009-2018	Suspensão condicional do processo	
	NAFAVD Paranoá	2007	Suspensão condicional do processo; suspensão condicional da pena; medida protetiva	
	NAFAVD Planaltina	2007	Judicial por medida protetiva, atenuante de pena	Sugestão da Juíza e/ou Promotores, NERAV, PROVID, rede de enfrentamento, espontâneos.
	NAFAVD Sobradinho	2012	Medida protetiva, atenuante de pena, alvará de soltura (como critério para ser solto)	
<b>Blumenau - SANTA CATARINA</b>	CREAS I	2014 <sup>136</sup>	Medida protetiva	Rede de enfrentamento à violência, Conselho Tutelar, Serviços de saúde e CTV.

Fonte: Entrevistas realizadas com os profissionais dos serviços em 2018

<sup>136</sup> Por mais que os grupos sejam mais antigos, o formato atual, enquanto uma ação do PAEFI, iniciou em 2014.

As formas de encaminhamento judicial variam conforme o entendimento dos Promotores(as) e Juízes que atuam nos casos. Não existe sequer uniformidade regional ou municipal, como é possível perceber pelo quadro acima. Isso se dá porque não há consenso entre os operadores do Direito quanto à fase processual e o instituto jurídico adequado para o encaminhamento aos serviços (LEITE, 2016).

Nos NAFAVD, a forma mais utilizada ainda é a suspensão condicional do processo, instituto despenalizador instituído pela Lei 9.099/95, vigente na época de criação do projeto piloto dos NAFAVD. Ela é uma forma alternativa de evitar o início do processo e prevê a possibilidade de aplicação de condicionantes durante o período probatório (LEITE, 2018), características que a tornaram bastante utilizada para o encaminhamento de homens aos Núcleos. Está prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95:

[...] nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (BRASIL, 1995).

Antes da promulgação da Lei Maria da Penha, as violências contra mulheres eram processadas nos Juizados Especiais Criminais (JECrims), também instituídos por essa Lei, e majoritariamente punidas como pequenas multas ou pagamento de cestas básicas (SEGATO, 2003). Devido ao histórico de banalização e reprivatização da violência doméstica e familiar (SANTOS, 2010) operado nos JECrims, foi inserido o artigo 41 na Lei Maria da Penha, segundo o qual fica excluída a aplicação da Lei 9099/95 para os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Esse artigo foi alvo de contestações de constitucionalidade, questão finalmente resolvida no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 19, em 9 de fevereiro de 2012. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a ação, por unanimidade, e declarou a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340/2006. De acordo com essa decisão, à Lei Maria da Penha não se aplicaria nenhum dos institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), tais como a conciliação, a transação penal e a suspensão condicional do processo (CAMPOS, 2015; NOTHAFT, 2012).

Apesar dessa decisão, a polêmica aplicação da suspensão condicional do processo nos casos abrangidos pela Lei Maria da Penha continua em prática. Aqueles que defendem sua aplicação sustentam “ser este um dispositivo autônomo, não atrelado aos Juizados Especiais Criminais e crimes de menor potencial ofensivo” (LEITE, 2016, p. 28).

A Súmula 536 do STJ de 2015 é taxativa ao dispor que “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha” (Súmula 536, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015). Não obstante, grande parte dos encaminhamentos para os NFAVD ainda são feitos sem considerar essas alterações trazidas pela Lei Maria da Penha e ratificadas pelos Tribunais Superiores.

Em parte, isso ocorre porque os Promotores(as) não vem outras possibilidades legais de encaminhamento, ou porque acreditam que esse instituto ainda pode promover maior celeridade e efetividade na proteção da mulher (MONTEIRO, 2014; LEITE, 2016), entretanto como foi mostrado no quadro, existe uma diversidade de possibilidades de encaminhamento que estão de acordo com a legislação, inclusive mais céleres e igualmente efetivas.

Em Blumenau, a forma de encaminhamento majoritária é por medida protetiva. Isso é possível porque o artigo 22º da Lei Maria da Penha não é taxativo, ou seja, ao versar “as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras” (BRASIL, 2006), abre a possibilidade de juízes e juízas estabelecerem outras medidas além das previstas. Dentre as possibilidades em acordo com a Lei, é a que tem aparecido como maior inovação e tem sido cada vez mais aplicada em serviços pelo país.

Essa forma de encaminhamento apresenta algumas vantagens em relação às demais. A primeira delas é sua obrigatoriedade, o que evita que os serviços sofram com as altas taxas de desistência da vinculação voluntária. A segunda é sua natureza satisfativa, que significa que as medidas protetivas “não são acessórias de processos principais e nem a eles se vinculam”<sup>137</sup>. Assim, de acordo com o entendimento do STJ, elas podem ser concedidas independentemente da representação da ofendida, ou seja, inclusive nos casos que a mulher não queira propor ação penal contra o autor da violência, o que conforme pesquisas, ocorre em muitos casos (ANTEZANA, 2012; BRASIL, 2015). Esse caráter visa resguardar a integridade física e psicológica das partes, como o próprio nome diz: medidas protetivas. Isso também possibilita que os serviços se distanciem do lugar de pena, que cria resistências nos participantes, e cultive uma maior independência em relação às lógicas de intervenção próprias do sistema penal “baseadas no controle do comportamento e do discurso” (BILLAND, 2016, p. 162). Essas

---

<sup>137</sup> RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.497 - MG (2017/0057672-2) RELATOR: MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS RECORRIDO: RONALDO PINTO VIEIRA ADVOGADO: WANDER HEBER NAZAR - MG135553 PENAL. PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO. CRIME DE AMEAÇA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE PERSECUÇÃO PENAL. IRRELEVÂNCIA. CARÁTER AUTÔNOMO DAS MEDIDAS. (STJ - REsp: 1660497 MG 2017/0057672-2, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Publicação: DJ 27/02/2018)

lógicas impossibilitam a expressão espontânea dos participantes e, conseqüentemente, o diálogo, fundamental para que os processos reflexivos aconteçam.

Por fim, a última vantagem é a celeridade que proporciona ao encaminhamento se os prazos da Lei Maria da Penha são cumpridos:

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

O tempo de resposta do Estado é um fator muito importante a ser considerado, principalmente em casos sensíveis como de violência doméstica, em que a busca pelo enfrentamento à situação vivida, a partir do acesso a políticas públicas, da judicialização da violência e/ou da separação, pode agravar as violências sofridas. O tempo que a maioria das formas de encaminhamento requerem, sendo a condenação em um processo penal a mais demorada delas, pode ser bastante danoso nesse contexto “pois uma resposta tardia não se configura na segurança imediata que muitos casos requerem, não se constitui como ação preventiva, não contribui para a ruptura com ciclos de conflitos e violências e tão pouco pode ser considerada responsabilizante” (LEITE, 2016, p. 28).

Diretrizes internacionais<sup>138</sup> definem que o objetivo primário das intervenções é garantir a segurança das mulheres, deter a violência física e evitar a reincidência, e por isso, quanto mais “precoce e intensiva for a intervenção melhor se cumprirá com esse objetivo (nos programas realizados no âmbito judicial, o mais próximo possível ao momento da denúncia)”<sup>139</sup> (MONTEIRO; BONINO, 2006, p. 3). A celeridade do encaminhamento por medida protetiva pode tanto prevenir novas violências quanto provocar na mulher o sentimento de proteção e acesso à justiça, fundamental para seu fortalecimento nesse processo de enfrentamento à violência.

Em Blumenau, como os grupos são abertos, o tempo entre o fato que gerou o boletim de ocorrência e a entrada do homem em grupo é reduzido, podendo chegar, nos casos mais

<sup>138</sup> Critérios de qualidade para intervenções com homens que exercem violência desenvolvidos pelo coletivo espanhol Grupo25, tendo como referência pesquisas internacionais e avaliações de programas.

<sup>139</sup> Tradução livre de “cuanto más precoz e intensiva sea la intervención mejor cumplirá con este objetivo (en los programas realizados desde el ámbito judicial, lo más cercano posible al momento de la denuncia), debiendo ante todo lograr detener la violencia física y evitar la reincidencia”.

céleres a apenas uma semana. Nos NAFAVD que encaminham por medida protetiva, os casos chegam em torno de três meses depois da ocorrência, já naqueles em que o encaminhamento judicial principal é a suspensão condicional do processo, a média de tempo entre a denúncia e o encaminhamento é aproximadamente oito meses, podendo chegar a dois anos – sem contar o tempo da fila de espera nos Núcleos que tem demanda superior ao espaço e/ou quantidade de profissionais especialistas. Essa demora além de não proteger as mulheres, faz com que alguns homens cheguem no serviço “*sem entender direito qual foi a situação que gerou o encaminhamento*”, como narrado pelo Psicólogo de Gama em entrevista. Essas situações me levam a questionar como é possível falar em responsabilização quando os participantes sequer conseguem delimitar qual situação gerou seu encaminhamento?

Apesar das vantagens da medida protetiva como forma de encaminhamento, sua utilização era minoritária nos NAFAVD em 2018. O desconhecimento dessa opção e a resistência em aplicá-la talvez sejam resolvidos com a recente promulgação da Lei nº 13.984<sup>140</sup>, que altera o art. 22 da Lei Maria da Penha para incluir no texto legal o “acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio” como mais um tipo de medida protetiva. Digo talvez porque sua inserção em Lei não necessariamente garante sua aplicação, tanto pela discricionariedade<sup>141</sup> explícita no artigo 22, ao versar “o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência” (BRASIL, 2006), quanto pelas inúmeras contestações que a Lei Maria da Penha tem sofrido desde sua promulgação em 2006.

Muitos juízes e promotores argumentam contra esse uso, pois consideram a aplicação da medida protetiva de participação em grupos reflexivos como uma forma de antecipação da pena (LEITE; LOPES, 2013). Essa leitura está relacionada à lógica sancionatória que permeia a racionalidade penal ocidental moderna e “produz uma série de efeitos contraproducentes nas discussões sobre políticas públicas” (MACHADO, 2013, p. 108). Isso ocorre porque foi produzido

[...] no campo do direito penal – e do debate especializado e não especializado sobre ele – uma dupla naturalização: em primeiro lugar, se há crime, temos a obrigação de punir e, em segundo lugar, a pena há de ser a inflicção de sofrimento no autor, tendo a prisão assumido um lugar dominante no sistema penal há mais de dois séculos (MACHADO, 2013, p. 108).

<sup>140</sup> Essa legislação, em tramitação durante a escrita da tese, passou a vigorar em 3 de abril de 2020, dez dias antes de minha defesa de tese. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm#art2)>. Acesso em maio de 2020.

<sup>141</sup> Para o Direito, discricionariedade significa certa liberdade de decisão diante do caso concreto, dentro dos limites permitidos em lei, indicado nesse artigo pelo verbo “poderá”.

A reprodução dessas ideias faz com que a responsabilização no Direito seja vista apenas como imputação de responsabilidade, ou seja, algo externo, “um requisito que autoriza a sanção e seu sentido próprio é invisibilizado” (MACHADO, 2013, p. 108). Na experiência dos grupos a responsabilização é central, mas não como algo a ser imputado e sim algo a ser construído. Segundo Fernando Acosta e Barbara Musumeci Soares (2011), o que se busca com os grupos é provocar

[...] seus membros a resgatar as competências do diálogo, o qual, em algum momento foi substituído pela violência. Porém, o que realmente diferencia os grupos reflexivos das demais iniciativas de caráter punitivo é que se busca, aqui, atuar exatamente no coração da violência, ou seja, no terreno onde ela se constrói e, por isso, pode ser desconstruída: o campo da subjetividade. Entende-se que, somente através de processos capazes de alcançar a dimensão subjetiva, os indivíduos estarão realmente implicados em um processo de transformação de suas percepções e comportamentos (p. 14).

A responsabilização ocorre no decorrer desse processo. Assim pensar aplicação da medida protetiva de participação em grupos reflexivos como antecipação de pena é reduzi-la a mais um tipo de sanção, sendo que o foco pelo qual as medidas foram criadas é a proteção das mulheres em situação de violência e a prevenção contra reincidências, completamente alinhados com os objetivos das intervenções com autores de violência. Discutir serviços para autores de violência também é abrir espaço para enfrentar ideias fixas e naturalizadas no campo do direito penal que reproduzem um paradigma punitivista. Assim é necessário manter um olhar crítico para que sua estruturação, objetivos e, mais especificamente, suas formas de encaminhamento e vinculação não tenham por base ou não reforcem esse mesmo paradigma.

## 6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

O texto impresso nas linhas desta tese faz parte de um longo percurso que iniciei ainda na graduação. Não se trata apenas de uma pesquisa, mas de um projeto de vida. E, como tal, não há nada de imparcial/objetivo nesse percurso. Ele é completamente parcial/subjetivo, se compreendemos essas palavras como tomar parte e ocupar um lugar. Cada uma das teorias estudadas passou a fazer parte de mim, me tornou mais consciente de mim mesma e do que, a partir das minhas escolhas, eu aprendia a ver (LADSON-BILLINGS, 2006). Isso inclui a consciência das minhas limitações em analisar experiências diversas das minhas e, portanto, do meu lugar de fala, visto que formulações teóricas estão vinculadas à cultura, e as pessoas pesquisadoras estão imbricadas nesse processo (OYĚWÙMÍ, 1997).

Esse processo, que aprofundi na Pós-Graduação, me possibilitou compreender melhor as opressões que perpassam meu corpo e aquelas que o privilegiam, e desenvolver um olhar mais atento para relações de poder em que estamos imbricados. Mas, sobretudo, me fez assumir a responsabilidade pelas minhas escolhas na construção desta tese, especialmente porque elas não impactam apenas a minha vida. E quais são as escolhas que impactam somente uma vida? Assim, os compromissos desenvolvidos ao longo dessa pesquisa foram o ético em relação às participantes da pesquisa e profissionais entrevistadas(os), e a construção de um conhecimento acessível e atento às necessidades interseccionais das mulheres em situação de violência.

Ao ingressar nesse Programa de Pós-Graduação, coloquei muita energia para tentar compreender o lugar da interdisciplinaridade na construção do conhecimento. Experimentei na prática a ampliação de possibilidades epistêmicas e o não lugar que torna a pesquisa interdisciplinar um campo privilegiado para questionar a construção do conhecimento acadêmico e sua história. A interdisciplinaridade passou a compor meu lugar de fala e assumi minha própria *experiência* enquanto pesquisadora como fio condutor da tese. As três dimensões desse conceito: psicológica, política e epistemológica (BACH, 2010), embasam todo o desenvolvimento do presente texto. Desde a discussão epistemológica, perpassando a construção da história das participantes da pesquisa, até a análise, onde desdobro sua dimensão política através da interseccionalidade.

Este estudo partiu de algumas inquietações mais gerais em relação à aplicação da Lei Maria da Penha, para pensar sobre sua relação com um recorte específico do que aqui chamo de experiência de enfrentamento à(s) violência(s): os serviços para autores de violência doméstica e familiar. Ao fazer entrevistas de história oral com mulheres que tinham em comum

a participação de seus companheiros nesses serviços, busquei unir uma análise interseccional da aplicação da Lei Maria da Penha com a discussão sobre as intervenções com autores de violência. Lançar, assim, um olhar sobre a experiência de mulheres na análise dessas políticas.

Nessa pesquisa, busquei fugir de quadros conceituais preestabelecidos e respeitar a enunciação, as concepções e as experiências das participantes da pesquisa. Assim, ao longo dessa tese, desenvolvo análises contextuais às inquietações que orientaram essa pesquisa, a partir de um olhar interseccional aos relatos das entrevistadas, que serão agora retomadas e sistematizadas. A maioria das participantes da pesquisa buscou outras formas de enfrentar suas situações de violência antes de recorrer a uma intervenção estatal. A situação que levou seus companheiros a participar dos serviços envolveu violência física e não foi a primeira do relacionamento. A exceção de Monique, que acessou um serviço de saúde devido à gravidade de suas lesões, a porta de entrada de todas elas foram as delegacias, mostrando a permanência da centralidade do sistema de justiça. Apesar disso, nenhuma das mulheres considerou a condenação à prisão como a resposta mais adequada para combater as situações de violência de seus relacionamentos. Por mais que se tenha formulado um conceito de enfrentamento que compreende as dimensões da prevenção, do combate, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, e preveja a implementação de políticas amplas e articuladas (BRASIL, 2011), a aplicação da Lei Maria da Penha está muito longe desse conceito. Ainda há, mais de uma década depois de sua promulgação, a priorização da judicialização dos conflitos no acesso à proteção da Lei. Apenas nas experiências de enfrentamento de Deise e Ana foi possível identificar uma atuação minimamente articulada das instituições e serviços, ou seja, de uma aplicação da Lei em rede.

A partir da análise da experiência das participantes da pesquisa em relação aos serviços existentes no Distrito Federal e em Blumenau-SC, é possível aferir que a rede de atendimento nesses contextos não tem sido implementada de forma a considerar as intersecções de mulheres em situação de violência. No Brasil, se pensamos historicamente as intervenções do Estado em casos de violência doméstica e familiar, elas ou priorizaram a manutenção das relações familiares, ou a proteção da “mulher”<sup>142</sup> através da dissolução dessas relações. Na primeira perspectiva, a família é vista como o bem maior que deve ser restaurado e não há o olhar para as relações de poder e opressões dentro dela. Na segunda, “a mulher” é vista fora das relações sociais e sua proteção é construída através do discurso da criminalização/separação como única forma de cessar a violência. Ambas respostas são produzidas dentro da lógica categorial

---

<sup>142</sup> Uso o termo “mulher” no singular e entre aspas para questionar a universalização da categoria mulher e seus apagamentos.

ocidental moderna (LUGONES, 2008; 2014), ou seja, para um tipo específico de mulher: cis, branca, heterossexual, de classe média, que precisa ser tutelada. Como tal, há a cristalização de duas respostas socialmente aceitas, como pares opostos: prisão x conciliação, relacionadas com outros binômios presentes nessa lógica: vítima x agressor, mulher x família. Por mais que o trabalho com autores de violência, mais especificamente a proposta dos grupos, surjam enquanto alternativa ao modelo punitivo prisional e expressão de descrédito a esse modelo (ANDRADE, 2014), permitindo ir além dessas duas respostas, a institucionalização dos serviços para autores de violência doméstica no Brasil não está livre desses discursos. Eles permeiam a construção de seus objetivos e formas de encaminhamento e vinculação. Nas *Diretrizes para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores* aparecem ao privilegiar a previsão do art. 45 da Lei Maria da Penha e vincular o objetivo dos serviços ao acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo. E, estão por trás da resistência do Ministério Público e Judiciário em encaminhar por medida protetiva, sob argumento de que seria uma forma de antecipação da pena. Esse argumento permeado pela lógica sancionatória do Direito Penal distorce o foco pelo qual as medidas foram criadas em primeiro lugar: a proteção das mulheres em situação de violência e a prevenção contra reincidências, objetivos que também estão na base do trabalho com autores de violência.

No desenvolvimento do campo foi possível identificar que grande parte das profissionais dos NAFVD e responsáveis pelos Grupos do CREAS I de Blumenau buscam ouvir as mulheres e homens na construção de serviços mais condizentes com suas necessidades. Alguns profissionais incorporam a interseccionalidade em suas metodologias e práticas cotidianas, contudo não há a institucionalização dessa abordagem nos serviços. Ela é importante porque as instituições ao mesmo tempo que estabelecem normas e padrões que orientam as ações dos indivíduos, reproduzem a estrutura social. Se a sociedade brasileira é estruturada pela colonialidade, racismo, sexismo, patriarcado, capitalismo, cisheteronormatividade, punitivismo, capacitismo (GONZALEZ, 1982; 1984; 1988; VERGUEIRO, 2015; MIÑOSO, 2014; 2016; 2016a; SEGATO, 2014; NASCIMENTO, 2016; DAVIS, 2018a; 2018b; BORGES, 2018; ALMEIDA, 2019), como iremos proteger mulheres em situação de violência sem perpetuar esses sistemas de opressão? Ouvindo-as na implementação das políticas destinadas a elas e levando em consideração que devido à existência desses sistemas, estratégias que não olham para as múltiplas intersecções que conformam as experiências de mulheres em situação de violência serão limitadas (CRENSHAW, 1991). A estrutura social não é estática, ela é constituída por inúmeros conflitos, que são interseccionais, o que significa que as instituições

podem se posicionar dentro desses conflitos, questionando relações de poder e opressão ao invés de reproduzi-las (ALMEIDA, 2019).

As limitações na aplicação da Lei Maria da Penha, contudo, não invalidam a sua importância nas experiências de enfrentamento à violência das participantes da pesquisa. Elas atribuem diversos sentidos à Lei, como: apoio, proteção, segurança, mudança, autorreflexão, salvação, ajuda para si e para o companheiro, e acesso à psicóloga. Foi descrita como “*fundamental*” (Aninha), “*bom*” (Estela, Monique, Maria), “*grande criação*” (Gabriela), “*coisa mais bem criada em defesa da mulher*” (Ana). Nesse sentido, cabe ressaltar que a única entre as entrevistadas que experienciou um atendimento em rede com olhar interseccional foi também a que atribuiu maior importância à Lei.

Dentre os serviços acessados pelas participantes da pesquisa, o CREAS I de Blumenau e os NAFVD são os que elas creditam maior importância em suas experiências de enfrentamento à violência. Ambos serviços oferecem acompanhamento para as duas partes da relação, o que é valorizado pelas mulheres que participaram (seis das oito entrevistadas) e buscado pelas que não tiveram acesso. Nos grupos para mulheres em situação de violência, as participantes puderam nomear e reconstruir o que compreendem como violência, e as estratégias utilizadas para evitá-la.

Já em relação ao atendimento de seus companheiros, assim como estudos anteriores feitos com homens autores de violência em grupos (MISTURA; ANDRADE, 2017; SILVA, 2016), é possível compreender uma passagem, um antes e um depois expresso nos relatos das participantes da pesquisa. Algumas das entrevistadas identificaram mudanças mais profundas que outras, não obstante, todas veem como positivo a participação dos companheiros nos serviços. Dentre as modificações percebidas nos companheiros está: o aumento do autocontrole, da tranquilidade, do equilíbrio, da responsabilidade, do cuidado com a família e de demonstrações de afeto; uma maior abertura para conversa; o amadurecimento e a diminuição do abuso de álcool. Essas mudanças, segundo elas, resultam numa menor frequência e intensidade dos conflitos. Na maioria dos casos, elas vão além do âmbito do relacionamento conjugal, alcançando a relação deles com os filhos e demais integrantes da família, o que torna esses serviços um importante investimento de combate à violência e às desigualdades de gênero.

As entrevistadas atribuem os efeitos citados acima à participação de seus companheiros em serviços para autores de violência conjugada, no caso das que participaram de grupos ou atendimentos individuais, com reflexões e mudanças no próprio comportamento. Além disso, outorgam importância à denúncia e judicialização da violência, no caso das participantes do

Distrito Federal, e do conhecimento da Lei e da possibilidade de serem enquadrados, no caso das de Blumenau. Essa diferença está relacionada ao fato que os companheiros das mulheres de Blumenau participaram dos grupos voluntariamente a partir da solicitação das companheiras.

Na experiência das participantes da pesquisa, os serviços de Blumenau e do Distrito Federal se mostraram como possibilidades efetivas de prevenção a novas violências, a partir da construção de alternativas à violência física na resolução de conflitos familiares, o que vai ao encontro do objetivo dos NAFAVD e do CREAS I de Blumenau. No âmbito das violências psicológicas, por sua vez, essa análise se torna mais complexa, tanto pela dificuldade dos envolvidos, principalmente os homens, em reconhecê-las como violência (MISTURA, 2015; NOTHAFT; BEIRAS, 2019), quanto da rede de atendimento e dos operadores do direito na instrumentalização desse conceito (MACHADO, 2013).

Elas elencaram o ciúme, o estresse, a comunicação, o consumo de álcool – nesse ponto demandam o encaminhamento conjunto aos CAPS AD – e a capacidade de lidar com sentimentos e frustrações como questões que ainda precisam melhorar em seus relacionamentos. Os desencadeadores e potencializadores das violências e dos comportamentos que levam ao conflito nos relacionamentos são importantes mobilizadores para a discussão em grupo. Quando bem trabalhados, esses temas podem levar a reflexões mais profundas sobre desigualdades de gênero e masculinidades e operar desnaturalizações que podem prevenir novas violências. Dentre as sugestões para a melhoria dos serviços, o aumento do tempo de participação aparece como uma demanda das mulheres, no sentido que ele influencia o alcance das reflexões dos participantes, o que vai ao encontro das recomendações de pesquisas nacionais e internacionais (MONTEIRO; BONINO, 2006; VELOSO; NATIVIDADE, 2013; CEPIA, 2016; AMADO, 2017).

Os grupos funcionam como impulsionadores de responsabilização perante a violência, mas seus efeitos não são os mesmos para todos os participantes (SILVA; COELHO, 2017; SOARES, 2018). Isso porque as práticas sociais de homens variam entre sociedades e inclusive, dentro de uma mesma sociedade, pois as construções de masculinidades são diversas, conforme a região, classe, raça, origem étnica, geração, religião, sexualidade (SOUZA, 2013). Uma vez que a responsabilização é um processo interno, que pode ser facilitado através do diálogo e de atividades reflexivas; para a construção de uma implicação subjetiva nesse processo, cada grupo deve ser pensado em relação ao contexto social e cultural de seus participantes. Assim, a não adesão às propostas de deslocamentos individuais e, portanto, não alcance dos objetivos do grupo em todos os seus membros, atravessam a realidade dos serviços públicos, que estão

situados em contextos particulares. Esses obstáculos e dificuldades não devem ser vistos como ineficácia dessa modalidade de política pública e sim como oportunidades de aperfeiçoamento para os participantes futuros. Para tanto, é necessário pensar os serviços para autores de violência junto das mulheres em situação de violência, considerando suas intersecções. Como coloca Garda Salas (2010), os serviços para autores de violência não podem perder de vista que sua aliança deve se dar com as mulheres, com o questionamento das relações de poder e com a desnaturalização de opressões de gênero, raça, classe, entre outros.

No enfrentamento às violências domésticas e familiares é necessário sempre levar em consideração que, por mais que existam similaridades entre situações, cada relação é única. Como nos coloca Aninha “*é muito fácil a gente chegar, enfiar o dedo na cara do outro, julgar, mas viver o que a gente tá vivendo ali dentro, o que a gente passa, ninguém vive, né, ninguém passa, só a gente que sabe*”. Nesse sentido, gênero explica muito pouco quando analisado individualmente. Somente quando compreendemos gênero, raça, classe, nacionalidade, sexualidade e outras intersecções como entrelaçadas ou indissolúvelmente unidas é que podemos enxergar todas as mulheres e formular políticas públicas que atinjam as pessoas que delas necessitem.

A partir das entrevistas com as participantes é possível articular algumas sugestões para a implementação de uma rede de atendimento integral, a saber: a institucionalização de uma abordagem interseccional, tanto na construção de novos serviços, como na capacitação de profissionais, atuação e metodologia de atendimento dos existentes; o fornecimento de informações atualizadas sobre os serviços de acompanhamento às pessoas em situação de violência disponíveis em cada município ou região administrativa em todas as portas de entrada da rede – Delegacias, especializadas ou não, Serviços de Saúde, Serviços da Assistência Social, Escolas, entre outros; a ampliação dos serviços de acompanhamento psicológico, assim como dos grupos de reflexão tanto para as pessoas em situação de violência quanto para seus autores; o olhar para famílias com filhos e a inclusão das crianças na dinâmica dos serviços, tanto para facilitar a participação das mães e pais, quanto para oferecer o devido acompanhamento a todos os envolvidos nas situações de violência; a integração de serviços especializados em um mesmo espaço, desburocratizando e ampliando seu acesso; e a articulação dos serviços de diferentes políticas sociais, na tentativa de uma construção intersetorial de atuação em rede.

Para finalizar gostaria de retomar duas interpretações expressas anteriormente:

- 1) a maioria das participantes da pesquisa buscou outras formas de enfrentar sua situação de violência antes de recorrer a uma intervenção estatal, ou seja, a situação

de violência que levou seus companheiros a participar dos serviços não foi a primeira do relacionamento;

- 2) os serviços para homens autores de violência se mostraram, na experiência de mulheres que continuam com seus companheiros, como política de prevenção a novas violências.

Conjugá-las com o fato de que há uma enorme subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar no país, me leva a pensar que avançar no enfrentamento às violências domésticas e familiares envolve não só ampliar a quantidade de serviços para autores de violência nacionalmente, mas torná-los cada vez mais acessíveis às mulheres que não querem judicializar as situações de violência vividas. Isso envolve a desburocratização e desjudicialização compulsória para acesso a eles, assim como uma capacitação interseccional de profissionais em todas as instituições que lidam diretamente ou indiretamente com a violência doméstica e familiar, refletindo sobre sua importância com as comunidades locais e incentivando a participação voluntária de homens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lucia de Oliveira; BARLEM, Edison Luiz Devos. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 547-553, Dec. 2013.

ACOSTA, Fernando et. al. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero – metodologia**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

ACOSTA, Fernando; BRONZ, Alan. Desafios para o trabalho com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas. In: BLAY, Eva Alterman (Org). **Feminismos e masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ACOSTA, Fernando; SOARES, Bárbara Musumeci. **Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: proposta para elaboração de parâmetros técnicos**. Rio de Janeiro: Iser/Depen/MJ, 2011.

ACOSTA, Fernando. Entrevista com Fernando Acosta (com a participação de Alan Bronz) [Entrevista concedida a Milena do Carmo dos Santos]. In: In: LEITE, Fabiana e LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISEER, 2013. p. 87-105.

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. **Gênero e Masculinidades: Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal**. 2009. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro).

AMADO, Janaína. Nós e o espelho. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (Orgs). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMADO, Roberto Marinho. O que fazer com os homens autores de violência contra as mulheres? Uma análise sobre serviços destinados aos homens processados pela Lei Maria da

Penha. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

AMARAL, Luana Bandeira de Mello; VASCONCELOS, Thiago Brasileiro de; SÁ, Fabiane Elpídio de; SILVA, Andrea Soares Rocha da; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 521-540, agosto de 2016.

ANDRADE, Leandro Feitosa. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: E. Blay (Org). **Feminismos e masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 42-49, janeiro de 1997.

ANTEZANA, Alvaro Ponce. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, 42, 9-25, 2012.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**. El viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, 2000.

BALZER, Carsten; LAGATA, Carla; BERREDO, Lukas. **2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project TMM annual report 2016**. TvT Publication Series. Vol. 14. Berlim. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; GONÇALVES DA CRUZ, Marcos Vinicius; DOS SANTOS, Andréia; LOPES RIBEIRO, Ludimila Mendonça; GODINHO DE SOUZA, Letícia. A justiça informal em linha de montagem. Estudo de caso da dinâmica de atuação do JECrim de Belo Horizonte. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, vol. 10, n. 2, p. 245-269, maio-ago. 2010.

BEIRAS, Adriano. Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. In: S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2009. p. 129-144.

BEIRAS, Adriano. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas**. 2012. 378p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, 2013.

BEIRAS, Adriano. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS e Instituto Promundo, 2014.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016

BEIRAS, Adriano; Cantera, Leonor. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: Eva Alterman Blay (Org). **Feminismos e masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 29-43.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em janeiro de 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em janeiro de 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Em: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BERNARDES, João Paulo; MAYORGA, Claudia. Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. In: **Revista de Psicologia**, vol. 26, n. 1, p. 1-15, 2017.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. In: **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, vol. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BILLAND, Jan Stanislas Joaquim. **Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo**. 2016. 199 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BOIRA SARTO, S. **Hombres maltratadores: historias de violencia masculina**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2010.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BORTOLI, Ricardo. **O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressão nos contextos da violência de gênero**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

BRANDÃO, Elaine Reis. Renunciante de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. In: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 16, n.2, p. 207-231. 2006.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em janeiro de 2018.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias: **INFOPEN**. Atualização – Junho de 2016. SANTOS, Thandara (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Violências contra a mulher e as práticas institucionais. In: **Série Pensando o Direito**, n. 52. Brasília: Ipea, 2015. 109 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores**. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://assets-compromissoeatituded-ippg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/01/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>>. Acesso em janeiro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em novembro 2019.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Documento Base - Fichas e Serviços. Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Escrevendo A História 50 anos de Brasília**. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ); Coordenação de Histórico e Debates (COHID), Brasília, 2010.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: MORAES, Marieta de (Org.) **História Oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

CAMPOS, Carmen Hein de. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: \_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminina. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 1-12.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminina. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 143-169.

CAMPOS, Carmen Hein de. A CPMI da Violência contra a Mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 23, n. 2, p. 519-531, agosto de 2015.

CANTERA, Leonor M. **Casais e Violência**. Um enfoque além do gênero. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CARDOSO, Cláudia Pons. Feminismos e os desafios atuais do pós-colonial: a contribuição de feministas negras no Brasil. In: FUNK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões, ASSIS, Gláucia de Oliveira (orgs.). **Linguagens e narrativas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**, 2001. Disponível em: <[www.mujeresdelsur.org/portal/images/descargas/enegrecer%20el%20feminismo\\_sueli%20carneiro.pdf](http://www.mujeresdelsur.org/portal/images/descargas/enegrecer%20el%20feminismo_sueli%20carneiro.pdf)>. Acesso em dezembro de 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 17, n. 49, 2003, p.117-133.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. Contra o discurso da mediocridade “moreninha”. **Correio Braziliense**, p. 11-29, 2004.

CARVALHO, Carolina; DESTROL, Juliana Regina; FAUST, Sabrina Blasius; COELHO, Elza Berger Salema; BOING, Antônio Fernando. Dinâmica da violência entre casais a partir da ótica da mulher agredida no Bairro Trindade, Florianópolis/SC. In: **Cogitare Enfermagem**. Florianópolis, vol. 15, n. 4, p. 603-608, 2010.

CEJAS, Mónica. "Desde la experiencia": Entrevista a Ochy Curiel. In: **Andamios**, México, vol. 8, n. 17, p. 181-197, 2011.

CEPIA. CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO. **Relatório de Pesquisa Violência contra as mulheres os serviços de responsabilização dos homens autores de violência**. Rio de Janeiro, 2016.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>>. Acesso em janeiro de 2020.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres**. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190830\\_rel\\_poder\\_judic\\_no\\_enfren\\_a\\_vi\\_ol\\_domest\\_familiar\\_contra\\_as\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190830_rel_poder_judic_no_enfren_a_vi_ol_domest_familiar_contra_as_mulheres.pdf)>. Acesso em janeiro de 2020.

CODEPLAN. **Caracterização urbana e ambiental da unidade de planejamento territorial - UPT SUL**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Urbano-Ambiental-Unidade-de-Planejamento-Territorial-UPT-SUL.pdf>> Acesso em janeiro de 2020.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Brazlândia**. Brasília, 2019.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Distrito Federal**. Brasília, 2019a.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Gama**. Brasília, 2019b.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Paranoá**. Brasília, 2019c.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Samambaia**. Brasília, 2019d.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 São Sebastião**. Brasília, 2019e.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Sobradinho**. Brasília, 2019f.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Taguatinga**. Brasília, 2019g.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Ceilândia**. Brasília, 2019h.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado** – vol. 31, n. 1, jan.-abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4). São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 51, 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3.ed. e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: Valdes, Teresa y José Olavarria (eds.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. (pp.31-48). ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, 1997.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017.

CRENSHAW, Kimberlé Williams (1991). Cartografiando los márgenes Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In: PLATERO, Lucas (Org.) **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada**. Barcelona: Bellaterra, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**. Article 8, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em agosto de 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007, p. 305-337.

DEEKE, Leila Platt; BOING, Antonio Fernando; OLIVEIRA, Walter Ferreira de; COELHO, Elza Berger Salema. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, June 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: **Estudos Feministas**. In: Florianópolis, vol. 2, n. 2, jan. 1994. p. 373-382.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 13, 2019. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)>. Acesso janeiro de 2020.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARLOS, Paula Pinhal de. A Interdisciplinaridade nos Estudos de Gênero: análise das teses do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 10, n. 97, p. 80-94, novembro de 2009.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Raio x do feminicídio em São Paulo: é possível evitar a morte**. São Paulo: Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, 2018. Disponível em: <[https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/MPSP\\_RAIOXdoFEMINICIDIO2018.pdf](https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/MPSP_RAIOXdoFEMINICIDIO2018.pdf)>. Acesso em janeiro 2020.

FERNÁNDEZ-MARTORELL, Mercedes. **Ideas que matan**. Barcelona: Ediciones Alfabia, 2012

FIGUEIREDO, Felipe; BARBOSA, Rebeca Rohlf. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In: LEITE, Fabiana e LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 87-105.

FLOOD, Michael. Involving Men in Efforts to End Violence Against Women. **Men and Masculinities**, v. 14, n. 3, p. 358-377, 2011.

GARDA SALAS, Roberto. Intervencion integral con hombres que ejercen violencia contra su pareja. Análisis de modelos y lineamientos de trabajo. México, D.F.: **Hombres por la Equidad**, A. C./Indesol/Sedesol, 2009.

GARDA SALAS, Roberto; ROJAS, Fernando Huerta. **Estudios sobre la violencia masculina**. México DF: Hombres por la Equidad AC, 2007.

GARCIA, Ana Luíza Casassanta. **Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência**. Dissertação (mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

GELDSCHLÄGER, Heinrich; GINÉS, Oriol; PONCE, Álvaro. Grupo psicoterapêutico con hombres que ejercen violencia de género. In: CORTÉS, Neus Roca; SERRA, Júlia Masip (Eds.). **Intervención grupal en violencia sexista**. Barcelona: Herder Editorial, 2011. p. 344-368.

GONÇALVES, João Paulo Bernardes. **As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: As experiências no estado de Minas Gerais**. 2015. 199p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2015.

GONÇALVES, Suelen Aires. Nos corredores da DEAM: um ensaio etnográfico sobre os crimes de feminicídio no estado do Rio Grande do Sul. In: STUKER, Paola; CELMER, Elisa; PASSOS, A. Gustavo. **Vidas Críticas. Gênero, sexualidades, violências e justiça**. Porto Alegre: Editora Mikelis, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan.-jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: LUZ, Madel (Org.). **O Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 87-106.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Revista Isis Internacional**. n. 8, outubro de 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra**. Versão com algumas modificações de: *The Black Woman's Place in the Brazilian Society. 1985 and Beyond: A National Conference*. African-American Political Caucus e pela Morgan State University, Baltimore, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública** nº. 001/2019. Disponível em: <[http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001\\_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF\\_2017\\_18.pdf](http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf)>. Acesso em janeiro de 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Estatísticas e relatórios temáticos**. 2019a. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/>>. Acesso em dezembro de 2019.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Sobre Brasília. **História**. 2019b. Disponível em <<http://www.df.gov.br/historia/>>. Acesso em maio de 2019.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Segurança em números**, 2018. Disponível em: <<http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>>. Acesso em julho de 2019.

HARAWAY, Donna (1988). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n. 5, 1995, p. 7-41.

HARAWAY, Donna; AZERÊDO, Sandra. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In: MACIEL, Maria Esther (Org.) **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: EdUFSC, 2011. p. 389-417.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: **Ciencia y Feminismo**. Capítulo I. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996. p. 15-27.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002, p. 9-34.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Editora Elefante, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data em 1º de julho de 2017**. 30 de agosto de 2017. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2017/estimativa\\_dou\\_2017.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf)>. Acesso em maio de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coleção Ibgeana: Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica

n. 39. Rio de Janeiro, 2018. 143 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>>. Acesso em agosto de 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos municípios brasileiros 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 4. 2019b. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em janeiro de 2020.

IZUMINO, Wânia Pasinato. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: contribuições para a consolidação de uma cidadania de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 40, p. 282-295, 2002.

FIGUEROA-PEREA, Juan-Guillermo. Algunas reflexiones para dialogar sobre el patriarcado desde el estudio y el trabajo con varones y masculinidades. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, 221-248, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 43-62.

KARAM, Maria Lúcia. Violência de gênero: o paradoxal entusiasmo pelo rigor penal. In: **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, vol. 14, n. 168, p. 6-7, novembro de 2006.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. 2016. Tradução de Jessica Oliveira. Disponível em: <<http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>>. Acesso em agosto de 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Editora Cobogó, 2019.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Instituto de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFRGS, a. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michel. Los estudios de la masculinidad: una introducción. En: Àngels Carabí & Josep M. Armengol (eds). **La masculinidad a debate**. (pp.15-31). Barcelona: Icaria, 2008.

LADSON-BILLINGS, Glória. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, Norma K. & LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre, Artmed, 2ª edição, 2006.

LAGO, Mara Coelho de Souza et al. (Org.). **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal**. Buenos Aires: Editorial B de F., 2008.

LARRAURI, Elena. La Mujer ante el Derecho Penal. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, Madrid, nº 2, 1992.

LEIS, Hector Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, vol. 6, n. 73, p. 2-23, janeiro de 2005.

LEIS, Hector Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Manole, 2011.

LEOTTE, Hayane Luiz Telles. **A representação das interseccionalidades no documentário Favela Gay**. Trabalho de Conclusão de Graduação (Comunicação Social: Habilitação em Propaganda e Publicidade). 75p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

LIMA, Daniel Costa. **Homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher: desafios e possibilidades**. 100p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2008.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. In: **Physis** [online], vol. 21, n. 2, p. 721-743, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. In: **Temporalis**. Brasília, vol. 1, p. 33-56, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Pobreza: aspectos heterogêneos e múltiplas dimensões. In: **Revista Gênero**, vol. 13, p. 75-91, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. Los espirales de la violencia contra las mujeres, formas de resistencia y estrategias de mujeres para salir de la violencia. In: **Revista Trabajo Social**, vol. 11, p. 81-98, 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Igualdade ou Equivalência de direitos frente às situações que discriminam as mulheres? In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (Organizadoras). **Políticas e Fronteiras – Desafios feministas** (Volume 2). Tubarão: Copiart, 2014. p. 253-277.

LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Trumansberg, New York: The Crossing Press, 1984.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul.-dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, p. 935–952, 2014.

MACHADO, Isadora Vier. **Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da lei Maria de Penha**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). 282p. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 561-576, Aug. 2015.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 133, p. 463-479, dezembro de 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**. Brasília, vol. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. O duplo registro do “gênero” dos facilitadores de grupos reflexivos para homens autores de violência. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). 260p. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et all (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, p. 7–12, 2014.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Y la una no se mueve sin la otra: descolonialidad, antirracismo y feminismo. Una triega inseparable para los procesos de cambio. **Revista venezolana de estudios de la mujer**. vol. 21, n. 46, p. 47-64. jan.- jun. 2016.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación con-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de la identidad. **Solar**, v. 12, n. 1, p. 141–171, 2016a.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. El feminismo descolonial como epistemología contrahegemónica. In: FUNK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões, ASSIS, Gláucia de Oliveira (orgs.). **Linguagens e narrativas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa; CORREAL, Diana Gómez, MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** /Editoras: – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014a.

MISTURA, Tales; ANDRADE, Leandro Feitosa. Mensagem aos outros homens: a contribuição de ex-participantes do grupo reflexivo de homens. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

MOHANTY, Chandra T. Bajo los ojos del occidente. Academia feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez y HERNÁNDEZ, Aída (eds.) **Descolonizando el Feminismo**. Teorías y prácticas desde las márgenes. Madrid: Ed. Cátedra, 2008.

MONTEIRO, Anita Cunha. **Autores de violência doméstica e familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/DF**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MONTEIRO, Andrés; BONINO, Luis. Criterios de calidad para intervenciones con varones que ejercen violencia en la pareja (HEVPA). **Cuadernos para el debate – Grupo 25**. Espanha, 2006.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Leticia. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, agosto de 2012.

MORENO, Sara Yaneth Fernández. Varones y masculinidades en clave feminista: trascendiendo invisibilidades, ausencias y omisiones. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), (22), 249-277, 2016.

MUSZKAT, Susana. **Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero**. 2006. 208p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2006.

NAFAVD. **Documentário**. Dirección: Jean Costa. Governo de Brasília, 2017. 28 min, color. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=76ASBj5\\_J0](https://www.youtube.com/watch?v=76ASBj5_J0)>. Acesso em julho de 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 8–41, 2000.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **A autonomia da mulher na Lei Maria da Penha: uma análise da ação declaratória de inconstitucionalidade 4424 do Supremo Tribunal Federal**. 2012. 76 f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015)**. 2016. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Relações entre gênero e violência na produção acadêmica nacional sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar. In: STUKER, Paola; CELMER, Elisa; PASSOS, A. Gustavo. **Vidas Críticas. Gênero, sexualidades, violências e justiça**. Porto Alegre: Editora Mikelis, 2019.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 27, n. 3, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher: lacunas, desafios e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). 2012. 122p. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **‘Homem é homem’: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha**. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

OLIVEIRA, Juliana de. **Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço**. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Uberaba, 2018.

OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de; GHISI, Ana Silvia Serrano. Norma Técnica de Padronização e as Delegacias das Mulheres em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 27, n. 1, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000100204&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100204&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em março de 2019.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. University of Minnesota Press; 1 edition, 1997.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

PAZINATO, Wânia. Lei Maria da Penha: discussão sobre aspectos cíveis. **In: Tecendo Fios das Críticas Feministas ao Direito no Brasil**. Ribeirão Preto: FDRP/USP, 2019.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

PASINATO, Wânia; GARCIA, Isis de Jesus.; VINUTO, Juliana; SOARES, Jenefer Estrela. Medidas protetivas para mulheres em situação de violência. In: PARESCI, A. C. C.; ENGEL, C. L.; BAPTISTA, G. C. (Org.). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016. (Coleção Pensando a Segurança Pública, v. 6). p. 233-265.

PAZO, Concepción Gandara. **Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). 2013, 280p. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro, 2013.

PEDRO, Joana Maria; SHEIBE, Luiz Fernando. Construção coletiva do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. In: PHILIPPI, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. UNESP, vol. 2, n. 2, p. 173-182, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, n. 2, p. 263 - 274, jul.-dez., 2008.

POLÍCIA CÍVIL. **Delegacia Geral da Polícia Civil de Santa Catarina. Delegacias Especializadas**. Disponível em: <<http://www.pc.sc.gov.br/informacoes/delegacias-especializadas>>. Acesso em março de 2019.

PORTAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, **Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social**, 2018. Disponível em <<http://www.sedest.df.gov.br/conheca-os-demais-servicos/nafavd.html>>. Acesso em fevereiro de 2018.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abril de 1997.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 81-101, 2010.

PRATES, Paula Licursi. **A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice. 1988.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. Instituto Astrojildo Pereira, n. 37, p. 04-25, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 227–278, 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Feminismos Plurais**. 1ª ed. Belo Horizonte: Letramento e Justificando, 2017.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu** (45), julho-dezembro de 2015:261-295.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê Mulheres Negras**. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. p. 53-80. Brasília: IPEA, 2013.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, vol. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la Investigación Feminista**. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIHC) de la Universidad Autónoma de México (UNAM), 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução das demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO, Wânia. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe**. Israel, vol.16, n. 1, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002.

SANTOS, Milena do Carmo Cunha dos. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SARDENBERG, Cecília. O que torna as leis de enfrentamento da violência doméstica mais eficazes? **Revista Feminismos**, v. 1, n. 2, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan (1991). A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, p. 297–325, 1998.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 2, p. 593-616, agosto de 2014.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad al patriarcado colonial moderno de alta intensidad. In: **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Las Estructuras Elementales de la Violencia**. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SENA, Lúcia Lamounier; LIMA, Flora Moara. Rede de enfrentamento à violência contra a mulher e articulações institucionais: uma análise comparativa. In: STUKER, Paola; CELMER, Elisa; PASSOS, A. Gustavo. **Vidas Críticas. Gênero, sexualidades, violências e justiça**. Porto Alegre: Editora Mikelis, 2019.

SENADO FEDERAL. Instituto de Pesquisa DataSenado. Observatório da Mulher contra a Violência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Pesquisa DataSenado**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <[https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado\\_RelatorioVDFCM2017\\_vfinal.pdf](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/07/DataSenado_RelatorioVDFCM2017_vfinal.pdf)>. Acesso em janeiro de 2020.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. Multiculturalismo e Representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da. **Violência por parceiro íntimo: o acompanhamento ao homem autor de violência**. 2016. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema. A percepção das mulheres sobre o Atendimento ao Homem autor de violência, um relato de caso. **Anais Colóquio Interdisciplinar Gênero e Violências**, p. 174-186, 2015.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema. Acompanhamento de homens autores de violência contra a parceira íntima: um estudo de caso. In: BEIRAS, Adriano;

NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; NJAINE, Kathia. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 19, n. 4, p. 1255-1262, abril de 2014.

SILVA, Marcelo Kunrath. Uma introdução à história oral. **Cadernos de Sociologia**, vol. 9, 1998, p. 115-142.

SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de; TAVARES, Márcia Santana. A Lei Maria da Penha e sua aplicação nas DEAMs de Salvador. Reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia Santana. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais** [Online]. n. 64, p. 15–26, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline; TONCHE, Juliana. **Justiça restaurativa e os direitos das mulheres**. Anais 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, p. 1-17, 2019.

SOARES, Bárbara Musumeci. Os homens do século XXI. Apresentação. In: ACOSTA, Fernando et. al. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero – metodologia**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

SOARES, Bárbara Musumeci. A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. vol. 5, n. 2, p. 191-210, abr.-maio-jun. 2012.

SOARES, Cecília Teixeira; GONÇALVES, Hebe Signorini. O macho, o covarde e o criminoso: alguns comentários sobre o processo de criminalização da violência contra a mulher no Brasil. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Org.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

SOARES, Cecília Teixeira. Grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher: Isso funciona? 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.) **Mulheres e violências: interseccionalidade**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017

STUKER, Paola. Gênero, classe social e acesso à justiça: por uma abordagem consubstancial na aplicação da Lei Maria da Penha. In: STUKER, Paola; CELMER, Elisa; PASSOS, A. Gustavo. **Vidas Críticas. Gênero, sexualidades, violências e justiça**. Porto Alegre: Editora Mikelis, 2019.

STUKER, Paola. **“Entre a cruz e a espada”**: significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto da Lei Maria da Penha. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2016. 205p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre. 2016.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual. **Relatório Final de Pesquisa**. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa Margens: Modos de Vida, Família e Relações de Gênero; 2007.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; LAGO, Mara; BEIRAS, Adriano; CLÍMACO, Daniel. Serviços de atendimento a homens autores de violência latino-americanos: limites e possibilidades. In: **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas**. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; BEIRAS, Adriano; RIED, Juliana. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 51, n. 1, p. 174-193, jan.-jun. 2017.

VASCONCELOS, Francis Emmanuelle Alves. **Da prisão à "ressocialização": masculinidades aprisionadas na execução da Lei "Maria da Penha"**. 2013. 155f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Fortaleza, 2013.

VEIGA, Ana Maria, LISBOA, Teresa Kleba e WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e violências: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

VELOSO, Flávia Gotelip Correia e NATIVIDADE, Cláudia. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In: LEITE, Fabiana e LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 45-64.

VENTURI, Gustavo. Masculinidades e violências de gênero: machismo e monogamia em cena. In: LEITE, Fabiana e LOPES, Paulo Victor Leite (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública**. Rio de Janeiro: ISER, 2013. p. 149-172

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Salvador, 2015.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. MORAES, Marieta de (Org.) **História Oral e multidisciplinariedade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

VIVEROS, Mara. Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes. En: J. C. Ramirez Rodríguez, & G. Uribe Vázquez (Eds.), **Masculinidades**. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres (pp. 25-42). Madrid: Plaza y Valdés, 2009.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, vol. 1, n. 1, mar.-jun., 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Mujer y el Poder Punitivo**. 1992. Disponível em: <<http://www.cubc.mx/biblioteca/libros/Zaffaroni%20-%20Mujer%20y%20poder%20punitivo.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2018.

## ANEXO A - Roteiro da Entrevista de História Oral

### BREVE HISTÓRIA DE VIDA

Nome/Propor a criação de um nome fictício

Idade

Se tu tivesse que te definir em poucas palavras, tu diria que é como?

Naturalidade/origem familiar

História familiar/ascendência/infância/valores religiosos

Local de moradia pais/atual

Relacionamentos amorosos/primeiros relacionamentos

### COTIDIANO/RELACIONAMENTO ATUAL

Cotidiano, como é seu dia-a-dia? Você tem contato com sua família e amigos/amigas? Como é sua vida social? Como você se diverte?/Lazer

Mora com quem?

Relacionamento atual/como é seu relacionamento/como se conheceram/tempo de relação/cotidiano da relação

Como é seu companheiro?

O que você gosta no seu relacionamento?/O que gostaria que fosse diferente?

Você deixa de fazer coisas por causa do teu relacionamento/teu companheiro?

Sua família e amigas/amigos apoiam seu relacionamento?

Como/Porque acessou o grupo de mulheres?

Como você se sente no grupo?

### SERVIÇOS PARA OS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Porque seu companheiro ingressou no grupo?

Como seu companheiro ingressou no grupo?

Quanto tempo ele vem participando do grupo?

Você vê alguma diferença no relacionamento, no cotidiano a partir da participação dele nos grupos (antes e depois)? Quais?

Como é teu relacionamento atualmente?

Você e seu companheiro conversam sobre os grupos?

Tens algo interessante para contar que aconteceu em decorrência do grupo?

Como vocês lidam com conflitos diários? Como lidavam antes da participação nos grupos?

Vocês brigam, discutem muito? Quais são as motivações das brigas? E antes dos grupos?

Essas brigas envolvem contato físico? E antes dos grupos?

O que você acha que poderia ser diferente nos grupos, no sentido de melhoria?

Tem algo que gostaria que fosse trabalhado com seu companheiro nos grupos? Algo que você percebe que não houve mudança e que atrapalha o relacionamento de vocês?

#### LEI MARIA DA PENHA/REDE DE ENFRENTAMENTO

O que você sabe/acha da Lei Maria da Penha?

Você conhece os serviços da Lei Maria da Penha existentes em sua cidade? Acessou quais deles?

Acessou em que momento/ devido a?

Como se deu o acesso?

Impressões/acolhimento do serviço/se se sentiu respeitada, ouvida, “levada à sério”?

Qual o papel que os serviços tiveram na sua vida?

A Lei Maria da Penha é bastante recente, 12 anos atrás a maioria desses serviços não existiam.

Como você acha que estaria hoje se não tivesse tido acesso a eles?

Tem algo que eu não perguntei e tu acharia importante que eu incluísse na pesquisa?

#### PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Como é para você estar participando de uma pesquisa? Dessa pesquisa?

Como foi a sua experiência? Como você se sentiu ao participar dessa/s entrevista/s?

Em uma palavra como você definiria o seu sentimento ao participar dessa pesquisa?

Ela te trouxe algo de bom? E algo de ruim? O que?

Impressões/Acolhimento por mim oferecido/se se sentiu respeitada, ouvida, “levada à sério”?

#### IDENTIFICAÇÃO

Nível de instrução

Ocupação/(in)dependência financeira

Estado civil

Raça

## ANEXO B - Ficha de Informações NAFVD

Região administrativa:

E-mail:

Chefe:

Data de fundação do Núcleo:

Histórico de Fundação:

### Profissionais atuantes:

Quantidade

Áreas de atuação (área de formação)

Gênero

Quem atua nos grupos?

### Encaminhamento

Como se dá o encaminhamento das pessoas atendidas?

Os autores de violência são encaminhados pela Suspensão Condicional do Processo? Se não, por qual medida/instituto jurídico?

### Atendimento individual (quantidade/número de atendimentos/conteúdo):

Homens

Mulheres

### Atendimento Grupal (quantos grupos/nº de encontros/tempo de duração/conteúdo<sup>143</sup>):

Homens (min para formar grupo/desistência média)

Mulheres

Quanto tempo mais ou menos depois da ocorrência eles são atendidos?<sup>144</sup>

Esses processos são uniformizados, ou cada Núcleo se organiza individualmente? Cada Núcleo se organiza individualmente (resposta do núcleo Samambaia, não foi necessário questionar nos demais)

---

<sup>143</sup> Inseri essa questão durante a entrevista do Plano Piloto, pois me questionei se todos os grupos trabalhavam os mesmos temas, ao ouvi-la falar sobre o funcionamento dos grupos.

<sup>144</sup> Inseri essa questão devido as informações trazidas na entrevista em Samambaia sobre a existência de fila de espera nos Núcleos.

Quantidade de pessoas em atendimento/Fila de espera<sup>145</sup>:

Homens:

Mulheres:

Estrutura do local:

Já atenderam casais lésbicos? E mulheres trans?<sup>146</sup>

Tempo que a pessoa entrevistada trabalha nos núcleos<sup>147</sup>

Número de homens e mulheres encaminhados em 2018<sup>148</sup>

Número de homens e mulheres atendidos em 2018<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> Idem 142.

<sup>146</sup> Inseri essa questão ainda na primeira semana, quando profissionais de Samambaia me questionaram se eu somente entrevistaria casais heterossexuais. Como meu objetivo envolvia analisar as relações entre as experiências de enfrentamento à violência e serviços grupais para autores de violência, e nesse Núcleo o atendimento de mulheres autoras de violência era apenas individual, não pude ampliar essa análise para relações lésbicas.

<sup>147</sup> Inseri durante a análise dos dados e entrei em contato novamente com os profissionais entrevistados, para ter dimensão do alcance da resposta da pergunta sobre atendimento de casais lésbicos e mulheres trans.

<sup>148</sup> Inseri durante a análise dos dados e entrei em contato novamente com as pessoas entrevistadas porque tive acesso a um relatório do número de denúncias nas regiões administrativas.

<sup>149</sup> Idem 147.

### **ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Participantes da Pesquisa)**

Eu, Raíssa Jeanine Nothafft, doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, venho convidá-la a participar do trabalho de campo da pesquisa “Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência”.

Sua participação consistirá de uma ou mais entrevistas de história oral, dependendo da sua disponibilidade e necessidade da pesquisa. Todas as entrevistas serão gravadas e depois ouvidas e transcritas por mim. Em caso de qualquer desconforto durante a entrevista, você poderá pedir para interrompê-la a qualquer momento, ou mesmo pedir para apagar trechos da gravação. Caso tenha interesse, poderá solicitar acesso à transcrição da sua entrevista, que você poderá modificar ou retirar dos dados da pesquisa em qualquer momento do estudo.

A participação é voluntária, o que significa que você tem autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como o direito de retirar seu consentimento para a participação na entrevista ou no estudo, em qualquer momento. Se tal for sua vontade, nenhum dado relativo à sua fala será conservado na pesquisa. Será garantida a confidencialidade de todos os relatos, bem como o anonimato de todas que participarem das entrevistas.

Essa pesquisa tem finalidade estritamente acadêmica, e será utilizada para compor a tese, e, posteriormente artigos para revistas especializadas e comunicações em eventos acadêmicos. Esse trabalho busca contribuir para a melhoria de serviços públicos, assim como na formulação de políticas mais atentas às necessidades das mulheres.

Em caso de qualquer dúvida, é possível entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa:

- A orientadora da pesquisa é Prof<sup>ª</sup>. Dra. Teresa Kleba Lisboa, que pode ser encontrada no endereço: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Campus Universitário – Trindade, Florianópolis – SC. Fone: +55 (48) 3721-9405 / 3721-3505. E-mail: [tkleba@gmail.com](mailto:tkleba@gmail.com)
- A pesquisadora executante é Raíssa Jeanine Nothafft, que pode ser encontrada no mesmo endereço e no telefone: 48 991021631. E-mail: [jeanineraiissa@gmail.com](mailto:jeanineraiissa@gmail.com)

Nome da Participante: \_\_\_\_\_

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li juntamente a pesquisadora as informações relativas a esta Pesquisa contidas neste

Termo de Consentimento. Concordo em participar voluntariamente desta Pesquisa e AUTORIZO a utilização das informações dela decorrentes

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Ass.: \_\_\_\_\_ Ass.: \_\_\_\_\_

Participante

Pesquisadora executante

## **ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais)**

Eu, Raíssa Jeanine Nothafft, doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, venho convidá-la a participar do trabalho de campo da pesquisa “Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência”.

Sua participação consistirá de uma ou mais entrevistas, dependendo da sua disponibilidade e necessidade da pesquisa. Todas as entrevistas serão gravadas e depois ouvidas e transcritas por mim. Em caso de qualquer desconforto durante a entrevista, você poderá pedir para interrompê-la a qualquer momento, ou mesmo pedir para apagar trechos da gravação. Caso tenha interesse, poderá solicitar acesso à transcrição da sua entrevista, que você poderá modificar ou retirar dos dados da pesquisa em qualquer momento do estudo.

A participação é voluntária, o que significa que você tem autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como o direito de retirar seu consentimento para a participação na entrevista ou no estudo, em qualquer momento. Se tal for sua vontade, nenhum dado relativo à sua fala será conservado na pesquisa. Será garantida a confidencialidade de todos os relatos, bem como o anonimato de todas as pessoas que participarem das entrevistas.

Essa pesquisa tem finalidade estritamente acadêmica, e será utilizada para compor a tese, e, posteriormente artigos para revistas especializadas e comunicações em eventos acadêmicos. Esse trabalho busca contribuir para a melhoria de serviços públicos, assim como na formulação de políticas mais atentas às necessidades das mulheres.

Em caso de qualquer dúvida, é possível entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa:

- A orientadora da pesquisa é Prof<sup>ª</sup>. Dra. Teresa Kleba Lisboa, que pode ser encontrada no endereço: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Campus Universitário – Trindade, Florianópolis – SC. Fone: +55 (48) 3721-9405 / 3721-3505. E-mail: tkleba@gmail.com
- A pesquisadora executante é Raíssa Jeanine Nothafft, que pode ser encontrada no mesmo endereço e no telefone: 51998085892. E-mail: jeanineraissa@gmail.com

Nome da Participante: \_\_\_\_\_

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li com a pesquisadora as informações contidas neste Termo de Consentimento.

Concordo em participar voluntariamente desta Pesquisa e AUTORIZO a utilização das informações dela decorrentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Ass.: \_\_\_\_\_ Ass.: \_\_\_\_\_

Participante

Pesquisadora executante